

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

**UMA DEMOCRACIA CONTRA O POVO: Juraci Magalhães,
Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927 – 1946)**

Aruã Silva de Lima

**Feira de Santana
2009**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

Aruã Silva de Lima

**UMA DEMOCRACIA CONTRA O POVO: Juraci Magalhães,
Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927 – 1946)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Estadual de Feira de
Santana para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^o Dr. Eurelino Coelho

**Feira de Santana
2009**

Agradecimentos

Chamam-se sensitivas as plantas que se fecham quando tocadas. Eu fazia isso quando criança, tocava apenas para vê-las fechar. A sensação, à época, não é exatamente clara em minha memória. Hoje, ao término dessa dissertação, num claro esforço de tornar inteligível uma sensação adulta, me sinto assim: como quem toca numa planta sensitiva e espera o rápido fechamento. Com isso quero dizer que ao contrário do que se comenta no meio acadêmico acerca da escrita de monografias, essa dissertação não foi um “parto” e não foi composto por momentos excessivamente dolorosos. O processo foi muito mais tranquilo do que eu próprio poderia imaginar no início. Essa calma e paz se devem, sobretudo, às pessoas que contribuíram e que me deram condições de realizar esse trabalho. Familiares, amigos, colegas, professores e trabalhadores que tiveram participação indireta e direta neste trabalho serão lembrados. Caso haja omissões, a “conta” deve constar na fatura de uma memória um pouco cansada, embora eternamente grata.

Os anos da graduação na Universidade Federal da Bahia foram fundamentais para a construção do projeto que redundou nessa dissertação. Com a companhia inicial de três veteranos do curso de História, Célio Araújo, Cristiano Alves e Mariana Pontim, eu, Júlio Pinheiro e David Rehem ingressamos no grupo de estudo que se dedicou a discutir textos acerca do anticomunismo. David Rehem, Cristiano Alves e Júlio Pinheiro terminaram sendo os interlocutores mais assíduos quando já era bolsista de Iniciação Científica (IC). A todos eles minha gratidão.

Esse grupo foi coordenado pelo professor Muniz Ferreira. Fui seu orientando por dois anos de IC e seu aluno em diversas disciplinas. Com Muniz aprendi um pouco mais do esforço necessário para estudar. Porque conhecimento requer disciplina e persistência. Chama a atenção o misto de erudição e simplicidade que faz parte das sessões de orientação. No entanto, creio que minha gratidão para com Muniz se deve “simplesmente” ao fato de que foi ele quem me abriu as portas da pesquisa em História. Ao mesmo tempo, me tornou, se posso assim dizer, um pesquisador autônomo já que a relação entre orientando e orientador, sempre muito cordial e respeitosa, supunha, implicitamente, a autonomia intelectual como objetivo.

Por fim, desejo agradecer a todos que comigo conviveram na Universidade Federal da Bahia, dentre professores, colegas e técnico-administrativos. Também sou grato àqueles que conviveram comigo em outros espaços adjacentes à universidade, tornando, de modo criativo, ela uma instituição que se faz presente em todos os espaços da vida social de um estudante.

Cléber, Priscilla, Victor Zimmer, Amanda, Carlos, Ana Luíza, Larissa, Giselle, Simão, Serginho e tantos outros...

Em Salvador, fui adotado por meus tios no decorrer dos quase 4 anos que morei com eles. Acompanhei o cotidiano de suas vidas e dele fiz parte. Tio Chico é uma figura rara por vários motivos e com ele aprendi, dentre outras coisas, o significado prático do conceito “lugar social”. Convenhamos que por si só bastaria esse ensinamento para os quase 4 anos terem valido a pena. Contudo, não foi só isso. Tia Myrian me fez sentir em casa a tal ponto que na minha cabeça “cartesiana” parecia estranho ter duas casas. E, por fim, Bernardo, meu primo, com quem dividia o quarto, foi um grande companheiro porque não só pude tornar minhas a suas angústias (e vice-versa) como pudemos torná-las riso sempre que possível. O ambiente parecia muito com o da minha própria casa: livros, almoços e jantares com discussões (nem sempre tão) elevadas.

Durante a minha pesquisa tive que ir ao Rio de Janeiro duas vezes. Em ambas fiquei hospedado em casas por intermédio de Tia Myrian (mais um ponto de gratidão para a fatura). Na primeira vez conheci Vera, Almir e dona Lúcia. Fui tratado como rei. Numa segunda ocasião estive hospedado com Ana Cristina e Paulo e seus filhos Viviane, Maurício e Júlia. De ambas as famílias que me fizeram sentir acolhido e me brindaram com conversas, guardo as mais ternas lembranças, muito obrigado.

No Rio pesquisei no APERJ, CPDOC e AN. Em todas as instituições fui tratado excepcionalmente bem. No APERJ gostaria de dar meus parabéns a Ana Lúcia, Joyce e Johenir que foram prestativos e atenciosos com este baiano errante. No CPDOC Renan aturou minhas intensivas e longas horas de escuta e leitura de documentos, tendo que sempre ir e voltar com pastas e mais pastas. Por fim, no AN, toda a equipe merece as congratulações. Um membro, porém, eu devo destacar. Joel gastou comigo alguns minutos preciosos para me ensinar os caminhos e descaminhos daquele monstruoso arquivo.

Na Bahia pesquisei na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, no setor de jornais raros e agradeço àqueles senhores inquebrantáveis que lá permanecem. O Centro de Memória da Fundação Pedro Calmon poderia constar aqui de maneira elogiosa. Mas na verdade cumpriu um desserviço às tais políticas de transparência e liberdade de informação do Estado.

À CAPES que me financiou durante 2 anos.

Por meio da rede mundial de computadores requeri documentação de duas instituições. Em uma delas, o Arquivo Público Mineiro, mantive contato com Denis da Silva. A ele devo a documentação do acervo de Arthur Bernardes que faz referência a Otávio Mangabeira. Da Schlesinger Library, na Universidade de Harvard, tive acesso à

correspondência entre Mangabeira e Freda Kirchwey. Agradeço a Sara Hambleton pela solicitude ao enviar uma cópia do original.

Na Universidade Estadual de Feira de Santana, devo agradecer aos colegas da turma do Mestrado em História. Todos eles contribuíram de algum modo com esse trabalho. Agradeço especialmente a três: Jeedean Gomes, Rodrigo Osório e Larissa Penelu. Esta última é um espírito raro de intelecto aguçado. Meu trabalho e, principalmente, minha trajetória intelectual deve muito a ela. Rodrigo foi o meu mais freqüente interlocutor durante a jornada. Tornamos o mestrado uma experiência permanentemente engraçada, até mesmo quando entraves burocráticos ameaçaram tirar nosso sorriso. Além disso, as contribuições de um historiador do século XVIII foram mais freqüentes para o meu trabalho do que se pode imaginar à primeira vista. Rodrigo me fez reafirmar o espírito solidário que deve pautar toda atividade humana, mesmo a mais solitária que é pensar. Sou grato aos professores do Programa de Pós-Graduação que se esforçaram e o fazem todos os dias para torná-lo melhor. Um especial agradecimento à coordenadora Elizete da Silva. E a Andrei e Julival que se dedicaram diariamente a decifrar os meandros da burocracia.

Ao orientador, Eurelino Coelho. Atarefado em razão da extrema solidariedade, soube, ao meu ver, confiar no trabalho de um orientando que falou pouco – ou pelo menos falou menos que a média – sobre suas pesquisas e escritos. Soube apontar os problemas e sugerir soluções. Soube ouvir e falar, não de modo a aconselhar. Melhor, falou de modo que eu encontrava uma solução. No fim, ficava parecendo que eu tinha encontrado sozinho.

A Thaísa Mercês pelo incentivo persistente até quando nem eu mesmo cria mais.

Ao Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU) devo grandes momentos de debate. Encontrei um ambiente frutífero para pesquisa e discussão em grupo. Manuela, Diego, Ricardo, Rafaela, Yolanda, Flavinha, Paulão, Kelman, Tom, Rafael e Igor são apenas alguns dos mais marcantes. Devo a eles alguns dos melhores *insights* que julgo ter tido nos últimos 2 anos.

A Rogério Fátima que me ajudou em alguns momentos em que me via na defensiva com meu orientador. Foi um entusiasta do meu projeto quando teve a chance de discuti-lo.

Ao professor Rinaldo Leite e Valter Guimarães que compuseram minha banca de qualificação e me proveram, a partir de leituras cuidadosas, com inúmeras sugestões.

Aos amigos Rodrigo Borges e Siddharta que, cada um a seu modo, me ajudam a fazer da minha vida uma trajetória digna para mim mesmo. Que me acompanham sobretudo nos reclames a partir dos quais tiramos boa parte das nossas risadas.

A Vanessa pela leveza e risos dos últimos meses.

Aos familiares. E, principalmente, lembrando de minha avó materna, Lourdes, e avô paterno, Nilton, que certamente teriam gostado de ver o neto ganhar mais um diploma e escrito tantas páginas.

E, por fim, a quem dedico este trabalho, meus pais, Lourdes e Geraldo. Para além das condições materiais que me propiciaram, para além do carinho, é justo dizer que a participação deles nesse texto é incontornável. Em minha vida, dos sucessos e das derrotas eles fazem parte. E só por não me deixarem só em ambos os momentos já seria o bastante para um agradecimento. Cabe-lhes, porém, muito mais. Do que possuo para lhes oferecer como mostra de gratidão, dedico-lhes apenas os méritos deste trabalho, onde quer que eles possam ser encontrados.

Por fim, todos os deslizes cometidos nas seguintes páginas são de minha única e exclusiva responsabilidade.

Resumo

Esta dissertação trata da trajetória de dois grupos políticos que construíram uma ambivalente aliança política. Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira são eixos estruturadores desse trabalho. A disposição da monografia está dividida em quatro momentos, sendo o primeiro uma exposição rápida das trajetórias de Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira. O segundo reporta-se à construção do liberalismo baiano em diálogo com outras expressões regionais e, também, com estratégias de interação entre grupos internacionais. O terceiro refere-se ao anticomunismo, componente precípua da UDN, como fator aglutinador de grupos dirigentes cujas divergências foram minimizadas face ao “populismo” varguista e ao avanço do PCB. O quarto capítulo destaca a importância desses dois agentes no americanismo forjado no país, principalmente a partir da segunda metade da década de 30, influenciando na construção de liberalismo e anticomunismo inventado no Brasil. A relevância desse trabalho, por fim, situa-se na historicização da ética liberal de um grupo dirigente local com influência nacional.

Palavras-chave: Juraci Magalhães; Otávio Mangabeira; UDN; anticomunismo; liberalismo.

Abstract

This dissertation is about the trajectory of two political groups that built a controversial political alliance. Juraci Magalhães and Otávio Mangabeira are structuring axis of this work. The disposition of this dissertation is divided in four chapters and the first one is a short exposition of Juraci Magalhães and Otávio Mangabeira's trajectory. The second one assesses the construction of liberalism in Bahia in dialog with other regional expression and, also, with interaction strategies with international groups. The third chapter refers to anticomunism, a fundamental compound of UDN, as agglutinating factor of leading classes whose divergences were minimized when they faced “populism” of Vargas and the advance of PCB. The fourth chapter highlights the importance of these two agents of the Americanism forged in this country. Mainly it is about the second half of the 30's and it analyzes how they both influenced on the construction of liberalism and anticomunism invented in Brazil. The relevance of this work, then, is situated on the historicizing of the liberal ethics of a leading local group with national influence.

Key-words: Juraci Magalhães; Otávio Mangabeira; UDN; anticomunism; liberalism.

Introdução	9
Capítulo I – Otávio Mangabeira e Juraci Magalhães: aspectos de duas trajetórias	15
1. Juraci Magalhães	16
1.1. No Ceará	16
1.2. O Exército	19
1.3. Os “tenentes”	22
1.4. A organização do PSD	23
1.5. Sucessão de Vargas e aliança possível	26
1.6. Autonomismo dividido entre Juraci Magalhães e Getúlio Vargas	27
1.7. Estado Novo e o embrião da União Democrática Nacional (UDN)	28
2. Otávio Mangabeira	29
2.1. Os Mangabeira	30
2.2. O Colégio do Arlindo: entre a Águia e a Raposa	31
2.3. A queda da República Velha e a década de 30	34
2.4. Três momentos da campanha do Brigadeiro	38
Capítulo II –	42
A tradição liberal na Bahia: classes dirigentes e disputas intestinas no tempo da assim chamada “Era Vargas”	
1. “Hércules quasímodo”: feições do liberalismo brasileiro	43
2. Notas sobre o liberalismo na Bahia: da República Velha à década 30 por uma questão de classe	51
3. Liberalismo e democracia na Bahia no tempo de Otávio Mangabeira e Juraci Magalhães	58
4. Entre rupturas e aproximações forçadas: aspectos estruturais e conjunturais da fundação da UDN na Bahia	72
5. Da orfandade democrática ao regozijo liberal: aspectos do novo bloco histórico conservador na Bahia	81
6. Ser liberal nas décadas de 30 e 40 na Bahia	83
Capítulo III – Anticomunismo na Bahia: sociedade política e repressão	91
1. Os medos de classe na Bahia: da insubordinação escrava ao anticomunismo	92
2. Invenção do perigo de classe	95
3. A construção do anticomunismo como política de Estado – do “Governo Provisório”	99
4. “Juracisismo”, “autonomismo”, comunismo e anticomunismo	108
5. Um levante integralista na Bahia	123
6. O autonomismo anticomunista	126
7. A UDN e o anticomunismo	133
Capítulo IV –	
Notas preliminares acerca do <u>american way of life</u> na sociedade política baiana	140
1. Mangabeira e os EUA	146
2. Precedentes da UDN: a União Democrática Brasileira (UDB)	157
3. Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira: vias distintas a Nova Iorque	159
Considerações Finais	169
Fontes	171
Bibliografia	172

Introdução

O tema dessa dissertação é o processo de aproximação entre Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira durante as décadas de 30 e 40 do século XX. Tentei investigar em que medida a aproximação desses dois sujeitos significou o estreitamento entre o autonomismo e o juracismo, dois dos grupos que se forjaram na sociedade política baiana após o movimento de 1930. Também busquei compreender as bases programáticas e sociais que envolveram o processo.

A metodologia utilizada para a exposição das interpretações que fiz da documentação pesquisada enfatizou, sempre que possível, os mecanismos internos e externos à sociedade brasileira. A hipótese central desse trabalho articula o anticomunismo, liberalismo e “americanismo” como eixos ao redor dos quais girou a aproximação entre os grupos políticos dirigidos por Mangabeira e Juraci Magalhães. Todos esses três elementos foram, ao mesmo tempo, fenômenos brasileiros porque tiveram aqui expressões *sui generis* de suas manifestações e fenômenos transnacionais porque ocorreram também em outras sociedades apresentando, em alguns aspectos, similitudes com os processos experimentados no Brasil. A visão totalizante da análise histórica inspirou esta investigação tendo em vista que busquei compreender as determinações diversas dos processos ora em exame, a partir da mobilização de categorias de análise que elege as lutas sociais como foro privilegiado para o estudo das sociedades.

Compreendi que, para realizar uma investigação da natureza a qual pretendi fazer, deveria empreender uma análise da classe dominante baiana. Com esse conceito, tão amplamente criticado nos últimos anos, pretendi entender os mecanismos levados a cabo pelos sujeitos de uma classe para construir consensos. Por classe, entendo um processo de identificação entre sujeitos situados em posições semelhantes em relação aos meios de produção. Ao mesmo tempo entendo que esse fenômeno é acompanhado pelo processo cotidiano de experimentação da condição de classe. Portando tanto o aspecto relacional como do ser cotidiano como experiência da condição de classe devem ser considerados, sobretudo, quando trato da história dos grupos dirigentes. (WOOD, 2003, p 89)

Por vezes Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e outros são chamados de “intelectuais”. O leitor atento saberá diferenciar as diferentes acepções do termo no decorrer do texto. Muitas vezes a palavra se refere ao entendimento usual dado, a saber, referente ao sujeito dado a trabalhos intelectuais, como a escrita, o debate e a leitura. Noutras tantas vezes,

“intelectual” se refere a mais uma noção gramsciana. Aquela que supõe o intelectual orgânico como aglutinador e elaborador das idéias da classe a qual pertence, influenciando diretamente na cultura de modo a solidificar a hegemonia do grupo do qual fazia parte. Muitas vezes Mangabeira e Magalhães desempenharam esse papel e isto é destacado no texto. Mais uma vez com Gramsci:

“E não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica. Mas este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil e cheio de contradições, de avanços e recuos, de debandadas e reagrupamentos; e, neste processo, a ‘fidelidade’ (e a fidelidade e a disciplina são inicialmente a forma que assume a adesão da massa e a sua colaboração no desenvolvimento cultural como um todo) da massa é submetida a duras provas.” (GRAMSCI, 2006, vol 1, p 104)

As idéias de dominação e hegemonia aparecem quase que como sinônimos embora não o sejam. O uso do termo hegemonia não significa, de modo algum, a ausência de coerção nas relações sociais. Faz referência aos processos que forjam consenso, como por exemplo, a idéia de nação. Nesse trabalho, “classes dominantes” tem nexos com grupos de dominação econômica bem como aos sujeitos que compuseram a sociedade política. Tenho ciência que os termos, para serem melhor compreendidos, requerem uma longa discussão que, entretanto, será apenas superficial aqui. Gramsci e alguns comentadores constituíram as inspirações para este trabalho no que tange essa questão. Christine Buci-Glucksmann, em *Gramsci e o Estado* sugere que “analisar a constituição de um aparelho de hegemonia significa mostrar que o conceito de hegemonia não está inicialmente relacionado apenas com o momento cultural e não se esgota na função dos intelectuais como soldadura das ‘relações entre classe e superestrutura’.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p 77) Hegemonia, nesse trabalho, deve ser entendida, portanto, como construção de hegemonia em processo; deve também significar uma mensuração da capacidade que Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e seus pares adquiriram para construir consensos, tornando gerais suas visões de mundo. A capacidade que eles construíram ao longo das décadas de 1930 e 1940 de estabelecer unidade política é o exercício de hegemonia.

Daí decorre a ampliação da noção de Estado em Gramsci, no qual a hegemonia se manifesta a partir dos aparelhos de Estado. De acordo com a autora

“o aparelho de Estado não se limita de maneira alguma tão somente ao aspecto institucional-estatal, compreendido e existindo enquanto tal. É certo que, no quadro de um parlamentarismo clássico (se este existe...), a hegemonia política da classe dominante passa pela ‘combinação da força e consenso,’ combinação cujo ‘termômetro’ é a opinião pública. Porém, mesmo nesse caso limite, os modos de organização do consenso permanecem complexos, duplamente articulados: segundo uma instância teórico-prática e uma instância jurídico-econômica. Pois, essa

hegemonia política, pelo fato de apoiar-se em partidos políticos, não deixa de passar pelos diferentes canais e redes da sociedade civil.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p 142)

“Na medida em que qualquer Estado desenvolve, paralelamente ao ‘funcionamento da coerção’, um funcionamento ao nível da ideologia e da economia, o aprofundamento dos laços entre a força e o aparelho de produção passa pelo campo complexo das superestruturas, através de um desdobramento metodológico de seu funcionamento.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p 126)

O Estado ampliado, portanto, “pressupõe a tomada em consideração do conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade, a maneira como ela poderá realizar sua ‘hegemonia’, ainda que ao preço de ‘equilíbrios de compromisso’, para salvaguardar seu próprio poder político”. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p 126) Trata-se um Estado que transcendeu o papel econômico-corporativo. Passou a ser um agente de convencimento, prestando-se a uma função de classe já que ele próprio dirigido por interesses de classe.

Às vezes utilizo a noção de classes subalternas para designar grupos sociais submetidos algum tipo de exploração, dominação e direção. Por não se tratar do tema desse trabalho, preferi usar uma categoria analítica ampla o bastante para abarcar a heterogeneidade desses sujeitos. Seguindo Gramsci: “A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica”. (GRAMSCI, 2002, vol 5, p 135) Isso explica, ao menos em parte, a decisão de não adentrar nos processos relativos aos grupos subalternos.

A documentação

Esse estudo deriva dos trabalhos de iniciação científica. A fonte trabalhada naquele momento foi a imprensa oficial do Estado da Bahia. O “Diário Oficial do Estado da Bahia” foi pesquisado entre os anos de 1925 e 1935. Fiz a leitura do “Diário da Assembléia” que era um anexo daquele jornal com os discursos de deputados e senadores – até 1930 a Bahia tinha um Senado Estadual. Continuei com a pesquisa da imprensa oficial entre os anos de 1935 e 1945, seguindo o plano da iniciação científica. Acrescentei, a essa pesquisa, a leitura dos textos biográficos e autobiográficos de Juraci Magalhães. Passei a ajudar na catalogação da documentação de Otávio Mangabeira. O Centro de Memória da Fundação Pedro Calmon ficou responsável pela guarda do acervo pessoal de Mangabeira e contratava estagiários para realizar a tarefa de sumarização dos documentos. Em meados de 2006, quando encerrei meu período no Centro de Memória, iniciei a feitura do projeto de monografia para finalizar meu

curso de graduação e, quem sabe, concorrer numa seleção de mestrado. Fiz o anteprojeto na expectativa de que alguns meses depois a documentação já estivesse disponível para o público. Todos os indícios, àquela época, faziam crer nessa probabilidade. Já estava sendo feito o trabalho de correção das sinopses já inseridas no sistema virtual e a máquina de digitalização estava em vias de iniciar as operações. Visitei, algumas vezes, o Centro de Memória para saber as quantas andava a tal documentação e esta sempre esteve fechada para pesquisa. Certa feita, presente ao local, foi-me informado que deveria requerer um agendamento via correio eletrônico. Fiz isso, e, infelizmente, não obtive resposta. A documentação que segue citada no decorrer desse trabalho foi anotada ao longo do período em que ajudei na catalogação do material.

Recebi tratamento diferente do Arquivo Público Mineiro, da Biblioteca da Universidade de Harvard, do Arquivo Nacional, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC – FGV), do Arquivo Público do Estado do Rio Janeiro e do setor de Periódicos e de Jornais Raros da Biblioteca Central da Bahia.

Do Arquivo Público Mineiro obtive cópias das correspondências entre Artur Bernardes e Otávio Mangabeira, bem como cópias de inúmeros dos manifestos públicos e cartas de Mangabeira ao General Dutra. Da Biblioteca da Universidade de Harvard me foi enviada, sem custo, uma carta de Mangabeira à Freda Kirchwey que muito ajudou na apreciação inicial das relações de Mangabeira com a intelectualidade estadunidense. Do Arquivo Nacional, os relatórios dos delegados das localidades interioranas da Bahia me ajudaram a compreender a natureza do anticomunismo praticado durante o Estado Novo. Esse último corpo documental terminou por não ser incorporado na dissertação. No CPDOC – FGV tive acesso aos acervos pessoais de Juraci Magalhães, Aliomar Baleeiro, Arthur Neiva, João Mangabeira, Oswaldo Aranha, Juarez Távora e Getúlio Vargas de onde extraí grande volume de documentos entre manifestos, telegramas, cartas, relatórios e depoimentos/entrevistas. O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro possui, em suas dependências, grande quantidade de documentos relativos à polícia política. Tive acesso e fiz cópias de correspondências copiadas pela polícia, relatórios de polícia acerca da atividade comunista e do nível de lealdade do governo Estadual. Por fim, na Biblioteca Central da Bahia tive acesso a importantes números de jornais. Não realizei pesquisa seriada dos jornais que seguirão citados nesse trabalho – *A Tarde*, *Diário de Notícias* e *O Imparcial*. Trabalhei com mais afinco no *A Tarde* e no *Diário de Notícias* por terem sido veículos, respectivamente, do autonomismo e do juracisismo, desde o início da década de 1930. Colhi

dados a partir da escolha de datas importantes como, por exemplo, a sublevação comunista em novembro de 1935. A partir disso, estabelecia os parâmetros da amostragem.

Capítulos

Como já expus a tese central dessa dissertação, convém agora informar o modo como está exposto o argumento de acordo com os capítulos do texto. No primeiro tento reconstruir aspectos das trajetórias de Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira. Não trouxe à luz fatos aleatoriamente. Explicitiei informações que julguei importantes já que em nenhum momento me propus a fazer uma biografia dos sujeitos supracitados. As trajetórias que pretendi abarcar nesse trabalho são os caminhos políticos e a “evolução” ideológica dos sujeitos como exemplos de formações sociais mais amplas que suas próprias individualidades. Assim, nas breves linhas em que reconstruí as vidas públicas de ambos, tentei fazê-lo sem a preocupação de expor as variadas opções que lhes avizinhavam. Ainda que entendesse interessante fazer, imagino que nos capítulos seguintes a noção de múltiplas possibilidades, ainda que imerso num campo de limitações, se faz presente. O primeiro capítulo é uma tentativa de mesclar uma narração de nascedouro e vida intelectual com a inserção no mundo da vida pública. Além disso, busquei realçar as posições políticas de cada um deles nos momentos críticos da República bem como as de seus grupos políticos.

No segundo capítulo inicio o primeiro argumento. Esboço objeções a pensadores que, por um lado, criticaram a trajetória do liberalismo brasileiro por este não ter cumprido “tarefas históricas”, e, por outro, elegeram um grupo a ser chamado de liberais apenas porque se situavam na oposição a um governo. Tento mostrar como Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira tinham muito mais em comum em meados da década de 1930 do que a historiografia faz entender. Esta elege o segundo como liberal em oposição aquele ainda que dez anos antes da fundação da União Democrática Nacional quando, de fato, fizeram parte do mesmo partido, tenha compartilhado idéias parecidas. Por fim, destaco o equívoco dos pensadores sobre o Brasil que viram o liberalismo como uma idéia fora de lugar. O liberalismo no Brasil desempenhou funções análogas àquelas que cumprira na Europa. Sua vinculação com a democracia é tardia e não é necessária, haja vista a escravidão. Mesmo sua acepção de democracia deve ser historicizada, coisa que não fiz.

O terceiro capítulo trata do anticomunismo. Como fenômeno global ele chega ao Brasil e rapidamente se torna nacional. Os dois sujeitos não se constituem como grandes

anticomunistas na década de 1930. Passam a ser na medida em que o embate entre comunismo e capitalismo se deu de forma mais evidente, a partir da década de 1940. Ainda assim, o comunismo foi pretexto e motivo de existência de inúmeras organizações, inclusive, estatais. O anticomunismo apareceu, em dado momento, como mote aglutinador dos grupos dirigentes e é exatamente desse modo que é entendido nesse trabalho: como um dos aspectos motivadores da união entre Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira.

O quarto e último capítulo trata do que chamei imprecisamente de “americanismo”. Nesse momento, talvez aquele que tenha sido mais prejudicado pela impossibilidade de pesquisar com pormenores o acervo de Otávio Mangabeira, tentei estabelecer relação entre a cultura, o imperialismo estadunidense e os sujeitos pesquisados dentro do coletivo ao qual pertenciam. Ou seja, nesse capítulo tentei demonstrar como as peças locais se puseram a serviço de mecanismos de dominação global. Assim, entendi que também esse aspecto influenciou na forja da aliança que culminou na UDN baiana.

Os capítulos desse trabalho foram escritos ao longo dos dois últimos anos. Digo isto porque, de fato, cada um desses textos foi escrito em diferentes momentos. Espaçados por meses, o que pode parecer pouco tempo, carregam em si alguma heterogeneidade, sobretudo, relativa à redação. Ajustes foram feitos para evitar essa diferença, por assim dizer, estilística, entre os capítulos. Entretanto, o leitor não deve estranhar esse fato se dele se aperceber.

Capítulo I

Otávio Mangabeira e Juraci Magalhães: aspectos de duas trajetórias

Este primeiro capítulo tem como objetivo apresentar ao leitor rápidas informações a respeito das trajetórias de Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira. O uso de fontes secundárias foi intenso. A formação dos grupos políticos dos quais ambos eram partícipes destacados também foi analisada, ainda que de modo tímido posto que o intuito desse capítulo é apenas informar o leitor com dados que serão mais discutidos nos próximos capítulos.

A inspiração para esse capítulo é a formulação lapidar de Pierre Bourdieu acerca da biografia entendida como trajetória. A idéia da biografia como descrição linear da vida de um sujeito é descartada e redefinida inserindo a trajetória num campo de possibilidades:

O sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra (de um posto profissional a outro, de uma editora a outra, de uma diocese a outra etc.) evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado. O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, 2002, p 190)

A disposição desse capítulo é a seguinte: duas divisões estruturais. A primeira será dedicada a uma narrativa a respeito de Juraci Magalhães e suas experiências. A divisão dessa primeira parte obedecerá a uma cronologia desde sua formação em Fortaleza a sua entrada no Exército quando começou a estabelecer vínculos orgânicos com a instituição, da organização do movimento de 1930 até a construção da União Democrática Nacional (UDN).

Na segunda parte Otávio Mangabeira será estudado de maneira a traçar um pouco do perfil do político baiano do início do século XX. Ao mesmo tempo sua aproximação com os mais variados sujeitos da sociedade política da Bahia bem como sua vida intelectual serão abordadas como aspectos constituintes do campo político baiano do tempo estudado. Assim, da mesma maneira que na parte anterior, esta segunda seção terá uma feição cronológica no seu desenvolvimento. Desde os anos de faculdade e participação em redações de jornais às suas primeiras experiências políticas, da sua ascensão como membro proeminente da sociedade política baiana à sua volta do 2º exílio e conseqüente fundação da UDN.

1. Juraci Magalhães

A maior parte da documentação utilizada para a exposição a seguir é o material produzido pelo próprio Juraci Magalhães por meio de depoimentos ao Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC – FGV). Algumas ressalvas foram feitas na análise desse material. No entanto, trabalhos de pesquisa no intuito de assegurar a veracidade de certas informações não foram feitos, como por exemplo, a checagem da certidão de nascimento de Magalhães. Outras informações foram checadas com cruzamento de fontes, como por exemplo, sua participação em episódios do movimento de 1930. O depoimento de Juraci Magalhães utilizado como base para a análise que se seguirá foi colhido por pesquisadores do CPDOC – FGV em 1977, portanto, apresenta claros sinais de que suas memórias têm ligação com um Juraci Magalhães vivido, sustentáculo da Ditadura Militar e já ciente de seu legado para a história política do Brasil.

1.1. No Ceará

Nascido em 1905, Juraci Montenegro Magalhães, empenhou-se na carreira militar antes dos seus dezoito anos no 23º BC de Fortaleza. Fruto da emigração de sua família do sertão cearense, Magalhães nasceu na capital. Sua família paterna parece ter vivido um processo de ascensão social já que em razão do movimento migratório teve a chance de construir uma posição social a partir do comércio de livros de seu pai, Joaquim Magalhães. Não é possível discorrer acerca do papel de seu pai no mundo rural de Uruburetama relativo ao prestígio e posição de classe que ele tenha ocupado. Sabe-se, no entanto, que em Fortaleza, Juraci Magalhães pôde definir os laços de classe, no sentido de pertencimento a um certo grupo social. Joaquim Magalhães pode participar do círculo da classe dominante da sociedade da capital cearense que, apesar de restrito, permitiu que ele mantivesse diálogo com grupos tradicionais.

O matrimônio de Juraci Magalhães pode ser explicado, levando em consideração as estratégias de grupos de parentesco para manutenção e ascensão de posições. Devem ser inseridas nesse contexto as relações estabelecidas por seu pai: “Meu pai e o general Raimundo Borges, pai de Lavínia, eram amigos pessoais, embora adversários políticos.” (MAGALHÃES, memórias, p 40)

De acordo com seu depoimento ele diz, acerca da participação política de sua família, focando na atuação de seu pai:

Atuação política, entretanto, teve apenas muito reduzida: era um político diletante e não se envolveu o suficiente para disputar cargos públicos. No tempo do marechal Hermes, é verdade, ocupou a Secretaria de Fazenda do governador interino Carvalho Mota, que era um banqueiro muito seu amigo, recebendo esta deferência como uma espécie de reconhecimento por sua participação nos acontecimentos que determinaram a ida do interventor Franco Rabelo para o Ceará. (MAGALHAES, 1982, p 38)

Em seguida, aponta para questões que indicam algo mais profundo ligado à influência real de Joaquim Magalhães em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX:

A despeito de sua amizade com o velho Borges, papai mantinha uma relação política e também de amizade pessoal com o chefe do partido tavorista do Ceará. Era ele, Fernandes Távora, o médico que papai chamava quando algum de nós adoecia. Os dois eram bons amigos, mas no tempo da interventoria Távora tiveram um desentendimento. Politicamente não se estimavam mais, e isto teve reflexos no meu relacionamento com Juarez, que no seu livro de memórias, injustamente, manifestou certo ressentimento comigo. (MAGALHÃES, 1982, p 40)

Trata-se de algo que, embora requeira mais trabalho de pesquisa para confirmação, pode ser entendido como uma tentativa, por parte do grupo em ascensão de galgar espaços sólidos para preservação de uma certa posição social.

Há dois momentos da entrevista de Juraci Magalhães que podem explicar a ascensão, ou ao menos parte dela, de seu pai, Joaquim Magalhães:

Aos poucos, conquistou um espaço na sociedade local e granjeou uma boa reputação. Com alguns colegas, criou a Fênix Caixeiral – Sociedade dos Caixeiros Cearenses, tornando-se um líder de sua classe. Mais tarde, à medida que seus méritos iam sobressaindo, assumiu outros cargos: chefe da maçonaria, provedor da Santa Casa de Misericórdia, presidente do Ceará Esporte Clube e do Clube Iracema... (MAGALHÃES, 1982, p 37)

Num outro momento, ao falar da circunstância que provoca a mudança de seu avô paterno, do interior sertanejo para uma outra região, ele afirma: “Quando meu pai melhorou de vida, mandou buscá-lo e comprou para ele um pequeno sítio em Maracanaú, onde nós veraneávamos”. (MAGALHÃES, 1982, p 39)

Se por um lado, o segundo trecho citado retrata uma situação geralmente desejada pelo migrante, qual seja, de melhorar as condições de vida, o primeiro descreve mecanismos de ascensão em frentes diversas daquelas relacionadas unicamente trabalho como espaço social: a estratégia que levou à aquisição de capital simbólico a partir da participação na maçonaria, Santa Casa de Misericórdia e em Clubes sociais e na organização e direção de entidades de classe. Mesmo que *a posteriori* é possível destacar, em dois planos, questões fundamentais para a reconstrução da trajetória de Magalhães: 1) seu próprio tempo narrativo traça uma

biografia linear de seus antepassados calcando a ascensão social no mais perfeito paradigma liberal já que supõe o esforço individual como principal prerrogativa para o sucesso; 2) o próprio processo de ascensão em si que permitiu a Juraci Magalhães pleitear posições de privilégio e direção na sociedade cearense desde cedo.

Dentre os doze filhos e filhas de Seu Joaquim, três partiram para a medicina, um foi militar, um se tornou funcionário público do Distrito Federal, o outro acabou funcionário de banco público e as mulheres se casaram com general e coronéis. Do ponto de vista de uma estratégia familiar de sobrevivência, descontando três óbitos, fica patente a organização segura do grupo de parentesco. O caráter empreendedor da atividade comercial aparece apenas como o primeiro impulso da ascensão social; a estabilização e solidificação da posição no campo social seguiram a tendência de tomada de pontos estratégicos e seguros da organização estatal como forma de trabalho e status. Assim, é de se supor que, principalmente numa sociedade sexista e machista, o papel dos homens no sentido de assegurar posições para si e para mulheres com algum vínculo de parentesco tenha passado pela negociação entre famílias. No meio militar, por se tratar de um tipo de organização que se esforça para forjar uma cultura própria, a proliferação de uniões matrimoniais, resultando em “famílias” de militares, são comuns. Trata-se aqui de um exemplo, por um lado, de ascensão de um grupo familiar, os Magalhães, ao mesmo tempo em que outro grupo perpetua sua existência na posição de conservação – os Borges, a família da esposa de Juraci Magalhães.

Magalhães não pertencia a um grupo familiar desconhecido já que sua mãe Júlia Montenegro Magalhães tinha no sobrenome do meio a tradição decaída que, nas palavras do próprio Juraci, “tinha pequenas posses e, acima de tudo, uma posição social mais elevada do que a família de meu pai.” (MAGALHÃES, 1982, p 40)

Prossegue Magalhães, montando o cenário: “Na verdade, é na família de minha mulher Lavínia que se encontram os antecedentes políticos mais marcantes.” (MAGALHÃES, 1982, p 40) Afirma também, paradoxalmente, que seu “pai tinha espírito público e acompanhava o Fernando Távora, irmão do Juarez e chefe do Partido Liberal do Ceará, que participou da conspiração [relativo ao movimento de 1930], fez também a “Revolução de 1930”. A política era uma atividade inteiramente paralela à vida de meu pai.” (MAGALHÃES, 1981, p 20) Talvez não fosse uma participação tão puramente diletante por parte de Joaquim Magalhães quanto descrita acima. Embora tenha sido discreta e episódica sua participação nas atividades políticas no Ceará, Joaquim Magalhães de fato teve algum poder de influência nas tomadas de decisões na sociedade política.

Juraci Magalhães casou aos 23 anos com Lavínia Borges, em 1928. Ela, filha do então Tenente-Coronel Raimundo Borges, carregava o peso da tradição familiar no estado. A essa altura, Magalhães já havia freqüentado importantes centros educacionais de Fortaleza: o Liceu do Ceará e o Colégio Sagrado Coração de Jesus. A importância de ter cursado o então ensino primário e secundário naquelas instituições foi a sua inclusão num círculo de privilegiados da elite cearense.

Após ter terminado o ensino secundário no Liceu do Ceará, Magalhães ingressou, em julho de 1922, no 23º Batalhão de Caçadores, em Fortaleza. Lá permaneceu por pouco mais de seis meses quando já se vivia a influência, na Escola Militar de Realengo, da Missão Francesa de 1919 que mudara a matriz doutrinária do Exército brasileiro. Sobre sua entrada no Exército ele afirma: “Vim para o Exército, não por vocação guerreira, mas porque éramos uma família de 12, e eu via os sacrifícios de meu pai para educar os filhos.” (MAGALHÃES, 1981, p 18) Para depois concluir: “Vim para o Exército como uma maneira de me educar, uma maneira mais branda para o meu pai, sem maiores sacrifícios para ele. Via o que ele gastava para educar o Jurandir e o Eliézer, e formá-los médicos”. (MAGALHÃES, 1981, p 19)

Assim, como tantos outros fizeram e continuaram a fazer no decorrer do século XX, Magalhães submeteu-se à rigidez do Exército com vistas à educação, meio clássico de ascensão social no mundo burguês.

1.2. O Exército

Em Fortaleza, no dia 5 de julho, dois dias depois de ingressar no Exército, foi preso, segundo Magalhães

porque cantei o ‘Seu Mé’, uma música inventada pelos partidários do Nilo Peçanha na campanha contra Artur Bernardes:

‘Ah, seu Mé, ah, seu Mé,
Lá no Palácio das Águias
Não há s pôr o pé.

O povo prefere a goiaba campista.

Ai, rolinha [era o apelido do Bernardes], desista. (p 41)

Foi então aí que seu pai influenciou para sua soltura. Joaquim Magalhães também, num segundo momento, precisou intervir para evitar sua supressão dos quadros do Exército. (p 42) O princípio de sua atividade no Exército teve sequência muito em função do poder conquistado por seu pai em Fortaleza.

Não sem divergências militares brasileiros aceitaram a vinda da Missão Francesa. Uma parte deles detectou a inferioridade dos equipamentos franceses em comparação aos alemães e ingleses. Durante a Missão, setores da imprensa atacavam seus rumos e, sobretudo, o intento francês de refazer os parâmetros germânicos, antes seguidos pelo exército. Questões ligadas à hierarquia e organização afligiam os oficiais e deixaram em polvorosos grupos das baixas patentes. Isto posto tem como objetivo compor, ainda que superficialmente, o cenário interno de conflito no Exército.

Juraci Magalhães chegou a Realengo em 1923 quando os tenentes fizeram-se declaradamente francófilos e iniciaram uma rebelião no Forte de Copacabana. Os estudantes da Escola Militar de Realengo foram detidos e interrogados. (MCCANN, 2007, p 288) No período da entrada de Magalhães no Exército, essa instituição passava por mudanças substanciais. Repetidamente seu papel era questionado no âmbito da República bem como a escolha de uma filiação doutrinária – a escola francesa – dividira membros do Exército, sobretudo em razão do desfecho inconcluso da Primeira Guerra Mundial. Ou seja, do ponto de vista técnico, os militares brasileiros debatiam acerca de qual seria a melhor e mais poderosa máquina de guerra que deveria inspirar o Exército. A escolha pela Missão Francesa se deu, também em razão da influência da Linha Maginot que inaugurou um rápido vigor das estratégias militares que elegiam como ênfase tática as fortificações grandes e, principalmente, imóveis, apostando numa longa vida à guerra de posições. O argumento técnico dos militares brasileiros que defendiam a vinda da Missão Francesa era contestado por outros que viam na aparelhagem de artilharia alemã (os famosos canhões *Krupp*), na cavalaria pesada inglesa e na capacidade de produção americana opções mais vantajosas para um reaparelhamento do Exército nacional. Inúmeras acusações de corrupção, com acusações da imprensa, e as já amplamente debatidas condições sociais da República Velha culminaram no movimento iniciado em 1922. A convivência de Juraci Magalhães com a Missão Francesa parece ter sido mais indireta que direta já que é citada apenas no seguinte trecho:

Passei o ano de 1927 no Ceará. Mas em 1928 vim para a Vila Militar e servi numa companhia comandada pelo Capitão Edgar Facó, um grande oficial que depois foi ministro do Supremo Tribunal Militar. O Facó tinha trabalhado com a Missão Francesa e, como ele estava na tropa, a nossa companhia era muito usada pelos franceses nos exercícios de demonstração para os alunos da Escola de Aperfeiçoamento. Tive, então, um convívio maior com a Missão Francesa. (MAGALHÃES, 1981, p 46)

As reverberações da Revolta do Forte de Copacabana são assim descritas por Juraci Magalhães:

Havia no Ceará, àquele tempo, uma corrente de oposição ao Governador Justiniano de Serpa. O Liceu do Ceará era, como sempre acontece nos meios estudantis, um foco de resistência ao Governo. Fizemos uma passeata contra a candidatura Bernardes e a favor da candidatura Nilo Peçanha. Isso redundou na prisão de muitos alunos, inclusive eu.

(...) Na realidade, no nosso caso não existia. [relação entre o movimento do Forte de Copacabana e a manifestação contrária a Arthur Bernardes] Nós não conspirávamos. Sabíamos que o Tenente Ataulpa de Alencar Lima era a favor da Revolução e, então visitamos o quartel do 23º Batalhão de Caçadores, mas a participação do Ceará nos acontecimentos de 22 foi irrelevante. (MAGALHÃES, 1981, p 47)

A escolha por uma estratégia de movimento, por parte da Coluna Prestes e do movimento inaugurado naquele ano, retrata bem uma divisão interna do Exército que, se não explica a totalidade das determinações que envolvem o movimento dos tenentes, ajuda a compreender um pouco da dinâmica interna das Forças Armadas.

Juraci Magalhães entrou numa instituição que, amparada pela hierarquia e auto-imagem de referência moral da República, deixava cair a máscara da congruência entre realidade e o “dever ser”. Há ainda que ser estudada as diferentes formas como o Exército debatia internamente as questões regionais no Brasil para, inclusive, elucidar aspectos das trajetórias de sujeitos como Juraci Magalhães no sentido de sua vinculação à causa nordestina e, posteriormente, à causa baiana. Magalhães passou a ser um exemplo, no decorrer de sua trajetória, de identificação com a Bahia, enquanto Nordeste. Foi assim no início de sua fase tenentista como seguidor do “Delegado do Norte” – Juarez Távora – e depois quando já influenciado pela luta com o regionalismo baiano, e inspirando parte desses ares, decidiu-se pela carreira política com bandeiras notadamente regionais.

A participação de Magalhães no movimento iniciado em 1922 foi irrelevante até finais da década de 20. Ao menos é isso que indica uma análise que escolhe como parâmetros sua idade, uma aferição aproximada de seu prestígio e de sua capacidade de aglutinação naquele momento.

Ele diz sobre quem viria a ser seu chefe no movimento:

Conheci pessoalmente o Juarez em 1927, no Rio de Janeiro, quando vim servir na Vila Militar. Ele estava morando aqui no Rio, escondido. Trabalhava numa olaria no subúrbio, e exercia uma atividade conspiratória muito intensa. Juarez foi um dos conspiradores mais hábeis que encontrei na vida. (p 48, 1977)

Mesmo que só tenha encontrado Juarez Távora em 1927, como será visto a seguir, desde 1923, ele já havia iniciado as atividades de conspiração. Compreendendo a estrutura na qual se situava Juraci Magalhães em seus anos de juventude, pode-se inferir que a conspiração como prática cotidiana montada pelos setores “tenentistas” do Exército tinha ligação profunda com os antecedentes históricos de Juraci Magalhães, de membro de uma família em ascensão

social. As teses que vinculam os movimentos contestatórios da República Velha – dentre os quais o “tenentismo” – à insatisfação de grupos médios da sociedade brasileira tem, na trajetória de Juraci Magalhães, um bom exemplo de sua eficácia. Mesmo que as ambivalências apareçam principalmente quando surge a necessidade de conceituar os tais setores médios. Aqui, parece sensato definir a idéia de “setores médios” como grupos sociais em ascensão que não possuem capital simbólico para competir com os detentores de posição mais elevada no campo social como as famílias do litoral nordestino que possuem grandes faixas de terra.

1.3. Os “tenentes”

Iniciei a minha vida pública como tenente revolucionário. Particpei da Revolução 1930 e fui chefe da revolução militar na Paraíba, onde fiz meus primeiros conhecimentos políticos, com José Américo, Antenor Navarro, Ademar Vidal, Basileu Gomes, Rui Carneiro, Francisco Cícero, Borja Peregrino, Ademar Londres, Ávila Lins, Gratulino de Brito.

(...) Como ia dizendo, comecei a minha vida pública como tenente revolucionário. Eu tinha 25 anos e assumi grandes responsabilidades. Saí da Paraíba para atacar Recife, onde inicialmente tinha fracassada a Revolução. (MAGALHÃES, 1981, p 4)

Para Juraci Magalhães a campanha rápida que envolveu o processo revolucionário de 1930 é o início de sua vida pública. No seu longo depoimento repetidamente citado nesse trabalho, Magalhães relata com diversos pormenores a campanha. Em inúmeros momentos se afirma como o homem de vanguarda. (MAGALHÃES, 1981, pp 6-9) Magalhães trata, sobretudo, de nomear um longo rol de sujeitos com os quais disputou posições ideológicas no decorrer de sua longa vida pública, sugerindo que há um legado supra-ideológico dos tenentes para a história da República. Tal postura sugere também uma tentativa de forjar uma memória acerca da importância daquele movimento para a história política brasileira.

Uma boa parte dos laços de solidariedade desse grupo foi forjada durante atividade conspiratória, iniciada em meados de 1923, Magalhães diz:

Desde 23 comecei a conspirar com Costa Leite, que depois se tornou comunista, e com o Silo Meireles, que também se tornou comunista. Nós conspirávamos juntos. O Juarez era meu chefe direto.

(...) O Juarez era bem mais antigo [fazia parte o grupo de oficiais que havia sido preso quando do Movimento de julho de 1922 no Forte de Copacabana], mas era cearense e, como disse, o irmão dele era ligado politicamente a meu pai, de maneira que eu tinha essa afinidade com ele. Ele é o padrinho do meu filho Jutáí, tomado, aliás, quando estava no exílio. Não foi quando ele era vice-rei, não. Eu o tomei por padrinho do meu filho quando estava conspirando, em 27. (MAGALHÃES, 1981, p 40)

Para Magalhães o Ceará teve uma participação decisiva na Revolução de 30:

Juarez Távora era cearense, nosso líder. Fizemos um núcleo revolucionário no 23º B.C. Mais tarde, Jurandir Mamede e eu nos transferimos para à Vila Militar do Rio de Janeiro, onde continuamos conspirando. Juntos, fomos para a Paraíba em fevereiro de 1930 e lá fizemos a Revolução de 3 de Outubro. Os cearenses que se destacaram em outros setores, o Landri Sales, Júlio Veras, João Carvalhedo, Carlos Cordeiro, Ari Brígido Correira, esses foram com Djalma Baima e Antônio Martins de Almeida revoltar o 23º Batalhão de Caçadores, que estava participando do cerco ao Governo João Pessoa na Paraíba. (MAGALHÃES, 1981, p 48)

Além de referir-se a sujeitos que viriam a ser elementos da mais alta importância no campo das tomadas de decisões no interior da sociedade política, Magalhães reacende a idéia, por ele posta, de que boa parte de seus contatos políticos foram efetivados por meio desse movimento. E continua:

Todos os contatos que nós, militares, tínhamos com a chefia dos civis era com José Américo e, principalmente, com Antenor Navarro. José Américo era realmente o chefe civil da Revolução. Na noite de 3 para 4 de outubro, quando desencadeamos a Revolução, o José Américo chefiava a Revolução na Polícia Militar da Paraíba, com o João Costa, o Coronel Sobreira...
(...) Tinha um grupo civil que conspirava sob a chefia do José Américo. O Antenor Navarro era o chefe do estado-maior, um elemento que se expunha, rapaz formidável. (MAGALHÃES, 1981, p 67)

A chegada de Magalhães à Bahia foi repelida por inúmeros argumentos e um deles tinha ligação com o fato de ser militar. Anteriormente foi citado um trecho que fez referência a uma rusga entre Juarez Távora e Juraci Magalhães acerca de uma questão interna da política cearense:

O Juarez fez muita questão de instituir o maior número possível de governos civis.
(...) Então, havia muitas dissensões.
[O problema das dissensões] Era a não aceitação da chefia do Fernandes Távora. Os tenentes achavam que deveria ser um governo mais isento de partidatismo. Uma bobagem, eu acho. O que era certo era organizar um partido para que a Revolução continuasse no tempo, através de partidos políticos. (MAGALHÃES, 1981, p 71)

Assim, é possível notar que também entre os tenentes e militares a questão do poder local e regional limitava grande parte das tentativas de organização de partidos com programas nacionais, como sugere o arenista Juraci Magalhães de 1977.

1.4. A organização do PSD

Juraci Magalhães foi feito interventor após duas tentativas revolucionárias de indicar civis para a interventoria. Ele teria sido indicado por Vargas para assumir a interventoria. Segundo Magalhães afirma, ele teria sido pressionado por Oswaldo Aranha e Góis Monteiro, juntamente a Vargas, para assumir a direção do estado. Magalhães relata que ele teria

condicionado sua aceitação à anuência do então “Vice-Rei” do Norte, Juarez Távora, a quem Juraci Magalhães se via subordinado que, por sua vez, se pôs favorável à tripla indicação. (MAGALHÃES, 1981, p 96)

Ainda que se mostre excessivamente modesto ao dizer que “não conhecia nada”, o depoimento que se segue dá uma clara noção do tipo de oposição que foi feita a Juraci Magalhães e, principalmente, os mecanismos que ele se utilizou para sobrepujá-la.

Não conhecia nada, cheguei lá, me ambientei e fiz esse trabalho de arregimentação política.

Quando fui assumir a interventoria na Bahia, eu ia em um navio, com o Néelson de Melo, que ia ser secretário de Segurança em Pernambuco, e o Carneiro de Mendonça, que ia ser interventor no Ceará. (...) Quando o navio encostou, tinha umas dezenas de pessoas que os tenentes tinham arranjado para ir-me esperar, um grupo onde não havia uma atuoridade, um só valor político; só os tenentes revolucionários tinham valor, como revolucionários. Mas, de valor político, não tinha nada. (...) Fiz contatos, tinha comunicação (o que era muito importante), e dava muita entrevista pela imprensa. Criei um programa de rádio, e toda semana eu falava no rádio. Assim, fui-me comunicando. D. Augusto, que era arcebispo naquele tempo e que depois foi cardeal, me hospedou no Palácio quando cheguei à cidade, à frente das tropas revolucionárias. Mais tarde, quando já era interventor, ele disse: ‘Olhe, Tenente Juraci, tenho dialogado muito com os seus adversários, e sempre pergunto por que, na opinião deles, o senhor não pode ser o interventor. Eles alegam que o senhor é militar. Eu respondo, dizendo que militar não é um defeito, é uma profissão. Um civil poder ser, e um militar também. Depois, dizem que o senhor não nasceu na Bahia e é cearense. Respondo, dizendo que também sou pernambucano, só sou baiano de coração. Finalmente, dizem que o senhor é muito moço... (MAGALHÃES, 1981, p 79)

Apesar da recepção tumultuada que Magalhães recebeu, o grupo tenentista conseguiu construir um grupo político. Inicialmente cercou-se de um grupo com sujeitos marcantes da sociedade baiana. O primeiro deles foi o arcebispo da Bahia, dom Augusto Álvaro da Silva, “pernambucano já experimentado na forma educada do distanciamento baiano”. (TAVARES, 2001, p 389) O presidente do Tribunal de Justiça, Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt, pai de Clemente Mariani que seria um grande parceiro. João Marques dos Reis também viria a ser um importante componente dos quadros juracistas no decorrer da interventoria. Depois, mais marcante, foi a constituição do PSD, Partido Social Democrático:

Eu tinha, na minha bancada, sete professores universitários – João Marques dos Reis, Clemente Mariani, Edgar Sanches, um grande filósofo; Magalhães Neto, pai do dr. Antônio Carlos Magalhães e professor da Faculdade de Medicina; o dr. Prisco Paraíso, professor da Faculdade de Direito e homens como Arlindo Leoni, Medeiros Neto, que depois foi presidente do Senado; e João Pacheco de Oliveira, que foi vice-presidente da Câmara. Toda essa gente de tanta sabedoria política e de tanta importância, toda essa gente aceitou a minha liderança. (MAGALHÃES, 1981, p 73)

Juraci Magalhães precisou reconstruir as relações de poder entre as diferentes esferas substituindo o que ele chamou de “chefes locais”. Procedeu desalojando os antigos grupos dominantes e apoiando as oposições.

Mas eu organizei bem a política municipal. Por exemplo, o Gileno Amado era chefe de Itabuna e contra o João Mangabeira. Com o meu apoio, ele ganhou espetacularmente. Em Ilhéus, também era o João Mangabeira, e eu botei o Artur Lavigne, a quem fiz candidato a deputado federal, e foi eleito. Entreguei a chefia a ele. Assim, fui organizando a política. Francisco Rocha, que tinha sido do grupo legalista, aderiu à Revolução. Entreguei a ele Barreiras, a área do São Francisco. E Clemente Mariani foi secretário do Partido Social Democrático da Bahia. (MAGALHÃES, 1981, pp 74-5)

Muito provavelmente não foi tão simples quanto ele faz supor a partir do depoimento mas o fato de terem sido desalojados dessas esferas de poder aqueles que depois comporiam o autonomismo dá substância à sua versão.

A reação autonomista se deu de várias maneiras, mas foi vigorosa, principalmente, através da imprensa. O episódio da ‘invasão’ da Faculdade de Medicina pela polícia quando da ocorrência da Revolta Constitucionalista em São Paulo e culminou na prisão de inúmeros notáveis baianos e dos estudantes da faculdade deu brecha a uma intensa campanha contra o interventor. Mais de trinta anos depois, Magalhães relembra o episódio:

“Eles não foram presos na penitenciária; eles foram presos num pavilhão isolado da penitenciária, não tinham nada com os presos. Mas, isso, eles exploraram com muita sabedoria política, sempre jogaram isso em cima do pobre tenente interventor.” (MAGALHÃES, 1981, p 103)

No início, porém, a reação dos políticos baianos decaídos parece ter sido mais de estranhamento que de oposição aberta:

Os dirigentes tinham escrúpulos de aparecer. Pedro Lago, por exemplo, almoçou comigo na casa do ex-ministro Francisco Sá, que era tio de minha mulher. Ele tinha sido candidato a governador, mas a Revolução não o deixou empossar. Era, portanto, um homem contra a Revolução. Mas ele levou o almoço todo instilando na minha cabeça a figura do Medeiros Neto como um dos homens mais aproveitáveis da Bahia. Realmente, quando cheguei à Bahia, procurei o Medeiros Neto e ele imediatamente ficou ao meu lado. Foi um dos companheiros de organização política. Altamirando Requião, que era diretor do jornal *O Diário de Notícias*, esse tinha sido sempre candidato a deputado federal e nunca fora eleito por causa da ata falsa; não deixavam vez para ele. Ele me ajudou muito. O Marques dos Reis, que tinha sido secretário do Governo Calmon, era uma figura intelectual, grande advogado e de grande prestígio na sociedade. Então, fui tendo conversas individuais com eles, em almoços e jantares. (MAGALHÃES, 1981, p 115)

Assim, posicionando baianos em pontos chave do governo Magalhães ganhara prestígio e simpatia, na sua visão, o bastante para tocar um governo.

Dois momentos especialmente emblemáticos da interventoria de Magalhães foram espancamento de Simões Filho e o livro de Seabra. O livro de José Joaquim Seabra *Humilhação e devastação da Bahia* constitui-se como um libelo crítico ao interventor Juraci Magalhães. Sua réplica, *Defendendo meu governo*, por parte de Magalhães demonstra o quão

acirrada se transformou a luta política. Ocorreu também o espancamento do dono do vespertino *A Tarde*, Ernesto Simões Filho. As acusações do crime recaíram sobre os ombros de Juraci Magalhães. (CALMON, 1986, p 175) O evento do espancamento seria lembrado sempre junto ao episódio da Faculdade de Medicina em agosto de 1922 como dois marcos da truculência de Juraci Magalhães.

1.5. Sucessão de Vargas e aliança possível

Com a aproximação das eleições de 1938 e as seguidas manobras para manter-se à frente do governo, o núcleo dirigido por Getúlio Vargas impetrou uma série de medidas a fim de obter seus propósitos. Juraci Magalhães, desde a sublevação comunista de novembro de 1935 já tinha entrado em rota de colisão com setores influentes daquele núcleo por não haver cooperado com a polícia de Filinto Müller, ao ter ajudado seu irmão, Eliézer Magalhães, militante da Aliança Nacional Libertadora, a fugir do cerco repressor. Para além disso, como será também visto nos capítulos a seguir, uma parte significativa dos militares que apoiavam o governo iniciaram um processo de dissensão com a continuidade de Vargas no poder, com todas as implicações político-econômicas que isso viria a ter. Assim, foi tentada uma articulação que Juraci Magalhães afirma ter iniciado em sua cabeça, que compunha uma lista tríplice a ser entregue a Vargas para acordar sobre a sucessão que deveria eleger um dos seguintes nomes como candidato de consenso: José Américo, Armando de Sales e Medeiros Neto. De acordo com seu depoimento foi induzido por Vargas a iniciar negociações para dissuadir Armando de Sales a interromper sua campanha em prol de uma candidatura única somente para depois ser desautorizado pelo presidente. (MAGALHÃES, 1981 p 136-8)

Segundo ele,

Fiz um grande esforço nesse sentido [de agrupar setores que desejavam impedir a continuação de Vargas]. Lembro-me que, nas nossas conversas, já contei a visita que fiz ao Armando de Sales, em São Paulo. Procurei o Presidente Getúlio Vargas e pedi a autorização dele para articular uma candidatura para sua sucessão. (MAGALHÃES, 1981 p 157)

A posição de outros sujeitos “graúdos” da sociedade política foi assim descrita por Magalhães:

Agora, o Lima Cavalcanti e o Flores eram a favor da candidatura do Armando, mas aceitaram o meu plano e encontraram uma cobertura moral para a nossa posição contra o Getúlio. Então, Lima Cavalcanti ficou comigo, solidário comigo até a queda. O Agamenon, naturalmente, com a força que tinha, tripudiou sobre o Lima Cavalcanti, escreveu artigos horrorosos contra ele. Foi uma tristeza. (MAGALHÃES, 1981 p 169)

A candidatura de José Américo aparecia como desestabilização já que veio depois e ainda por cima dividiu os setores que não desejavam a continuidade de Vargas. Assim, já em agosto de 1937, a tentativa de construir uma candidatura única entre José Américo e Armando de Sales foi infrutífera: “Os campos já estavam muito definidos para todas as pessoas que estavam engajadas na campanha. Eu, por exemplo, não podia abandonar a candidatura de José Américo de jeito nenhum. Quem estava com o Armando de Sales também não podia.” (MAGALHÃES, 1981 p 179)

Juraci Magalhães também explica porque não poderia tomar uma atitude de oposição aberta ao presidente Vargas como fizeram outros setores:

Eu não podia tomar uma atitude contra o Presidente Getúlio Vargas sem uma explicação à opinião pública, para não parecer que eu tinha sido um ex-discípulo que se rebelava contra o mestre, o protegido contra o protetor. (...) Sua candidatura [Armando de Sales] tinha tomado uma conotação antigetulista e eu não poderia apoiar o Armando de Sales sem provar à Nação que tinha tentado uma solução em harmonia com o Presidente Vargas. (MAGALHÃES, 1981 p 158)

Já ciente da decisão de Magalhães, desde 1936, de não apoiar sua continuidade, Vargas e os grupos responsáveis por construir sua continuidade trabalharam pela cisão no PSD na Bahia. Contaram, para tanto, com apoio de Medeiros Neto, João Pacheco de Oliveira e João Marques dos Reis ao golpe: “Essa cisão foi montada pelo Agamenon, através do Pacheco de Oliveira, que depois foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar, em compensação pela cisão.” (MAGALHÃES, 1981 p 166) Juraci Magalhães atribui papel preponderante ao pernambucano Agamenon Magalhães no trabalho de cindir o partido.

1.6. Autonomismo dividido entre Juraci Magalhães e Getúlio Vargas

“A oposição a mim estava perfeitamente bem informada. O que havia era que uma parte da oposição a mim, a parte chefiada por Otávio Mangabeira, era muito mais adversária do Presidente Getúlio do que de mim.” (MAGALHÃES, 1981 p 175) Já a partir de 1936 a oposição a Magalhães na Bahia tinha ciência de sua discordância do presidente. Apenas grupos composto por sujeitos como Simões Filho tiveram posturas que lembravam os primeiros anos da década de 1930. Por outro lado, já era evidente que Otávio Mangabeira tinha ciência que o principal inimigo não era mais Juraci Magalhães, e sim, Getúlio Vargas. As ambivalências a esse respeito serão revisitadas no próximo capítulo. Nesse momento é importante frisar os primeiros passos da trégua entre Juraci Magalhães e os autonomistas.

Para Magalhães, portanto, não houve surpresa quando a oposição assumiu diversos postos estratégicos no estado após 1937:

Quando o dr. Getúlio começou a pensar em organizar o golpe de estado, tendo eu me recusado a colaborar, evidentemente Agamenon Magalhães, um político muito hábil, procurou dividir as forças políticas que me apoiavam. (...) Num dos momentos mais difíceis para mim na Comissão de Estado de Guerra (houve uma comissão responsável pelas medidas adotadas no Estado, consequência do estado de guerra), o comandante da Região, General Antônio Fernandes Dantas, propôs a prisão de algumas pessoas, inclusive do Deputado Nestor Duarte, líder da oposição na Assembléia. Naturalmente protestei, mostrando a autoridade com que o fazia, pois o Nestor era um dos adversários mais aguerridos contra mim. Isso mostra que havia uma ala dentro da oposição que também não era simpática ao dr. Getúlio. Otávio Mangabeira foi sempre um impenitente adversário do Presidente Vargas, mas outros elementos passaram a colaborar com o Presidente Vargas para a organização do seu governo, como o dr. Simões Filho. (MAGALHÃES, 1981 pp 189-190)

Como fruto daquela divisão já explicitada no próprio núcleo autonomista, o setor menos comprometido com a crítica ao regime e mais afeito às nuances do poder local resignaram-se ao predomínio estadonovista em troca da volta ao controle burocrático.

1.7. Estado Novo e o embrião da União Democrática Nacional (UDN)

Após sua renúncia, quando da implantação do Estado Novo, Juraci Magalhães foi transferido para a região de fronteira em Mato Grosso. Protestou e conseguiu entrar na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em 1938 terminou o curso para no ano seguinte comandar o 1º Regimento de Infantaria, também conhecido como Regimento Sampaio, aquartelado na Vila Militar do Rio de Janeiro. Durante os anos de 1940, 41 e 42 fez o curso da Escola de Estado-Maior. Foi mandado para os Estados Unidos para treinamento.

Fui mandado aos Estados Unidos fazer um curso em Fort Leavenworth e visitar os estabelecimentos militares de maior relevo: o Fort Benning, Fort Belvoir, Fort Jackson, na Carolina do Norte, o Fort Seal em Oklahoma, exatamente os elementos que correspondiam a cada uma das armas do Exército Americano. Voltei de lá com todos os planos para organizar em Recife campos de treinamento à semelhança dos que eu tinha freqüentado nos Estados Unidos. (MAGALHÃES, 1981, p 197)

Provavelmente durante esse período passou a fazer parte da lista de informantes da inteligência estadunidense, como também será demonstrado no decorrer dos próximos capítulos, sobretudo no quarto.

O cotidiano conspirativo fez parte da existência de Juraci Magalhães de modo que a frente antifascista fez com que, tal qual Mangabeira e outros liberais, ele tenha composto atividades com elementos das mais variadas correntes políticas.

Comigo conspiraram muito elementos de esquerda durante o Estado Novo, como o Júlio Sérgio de Oliveira. (...) Então, eu sabia que o Júlio era comunista, ligado ao Prestes. Como era comunista o Argemiro de Assis Brasil, e também esse rapaz que depois fundou um partido socialista, meu companheiro Nemo Canabarro Lucas. (MAGALHÃES, 1981, p 177)

Pouquíssimas informações existem sobre esse período da vida de Juraci Magalhães. No seu acervo privado não constam informações relativas ao processo de conspiração. Assim, resta analisar um último momento marcante antes do fim do Estado Novo: a famosa entrevista concedida por José Américo a Carlos Lacerda. Magalhães, em seu depoimento, explicita de maneira pormenorizada os meios utilizados pela imprensa e por grupos de pressão para forjar situações de desestabilização. Também essa ação desestabilizadora da imprensa será melhor analisada no capítulo III. Trata-se aqui do ano de 1945, momento em que se estuda a melhor maneira de derrubar o aparato estadonovista.

Junto a esse processo está o pleito eleitoral envolvendo o General Dutra e o Brigadeiro Eduardo Gomes. Juraci Magalhães tinha uma proposta para construir o governo Dutra em aliança com a UDN. Teria dito Magalhães a Dutra:

General Dutra, o senhor sabe que o nosso objetivo é a redemocratização do país. Nós estamos fazendo uma campanha. Se o senhor ganhar, o senhor vai precisar do apoio das forças udenistas, que têm o que há de melhor na vida pública brasileira, em matéria de qualidade, de capacidade. Da mesma maneira, se o Eduardo ganhar, ele vai precisar de elementos que apoiaram o senhor. Temos que fazer uma reconstitucionalização do País a partir da estaca zero. Então, essa colaboração recíproca vai ser uma imposição dos fatos. (MAGALHÃES, 1981, p 218)

Parte significativa dos udenistas não foram favoráveis a essa proposta que terminou por vigorar.

2. Otávio Mangabeira

Para esta parte do trabalho foram utilizados escritos biográficos e algumas fontes primárias. A maior parte dos trabalhos biográficos trata Mangabeira de maneira elogiosa e, ao contrário dos textos a respeito de Juraci Magalhães que são auto-biográficos, os biógrafos de Mangabeira são quase todos admiradores, ex-correligionários e amigos. Alguns exemplos são claros como Jayme de Sá Menezes que tem relação de parentesco com um antigo professor de Mangabeira. Assim, este, por ocasião da morte de seu professor disse: “A Artur

de Sá Menezes, (...) deve a Escola Politécnica da Bahia serviços inestimáveis, de que posso dar testemunho”. (ARINOS, 1980, p 38) Outros exemplos como Yves de Oliveira tratam Mangabeira sob a égide da “admiração autonomista”. Não foi possível encontrar nenhum trabalho de cunho acadêmico sobre o tribuno baiano. Os cuidados com a análise das fontes secundárias foram diferentes daqueles identificados no exame de trajetória de Juraci Magalhães. Tratou-se de despir o texto do frequente discurso apologético acerca de Mangabeira já que não se intentou analisar as manifestações do discurso autonomista. Para alguns a trajetória de Mangabeira foi símbolo máximo da “eloquência da simplicidade”. (ARINOS, 1980, p 10) Há dois aspectos dignos de observação: a eloquência enquanto forma de trazer a atenção e a simplicidade como suposta prática genuinamente baiana. No decorrer das linhas que seguem alguns traços de ambos os aspectos serão evidenciados.

2.1. Os Mangabeira

Otávio Mangabeira nasceu no final do século XIX, em 1886. A 27 de agosto daquele ano Francisco Cavalcanti Mangabeira e Augusta Mangabeira, pai e mãe, viram nascer alguém que construiria uma trajetória significativa para história política do Brasil. Francisco Mangabeira era farmacêutico e pouco interesse tinha por política ainda que fosse fiel à monarquia na figura de Pedro II. (MANGABEIRA, 1978, p 17) Sobre sua mãe poucas notícias há.

Mangabeira foi um dos quatro filhos do casal referido acima. Além de Otávio, Carlos, Francisco e João Mangabeira constituíram a família sendo que Otávio era o caçula. Sobre a vida estudantil, alguns trechos de biógrafos referem-se a sua trajetória: “Realizou, com grande brilho, os seus exames preparatórios em dois anos, de sorte a matricular-se, em 1900, com ainda 13 anos de idade, no Curso Anexo da Escola Politécnica da Bahia, cujos cursos foram inaugurados em 1897.” (ARINOS, 1980, p 13)

Sua escolha posterior pelo curso de engenharia teria sido “sugestão de seu irmão João, no sentido de que, tendo Carlos, o primogênito, seguido a carreira do pai, Farmácia; Francisco, Medicina; ele, João, Direito, devia Otávio cursar Engenharia”. (ARINOS, 1980, p 13) Sobre esse momento, também se diz que “teve, assim, Otávio que, a contragosto, marchar para a Escola de Engenharia de Salvador, que vinha a ser fundada, e onde acabou professor de Astronomia. Não elaborou porém nenhuma planta de construção civil e deve ter dado poucas aulas.” (ARINOS, 1980, p 7) Reconhecido pelas inúmeras anedotas que marcaram sua

trajetória e o imaginário acerca de sua vida, uma delas é citada por Ruy Santos quando ele, Mangabeira, agradecendo a homenagem lhe feita pela Escola de Engenharia no tempo da sua aposentadoria, teria dito: “Engenheiro e professor, chego a esta altura da vida sem ter sido nem uma coisa nem outra”. (ARINOS, 1980, p 7)

Mangabeira pertencia à “casta” de intelectuais baianos do início de século. Como diz Paulo Santos Silva:

É interessante notar que os oradores mais expressivos desse contexto deixaram pouca coisa impressa em forma de livro. A crença na força da palavra refletiu-se na profusão de discursos – modalidade elevada ao extremo por Rui Barbosa, em quem os oradores baianos buscavam inspiração, procurando imitá-lo. Não por acaso, João Mangabeira, um dos seus discípulos fiéis, destacou-se antes pelos discursos que pelos livros publicados. A projeção intelectual de Otávio Mangabeira deveu-se quase exclusivamente aos discursos parlamentares, o que foi reconhecido e elogiado por contemporâneos e pósteros. (SILVA, 2000, p 89)

A partir dessa informação, não é difícil compreender porque a palavra escrita não foi uma tônica na trajetória de Mangabeira.

Mangabeira não lia. Não era dado ao devorar de livros. Conta Afonso Arinos, nas sua Memórias, e que o recorda em bela página, que Otávio indo, certa feita, à sua casa, na rua Dona Mariana, foi recebido, como do hábito do ilustre político mineiro, na biblioteca, as estantes empilhadas de livros. E o grande brasileiro, na sua irreverência, ponderou: ‘Político com livro em casa nunca deu certo. Quem tinha mais livro, era o pior dos políticos: chamava-se Rui Barbosa. (ARINOS, 1980, p 9)

2.2. O Colégio do Arlindo: entre a Águia e a Raposa

Mangabeira designou como “choupana da rua das Laranjeiras” o pavilhão de aulas da Escola de Engenharia. Dizia ele, em 1949, que “os estudantes de medicina, instalados na vizinhança, ao lado da Catedral, no seu palácio, cheio de veneradas tradições, motejavam da nossa choupana da rua das Laranjeiras, ridicularizando-a com o apelido de ‘colégio do Arlindo’”. (ARINOS, 1980, p 15) A referência a Arlindo provavelmente teve ligação com o fundador da Escola de Engenharia, Arlindo Coelho Fragoso.

Mangabeira entrou para o magistério da Escola de Engenharia em julho de 1907, quase dois anos após sua formatura, em dezembro de 1905. Entre os anos de 1908 e 1911, período em que compôs o Conselho Municipal de Salvador, participou das atividades acadêmicas.

Professor, explica-se porque o fui, pouco depois de formado, e até de três cadeiras ao mesmo tempo. Não é que estivesse em condições de dar cabal desempenho a semelhante empresa. O caso foi um pouco diferente. Engenheiros Cíveis na Bahia eram então fruta rara. Não davam para contar-se pelos dedos das mãos. E o ordenado, na Escola, dos lentes catedráticos, se limitava a 100 mil réis por mês,

miseráveis honorários (...). Estes mesmo 100 mil réis se pagavam impontualmente, visto como o governo, por seu turno, só pagava quando podia ao Instituto Politécnico a subvenção modestíssima com que este mantinha a Escola. Mais ainda, o professor, obrigado a três aulas por semana, deixava escrito num livro o resumo de cada lição, para o fim de, em caso de falta, lhe ser feito nos 100 mil réis o respectivo desconto. Ora, é claro que, em tais circunstâncias, só houve um meio de recrutar professores, e a este recorreu: era ir buscá-los entre os antigos alunos que se haviam de qualquer modo distinguido, e que aqui permaneciam depois da formatura. (ARINOS, 1980, p 18)

Durante esse período em que exerceu o magistério, Mangabeira teve dois cargos públicos. O primeiro deles foi a nomeação para “Auxiliar Técnico da Comissão Fiscal das Obras e Melhoramentos do Porto da Bahia” no mesmo período em que lecionou a disciplina “Navegação e Portos”. (ARINOS, 1980, p 24) O segundo foi o cargo de “Engenheiro Fiscal da Companhia de Gás, ‘Bahia Gaz Mard Eletric Company’, para o qual fora nomeado por Portaria de 24 de julho de 1909, do Ministro do Interior”. (ARINOS, 1980, p 25) Desempenhou essa função por mais de dois anos. Foram suas únicas atribuições no serviço público.

Otávio Mangabeira participaria também de iniciativas literárias, como era comum aos seus pares. Tal qual tantos outros, Mangabeira se envolvera na redação dos jornais *Diário de Notícias* e *Gazeta do Povo*, quando ainda estudante. (ARINOS, 1980, p 14) Participou de um grupo fundado no início do século XX, *Nova Cruzada*. (SILVA, 2000, p 91)

Um dos traços mais curiosos da trajetória de Mangabeira e, principalmente da escrita sobre ela, é sua recorrente relação com Rui Barbosa como se a sua trajetória fosse prosseguimento, aproximando ao sentido de superação, daquela.

Otávio Mangabeira, como Rui, foi homem da classe média, dentro do conjunto social, a mais estável, a classe de grandes virtudes. Falando de Rui, o admirável Santiago Dantas apontou que a sua vida foi um repertório dessas virtudes, circunstâncias e episódios que exornam o ideal ético da classe e constituem uma das forças profundas de que se alimenta sua fecunda trajetória social; ‘não teve os fatores e as facilidades da existência dos filhos das classes privilegiadas; foi um produto do seu trabalho e do seu merecimento’. Tal qual Otávio Mangabeira, homem da mesma classe, filho de um modesto boticário. De fortuna herdada, apenas a da formação moral; de riqueza pessoal, a do talento. (ARINOS, 1980, p 48)

Dos primeiros momentos de sua carreira política, os textos utilizados para uma breve reconstrução de sua trajetória, tratam pouco – ou quase nada – de sua filiação inicial ao seabrismo, em oposição a Ruy Barbosa. Assim o biógrafo Yves de Oliveira explica a posição tomada por Mangabeira, quando ainda Conselheiro Municipal acerca do pleito presidencial envolvendo Ruy Barbosa e Hermes da Fonseca, este último apoiado por J. J. Seabra, a velha raposa:

Chegou, afinal, o momento que julgou propício, para uma definida posição partidária. E ele o fez com diplomacia, fruto do seu temperamento e de sua cultura, medindo as palavras, usando-as com a maior prudência.

Ele sabia que, apoiando a candidatura Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, estaria contra a candidatura do mais eminente dos seus conterrâneos, uma das maiores figuras da Pátria e das Américas, a figura consagrada de Rui Barbosa! (ARINOS, 1980, p 150)

As seguintes citações expressam de maneira lapidar o esforço historiográfico que faz o biógrafo de Mangabeira, Yves de Oliveira, para ligá-lo a Rui Barbosa. No leito de morte, foi encontrada no bolso de Mangabeira uma citação de Rui Barbosa que dizia: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver crescer as injustiças, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude e rir-se da honra e ter vergonha de ser honesto.” Yves de Oliveira não destaca o aspecto dramático, desolado e recheado de resignação do texto; para Oliveira bastou destacar que Mangabeira foi “sempre discípulo de Rui, mesmo quando eventualmente seu adversário político, até na hora de morrer!...” (OLIVEIRA, 1971, p 279)

Luis Henrique Dias Tavares reconstrói rapidamente a trajetória política de José Joaquim Seabra e diz

Crítico da situação severinista-marcelinista, há muito no poder na Bahia, empolgou jovens ambiciosos da Escola Politécnica e da Faculdade de Direito, nos exemplos de Otávio Mangabeira, Ernesto Simões Filho e Antônio Moniz. Conquistou também a simpatia e o apoio de jovens oficiais do Exército e da Marinha, que se empenharam no início do governo Hermes da Fonseca (1910 – 1914) na chamada ‘derrubada das oligarquias’. Eles apoiaram sua candidatura ao governo da Bahia e a sustentaram no trágico episódio de 10 de janeiro de 1912 na cidade do Salvador [o bombardeio da cidade]. (TAVARES, 2001, p 332)

Em outro momento, de modo mais explícito diz sobre Mangabeira:

Quando ainda muito jovem (21 anos), Seabra o fez vereador e o elegeu depois duas vezes para a Câmara Federal, onde os seus mandatos se sucederam até a sua ascensão a ministro do Exterior no governo Washington Luís (1926 – 1930).

(...) Sabe-se que Otávio Mangabeira migrou com sucesso do tempestuoso quadro seabrista de 1918 para o ruísmo e para o calminismo dos irmãos Miguel, Antônio e Francisco Marques de Góes Calmon, afinal vitorioso em 1924. (TAVARES, 2001, p 454)

Para Tavares, Mangabeira já apresentava sinais de autonomia ao garantir a existência de um outro grupo político designado “mangabeiristas”, em referência a seus seguidores.

2.3. A queda da República Velha e a década de 30

O início do movimento de 30 não fazia crer que Mangabeira viria a ser um de seus maiores críticos. Supondo-se comprovável a afirmação que segue, a “Revolução de 1930” de fato leu o cargo de Ministro das Relações Exteriores como o mais técnico e discreto dos ministérios, não havendo, à primeira vista, outra explicação para o possível convite:

Um registro deve ser feito, sem dúvida, quanto a um fato histórico do maior relevo: Otávio Mangabeira, a 24 de outubro de 1930, foi sondado pela Junta Militar Governativa, a continuar no Ministério das Relações Exteriores do Brasil! Recusou o convite, naturalmente... (OLIVEIRA, 1971, p 118)

Como forma de punição pela recusa, Mangabeira terminou preso a 07 de novembro de 1930. Escreveu uma carta ao Presidente Vargas em que pedia, de maneira próxima à submissão:

Oiça-me V. Exa. Falo-lhe com a maior sinceridade, sem paixão, sem despeito, sem rancor, sequer sem ressentimento, já que V. Exa chefiou uma revolução triunfante, quero vê-lo assegurar-se, por serviço meritórios, na estima do País. Demais, se há uma situação comprometida com a prática de tolerância, é a que V. Exa. representa. Tolere-me, pois, o que lhe estou a dizer. (OLIVEIRA, 1971, p 123)

Não tendo êxito na sua tentativa de sensibilizar os revolucionários, Mangabeira, às vésperas de sua partida para o exílio, escreveu outra carta ao Presidente, desta vez, aumentando o tom das críticas aos procedimentos dos revolucionários.

Recusei os asilos diplomáticos que me foram oferecidos. Ministro das Relações Exteriores, que acabava de ser, prestava assim discreta homenagem à civilização da minha pátria. Não foi o Governo sensível à dignidade do meu ato. Não o soube interpretar. Prendeu-me. Que pena ele me inspirou neste momento! Transportou-me fora de horas, para um quartel. Deixou-me incomunicável. (...) Acabo de ser intimado para retirar-me do Brasil. Que tristeza! Não se me perguntou quais os recursos de que para tal dispunha. Como se a deportação, ela própria não tivesse regras. Como se os países estrangeiros fossem postos de degredo! Como se a eles não assistisse o direito de não receber tais emigrantes. Quão excessivo desconhecimento de cousas tão mezinhas! (OLIVEIRA, 1971, p 126-7)

Criticando, partiu a 25 de novembro de 1930 para a Europa. Tudo indica que tenha passado alguns meses em Roma antes de escrever a 12 de novembro de 1932 uma carta ao presidente do Supremo Tribunal da Justiça Eleitoral, Hermenegildo de Barros onde já iniciava as críticas à supressão de liberdades políticas de maneira mais elaborada. Antes disso, porém, ainda em Roma, Mangabeira enviou sua primeira mensagem pública, inaugurando um modo que lhe seria muito útil de fazer mostrar suas opiniões, intitulada “Ao Povo Brasileiro: Explicação necessária”. Ele pormenoriza as condições de sua prisão e revela suas primeiras críticas públicas ao movimento de 1930.

Iniciava-se de dentro mas, também, de fora da Bahia o movimento autonomista a partir da crítica vinda do exterior. Baianos exilados se opuseram ao regime e os que ficaram empreenderam sistemática campanha contra o tenente “hollandez”, sobre o qual segue uma análise no próximo capítulo. Yves de Oliveira, biógrafo de Otávio Mangabeira dizia em 1971, sobre o autonomismo:

Ainda não se pode ter a devida e imparcial ‘naturalidade’, para escrever sobre os acontecimentos desse momento histórico. Os historiadores e biógrafos do futuro devem de certo fixar melhor essa quadra política. Quem sabe se não cumprimos nós mesmos, mais tarde, isto que foi sempre um acentuado desejo de Mangabeira que achava alguém dever escrever sobre o chamado ‘autonomismo baiano’, julgado por ele uma ‘grande campanha cívica’... (OLIVEIRA, 1971, p 131)

Então, era assim que se viam os baianos decaídos, alijados do quinhão da direção do Estado, como que imbuídos de uma missão cívica de restauração.

Para lutar pela autonomia baiana, a serviço do Brasil, fundou-se, imediatamente, a ‘Concentração Autonomista’. Na primeira reunião do respectivo diretório (...) ficou esclarecido, sem opinião discrepante: a questão local do Estado se achava necessariamente subordinada à questão geral da República; e o plano, a ser posto em prática, seria o de uma ação nacional, nos termos, linhas acima referidos. (OLIVEIRA, 1971, p 158)

Oliveira cita a participação fundamental de Nelson Carneiro – “este que, nunca, realmente, esqueceu a ‘bandeira autonomista’ da Bahia” – no movimento de 1932 que culminou no já referido evento da Faculdade de Medicina a agosto daquele ano. Assim, com a participação de sujeitos mais ou menos crentes na “questão geral da República”, o autonomismo se inventou a partir de um traço de homogeneidade – o fato de ser baiano – que por pouco tempo fundamentou a oposição ao interventor “hollandez”. “As bulas de baianidade” distribuídas pelo velho Mangabeira eram complementadas pelas “sentenças condenatórias de holandesismo” de Simões Filho e J. J. Seabra.¹

Após o primeiro exílio na Europa, Mangabeira voltou ao Brasil a 10 de agosto de 1934 afiado no discurso pela autonomia da Bahia:

Volto a repetir-vos. Aqui estou. Venho buscar, na terra em que nasci, as energias de que necessito para prosseguir na jornada. Prosseguiremos juntos. Pela Bahia redimida e autônoma. Pela Nação soberana, senhora de seus destinos. Pela grandeza do Estado. Pela dignidade do País. (OLIVEIRA, 1971, p 135)

Fez o possível para construir uma campanha eleitoral para Governador do Estado em torno do autonomismo e, diante da necessidade de marcar posição face ao candidato tenentista, Mangabeira disse:

¹ As expressões são empréstimos. (LINS, s/d, p 22)

Se eu não opuser o meu nome ao do tenente Juraci Magalhães, não faltará, amanhã, quem alegue que só votou neste por motivo da minha deserção, atribuindo-se, pois, ao que se chamará meu comodismo, ou preocupação demasiada com vantagens imediatas, o colapso em que, porventura vier cair nossa terra. Acresce que é necessário que os baianos, que estejam sentindo conosco, tenham em quem possam votar. Depois, e para usar de uma expressão que já tem sido empregada – se é mister que o meu nome se queime, pela altivez da Bahia, bendito o fogo que o reduza a cinzas, tão pouco, ao demais, ele vale... (OLIVEIRA, 1971, p 135)

Ou seja, as eleições já estavam perdidas.

Tendo em vista o já explicado movimento que redundou nos violentos eventos da Faculdade de Medicina em agosto de 1932 travada entre São Paulo e o Governo Federal, havia, na visão de alguns autonomistas e, sobretudo, na de Mangabeira, uma aliança natural entre a Bahia e São Paulo (com a liderança deste último estado), firmada desde aquele ano. Essa tradição persistiu até o início do Estado Novo, tendo sido enfraquecida por uma divisão das forças paulistas. Sobreviveu ao período do Estado Novo e foi uma aliança que ajudou a fundar a UDN. Fez a seguinte interpretação, o biógrafo de Mangabeira, a respeito da conjuntura pré-1937 – fracionamento dos paulistas:

“Dessa ‘batalha’, como classificou Mangabeira, que se travou diminuindo as forças políticas de São Paulo, não resultou entendimento. Daí a facilidade com que contou, mais tarde, o Catete, para o ‘golpe de estado’. São Paulo ficou desunido em 1937, com a candidatura de Armando Sales! Mangabeira, em ‘Palavras...Ao vento’, declara a respeito dessa divergência: ‘Homens públicos paulistas, com os quais tive ensejo, ainda na Europa, de trocar impressões, ouviram-me externar a opinião de que, sobretudo depois de 1932, era em torno de São Paulo – na nossa comunhão federativa, o *primus inter pares* – que se teria de reorganizar a democracia brasileira’”. (OLIVEIRA, 1971, p 139)

Nas vésperas do golpe

“O Sr. Armando Sales teve uma conferência com o General Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, disposto que estava o candidato à presidência da República até a aceder na escolha de uma candidatura única, civil ou militar! Mangabeira, diante da situação, conferenciou com o Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Pedro Aleixo, e com o candidato José Américo, da corrente oposta, os quais pensavam como ele: ‘transigências, todas; perpetuação, nunca’...” (OLIVEIRA, 1971, p 140)

Aparece nesta última citação o momento que Mangabeira trava um diálogo com uma corrente que, se não era opositora à sua, não era exatamente um grupo de correligionários. Mesmo assim, Mangabeira teria procurado José Américo do mesmo modo que Juraci Magalhães procurou Armando de Sales: no intuito de construir uma candidatura única. Esse aspecto, vivo nos anos de 1936 e 1937, é extremamente relevante para os argumentos que serão desenvolvidos nos próximos capítulos.

Após o fracasso das tentativas de evitar o golpe de Vargas, criou-se a União Democrática Brasileira, a UDB, que, apesar de ter visto no Plano Cohen a exacerbação do anticomunismo e essa postura do governo Vargas como um pretexto para instaurar um regime de força, na figura de Armando de Sales reitera a seguinte noção sobre o perigo comunista:

Não fui dos últimos a prevenir o Brasil sobre os perigos do contágio moscovita. Ao encerrar a campanha eleitoral de São Paulo, em outubro de 1934, confiante na vitória com que a opinião pública iria ratificar os meu esforço de aproximação nacional, eu dizia que, para trabalhar e construir, era preciso que se congregassem as forcas sadias do País e se detivesse a maré destruidora da ordem social que, em fluxos audaciosos, chegava às nossas praias. E, estimulando os partidos não inconciliáveis com os princípios de nossa organização social, a pregarem cada um de seu lado, os seus ideais, eu os incitava a se unirem, se não quisessem parecer, para o combate pertinaz contra os partidários de uma doutrina que, em nome da igualdade, sufoca os mais nobres atributos da personalidade humana.

Depois, nunca deixei de preconizar a necessidade de dar à democracia brasileira um governo forte, que a preservasse daquele contágio mortal.

(...) Por mais que meus adversários tentem obscurecer minha ação no governo paulista (...) o ambiente de tolerância, de ordem, de bem-estar social e de firme autoridade, criado em São Paulo, não era propício à disseminação dos princípios marxistas.

(...) Em minhas mãos, não se abaterá a flâmula gloriosa do Brasil cristão, do Brasil democrático, do Brasil livre. (OLIVEIRA, 1971, p 149-150)

Este era um pensamento plenamente enraizado dentre os correligionários udebistas. Mangabeira, ocupado com a crítica severa à supressão das liberdades, procurava não realçar críticas ou reiterar suas posições anticomunistas. Não é de se estranhar, porém, que o tribuno baiano tenha apoiado Armando de Sales, comungando com este aspectos basilares do ideário anticomunista.

Após eclodido o Estado Novo, a primeira prisão domiciliar de Mangabeira data de 10 de novembro de 1937, dia de implantação do novo regime. Desde o início de 1938 já havia sido transferido à Casa de Correção no Rio de Janeiro. De lá escreveu cartas para o General Dutra demarcando posições políticas e críticas ao regime. Algumas dessas serão analisadas no capítulo III.

O segundo exílio começou a 29 de outubro de 1938. Em viagem, a 3 de novembro escreveu “A todos os Brasileiros, Irmãos no Amor ao Brasil”. A 10 de Maio de 1939 estava em Paris quando compôs: “Pela Honra, pelos Direitos, pela Soberania do Brasil”. E a 2 de dezembro de 1939 enviou ao Brasil o “Protesto de Biarritz” por ocasião das cerimônias do 15 de novembro realizadas pelo governo. De Lisboa para Nova Iorque, a 3 de novembro de 1940, Mangabeira escreveu um outro manifesto “Um Decênio, no Brasil, de degradação Nacional”. Em março de 1941 outros dois protestos foram enviados ao General Dutra sempre no sentido de criticar a supressão das liberdades, o regime de força instalado no Brasil, a luta global da democracia ocidental contra o totalitarismo e outros assuntos correlatos. Em novembro de

1943 fez “Uma sucinta exposição de fatos” quando apresenta uma descrição crítica dos eventos que propiciara, até então, os treze anos de governo Vargas. Em 5 de novembro de 1944 escreveu “Ainda uma vez, aos Meus compatriotas”. Por fim, escreveu em 1945 “Pontos nos ii da Ditadura Brasileira”, preparando a volta “triumfal” da democracia. Todos esses documentos tiveram a iniciativa de promover, para além da crítica, uma amostra aos opositores do Estado Novo que havia necessidade de construir uma alternativa que viria a ser a União Democrática Nacional. Os três últimos manifestos tratavam já de uma continuidade das conversações que estavam sendo estabelecidas para fundação de uma ampla frente liberal. (BENEVIDES, 1981, p 43)

Mangabeira chegou ao Brasil a 11 de maio de 1945. Foi recebido por um discurso de José Américo:

Sou eu, o adversário de ontem, o antagonista de 1937, dos primeiros a saudá-lo, porque, antes de nos darmos as mãos, nossos espíritos se encontraram. Atingimos um plano em que a reconciliação firmou mais do que o pacto de paz, o compromisso cavalheiresco, lado a lado, de uma pugna que já não é de nenhum de nós e é de todos.

(...) Um patriota de sua estirpe liberal nada mais terá desejado que ver a Pátria liberta do absolutismo estrangeiro, da mais humilhante forma de conquista, pior que o julgo da ocupação, que é a do espírito do conquistador, vigente em regimes importados. (OLIVEIRA, 1971, p 181)

Respondeu Mangabeira já fazendo campanha para o Brigadeiro Eduardo Gomes, demonstrando, agora, alguma simpatia pelo tenentismo que lhe alijara do poder em 1930:

“O hoje major-brigadeiro distingue-se, desde tenente, pelo seu espírito público (Muito bem), intervindo nas lutas políticas, mas somente em instantes culminantes e por puras razões de civismo, tanto assim que, finda a luta, voltava, modestamente, ao seu quartel (Muito bem. Palmas) devotado, como os que mais tenham sido, à carreira das armas.” (OLIVEIRA, 1971, p 189)

2.4. Três momentos da campanha do Brigadeiro

Mangabeira participou da campanha presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes. Discursou em comício no Pacaembú em 16 de junho de 1945. O político baiano explicita, em seu discurso, valores marcantes em termos das liberdades civis. Defende, inclusive, a liberdade de greve. Diz no principal trecho de ataque a Vargas:

Descobriu uma grande mina – a repressão ao comunismo; e, a título de reprimir o comunismo, armou-se de poderes anormais, voltando, se não de todo pelo menos em parte, à ditadura.

(...) Lançada, pela opinião nacional, numa eclosão de anseios patrióticos, a candidatura popular do Major-Brigadeiro Eduardo Gomes, o que acudiu, desde logo, ao Sr. Getúlio Vargas foi procurar dividir as forças armadas que, hoje mais do que nunca precisam estar unidas. Propôs a candidatura do seu próprio Ministro da Guerra. Mas, ao mesmo tempo que a lançou, estabeleceu a confusão, fazendo

aparecer, por toda parte o ‘queremos Getúlio’. Opondo-se às correntes democráticas, com o Brigadeiro à frente, e ‘congelando’ a candidatura do seu ministro e principal sustentáculo, agrada, por outro lado, o comunismo, que fora, até ontem, objeto das suas perseguições, e, tendo recusado aos operários um direito essencial e que lhes não pode ser negado, como é o direito de greve, anda, entretanto, agora a bafejar movimentos grevistas, tudo na esperanças de um dissídio, porventura mais profundo, envolvendo civis e militares, de que possa tirar proveito. (OLIVEIRA, 1971, p 193)

Ocorreu também um comício em Belo Horizonte a 16 de julho de 1945 quando, em seu discurso, Mangabeira enfatizou uma ligação histórica entre o papel dos inconfidentes e a supressão de um regime ilegítimo, de acordo com ele. Posiciona, curiosamente, a Nação, como sinônimo de opositores, contrários ao poder ilegítimo:

Na luta que se trava entre a Nação e a ilegitimidade do Poder, que, por isso mesmo que é ilegítimo, só se pode manter pela opressão, não por que vacilemos em proclamar, sem rebuços, diante de Deus e dos homens, que somos inconfidentes (muito bem; palmas), mas, daquela sagrada inconfidência que incompatibiliza os patriotas com os opressores da Pátria (palmas). (OLIVEIRA, 1971, p 196)

A 25 de agosto de 1945 retornava a Bahia, para em discurso, reconstruir a origem autonomista de sua prática política durante a década de 1930. No seu caso, diferente de outros autonomistas, enfatiza o caráter universal, que lembra capítulos da história intelectual da Bahia na década de 20:

“O traço dominante da Bahia, quando a observamos pelo prisma da ação cívica e política, é o do esquecimento de si mesma, quando entram em jogo a Pátria e a humanidade (aplausos), é o da abnegação, o do altruísmo, com que nunca faltou, no Brasil, ao seu dever de primogenitura (aplausos), é o do sentimento, o da visão, não tanto regional ou regionalista, mas antes nacional, senão até universal e humana (Muito bem! Aplausos) dos homens que serviram de padrão ao espírito baiano”. (OLIVEIRA, 1971, p 198)

Embora a participação de Mangabeira na Constituinte Nacional de 1946 venha a ser debatida nos próximos capítulos, dois trechos de discursos seus, elucidam os dois eixos de sua atuação: “Somos contra o comunismo, como seremos contra a reação. Anticomunista, sempre; reacionário nunca. Este o lema, esta a bandeira, a que nós, os da minoria democrática, não haveremos de poupar esforços para ser fiéis a todo transe.” (OLIVEIRA, 1971, p 206)

“Com a democracia, pela democracia, dentro da democracia, pois, fora da democracia, não haverá salvação. E, como democracia ocidental, nunca democracia soviética”. (OLIVEIRA, 1971, p 207)

Mangabeira continuaria presente nos principais momentos políticos da República até sua morte em 1961. Não obstante não ter feito parte do escopo desse trabalho, uma análise superficial de sua trajetória na segunda metade da década de 1950, indica uma inclinação sua às posições mais progressistas, embora também indique o aprofundamento de suas

ambivalências, como por exemplo sua posição favorável à visita de Jânio Quadros a Cuba. (OLIVEIRA, 1971, p 273) Ao mesmo tempo, os últimos anos de sua vida, marcam um tipo de absenteísmo de sua figura entre os autonomistas, que continuavam a ser importantes partícipes do processo político na UDN. Em “Otávio Mangabeira e sua circunstância”, Wilson Lins publicou inúmeros textos que tem ligação com Mangabeira. No primeiro deles, que data de 1952:

“Desterrado em sua própria terra, o velho Papa do autonomismo baiano tem a sua Avinhão à Avenida Princesa Leopoldina. No seu silêncio, vai saboreando o calmo ostracismo a que, voluntariamente, se submeteu, a deixar que o tempo corra, que os homens passem, sorrindo, malicioso, dos que passam ao largo de sua porta.” (LINS, s/d, p 21)

Num outro texto diz, de agosto de 1956, com uma dose de tragédia e drama, a respeito das comemorações de aniversário de 70 anos: “Pobre e no ostracismo, vale pelo que é, e só pelo que é e vale mereceu da Bahia as homenagens espontâneas de que foi alvo. Tais homenagens não poderiam ter sido mais importantes e delas os Poderes Públicos deviam ter participado.” (LINS, p21)

Não é possível dizer que ambas as trajetórias foram parecidas. Na verdade, tratam-se de duas figuras diferentes sob os mais variados aspectos. Para a história, sobretudo da Bahia, Mangabeira será visto, ainda por muito tempo, como um democrata cujo sarcasmo e ironia denotava de maneira indelével sua “baianidade”. A sisudez de Magalhães é disfarçada sempre em seus depoimentos já que ele próprio se afirma um homem afeito às pilhérias. Esses aspectos, porém, são irrelevantes se considerados um único aspecto historiográfico: não existem trabalhos a respeito de Juraci Magalhães como existem de Mangabeira. Magalhães jamais foi bem quisto pela intelectualidade baiana e, sobretudo, por grupos médios soteropolitanos. O “velho Mangaba”, pelo contrário, bonachão, engraçado, irônico e anedótico. A seguir, nas próximas páginas, algumas hipóteses serão defendidas a respeito do processo de união desses dois sujeitos que contribuíram com os substratos mais relevantes da história política baiana contemporânea, deixando discípulos, frases feitas e, principalmente, legados de poder. Em outras palavras, um projeto político-ideológico mais ou menos delineado a ser seguido, alterado quando necessário por Antônio Carlos Magalhães, mas que inserisse a Bahia no mundo do capitalismo moderno lidando com as desigualdades sócio-raciais de modo a estabelecer as condições para reprodução da vida capitalista, inventando uma Bahia a qual existiu como forma de convencimento para uma coesão social, aos moldes dos nacionalismos. Embora nem sempre tenha funcionado, a baianidade representa, de fato,

um aspecto vivo entre os políticos e cidadãos baianos. Principalmente na capital e no recôncavo baiano.

Assim, a Bahia inventada por esses dois sujeitos deveria ter sido: liberal, anticomunista e ocidental.

Capítulo II

A tradição liberal na Bahia: classes dirigentes e disputas intestinas no tempo da assim chamada “Era Vargas”

No presente capítulo pretende-se abordar alguns aspectos relacionados ao liberalismo na Bahia entre finais dos 1920 e meados da década de 1940. A proposta tem como intuito subsidiar uma análise da evolução do liberalismo na Bahia enquanto processo histórico a partir das trajetórias de Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira. Tendo este trabalho o objetivo central de compreender, entre suas ambigüidades, as raízes e construção do pacto udenista na Bahia, seu significado para a correlação de forças das lutas sociais no Estado e, por fim, seus aspectos centrípetos no sentido de aglutinação dos setores dominantes, o tema do liberalismo tem contornos de destaque por alguns motivos. O primeiro deles se relaciona ao fato de que ambos os sujeitos da presente pesquisa – Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães – em algum momento reivindicaram o rótulo de liberais. O segundo, talvez mais importante, liga-se ao fato de que muitas vezes ambos foram identificados por opositores políticos como liberais, principalmente após a constituição da União Democrática Nacional. Por fim, o fato do liberalismo constar enquanto um objeto nesse estudo se deve em função da construção da UDN, capítulo fundamental da história do liberalismo brasileiro, ter tido como fundadores esses dois sujeitos, dentre outros das diversas regiões do país. Na Bahia, no entanto, eles detiveram o duopólio da liderança. A União Democrática Nacional se tornou linha divisória na história do liberalismo brasileiro não só pelas ambivalências mas, principalmente, pela construção de um projeto de hegemonia altamente complexo que procurava conter o avanço das forças populares e propor um novo acordo entre elites baseado em três eixos: anticomunismo, americanismo e liberalismo. Este último orientado, sobretudo, por aspectos regionais mas que visava a construção de um todo nacional liberal e livre das maculações vermelhas.

A Bahia teve importância preponderante na forja da aliança dos setores dominantes não só porque apresentou dois dos seus maiores quadros da década de 1940 como postulantes à liderança da UDN mas, principalmente, em razão de terem esses mesmos intelectuais, realizado, entre meados de 1930 e início da década de 1940, a aproximação programática que a UDN propunha para todas as elites regionais do país contra o trabalhismo varguista. É, portanto, a este processo que se dedica o presente capítulo, qual seja, o de entender o papel do

liberalismo nesse consenso forjado entre Mangabeira e Magalhães e, como já foi dito, o significado dessa resolução para as lutas sociais na Bahia. Cabe salientar que não se pretende defender a tese de que se tratou de uma empreitada pioneira. Não há informações, nos limites desse trabalho, de qualquer pesquisa a esse respeito.

A estruturação do presente capítulo obedecerá à seguinte ordem. Num primeiro instante será oferecida ao leitor uma brevíssima apreciação do debate sobre as raízes do liberalismo no Brasil, tendo como fonte pensadores tidos como intérpretes do Brasil, como Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Hollanda. Pretende-se extrair alguns elementos para diálogo com o argumento aqui formulado e não necessariamente realizar uma síntese do pensamento brasileiro acerca do liberalismo e, muito menos, pautar a discussão em torno do esgotamento de um autor. Num segundo instante será realizada uma imersão nas expressões do liberalismo na Bahia durante as décadas de 30 e 40 do século XX, levando em consideração os legados da República Velha. Pretende-se enfatizar as idéias de federação e região subjacente nos primeiros 40 anos da República. Numa terceira seção a relação entre liberalismo e democracia será retomada, não mais como exercício de discussão teórica na tradição liberal brasileira e sim como exercício político dos agentes em estudo – Mangabeira e Magalhães – de modo a expor a maneira pela qual a sociedade política baiana funcionava no período. O penúltimo momento é aquele onde a fundação da UDN será tratada em seu caráter mais factual bem como seu significado, tanto para os contemporâneos como para os anos seguintes no cenário político baiano. O último item constitui-se numa tentativa de síntese do argumento do capítulo a partir do cotejo das práticas autonomistas e juracistas que se mesclaram nas hostes udenistas constituindo um partido com inúmeras características. A mais marcante delas: o antipopulismo.

1. “Hércules quasímado”: feições do liberalismo brasileiro

A expressão batizada por Euclides da Cunha² para referir-se ao sertanejo foi também utilizada por Raymundo Faoro quando este refletia sobre a formação do Estado brasileiro. Para Faoro a tortuosidade da evolução do pensamento liberal no Brasil se deu em razão da manutenção de resquícios absolutistas que, por sua vez, legaram ao Brasil Republicano o viés

² “O sertanejo é antes de tudo um forte.

(...) É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímado, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados.” (CUNHA, 2001, p 207) Em Faoro a expressão deve ser entendida como uma analogia já que, para ele, o liberalismo brasileiro não tem firmeza, é desgracioso e sinuoso. Por fim, é desarticulado, embora resista e permaneça forte.

autoritário ainda vigente nas formações estatais contemporâneas. (FAORO, 2007, p 114) Nesse sentido, tanto Faoro quanto Sérgio Buarque de Holanda chegaram, por vias diversas, ao seguinte denominador comum:

“De todas as formas de evasão da realidade, a crença mágica no poder das idéias pareceu-nos a mais dignificante em nossa difícil adolescência política e social. Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até ponto se ajustam às condições de vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, ou mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos.” (HOLANDA, 1989, p 119)

Holanda ainda continua no parágrafo seguinte referindo-se à “via prussiana” no Brasil de desenvolvimento dos movimentos, segundo ele, “aparentemente reformadores”. Assim, para Holanda, a famosa citação de Aristides Lobo sobre a “bestialização” das massas face à proclamação da República é representativa da sociedade brasileira. Como explicação para esse fenômeno o autor de *Visões do Paraíso* sugere que o peso do personalismo cultivado a partir dos hábitos patrimonialistas preponderou fazendo com que às massas restasse, não raramente, a defesa de uma agenda conservadora. (HOLANDA, 1989, p 119) Para Faoro, como para Holanda, essa ausência de um liberalismo propriamente reformador foi um infortúnio para o desenvolvimento do pensamento político brasileiro e para a evolução da história política do Brasil. No entanto, Faoro detecta conseqüências mais duras desse monocromático cenário político. Para Faoro existiu no Brasil uma sucessão de tentativas absolutistas as quais chama “neopombalinas”. O liberalismo brasileiro teria fracassado em todos os seus objetivos mas um de seus maiores malogros teria sido o mau êxito na tentativa de “alterar a estrutura do Estado, instituindo um Estado protetor de direitos”. (FAORO, 2007, p 99) As ambivalências desse paradigma político no Brasil se fazem evidentes quando em seu nome representantes propunham a defesa de direitos individuais em suas frações mais avançadas e, por outro lado, pretendiam um pacto de sujeição, irretratável e irrevogável perante um Estado que fizesse da vida de seus súditos mais segura e tranqüila. Nessa segunda acepção, o pacto de sujeição pressupõe, em troca desta, a segurança da propriedade individual, razão pela qual o Estado é criado. Portanto, os direitos individuais se resumiriam à

defesa da propriedade e, destarte, não há porque pensar em contradição entre o liberalismo a lá Locke e a escravidão. (FAORO, 2007, p 88)

De outro modo, o pensamento de Holanda se perpetuou quando se tenta interpretar o Brasil.

“Em resumo, as idéias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de afetá-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira. Vimos o Brasil, bastião da escravatura, envergonhado diante delas – as idéias mais adiantadas do planeta, ou quase, pois o socialismo já vinha à ordem do dia – e rancoroso, pois não serviam para nada. Mas eram adotadas também com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção. E naturalmente foram revolucionárias quando pesaram no Abolicionismo. Submetidas à influência do lugar, sem perderem as pretensões de origem, gravitaram segundo uma regra nova, cujas graças, desgraças, ambigüidades e ilusões eram também singulares.” (SCHWARZ, 2000, p 26)

Em Schwarz a idéia aparece com mais força que em Holanda. É explicitada por aquele a noção de praticamente se assemelha a certa incompatibilidade entre teoria e prática, como se isso existisse na Europa liberal. A crítica de Schwarz à reprodução social brasileira passa pela aceitação de que havia modelos a serem seguidos; o liberalismo se constituíra quase como um receituário a ser seguido. Esqueceu o crítico brasileiro que a história do liberalismo, na Europa, é também tortuosa e repleta de ambivalências. Assim, mais ou menos como um pressuposto do qual parte Schwarz, é possível afirmar que, de acordo com ele, “ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe idéias européias, sempre em sentido impróprio.” (SCHWARZ, 2000, p 29) Impróprio de acordo com o modelo europeu, diga-se.

É em meio ao escravismo, a uma República imposta por militares positivistas e a uma classe dirigente acovardada em relação ao avanço do capitalismo que o liberalismo brasileiro constrói-se. Mesmo na efêmera República das Espadas é possível detectar vestígios de um certo liberalismo. Embora variados elementos apontem para uma formação *sui generis* no Brasil, talvez seja possível detectar vestígios recorrentes de outros liberalismos. Holanda detecta no personalismo uma barreira para a consolidação do liberalismo no Brasil haja vista uma intrínseca impessoalidade deste último. Observando-se as pedras angulares das estruturas liberais, a saber, igualdade e liberdade, do Estado se espera um tratamento isonômico para com seus súditos e, para isso, faz-se necessário tornar a todos os cidadãos, subtraindo qualquer relativização. Faoro, por seu turno sugere a presença predominante no Brasil do liberalismo inglês em oposição ao seu congênere francês, ainda que o jurista não defenda recepção sem incorporações brasileiras. Seu principal argumento é que o liberalismo francês

possui apelo maior à participação das camadas populares enquanto que em John Locke há apenas a necessidade de pacto e *trust*, não de participação. Ora, a formação dessa tradição liberal tem como interpretação clássica a obra de C. B. MacPherson que detecta como fio condutor de toda a tradição liberal um individualismo possessivo.

O indivíduo [do século XVII] não era visto como um todo moral, nem como parte de um todo social mais amplo, mas como proprietário de si mesmo. A relação de propriedade, havendo-se tornado para um número cada vez maior de pessoas a relação fundamentalmente importante, que lhes determinava a liberdade real e a perspectiva real de realizarem suas plenas potencialidades, era vista na natureza do indivíduo. Achava-se que o indivíduo é livre na medida em que é proprietário de sua pessoa e suas capacidades. A essência humana é ser livre da dependência das vontades alheias, e a liberdade existe como exercício da posse. A sociedade torna-se uma porção de indivíduos livres e iguais, relacionados entre si como proprietários de suas próprias capacidades e do que adquiriram mediante a prática dessas capacidades. A sociedade consiste de relações de troca entre proprietários. A sociedade política torna-se um artifício calculado para a proteção dessa propriedade e para a manutenção de um ordeiro relacionamento de trocas.

[...] Essas suposições [possessivas] que, de fato, correspondem substancialmente às relações reais de uma sociedade de mercado, foram o que deu a origem de sua [do liberalismo] fraqueza no século XIX, quando a evolução da sociedade de mercado destruiu certos pré-requisitos para se extrair uma teoria liberal de suposições possessivas, ao passo que a sociedade se lhes amoldou tão intimamente que elas não puderam ser abandonadas. (MACPHERSON, 1979, p 15)

O personalismo detectado por Holanda não se exclui de modo algum do paradigma do individualismo possessivo. Pode ter sido o liberalismo, ao contrário do que defendeu o historiador, um agente de reforço a esse personalismo patrimonialista. Daqui em diante será feita uma tentativa de demonstrar como o liberalismo brasileiro diferiu de alguns modelos clássicos de “evolução” do liberalismo. Para a surpresa de alguns, o liberalismo brasileiro foi muito mais parecido com os modelos clássicos do que se poderia imaginar.

Um tipo de liberalismo, tido como “suave”, na acepção de Faoro, tem contornos nítidos, especialmente no Império, mas também na primeira metade do século XX no Brasil e precisamente na Bahia. A começar pelo século XIX, uma longa tradição liberal se iniciava: a tendência de conciliação. Isso não é um fenômeno brasileiro nem baiano por natureza. Depois da Revolução Francesa de 1789 a burguesia já evitava alianças com as classes subalternas e, constituiu-se como aliada “natural” da aristocracia na Europa por quase todo o século XIX³.

³ Mayer sugere que embora o feudalismo tenha sido dado como extinto na França a partir da Revolução de 1789, a Europa inteira ainda conviveu como aquele sistema por mais de um século. Mesmo o crescimento da burguesia e do empreendedorismo capitalista não foram capazes de constituir uma burguesia suficientemente coesa política e socialmente. Assim, até 1914, “esses magnatas da indústria e seus associados de bancos corporativos e os profissionais liberais estavam mais dispostos a colaborar com os agrários e com as classes estabilizadas no governo que com a velha burguesia de fabricantes, mercadores e banqueiros”. MAYER, Arno. **The persistence of the old regime: Europe to the Great War**. Pantheon Books: Nova Iorque, 1981, p 10. Eric Hobsbawm, por outras vias, afirma que “ou bem a resistência política dos *anciens regimes*, contra os quais fora

Nos Estados Unidos, não havia aristocracia e sim uma disputa fratricida entre o mundo escravista e a burguesia industrial com nuances regionais (MOORE, 1983, pp 135-144). Resolvida a disputa, o liberalismo americano também seguiu a trilha da conciliação, no que diz respeito às questões sócio-raciais, sobretudo⁴. Se observado este liberalismo de elite no Brasil enquanto formulação das classes dirigentes, o desfecho histórico é a conciliação com setores não necessariamente liberais porque há elementos subversivos no liberalismo do século XIX, porque tensionados por grupos radicais, que tenderam a deslocar a disputa para caminhos imprevisíveis às classes dirigentes. A subversão, mesmo que provinda de uma tradição que tendeu a conciliação, era clara e facilmente detectável numa sociedade profundamente desigual e cuja repressão tinha capilaridade maior que o próprio Estado. Alguns exemplos de Faoro se seguirão dos modos como os liberais radicais cederam às tentações conciliadoras – ou daquele liberalismo suave – com as forças “absolutistas” por receio de permitir qualquer subversão da ordem.

O primeiro exemplo é a opinião do Conde de Palmela, “absolutista vestido de liberal”, em 1821, no melhor estilo liberal como tática absolutista, ao fazer a seguinte sugestão a D. João VI sobre o problema da Constituição:

E, para me explicar melhor, direi que no meu conceito Vossa Majestade tem duas coisas a fazer: a primeira é conceder o que já agora não pode negar; a segunda é impedir que essas concessões passem de certos limites, o que sem dúvida aconteceria se se deixassem em Portugal os revolucionários legislar sem freio e sem receio. O primeiro objeto conseguiria Vossa Majestade por meio de uma carta constitucional que promulgasse; o segundo só poderia obter-se indo Vossa Majestade em pessoa, ou mandando o seu filho primogênito, para inspirar respeito e servir de centro aos bons portugueses. (D'ARRIAGA, 1886, vol. 2, pp.313-314 *apud* FAORO, 2007, p 108)

Essa é a natureza do pacto “liberal-democrático” firmado pela primeira constituição do Brasil. Para Faoro, no entanto, o constitucionalismo não é conversível ao liberalismo. O projeto constitucional visava um “governo forte e constitucional”. Teria dito José Bonifácio sobre os constitucionalistas: “Hei de dar um pontapé nestes revolucionários” e “Hei de enforcar estes constitucionais na praça da Constituição” (FAORO, 2007, p 108). E assim, tornava-se aparentemente liberal um Estado que buscava construir uma auto-imagem de moderno de modo a conciliar interesses econômicos e políticos diversos com o propósito de

feita a Revolução Francesa, havia sido superada, ou esses mesmos regimes pareciam aceitar a hegemonia econômica, institucional e cultural de um progresso burguês triunfante.” HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª Ed., 2005, pp 23-4.

⁴ Aproximadamente 10 anos depois da Guerra Civil, em 1876, instalou-se um conjunto de leis chamado “Jim Crow” quando se legalizou a segregação racial, retirou-se o sufrágio da população negra, impuseram-se subjugação econômica e a violência racial. HAWS, Robert (org.) **The Age of Segregation: Race Relations in the South, 1890–1945**. Mississippi: University Press of Mississippi, 1978.

reinventar mecanismos de perpetuação de classes na direção do Estado. E, na fala de Hipólito José da Costa, pode-se resumir o pensamento liberal brasileiro:

Ninguém deseja mais do que nós as reformas úteis; mas ninguém aborrece mais do que nós, que essas reformas sejam feitas pelo povo; pois conhecemos as más conseqüências desse modo de reformar; desejamos as reformas, mas feitas pelo governo; e urgimos que o governo as deve fazer enquanto é tempo, para que se evite serem feitas pelo povo. (LIMA SOBRINHO, 1977, pp 79-80 apud FAORO, 2007, p 109)

Os liberalismos *radicais* se fizeram presentes, de acordo com a definição de Faoro, na crítica do caráter divino da monarquia mas, principalmente, na crítica ao colonialismo construindo um certo caráter “nacional”. Para ele a abertura dos portos impôs um duro golpe na *ala esquerda* do liberalismo. A diferença predominante entre este liberalismo e aquele hegemônico de linhas acima está precisamente na participação popular e/ou de setores médios. Os exemplos de Minas Gerais e da Bahia são incontornáveis já que se incluía uma determinada agenda democrática nesse liberalismo. Sobre este, conclui Faoro:

O que importa acentuar é que esse liberalismo não pôde, em nenhum momento, compatibilizar-se com o Estado brasileiro. Os liberais têm, com o poder, uma relação tempestuosa ou ambígua: serão potencial ou realmente sediciosos, ou, sem tocar no Estado, farão a política conservadora. Essa cisão está na base do pensamento político brasileiro e terá conseqüências que impedem o desenvolvimento, a adequação do pensar ao fazer melhor: de incorporar ao fazer o pensar. (FAORO, 2007, p 99)

Da exposição feita anteriormente baseada principalmente nas teses de Raymundo Faoro, pode-se depreender que o papel, dito histórico, do liberalismo não foi de veras cumprido no Brasil, observando a definição simplória do liberalismo como superação e oposição ao Estado absoluto. A suposição de uma relação intrínseca entre liberalismo e democracia, no século XIX não era automática como será visto Otávio Mangabeira e outros liberais fazerem pensar em meados do século XX. No século XX, sobretudo após a Segunda Grande Guerra, os liberais ataram de maneira muito convincente à opinião pública a vinculação necessária entre democracia e liberalismo.

O Estado brasileiro, no entanto, apesar do esforço retórico de certos liberais, falhou na “tarefa histórica” liberal de estreitar vínculos entre liberalismo e democracia; procurou eximir-se da resolução do problema latifundiário, da proteção do país contra os diversos imperialismos e, principalmente, da questão escrava.

Os liberais do final do Império e da República Velha participaram da sociedade política obedecendo às regras absolutistas. Tanto assim que apenas do ponto de vista legal se

travava a luta por direitos individuais em favor de uma crescente tutela do Estado em relação aos escravos, estabelecendo uma contradição com o liberalismo de até então já que preponderava, por vias tortas – já que pela ação do Estado – o princípio de liberdade ao de propriedade. Melhor dizendo, as ações regulatórias do mercado de trabalho não eram regidas pelo próprio mercado; o Estado intervinha nas relações de propriedade (senhor-escravo), destituindo do senhor, em muitos casos, a autonomia absoluta sobre a propriedade. Acabava, desse modo, por utilizar-se de uma tática tida como “absolutista” para colocar-se ao lado da liberdade dos escravos. Postos em liberdade, trabalhadores, antes escravizados e agora livres, tinham a seguinte regulamentação do Governo Provisório, de acordo com Luiz Werneck Vianna:

“a ordem liberal de 91 não criará, no plano federal, nenhum dispositivo regulador do mercado de trabalho. A promulgação do Código Civil Brasileiro, em preparo de 1892, pela Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, confirmará a filosofia da Constituição, subordinando os contratos de trabalho à secção pertinente à locação de serviços, vale dizer, compreendendo-os sob a concepção do contratualismo individualista.” (VIANNA, 1999, p 79)

Assim, os intentos libertadores do Estado “absolutista”, na verdade, parecem ter sido mais um cavalo de Tróia para um passo de aprofundamento da ordem liberal a partir da competição por trabalho; individualizando uma causa que antes era coletiva. A busca por trabalho e os termos em que este era acordado deveria ser fruto da negociação entre capital e trabalho quando antes, a liberdade era o horizonte dos grupos subalternos.

Em casos extremos, porém, o argumento liberal que levava em conta a premência da propriedade sobre a liberdade serviu como mecanismo de defesa de grupos subalternos. Em 1855, quando os conservadores tinham a dianteira no processo político, uma forte repressão às manifestações culturais negras se solidificava com a coibição dos batuques e danças negros. A defesa liberal dos batuques e danças obedeceu à seguinte argumentação, na voz de João José Barbosa de Oliveira, pai de Ruy Barbosa, citado por João José Reis:

Quem podia proibir a alguém dançar como quisesse na própria casa, “a portas fechadas”? Não havia que reprimir a dança porque não se podia penetrar o coração humano e ordenar: “[...] extinga-se esta fonte de paixão”. As conseqüências da paixão, sim, podiam ser reprimidas quando, tal como o barulho da música, ofendessem ou incomodassem a terceiros. Era, assim, necessário conciliar “liberdade civil e direito social”. O ponto alto de seu discurso seria acusar os conservadores de comunistas, de adeptos de um regime que “quer reduzir todos os indivíduos ao estado de pupilos, que quer acabar com o direito natural, que quer estabelecer o comunismo e entregar ao Estado a tutela de todas as ações individuais”. Argumento tipicamente liberal, já naquela época. (REIS, 2002, p 141)

Com argumentos que enfatizavam a auto-propriedade do indivíduo, a liberdade brasileira era pregada. Depois disso Ruy Barbosa, da implantação da República à sua morte, construiu e forjou uma auto-imagem de defensor intransigente da democracia em contraste com o militarismo republicano que vigeu até mesmo em governos civis, como Arthur Bernardes que administrou com a ajuda do Estado de Sítio.

O novo Estado Republicano fez-se tal qual uma caixa de Pandora que, quando aberta resultou na Guerra de Canudos, Guerra do Contestado, no Tenentismo, Revolta da Vacina, Revolta da Chibata e tantas outras sublevações populares que ameaçaram e contiveram sanha predatória das classes dominantes. Aos liberais coube não só o papel de apagar a marca da escravidão por meio da destruição de documentos oficiais relativos a ela, mas também com o silêncio político; ou melhor, uma ruptura com permanências, um “ser liberal para conservar”. Parafrazeando, “uma República para uma Monarquia” no que elas tiveram em comum: a manutenção da exclusão dos mesmos sujeitos sociais. Quanto a Ruy Barbosa, seu reconhecimento como democrata e defensor dos direitos civis sem dúvida teve relação com sua combatividade na derrubada da Monarquia, com a lendária performance em Haia. É bom lembrar que estes fatos tiveram prevalência sobre outros, menos gloriosos, da trajetória de Ruy Barbosa, como por exemplo, sua proximidade política com grupos oligárquicos, antigos escravistas.

Aos estudiosos da história política da primeira metade do século XX, por sua vez, coube a incógnita aparentemente indecifrável: quem eram esses liberais e o que pretendiam? No presente trabalho pouco pode ser dito a esse respeito. A dificuldade em definir campos de atuação de liberalismos é o legado ulterior da unidade liberal. Aqueles liberalismos acabaram unificados por uma noção teorizada ao sabor das análises conjunturais: havia conhecimento e reconhecimento dos problemas estruturais da sociedade brasileira, dentre os mais sinceros liberais. Em meados de 1930 havia até um diagnóstico positivo quanto à necessidade de atacar os problemas sociais de modo incisivo. Existiam, portanto, setores liberais que dissentiam estruturalmente da conservação dos paradigmas de dominação; no entanto, o que trazia consenso era o comum reconhecimento de que as “classes perigosas” do Brasil viviam no limite e qualquer estopim poderia ser irreversível. Os medos dessas “classes perigosas” atingiram não só as elites dirigentes como, outrossim, as camadas médias da sociedade. Não são poucos os exemplos de apoio das camadas médias às soluções autoritárias, em específico nas suas versões militares, para momentos de agudização de tensões sociais em todo o período republicano.

Por isso, não é estranho ler o seguinte trecho do discurso de Mangabeira de 28 de março de 1955.

Demais, a grande verdade é que a história política brasileira é feita por uma série de intervenções militares. A esta hora – perdoe-me, Sr. Presidente, sou forçado a alinhar o plano do meu discurso, nem discursos podem ter planos, na vigência de um Regimento como o que nos vai dirigindo (*muito bem*) – quero fazer um elogio às nossas Forças Armadas. Pelo modo por que falo, ninguém acreditará que desejo cortejá-las. Mas a verdade é esta: em um país como o Brasil, onde a desordem política assume, de vez em quando, as proporções que entre nós tem assumido, não seria de estranhar que tivéssemos Forças Armadas de reiterados pronunciamentos. Mas as Forças Armadas da República professam, sinceramente, o amor e o culto da legalidade. Nunca revelaram, no Brasil, a ambição do poder. Deodoro, herói da guerra e fundador da República, governou quatorze meses; Floriano, com todo o poder na mão, transmitiu o governo a Prudente, seu adversário político. O marechal Hermes, presidente da República, tal como o marechal Dutra, fez um governo civil. Os militares de 1930 entregaram o poder a Getúlio Vargas. Os de 29 de outubro, ao presidente do Tribunal de Justiça. Os de 24 de agosto, ao vice-presidente da República.

Não há um só caso na história do país em que os militares do Brasil houvesse tomado o poder, para explorar o poder. (MANGABEIRA, 1956, p 39-40)

Tampouco é estranho que a UDN fundada por Mangabeira, três anos após sua morte, tenha apoiado um golpe civil-militar que redundaria numa ditadura militar de 24 anos.

2. Notas sobre o liberalismo na Bahia: da República Velha à década 30 por uma questão de classe

Compreender as expressões do liberalismo na Bahia requer uma apreciação dos homens os quais reivindicavam uma filiação à tradição liberal e um exame específico de práticas políticas que só podem ser definidas enquanto liberais a partir de paradigmas pouco precisos. No tópico anterior foi empreendido rápido exame dos tipos de liberalismo construídos no Brasil. Parte-se do pressuposto que, se os liberalismos da Bahia não fugiram às linhas gerais do que foi explicitado como liberal até aqui, por outro lado, lhe impuseram adendos e especificidades. Para que haja o mínimo de critério na construção do cenário que é identificado como um processo – período entre meados da década de 20 e a fundação da União Democrática Nacional, em 1945 – de invenção de um novo liberalismo no Brasil e, notadamente, na Bahia, é preciso sobrepor-se em ombros que já buscaram o horizonte que ora se busca. Portanto antes de realizar uma apresentação sistemática das propostas interpretativas em função da análise documental, será feita uma discussão com os interlocutores do presente trabalho.

O cenário político baiano é conhecido, principalmente, a partir dos estudos pioneiros de Consuelo Novais Sampaio que buscou dar relevo, sobretudo, à arrumação partidária da

sociedade política num esforço louvável. O primeiro trabalho de Sampaio relativo ao tema, intitulado *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República (1889 – 1930)* é original não exatamente pelo método, mas pelo tema. Trabalhos de cunho historiográfico anteriores, se existem, carecem de relevância e notoriedade na produção historiográfica baiana. Há, neste estudo, referências acerca da composição dos partidos políticos em termos de origem e posição social dos membros.

Um segundo texto fundamental e que lida diretamente com o presente estudo é *Poder e Representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República (1930 – 1937)* que tem como foco os partidos de elite e o funcionamento do Poder Legislativo no momento de maior evidência de “absolutismo” do Poder Executivo. Para tanto, a autora esforçou-se por reconstruir aspectos das lutas sociais de finais dos anos 20 e 30 de modo a sustentar a tese de que uma análise do legislativo é uma análise da sociedade. Para além disso, na visão de Consuelo Novais Sampaio, “as elites dominantes [se mostraram] despreparadas para adaptarem-se às mudanças impostas pela vitória da revolução [de 1930]” (SAMPAIO, 1992, p 262). Para a autora, entre o Partido Social Democrático (PSD) e a Liga de Ação Social e Política (LASP), governistas e opositores, respectivamente, pouca diferença havia.

Diferenciava-os mais a distância de gerações. A LASP tinha em sua composição homens mais jovens, na idade e na prática política, enquanto o PSD era, em grande parte, formado de homens maduros e experientes. Mas os membros de ambos os partidos, de modo geral, recrutados de setores da classe alta e da classe média, pareciam mais interessados no desempenho do poder do que na solução dos urgentes problemas que afligiam a sociedade. (SAMPAIO, 1992, p 262-3)

Ao dizer que as gerações se interpunham como obstáculos entre os partidos, Sampaio acaba sugerindo que ambos os partidos não se expressavam ideologicamente de modo definido. Ao contrário destes, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB) possuíam contornos ideológicos nítidos. A autora defende que “a ANL teve pouquíssimos adeptos e também pouco tempo para articular-se. Foi criada na Bahia em maio de 1935, poucos meses antes de ser posta na ilegalidade, após o mal-fadado (sic) levante de novembro do mesmo ano”. (SAMPAIO, 1992, p 263) Os integralistas, por outro lado, teriam chegado a ameaçar o predomínio juracista no Estado. O que a autora sustenta, por fim, é que a origem oligárquica dos legisladores determinou em grande medida a atuação conservadora do poder legislativo e que não obstante essa ascendência teria havido uma melhora sensível no desempenho dos deputados em prol dos cidadãos baianos em razão da nova geração, precisamente, no período liberal que se estendeu de 1935 a 1937. (SAMPAIO, 1992, p 264)

Consuelo Novais Sampaio defende um nível de equivalência ideológica entre os partidos hegemônicos na Bahia da década de 1930 já que

“os membros de ambos os partidos, de modo geral recrutados em setores da classe alta e da classe média alta, pareciam mais interessados na conquista do poder do que nos urgentes problemas sociais do estado. Como a plataforma do PSD, também a da LASP fazia ênfase nos problemas educacionais, nos direitos das classes trabalhadoras e na posição da mulher na sociedade. Também ressaltava a necessidade de fomentar-se a indústria e a agricultura. Na verdade, ambos os partidos curvaram-se aos princípios do liberalismo clássico. Diferenciava-os mais a defasagem de gerações.” (SAMPAIO, 1992, 102-3)

Cabe realçar que as questões programáticas são deixadas de lado já que o entendimento da autora, conforme será exposto mais adiante, se desdobra em teses que não necessariamente envolvem aspectos relacionados a embates ideológicos transnacionais ou mesmo disputa em torno da direção do Estado por parte de grupos sociais que transcendem a sociedade política. No caso, propostas interpretativas como o choque geracional entre parlamentares costumam aparecer como razão para o avanço de um em detrimento do atraso político de outro grupo.

Em *A Força da Tradição: a luta pela redemocratização na Bahia em 1945* Paulo Santos Silva reconstrói boa parte do repertório oposicionista na Bahia de modo a recuperar os discursos anti-trabalhistas que se forjaram na luta encarniçada que se desenhava no pós-Estado Novo. As categorias conceituais que Silva utiliza requerem uma rápida observação posto que tratam exatamente do tema desse capítulo. No seu trabalho, Silva encontra a idéia de liberal como sinônimo de autonomista. Portanto, aquele grupo constituído em torno da LASP e, posteriormente, da Concentração Autonomista, seria ele liberal. “A referência do interventor aos ‘saudosistas daqueles tempos desgraçados’ visava atingir os liberais remanescentes do período anterior ao golpe de 1937, agregados sob a sigla da Concentração Autonomista da Bahia.” (SILVA, 1991, p 22)

Paulo Santos Silva também possui um importante escrito sobre esse mesmo período intitulado *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930 – 1949)*. Nesse texto, Silva analisa as vinculações entre o discurso histórico sobre Bahia, exacerbado por *chauvinismo* após a chegada do interventor forasteiro Juracy Magalhães, e a luta política no estado entre partidários da “Revolução” e o Autonomismo, sendo este último o tema preferencial do autor. Silva detecta de forma precisa quando um setor específico do liberalismo brasileiro, tendo parte de sua vanguarda na Bahia, esforça-se por vincular liberalismo à democracia no início dos anos 40. A partir de publicações e, mais especificamente, com a volta do exílio de proeminentes figuras, como Otávio Mangabeira estabelecia-se o embate entre liberais e governistas (SILVA, 2000, p 52-3). Tal qual no trabalho anteriormente citado, Silva persiste na tese que vincula o autonomismo baiano ao liberalismo.

Paulo Fábio Dantas em *Tradição, autocracia e carlismo: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954 – 1974)* sugere que a Concentração Autonomista da Bahia foi um “partido-frente pela constitucionalização do país e devolução da Bahia aos bahianos, forças calmonistas, mangabeiristas, seabristas e jovens bacharéis liberais simpatizantes do constitucionalismo paulista, alguns, como Nestor Duarte, com posições à esquerda”. (DANTAS, 2006, p 74)

Um dado central das análises sobre a construção do Estado na Bahia é a questão fundiária. É evidente que num território marcado pela concentração de terra e, desse modo, de renda proveniente desta, o domínio do Estado por um determinado grupo perpassa, necessariamente, pelo comprometimento deste com a manutenção deste *modus operandi* social. Sampaio em sua análise sobre a Bahia da década de 1930 atribui a essa questão um papel central de aglutinação dos grupos dominantes em torno de liberalismo que ela própria detecta, nos idos dos anos 30, como limitado pela questão agrária (SAMPAIO, 1992, 248-254). De fato, segundo Sampaio, houve grande alvoroço na Câmara Legislativa quando o imposto territorial foi posto em votação.⁵

Setores oposicionistas e governistas mostravam grande infidelidade, votando de modo desatado das ligações partidárias, como se a vinculação à LASP ou ao PSD não significasse uma filiação a esta ou aquela posição. É uma sugestão profícua e muito lúcida sobre aspectos da formação política da Bahia nos anos 20 e 30.

No entanto, as limitações dessa propositura são encontradas especialmente quando se detecta a existência de setores que não necessariamente tem vinculações com setores agrários e que, mesmo assim, constroem planos de desenvolvimento arrojados para a Bahia diante dos quais os grandes proprietários de terra se opõem e aqueles se omitem a disputa de alguma forma capitulando.⁶ Como será exposto mais adiante, algum incentivo à indústria de fato ocorreu sob o governo de Magalhães, tendo sido minado até meados da década de 1940. O

⁵ Trata-se do Projeto de Lei 71 que visava impedir a concessão de terra caso a propriedade excedesse 500 hectares de área devoluta a qualquer pessoa. No caso da pessoa física, a limitação chegava a parentes consanguíneos e 2º grau. Essas discussões foram travadas em outubro de 1936 no Diário da Assembléia Legislativa da Bahia, anexo do Diário Oficial do Estado.

⁶ “Passadas, portanto, a crise econômica, a guerra e a ditadura, a burguesia mercantil e financeira baiana descobre-se, de novo, a principal classe burguesa de uma economia exportadora que passa a ser gravada pela formação do parque industrial brasileiro. Para inserir-se no processo de desenvolvimento nacional, resguardando, ao mesmo tempo, seus interesses específicos, era preciso forjar um sistema de idéias onde aquele processo, principalmente a industrialização, convergisse com os seus interesses no comércio exportador, de tal modo que essa ideologia, orientando sua própria política, levasse-a de novo a incrustar-se no bloco de poder nacional. Naquelas circunstâncias (sic), para satisfazer essas condições, o discurso teria que adquirir necessariamente um tom regionalista”. (GUIMARÃES, 2003, p 40)

caso de Otávio Mangabeira necessita uma breve digressão. Ele galgou proeminência política durante a vigência da República Velha enquanto elemento dos setores médios da sociedade soteropolitana, embora seja possível que tenha mantido vínculos políticos com proprietários de terra. Conquanto ainda haja uma lacuna historiográfica considerável sobre sua ascensão, há indícios escorregadios que sugerem sua participação numa tentativa frustrada de repactuação de forças políticas na Bahia envolvendo os grupos de José Joaquim Seabra, a família Calmon e Ruy Barbosa entre os anos de 1910 e 1920⁷. Setores intelectualizados das camadas médias, empreenderam nas primeiras décadas da República um processo de reformulação de sua auto-imagem. Uma que se supusesse liberal, democrática, embora devidamente protegida, e – como ponto de consenso com as classes dirigentes – regional, avessa a certo cosmopolitismo. Um exemplo consta em Silva que discorre sobre a formação de um grupo chamado *Nova Cruzada* cuja composição era de três hordas com os sugestivos nomes “Neocruzados”, “Cavaleiros da Honra” e “Cavaleiros Beneméritos”. O nome foi inspirado por uma Revista fundada em 1901. Prossegue Silva, “Dos que compunham a ala dos ‘Cavaleiros da Honra’ alguns nomes de peso da vida intelectual baiana chegaram até os anos 1930: Xavier Marques, Aloísio de Carvalho, Braz do Amaral, Carlos Chiacchio e Otávio Mangabeira”. (SILVA, 2000, p 91) Após desfeito esse grupo, dois deles, Xavier Marques e Carlos Chiacchio, fundam, em 1928, a *Arco & Flexa: mensário de cultura moderna*. Sugere Silva:

A revista não pretendia ser regionalista. Propunha-se a ir mais longe, porém terminava dando a volta sobre si mesma. Partia e retornava à Bahia à procura do substrato básico da cultura nacional. O microcosmo baiano, tido como propagador e difusor da cultura inicial, aparecia como referencial exclusivo do caráter nacional. Esta concepção resultou em negar a diversidade regional com a qual os modernistas do sul pretendiam ver a brasilidade. O mensário baiano parecia querer engolir e diluir o Brasil a partir do pressuposto de que a Bahia decantava o que havia de essencial na cultura brasileira. Era antropofágica à sua maneira. (SILVA, 2000, p 93)

Aqui é aplicável a idéia de dinâmica social que faz convergir interesses entre classes emergentes e mantenedoras do *status quo* para uma idéia de consenso; no caso, a luta por uma Bahia livre do jugo sulista, autônoma, ainda que a noção de pertencimento seja parte

⁷ Rinaldo Leite, em tese de doutorado sobre os discursos baianos acerca de sua própria decadência afirma, sobre a tentativa de unir os dois grandes líderes baianos – Seabra e Barbosa – que: “Muitas vezes se levantaram para defender a necessidade de superação das diferenças partidárias que opunham os principais nomes da vida política. No ponto de vista dos indivíduos que partilhavam deste pensamento, equacionar as tensões existentes nos planos regional e nacional se constituía uma premência. A Bahia Ilustrada, em diversas ocasiões, esteve engajada nessa campanha, e sentia-se, com isso, no direito de cobrar dos deputados baianos uma ‘cooperação útil, harmonizando orientações pessoais, abafando, muitas vezes, pequenas e grandes queixas, apagando fundados e infundados ressentimentos, tudo no objectivo de um esforço eficiente na solução de varios problemas estadões dentro da vida na federação’”. (LEITE, 2005, p 289) Mangabeira fazia parte da organização de *Bahia Ilustrada* o que, se não garante sua participação nessa iniciativa, sugere que há espaço para a suspeita.

fundamental desse consenso. Quando um movimento como o tenentista atentava contra a ordem, a resposta discursiva tratava a questão como se fosse de todo o povo baiano, à maneira duma nação que não se opunha ao nacional. Diz um órgão oficial, cujo governo era apoiado por Mangabeira:

Assim (revoltosa contra a rebeldia), ella (a Bahia) se sobrepoz, sempre altaneira à torrente de anarchismo, que ameaçava subverter a ordem publica, collocando-se por fidelidade ao regimen constitucional, ao lado de todo os que, inspirados pelo mais nobre e são brasileirismo, nesse momento crítico da nossa história procuraram, como ainda procuram, defender o prestígio, a soberania, a integridade da República.⁸

Ainda que a tese de Rinaldo Leite, *A Rainha destronada*, seja suficientemente completa para explicar esse processo baiano de construção de uma nacionalidade dentro de outra, ela peca por não conceber esse processo como nacional. Assim, o regionalismo baiano na tese de Leite aparece como que *sui generis*. Mas este o é como tantos outros são. O fato de a Bahia ter sido vista – fundamentalmente pelos próprios baianos – como Atenas brasileira não foi um caso baiano. São Luís, por exemplo, como é possível se depreender do livro “...e o cinema invadiu a Athenas: a história do cinema ambulante em São Luís”, é ainda chamada desse modo desde que o nome lhe foi dado no início do século XX. Em *Subterrâneos da Liberdade*, Jorge Amado ironiza a chapa autonomista *A Bahia ainda é a Bahia* parafraseando-a no seu enredo culminando na seguinte construção: *São Paulo ainda é São Paulo*. A onda regionalista invadiu a todos os grupos dirigentes, ao que parece, com intensidades parecidas, o que sugere, ao mesmo tempo, certa similaridade nas formulações narcisistas. Alguns estudos, citados pelo próprio autor de *A Rainha destronada*, se colocados numa estante, lado a lado, apontam para um projeto de construção de país. Um traço evidente daquele liberalismo do século XIX desmantelado de modo desataviado. Por isso acabou centralizando ainda mais o núcleo político-econômico do país mesmo que tenha havido, de outro lado, uma tentativa de fazer da União o verdadeiro sustentáculo da nacionalidade. Cabem aqui dois exemplos a partir de dois estudos. Um feito sobre São Paulo e suas bandeiras na construção da nacionalidade e o outro sobre Minas Gerais e a Inconfidência Mineira que gerou o primeiro herói da república: Tiradentes. No primeiro caso o autor Luiz Fernando Cerri trata das elaborações acerca da paulistanidade observando aspectos ligados à produção historiográfica dos paulistas sobre si. Nesse caso, o reforço em torno de uma idéia aglutinadora – nação dentro da nação – se deu a partir da ênfase das bandeiras na formação do Brasil e na constituição do povo paulista como a “locomotiva” do país já que trabalhavam mais e produziam melhor que os outros estados. (CERRI, 1998) Observa-se inúmeras apropriações da Inconfidência Mineira e

⁸ Diário Oficial do Estado da Bahia, 23.08.1926.

Tiradentes para sugerir um passado libertador do povo mineiro. “Em Minas Gerais, uma grande intensidade dessas referências pode ser creditada à importância que o tema assumiu na construção e na manutenção de uma identidade regional, apropriada com bastante regularidade na prática política, desde as primeiras décadas do século XX”. (FONSECA, 2002)

Do ponto de vista prático, havia grande densidade política as sugestões que indicavam autonomia para as localidades até a “Revolução de 1930”. A tentativa de fortalecer os tentáculos estatais nos quatro cantos da Bahia foi feita por inúmeros governadores e, não por acaso, todos eles fracassaram até meados do século XX. O último a tentar, antes de 1930, Góes Calmon, fracassou de maneira tão grosseira que se viu obrigado a formar acordos com os Coronéis do Sertão, Horácio de Matos e Franklin de Albuquerque. A predominância de uma sociedade de mercado⁹, no sentido hobbesiano, não é esquisita e ela própria pode ter sido fundadora da tradição liberal clássica, como já foi dito. A preponderância do arquétipo personalista e patrimonialista na gestão do Estado ajuda a compreender o posicionamento dos setores médios urbanos face às classes dirigentes. Considerando as poucas possibilidades de mobilidade social e uma visão de mundo relativamente diluída no mundo urbano acerca dos sertões que se equilibrava entre o estranhamento e a repulsa, a composição de uma aliança entre setores médios e dirigentes faz-se compreensível. Especialmente porque até 1930, o embate entre litoral e sertões, ainda que evidente, tinha encontrado efêmera solução na concessão forçada por parte do estado de espaço para os setores que detinham de fato grandes propriedades e grande poder de jugo. Desse modo, as classes subalternas nas figuras dos trabalhadores urbanos e rurais foram postos numa posição de irascível defensiva também em função de um pacto de reestruturação da Bahia de modo a reerguê-la ao papel de protagonista às custas também e, talvez, primordialmente, da exploração do trabalho.

Mangabeira significava um pouco de tudo isso: classes médias urbanas que buscavam poder de decisão no interior do aparato do Estado, um mundo urbano cambaleante avançando desordenadamente sobre o rural e a personificação do embate contemporâneo entre o cosmopolitismo vazio – porque seu conteúdo é o avanço das relações de exploração – e regionalismo da *Heroína Hercúlea de Seios Titânicos*.¹⁰

⁹ Para Hobbes “O valor de um homem, tal como o de todas as outras coisas, é seu preço; isto é, tanto quanto seria dado pelo uso de seu poder. Portanto não absoluto, mas algo que depende da necessidade e julgamento de outrem.” (HOBBS, 1979, p 54) Superficialmente, pode-se entender a sociedade hobbesiana como lugar onde a mediação das relações sociais é feita pela valoração de um por quem tem o poder de “compra”.

¹⁰ Exemplo das formulações retóricas que autonomistas usaram para resistir à “Revolução de 1930” (MAGALHÃES, 1982, p 73).

Com ciência da necessidade de soerguer-se, o Estado já buscava incentivar medidas que redefiniram os termos da exploração do trabalho já que um ambiente de tensão social se construía em razão tanto da sanha repressiva irrefreável do governo Arthur Bernardes e do capital que avançava nas formas de carestia e arrochos salariais, bem como em razão das limitações concernentes a representação política dos setores médios. Pois, “nessa atmosfera de chumbo, para que não sejamos eliminados da concorrência do trabalho e do mercado, urge que creemos aparelhos que consorciem o capital com o trabalho”.¹¹

No caso da Bahia não houve um abandono da idéia de progresso. No discurso liberal aparece de maneira corriqueira a idéia de crescimento econômico a partir da livre-empresa. A condição para o crescimento e, portanto, progresso é a atuação ordeira das classes trabalhadoras a partir da qual cada indivíduo terá seu fruto em razão do respeito às normas da competição e ao cumprimento do dever que lhe cabe.

No discurso oficial há suficiente demonstração da necessidade de manutenção da ordem – em relação aos movimentos dos tenentes – baseada na exigência por progresso firmada na fé no único Deus cristão e, fundamentalmente, no inalterável espírito nacional:

É de paz que precisamos para realização dos nossos ideaes de progresso, que não devemos esperar dos excessos da demagogia rubra, nem dos ignóbeis atentados contra a ordem legal e as instituições firmadas, dos quaes resultam simplesmente descrédito e vergonha. E Deus, temos fé, ouvirá o nosso apello, que o é também o da consciência incorruptível da nação.¹²

É esse o cenário que parece coerente com o transcorrer da década de 20, para além da já conhecida história política da Bahia.¹³ Pode-se concluir, portanto, que o aspecto central do liberalismo tal qual concebido pelas classes dirigentes na Bahia durante a década de 20 é o apreço pelo progresso, individualismo possessivo com relação aos ruralistas e, antes de tudo, pela manutenção da ordem com respeito à propriedade individual, por isso, à liberdade de quem tem posses.

3. Liberalismo e democracia na Bahia no tempo de Otávio Mangabeira e Juraci Magalhães

Não há, como já foi evidenciado, uma relação necessária entre liberalismo e democracia. Na Bahia, da aliança entre grupos médios e classes dirigentes tradicionais, na figura da grande família Calmon, surgiu a última hegemonia da República Velha. Os

¹¹ Diário Oficial do Estado da Bahia, 03.04.1925.

¹² Diário Oficial do Estado da Bahia, 01.01.1925.

¹³ Ver RISÉRIO (2004), TAVARES (2001) e TEIXEIRA (1988).

governos do banqueiro Góes Calmon e do advogado do Banco Econômico Vital Soares (RISÉRIO, 2004, p 485) foram marcados não só pela repressão violenta aos grupos subalternos como também às oposições. É bem verdade que no governo Calmon uma arrojada tentativa de reformular o ensino público foi levada a cabo por Anísio Teixeira, então Secretário de “Instrução”, sob o incentivo de Hermes Lima, ambos os quais seriam em 1935 processados por subversão e apoio ao levante comunista. Não é por acaso que houve uma articulação do então Ministro das Relações Exteriores, Otávio Mangabeira, para enviar Anísio Teixeira aos Estados Unidos em 1927¹⁴, já que a ida deste para aquele país acabou por prover o Estado com um ideólogo da educação próximo politicamente tanto do ministro como do então governador Góes Calmon. A iniciativa de governos com tato na gestão racionalizada de gastos evidenciava uma tentativa de impor um novo ritmo à economia baiana e também implantar melhorias nos serviços públicos, inspirados em modelos europeus e estadunidenses. No entanto, tal tentativa sempre esbarrou nos limites da tradição de práticas políticas enraizadas que não tinham seu epicentro apenas nos bolsões sertanejos do estado mas também no corredor da Vitória¹⁵.

Esse momento crítico de crescimento dos limites do poder do Estado e da presença deste na vida de seus súditos significou um embate necessário entre projetos de poder. A ruptura causada pela “Revolução de 1930” não necessariamente alterou os rumos de alastramento do estado. Talvez tenha intensificado esse processo e impulsionado um novo pacto entre litoral e sertão. Principalmente, a “Revolução de 1930” inaugurou o momento fundamental de aproximação da Bahia com o Nordeste. Ou melhor, de Salvador com o Nordeste, já que boa parte dos sertões já possuía laços indissolúveis e as fronteiras estatais pouco significavam, a não ser demarcações políticas que somente eram obedecidas pelas polícias. Nos centros como Recife e Salvador a separação política entre Norte e Nordeste já se processava. (ALBUQUERQUE, 1999, p 69)

Retomar a idéia de centralização imposta pela “Revolução de 1930” significa se reportar sobretudo ao embate entre um Estado centralizador e oligarquias regionais. O esquema comumente proposto para interpretação desse embate sugere um dualismo com contornos relativamente claros. (TAVARES, 2001, p 378) O programa da Aliança Liberal que é vitorioso no Brasil e encontra severa resistência na Bahia foi rechaçado aqui dentre outros motivos pelo fato de representar aquilo que foi referido passagens atrás: uma quebra do *status quo* e perspectivas palpáveis de mudanças estruturais nas redes de privilégio do estado.

¹⁴ Ommre 1927.04.13. Centro de Memória da Fundação Pedro Calmon.

¹⁵ Área nobre de Salvador.

Ademais, a estrutura econômica que garantia a manutenção do tradicionalismo oligárquico e submissão cultural e política dos setores médios estava em vias de ser alterada. O regime agro-exportador poderia ser secundarizado em relação a um projeto industrializante, racionalizado, autoritário e dirigido pelo Estado burguês – um outro que não aquele de outrora. Desse modo, diversos setores da sociedade política, os quais haviam pactuado por toda a República Velha as regras do jogo político que excluía as forças que em 1930 se faziam protagonistas, dirigiram-se na direção de alianças inimagináveis. Um claro exemplo é de José Joaquim Seabra. Sua influência política decaiu a partir de 1922, quando teve seu grupo submetido à hegemonia das facções calmonistas e mangabeiristas, ambas apoiadas por Ruy Barbosa, do estado até 1930. J. J. Seabra protagonizou inúmeros momentos de truculência e autoritarismo, tendo em Ruy Barbosa seu principal antagonista na história política baiana. Em 1930, após apoiar a Aliança Liberal e a “Revolução de 1930”, Seabra foi preterido como interventor por ordem de Vargas (MAGALHÃES, 1982, pp 74-5) por se tratar de um elemento “carcomido da República Velha”. Vendo-se sem saída, a “Velha Raposa” aliou-se aos antigos inimigos não só pelo desejo incorrigível de poder como sugere boa parte da historiografia baiana¹⁶, mas, principalmente, porque havia um *modus operandi* da coisa pública a ser preservado. A sociedade política havia sofrido uma alteração porque a sociedade havia sido alterada em sua estrutura de poder; a previsão naquele tempo de que ocorreriam alterações estruturais pesava na forja de alianças. Assim, quando foi oportuno, práticas que eram *seabristas* na década de 1920, quando este estava na oposição e reclamava com argumentos liberais por voz nas decisões de Estado, tornaram-se condutas autonomistas. A face anti-centralista e conciliadora do liberalismo aparece entre os que viriam a ser autonomistas como experiência de prática política distante no tempo, se tomado o tempo curto por referência (já que se fala em política). Por isso, tal qual brota das fontes discursos veementes dos irmãos Mangabeira e do grupo autonomista contra a truculência dos corifeus da “Revolução de 1930”, historiadores do período comumente admitem como fato histórico uma vinculação necessária entre “liberais” e “autonomistas”. Em casos mais extremos, até entre “autonomistas” e “democratas”. (SILVA, 1991, pp 35-7) Na verdade, a raiz desse autonomismo está onde Rinaldo Leite aponta: na longa tradição baiana, no sentimento de perda de um grupo, no sentido lato. Mais estritamente, na tentativa de fazer impor um projeto político que não obstante suas ambivalências e evidente anacronismo – mesmo para época –

¹⁶ Ver TAVARES (2001, p 385) e RISÉRIO (2004, p 485)

ainda era o modelo. Na verdade, em meados da década de 1930, não se saberia dizer quem detinha o monopólio da bandeira do liberalismo.

É possível detectar um liberalismo que se faz presente na afirmação contínua de uma tradição circunscrita geograficamente cujo espaço é claramente definido pelas relações sociais de poder: a “Bahia”, ou seja, Salvador. Os sujeitos políticos que partilhavam do idioma simbólico a partir do qual se operava a sociedade política na República Velha fazem parte da história do liberalismo na Bahia. Portanto, J. J. Seabra, Góes Calmon, Otávio Mangabeira e tantos outros, de fato, lutaram politicamente como liberais. Por outro lado, paradoxalmente, a defecção social, ou melhor, a “Revolução de 1930”, mesmo tendo causado um abalo nessa estrutura surgiu também com aspectos liberais. Sobretudo, sua história posterior desnuda a existência de grupos que se já não eram liberais na década de 1920 aprenderam a sê-lo no pós “Revolução de 1930”.

Um dos exemplos mais claros dessa imbricação do liberalismo em plêiades das mais diversas no campo político baiano é o planejamento feito pela Aliança Liberal para reestruturação da Bahia. Um aspecto diz respeito à burocracia estatal que “é um complemento inevitável ao desenvolvimento econômico moderno” (SCHUMPETER, 1984, p 262). Assim, não é estranho que a política da Aliança Liberal tenha conduzido o estado da Bahia de modo a fazer seus operadores a repensarem políticas fiscais.¹⁷ Também dentre as realizações da “Revolução de 1930” incluem-se a criação de diversos institutos de fomento à agricultura. O Instituto do Cacau, mais famoso dentre todos, foi um entre os Institutos do Fumo, da Laranja que congregavam forças de modo a aumentar o poder de barganha de setores agrícolas menos pujantes que o café, representado na União pelo Departamento do Café. Embora criados pelo Estado, a idéia inicial era que, tal qual os outros, “o da Laranja terá[tivesse] o caráter de S.A. sem interferência do Estado”.¹⁸ Há também algumas correspondências entre Juracy Magalhães e Clemente Mariani sobre a questão industrial tendo não só como foco um Programa de Industrialização de matérias-primas como de incentivo a indústrias químicas.¹⁹ A questão dos transportes também é posta em pauta nas discussões via telegrama entre Mariani e Juracy Magalhães.²⁰ Supõe-se, portanto, um esforço para inserir, por meio da direção um novo Estado com agendas industrializantes e “modernizantes”. Esse processo se fazia a partir da discriminação de rendas já que “de todos os projetos [do governo] é o que

¹⁷ CMcp 1934.00.25. Fundação Getúlio Vargas. Nesse documento o Deputado Federal pela Bahia incentiva taxações específicas para o então interventor Juracy Magalhães de modo a otimizar o nascedouro de uma política industrial ao mesmo tempo em que otimiza o ritmo das exportações reduzindo as taxas sobre estas.

¹⁸ CMcp 1935.03.14. FGV-CPDOC.

¹⁹ CMcp 1935.10.15. e CMcp 29.07.1935. FGV-CPDOC.

²⁰ CMcp 1935.08.13. FGV-CPDOC

mais concilia interesses [no] Estado entretanto ainda provocará diminuição [na] renda”.²¹ Buscava o governo manter a ordem política de modo a preparar o estado para a obra maior da “Revolução” que era tornar o Brasil um país forte aos custos da racionalização da exploração do trabalho pelo capital mediada pela intervenção do Estado na organização produtiva e sindical dos trabalhadores, de um fortalecimento induzido da burguesia industrial e, principalmente, no caso baiano, da manutenção das oligarquias do fumo e do cacau. Mais uma vez, apesar dos embates armados, buscava-se algum nível de conciliação que acabou por não ocorrer. Ao menos não neste momento. Como se sabe, a UDN seria fundada mais tarde como opositora a Vargas e reuniria, nos anos 40, esses grupos antagônicos da década de 1930.

Aqui, ao invés de propostas substancialmente diferentes entre projetos de país e de expansão dos domínios do Estado, há um evidente aprofundamento das relações capitalistas na Bahia e, por isso, não há diferença estrutural entre o mangabeirismo e o juracisismo, por exemplo. O leitor pode se surpreender já que Consuelo Novais Sampaio já chegara a essa conclusão com sua obra pioneira já citada. A nuance, entretanto, se situa no fato de que Magalhães possuiu o apoio dos mais variados setores da sociedade baiana, forjou em torno da sua proposta “revolucionária”, com concessões palpáveis, um consenso sobre a necessidade de fazer da Bahia um estado novamente glorioso, aos olhos de seus contemporâneos, ao mesmo tempo em que a inseria no contexto global de centralização estatal em relação à União. O caso de Mangabeira é sensivelmente diverso. Embora o exame documental não tenha sido realizado a contento, o Mangabeira que combate a “Revolução” após a volta do primeiro exílio não é o mesmo político da República Velha. Com isso não se pretende recorrer a tese de que o ex-Ministro das Relações Exteriores teria respirado ares europeus e se modernizado, democratizado e ampliado sua tolerância às demandas subalternas. Pretende-se, no entanto, chamar a atenção para o fato de que face a um regime de força e de massas, como o que se havia consolidado na Itália de Mussolini e engatinhava na Alemanha de Hitler, o envolvimento de Mangabeira passava a ser aquele de um operador de decisões diferente do de Magalhães. Enquanto o intelectual Mangabeira parecia já antenado às implicações globais do triplo embate ideológico, Magalhães parecia uma peça no jogo da grande política “revolucionária”. Encontram-se, programaticamente, a partir de 1935, portanto, como fruto da racionalidade própria do processo de posicionamento face ao mundo polarizado por parte de Oswaldo Aranha, Juarez Távora, os irmãos Mangabeira, Armando Sales e tantos outros,

²¹ CMcp 1934.00.25. FGV-CPDOC. Tratava-se de um pacote fiscal novo pensado por membros do governo como Clemente Mariani e Medeiros Neto de modo a manter a importância da produção do cacau por meio de uma revisão – para baixo – nos impostos sobre exportação e nas taxas sobre as indústrias de modo a incentivá-las.

sujeitos componentes da sociedade política traduzindo-se na oposição à continuidade de Vargas.

Em relação ao estado deplorável das condições internas, as saídas conservadoras e liberais se pareciam e, de fato, num momento de crise quando o futuro parecia ao mesmo tempo próximo e obscuro demais, o pragmatismo da Associação Comercial da Bahia, por exemplo, não permite que se elucubre sobre a origem “holandesa” do interventor. Este importante aparelho privado de hegemonia foi, desse modo, um dos sustentáculos do governo juracista.

Um outro processo, no entanto, se fazia presente. Muito parecido com aquele que se colocava aos grupos calmonistas, seabristas e mangabeiristas, qual seja, o propósito de resgatar a notoriedade da Bahia como eixo fundamental da nação e, sob esse signo – em nome da classe dominante – empreender novos golpes às classes subalternas, como reformas urbanas, arrochos salariais, carestias e repressão política. No caso dos aliancistas da “Revolução de 1930” criou-se uma nova perspectiva de recolocar a Bahia na proa da vida nacional: disputar a hegemonia regional e não tentar impor a Bahia ao Sul do país. Por isso, à Bahia é proposta a seguinte alternativa:

Recebemos cifrado [de] Juarez. Estamos [de] pleno accordo [com] suas ideas. Achamos [que de]vemos agir harmonicamente desde Amazonas ao Espírito Santo. Só assim serem[os] a força [que o] Brasil precisa [para] salvar [o] novo regimen da politicagem sob pretexto [da] votação immediata [da] constituição [...] Ou assumimos já uma attitude cohesa [,] firme e desasso[mbrada] dentro [da] orientação [de] Juarez prestigiando-o em todos os sentidos como coord[enador] [das] energias [e] ideaes [do] norte, ou seremos totalmente absorvidos pelo conluio do[s] falsos paladinos [da] constituição a toque de caixa, aliados [do] perreppismo deshonesto e insultante. Sugerimos immediato entendimento [entre] todos os interventores [do] do norte [...] [entre] civis e militares com responsabilidade [pela] revolução afim [de] assumirmos atti[tude] collectiva [que] traduza [as] aspirações nacionaes em face [do] impatriótico [e] inoportuno movimento pro constituição.²²

Nesse excerto é possível notar uma tentativa de impor resistência àquele processo identificado por Durval Albuquerque, citado anteriormente, mas revela, ao mesmo tempo, uma atitude nova face à região que é a inclusão da Bahia no pacto. A efetivação de uma política subordinada às diretrizes do “Delegado do Norte”, Juarez Távora, fez dele uma figura de muita importância nas articulações políticas da década de 1930. A indicação de Juracy Magalhães foi – e com alguma razão perceberam os “autonomistas” – uma tentativa de minar a decadente oligarquia baiana mas, muito mais efetiva do ponto de vista regional ao tentar submeter a política do estado a uma união “norte-nordestina” com sede em Recife que

²² JMcp 1931.12.07.

qualquer outra coisa. O pacto federativo, portanto, requereu novas conformações que de fato centralizassem o país, afinal, era esse o ponto de honra do movimento de 1930: extirpar os regionalismos do poder de decisão sobre suas próprias formulações políticas. Os governos estaduais deveriam, por conseguinte, implantar políticas previamente elaboradas pelo governo central. Aqui se sugere que os assinantes do trecho citado acima explicitavam uma posição suspeita em relação aos planos formulados pelos “sulistas” em relação ao “Norte” e, contra ela, propunham a adesão, dentre outros, da Bahia.

Antes disso, porém, a indicação do interventor Arthur Neiva para a Bahia já havia sido motivo de matéria na “Gazeta de Piracicaba” que esboça de modo reluzente o pensamento sobre a função da Bahia na federação:

Felizmente o nosso illustre Presidente da Republica resolveu sabiamente o mais perigoso incidente no governo revolucionário escolhendo, para governar a Bahia um dos seus mais illustres filhos, o cientista dr. Arthur Neiva, filho do grande tribuno e velho deputado federal Comendador Neiva, o celebre representante da classe operaria. [...] Todavia os bahianos não são bairristas; orgulhosos do nome de brasileiros, de sua hospitalidade, não há um só filho de outro estado que a visite, que não seja recebido como filho da terra da amorosa Paraguassú, o que talvez não o faça aquelle que nos chama bairristas.²³

Tendo a aparência de uma matéria encomendada, os traços mais marcantes, para o propósito deste trabalho, dos dizeres acima citados reflete um dos argumentos que se tenta defender aqui: há um regionalismo violento que brota do duplo ressentimento social das oligarquias baianas – primeiro por participar da decadência da Bahia e segundo por terem sido desalojados dos domínios do Estado – e que encontra solução num liberalismo baiano anos depois, mais precisamente entre 1935-6 e 1945. Isto que tem características de bairrismo tem, evidentemente, conseqüências políticas e, fundamentalmente, culturais. Conforme tentou-se argumentar, do ponto de vista cultural a propositura isolacionista obteve muito mais êxito que politicamente. Forjou-se, para consumo dentro do país, com alguma facilidade²⁴, uma idéia de *mater brasilis* da Bahia a partir de uma historiografia e uma produção cultural direcionada mas, sobretudo, com a resistência ao interventor “holandez”²⁵, Juracy Magalhães. Diga-se “holandez” porque cearense e, desse modo, não-baiano invasor. Durante a República Velha o liberalismo propiciara armadura para essa defesa. No entanto, o silogismo retórico entrara em baixa também em função das crises estruturais do capitalismo liberal e termos como “*A Bahia ainda é a Bahia*” perdiam o sentido porque se ela continuava a ser o que era, talvez devesse

²³ AN 1931.02.10-A.

²⁴ Ainda não existem pesquisas que tratam especificamente da recepção desse discurso baiano em âmbito nacional de exaustivo e sistemático como ocorre com as pesquisas acerca do próprio discurso em si.

²⁵ Mesmo 20 anos depois de assumir a interventoria baiana, Juracy Magalhães ainda era chamado por nomes que marcam seu distanciamento, em função de sua naturalidade, da Bahia. (DANTAS, 2006, pp 484-5)

ser recusada. De todo modo, o governo central não podia atentar contra a Bahia, por suas peculiaridades, e por isso, houve, sempre que possível, alinhamento entre governos estaduais e federais durante a República Velha. A “Revolução de 1930” era um momento peculiar porque significou um novo grupo regional lidando com um novo governo federal e por isso um misto de uma política de acomodação com um conflito aberto.

A “União Cívica” criada para aglutinar os diversos setores revolucionários, em sua maioria aqueles do “Norte”, antes da Constituinte Nacional de 1933 fracassou em seu objetivo central. A 28 de junho de 1933, Arthur Neiva enviou, em tom de preocupação, correspondência a Juracy Magalhães: “Nunca mais se reuniu a União Cívica, e tenho a impressão de que se os nortistas não organizarem (sic) um programa de realizações (sic), essa parte do país continuará caudatária do sul.”²⁶ Aplaudiu, na mesma correspondência a criação de um Instituto do Álcool e Açúcar em Pernambuco que, tal qual a Bahia, passava por problemas econômicos. O primeiro processo que distanciara, de algum modo, o governo Vargas dos “revolucionários” do “Norte”, conseqüentemente, era a questão regional; afinal não só eram gritantes as desigualdades regionais no país como os pleitos oligárquicos não permitiam um tratamento isonômico por parte do governo federal, era necessária uma predileção ou, no mínimo, uma atenção diferenciada para com os estados do “Norte”.

Até aqui tentou-se proceder a uma exposição de vários processos simultâneos que compuseram o paradigma contraditório envolto na trajetória histórica do liberalismo na Bahia e, em menor escala, no Brasil. Foram citados também exemplos das ambivalências liberais em termos da racionalização econômica – a partir da criação dos institutos – e das dificuldades em ajustar uma “liberalização” combinada regionalmente. A partir de agora a exposição será dedicada a como a questão da democracia foi tratada pelas correntes liberais aqui detectadas em termos de alargamento de direitos políticos.

A democracia como aspecto integrante da política baiana aparece ocasionalmente e, principalmente, a partir da dicotomia entre “ditador” e “democrata”. J. J. Seabra e Ruy Barbosa protagonizaram a versão mais conhecida desse antagonismo. No entanto, Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira refizeram a contenda. Em 1932, Magalhães ordenou uma repressão a manifestações pró-Revolta Constitucionalista em São Paulo que advogava pela constituinte mas também guardava em suas entranhas demandas regionalistas que muito se coadunavam com a agenda do autonomismo em formação. Com uma ação violenta da polícia que culminou em ferimentos de vários e um morto (TAVARES, 2001, p 391) paralela à

²⁶ AN 1931.06.03. FGV-CPDOC

campanha persistente de Otávio Mangabeira contra a ditadura e leis de exceção, fez-se uma imagem de Magalhães como truculento que o perseguiria por toda sua trajetória política. Mangabeira, por sua vez, redesenhou sua trajetória após a década de 1930 e, de fato, fez-se tal qual um paladino da democracia-liberal no país e, ainda que tenha permitido relativo espaço para militância de adversários, não fez muito para proteger a democracia dos assaltos de seus correligionários udenistas. De qualquer forma, Mangabeira não possuía uma formação militar e, talvez, isso explique em parte sua visão de democracia necessariamente vigiada embora não ostensivamente repressora.

O empastelamento de jornais, na Bahia, tinha sido relativamente rotineiro durante a República Velha e tal atividade tinha como alvo preferencial jornais operários. A censura era feita tanto por meio violento como da intimidação. No caso da “Revolução de 1930”, inúmeras diretrizes foram baixadas pela direção da “Revolução” no Rio de Janeiro destinadas ao restante do país. Desse modo, ainda em 1931, Heitor Modesto, Secretário do Chefe de Polícia da capital federal listou instruções dirigidas aos diretores de jornais e agências de informação. Várias foram as proibições. Foram vedados espaços em branco e notícias sobre tendências separatistas. No fim da circular, a curiosa observação: “É vedada qualquer notícia ou allusão às medidas de Censura Policial, exceção feita da nota circular”.²⁷ Por volta do mesmo período, o então interventor da Bahia, Arthur Neiva, recebe a comunicação de alto comissário da “Revolução”, Oswaldo Aranha: “Ficaes autorizado [a] estabelecer censura [de] imprensa não permitindo publicações que contrariem interesses público da ordem ou da administração. Saudações cordiais, Oswaldo Aranha”.²⁸ Em data incerta mas provavelmente muito próxima, Aranha persiste no tom mas especifica o que deve ser censurado:

Governo provisório faz sciente [que] só permitirá publicação [de] jornaes dentro [dos] limites [da] colaboração, ficando expressamente prohibidos quaesquer informes capitulados [entre os] seguintes: 1) publicações sobre a situação financeira com o fim de desprestigiar a acção do governo, justamente quando é necessária a cooperação de todos [...] 2) communismo, greves, pertubações da ordem, etc; 3) notícias de qualquer natureza com o fim de perturbar a vida do Exército [,] Marinha e Polícia; 4) noticias sobre questões de nacionalismo e política exterior; 5) notícias tendenciosas sobre a acção do governo nos Estados; 6) emfim qualquer campanha com o fim de desprestigiar a obra da Revolução atravez de seus órgãos. Todos jornaes devem ser notificados [d]essas medidas afim [de] prevenir. Qualquer transgressão inclusive [a] publicação presente, [uma] notificação acarretará [no] fechamento do Jornal que será summariamente ordenado [pelo] interventor, sem recurso. Cordeaes saudações, Oswaldo Aranha.²⁹

²⁷ AN 1931.02.10. FGV-CPDOC.

²⁸ AN 1931.02.10. FGV-CPDOC.

²⁹ AN 1931.02.10. FGV-CPDOC.

Valores supostamente universais do liberalismo não se aplicam ao Brasil. Na história dos indivíduos que empunharam a bandeira do liberalismo no Brasil não raro se encontram posições que não deixam dúvida quanto ao caráter autoritário da cultura liberal no Brasil. O expediente da censura a jornais, não só de grupos subalternos como de grupos dirigentes, foi utilizado tanto por aqueles que mais tarde comporiam o autonomismo, quando tinham o mando, como por juracistas na década 1930. Isso torna os dois grupos iguais e, apenas, oportunistas, posto que lutavam pelo “poder”, unicamente?

A tese é sedutora. Uma renovação geracional teria ocorrido nos quadros políticos na Constituinte de 1934, o que teria exposto certa vontade e reconhecimento de graves questões sociais a serem resolvidas pelo Estado e por isso o espírito liberal afluía nos pulsos juvenis (Sampaio, 1992, pp 97-8). No entanto, o que aqui se propõe é que uma pauta, ainda que diminuta, sobre questões sociais se insinuou ao Poder Legislativo Estadual de modo que deputados e homens de Estado, inclusive alguns deles representantes classistas, tiveram que lidar com a imposição social de reivindicações. Para reconstruir esse ambiente de pressão social, num cenário que já foi descrito como avesso à participação popular porque liberal, serão dados exemplos da atuação ainda estreita do Partido Comunista do Brasil (PCB) bem como de outros modos de atuação de grupos subalternos. Os panfletos do PCB reproduzem uma situação de extrema penúria:

Os camponeses pobres, colonos, arrendatários, camaradas e jornalistas das lavouras e plantações sofrem uma situação de miséria e fome espantosa. Mais da metade está sem trabalho.

A situação dos poucos que continuam trabalhando não é melhor. Os salários são rebaixados em 30, 40 e até 50%. O horário é aumentado. O trabalho é intensificado. Nas cidades, o proletariado e os trabalhadores em geral se alimentam a feijão e angu de fubá uma vez ao dia e grande parte nem isso tem para comer, alimenta-se com café e farinha de mandioca, porque o salário que ganham com o trabalho reduzido a 4, 3 e 2 dias por semana, não chega para comprarem outra coisa e viverem melhor.³⁰

Os comunistas continuam com a crítica violenta e responsabilização de fazendeiros e da burguesia pelo momento de estrondoso caos social para as classes subalternizadas. Assim, de acordo com eles, a organização de classe entre os trabalhadores era fundamental para, mesmo num cenário político liberal, sustentar, a partir da escolha dos trabalhadores, uma política de conflito ou de conciliação com o capital. Sobre essa relação:

Continuam as medidas de exceção, as demissões, rebaixamentos, suspensões, acumulo de trabalho, violações systemáticas das poucas leis protecionistas que a

³⁰ AN 1931.02.10. II 123 FGV-CPDOC.

custo de tantas luctas tendes adquirido! Os dois mil demittidos continuam carpindo miséria, sem esperança! Em Alagoinhas, Aramary, Aracajú, Bonfim, Cachoeira, Calçada, nas officinas, nas estações, escriptorios, no trafego e na locomoção, tudo nas mesmas normas infames de perseguições a quem ousar reclamar, ou supprimiram umas para, maliciosamente, substituírem por outras peiores, mas mais complicadas, que não comprehendeis ainda! Cortam a efficiência de vossas organizações, feitas a custo de vosso[s] salários, introduzindo-se nellas, administrando-as arbitrariamente! Ferroviários heróicos da Bahia e Sergipe, basta de tanta paciência, de tanta miséria e perseguição atroz!³¹

Por fim, o exemplo claro do recuo da Aliança Liberal em relação aos camponeses.

Companheiros!

É preciso falar a verdade. Nós temos sido embrulhados pelos homens da política, e isto não pode continuar assim.

Os senhores liberaes nos tapearam. Elles diziam que iam fazer uma revolução para o povo e chegaram a falar em dar as terras para nós. Mas nós estamos sentindo qual foi o resultado.

A tal revolução foi uma revolução de mentira, e não a nossa. Ella foi feita pelos estancieros do Rio Grande, pelos fazenderios de Minas e pelos usineiros do Norte. Tudo por causa do negócio do café, que não ia bem. [...] Era um caso lá entre elles. Mas, para fazer a guerra, precisavam da gente. Então, começaram a prometter um mundo de coisas, dizendo que ia chegar o dia da liberdade e que a nossa vida ia melhorar. [...] Mas fomos enganados. Os homens da política nos passaram um “conto do vigário”.

[...] Que adeantou mudar o presidente? Este governo de agora é ainda mais safado do que o outro. São todos uma cambada de assassinos e de ladrões. Elles mesmos já estão dizendo que agora é uma dictadura e que a lei não está vigorando. Quem reclamar vae preso ou é fuzilado. E nós estamos vendo que antes era ruim, e agora ficou peor. Para o pobre tanto faz que vigore a lei como que não vigore. Dá tudo no mesmo, porque quem go-

[...] Vamos lutar. Desde já não paguemos os impostos. Contra as leis e decretos com que nos exploram! Abaixo os novos senhores, iguaes ou peiores que os outros!

Os trabalhadores de todas as nacionalidades precisam ficar unidos e lutar contra os capitalistas de todas as nacionalidades!³²

Há nessas várias citações inúmeras amostras de protestos contra iniquidade social, de um liberalismo que não se aprofundou, limitado pela grande propriedade e, principalmente, a desmoralização das normas estatais para o convívio social, para além de toda virulência ideológica do discurso. A crescente mobilização de grupos subalternos, principalmente de trabalhadores, impôs aos realizadores da “Revolução de 1930” a necessidade de vislumbrar novas práticas políticas que incluíssem aqueles operários. A prática populista ou trabalhista, portanto, se iniciara a partir do conflito.

A partir dessa idéia parte-se agora para caracterizações das relações estabelecidas entre o governo “revolucionário” e as classes subalternas. Deste ponto em diante serão

³¹ AN 1931.02.10. II 122 FGV-CPDOC.

³² AN 1931.02.10. II 124 FGV-CPDOC. O presente documento possui, segundo indícios sete páginas. Tivemos à disposição as duas primeiras e a última.

tratadas correspondências recebidas pelo interventor Juracy Magalhães. Há heterogeneidade dos remetentes já que a subalternidade se manifestava de maneira distinta. Um deles era trabalhador, o outro era o Cosme de Farias e o último estava submetido à reclusão. Iniciava-se um tipo de olhar dos súditos estatais que fazia vislumbrar a possibilidade de que o Estado poderia catalisar melhorias.

Exmo. Tenente Juracy Magalhães

[...] Meus respeitos

NÃO importa que V. Excia. não me conheça. Informo-lhe que sou um desses elementos anônimos que em conjunto somam – O PÔVO e creio não precisar de credenciais mais valimentosas, para mercer de V. Excia. a honra de sua atenção.

Mesmo porque não lhe venho falar de interesses pessoais, meus, mas de interesses do povo bahiano, - dessa coletividade a que V. Excia. com o seu patriotismo e a sua boa vontade, incontestes, veio servir em nome dos grandes interesses do Brasil Novo.

Quero falar a V. Excia., Sr. Interventor, dos alugueres de casas.

V. Excia. sabe que pesadelo é, para um chefe de família de poucas rendas, a necessidade imperiosa de, todos os meses, pagar um avultado aluguel? V. Excia. já refletiu que, para isso, muitos reduzem a própria [ilegível] e a alimentação da família, andam mal trajados e trazem mulher e filhos na mesma indumentária indecente, tudo para no fim do mês não faltarem ao compromisso sagrado do aluguel da casa?

Após exemplificar com números, quantidade de filhos, gastos mensais com comida, roupa e aluguel o remetente indaga:

Como poderá o pobre viver com importância tão insignificante para tantas obrigações?

Só sabem dizer-lo os que experimentam essa situação.

Chamando, pois, a atenção de V. Excia. para esse caso, Sr. Interventor, permito-me lembrar-lhe, respeitosamente, que na fase de governos discricionários em que ainda nos encontramos, V. Excia. poderia, discricionariamente, tomar uma providência a respeito. Muitos lhe apresentarão argumentos jurídicos contra a minha sugestão. Como, porém, até hoje os argumentos jurídicos não melhoraram a miséria do Povo, V. Excia. será bem inspirado si fizer ouvidos de mercador aos que tais argumentos lhe apresentarem e melhor inspirado será ainda si tomar uma providência urgente sobre o grave caso que ofereço a solução do seu espírito enérgico e bom.

Lembro a V. Excia., porém, que as casas cujos alugueres precisam de ser baixados, são as de 260\$000 mensais para menos.

Pobre não mora em casa maior desse preço.

Considere V. Excia. que de cada 100 indivíduos, 80, pelo menos, por necessitarem de habitar em casas alugadas, estão sujeitos às [sic] exigências e explorações dessa minoria geralmente sem coração, que é a classe dos proprietários.

Lanelli Caldas

Empregado na Secretaria do “Comitê Mixto Bahiano de Seguros”, à Rua Portugal n. 5 – 1º and. – Nesta.³³

Aqui não se pretende fazer considerações aprofundadas sobre a questão do trabalho. Intenta-se apenas sugerir que novas formas de relação entre os súditos do Estado e os

³³ JMcp 1931.10.03. FGV-CPDOC.

dirigentes estatais se forjavam. A longa citação acima necessita de uma explicação acerca do significado do “Comitê Mixto Bahiano de Seguros” e do próprio cargo do autor que não serão encontradas nesse trabalho. No entanto, pode-se inferir, com indícios no próprio escrito, que o trabalho corresponde a um setor subalternizado sim, mas que não vive em estado de miséria. “Imaginemos um individuo tendo uma família de 8 pessoas (mulher, filhos etc.). Para esse cristo, uma casa de 2 quartos não basta, sendo-lhe precisa, portanto, uma de 3”. Isso implicará, segundo ele, o comprometimento de até 50% do salário o que deixará apenas mais 50% “para os gastos inevitáveis e imperiosismos da alimentação, da roupa, dos bondes e elevadores, do medico e farmácia e, afinal, da educação dos filhos”. Como não se pretende partir do pressuposto de que essas pautas são de uma pequena burguesia porque não há evidência, sugere-se que se trata de um trabalhador do ramo comercial-financeiro sem significar que se deve situá-lo em determinada posição social – de conforto ou de miséria. Seu pleito comprova o que já havia sido denotado no panfleto citado na nota 30: as leis do estado eram inaptas. Por isso, se assim era a realidade de uma sociedade onde havia disputa competitiva inclusive na construção de normas – o que no momento em questão se dá o nome de “governo discricionário” – que se fizesse seu uso em defesa da maioria.

No dizer de MacPherson, tal fenômeno se insere na raiz mais profunda do liberalismo que é a constituição de uma sociedade de mercado possessivo que não requer nenhum tipo de *laissez-faire*. Lanelli Caldas tentara utilizar em próprio benefício a possibilidade de o Estado utilizar-se discricionariamente de uma medida para regular o mercado possessivo em seu proveito. Ao relativizar a idéia de justiça, Caldas demonstra que esta flexibilização está submetida a uma competição. A respeito dessas modificações passíveis de serem feitas pelo Estado, MacPherson afirma: “o que o estado faz com tudo isso é alterar alguns dos termos das equações que cada indivíduo arma quando está calculando seu curso de ação mais rentável”. (MACPHERSON, 1979, p 69) A lógica de alteração desses termos significa a disputa em torno da idéia de justiça dentro da lógica de mercado. (MACPHERSON, 1979, p 75) O cálculo do curso de ação referido por MacPherson é submetido à avaliação do Estado que estabelece o que é justo e é parte integrante dessa sociedade de mercado possessivo e, por isso, obedece, via de regra, a lógica de quem impõe as regras, nesse caso os proprietários de imóveis residenciais.

Acresça-se a esse cenário a luta de classes que determina sobremaneira de que modo a disputa mercadológica se dará e, mais importante, em benefício de quem o estado manejará as alterações. No exemplo supra-citado, as condições de carestia na Bahia não mudaram de modo substantivo, embora o então interventor Juracy Magalhães tenha iniciado uma relação

deveras profícua com a classe trabalhadora soteropolitana de modo a, com ela, estabelecer pactos pela ordem.

Outro aspecto que chama atenção, conforme já foi dito anteriormente, é a questão da carestia. Cosme de Farias, importante representante das “classes pobres” diz, em telegrama ao interventor:

Solicito, em nome das classes pobres desta cidade a atenção de vossa excellencia para o aumento do preço do pão o qual representa mais um vexame para o proletariado, que está lutando com dificuldades muito serias para obter os meios de subsistência. É voz geral, diante das declarações do antigo proprietário da Padaria Minerva, que se trata de um caso de ganância. Attenciosas saudações. Cosme de Farias.³⁴

É importante observar que enquanto aqueles que posteriormente formariam a Concentração Autonomista estavam no exílio, o interventor estreitava laços com importantes segmentos dos grupos subalternos. Nessa citação fica patente o reclame de classe e, ao mesmo tempo, um pedido de interferência do Estado.

O último caso é de um detento, preso por motivo desconhecido que, de acordo com ele, tendo sua pena comutada de 16 para 6 anos, já teria cumprido todo o período referente à sua pena. Pede, portanto, ao interventor que interfira e o livre do cárcere. Não há qualquer referência a erros processuais em relação ao trâmite que o condenou. Há apenas duas observações: 1) em relação à comutação referida anteriormente; 2) uma referência à comutação coletiva de penas (“Consta que no dia 15 deste o Exmo. Sr. Interventor vai perdoar e comutar a pena de diversos sentenciados, como fez no dia 24 de outubro[...]”³⁵).

Esse derradeiro caso citado do tipo de relação estabelecida entre interventor e setores subalternizados da sociedade tem como intuito dar subsídio à tese de que o novo regime impunha uma nova relação entre Estado e súditos que, não necessariamente, tem ligação com a construção de cidadania ou de direitos e, sim, com uma tentativa de ampliar a participação de setores subalternizados sob condições previamente impostas. Também, por outro lado, tal postura se constitui enquanto uma resposta às crescentes movimentações sociais evidenciadas por greves, *quebra-bondes* e por essas iniciativas individuais que foram sentidas pelos detentores do poder de repressão estatal.

Face a essas pressões que se delinearão tanto a partir de iniciativas organizadas de esquerda, tal qual o Bloco Operário Camponês, a Aliança Nacional Libertadora, o crescente poder organizativo dos sindicatos e ações individuais como as duas correspondências – que

³⁴ JM c ig Municípios – Pasta Salvador I. FGV-CPDOC

³⁵ JM c ig Municípios – Pasta Salvador II. FGV-CPDOC

mesmo assim fazia referência a duas coletividades – evidenciam pautas sociais que culminavam na disputa por espaço no Estado impuseram-se ao Legislativo. As discussões durante as sessões da Constituinte de 1934, embora marcantes pelo talento retórico dos legisladores – e por isso inspiradores para universitários³⁶ –, suscitaram embates em torno de questões sociais como imposto territorial e evidenciaram o mal-estar das elites face à retórica de esquerda que avançava sobre os variados setores sociais, inclusive sobre seus próprios domínios.³⁷ Sampaio descreve o constrangimento geral causado pelo uso da palavra “latifúndio”. (SAMPAIO, 1992, pp 252-254) As pautas, ao invés de surgirem do próprio legislativo, como sugere Sampaio, lhes foram impostas tanto pelo crescente receio perante comunistas e integralistas que propunham resoluções concretas de problemas sociais, como pelas greves de 1934 e a crescente pressão contra a carestia em meados de 1930 – relembrando a tese de fazer, o que quer que seja, antes que o povo o faça. Tais soluções, como um Estado super-centralizador era refutado tanto por liberais de oposição como de governo, e o medo do comunismo habitava as mentes tanto de governistas como de opositores, ainda que na maior parte das vezes tenha auxiliado a outros fins que não tinham relação com a fobia das classes dirigentes aos bolcheviques. Por isso, se o caráter moderno, democrático e liberal da constituição de 1935 é fato jurídico incontestado, isso se deve muito mais às forças subalternas que propriamente aos liberais do parlamento.

4. Entre rupturas e aproximações forçadas: aspectos estruturais e conjunturais da fundação da UDN na Bahia

O processo que data do fim do primeiro regime de exceção ao início do Estado Novo (1933 – 1937) marca o período no qual estão imersos os debates acima. A emergência da polarização política em torno de dois eixos extremos – o fascismo e suas reinvenções se contrapondo à esquerda comunista – levou os liberais às trincheiras e a atuar defensivamente. Tanto assim que o predomínio liberal na Bahia se deve, primordialmente, às ambigüidades que o próprio termo permite.

³⁶ Josaphat Marinho é um dos notáveis exemplos (ALMEIDA, 2008, p 63).

³⁷ O exemplo de Nestor Duarte, autonomista que proferiu discursos duros os quais poderiam ser considerados como de esquerda já naquela época. (DANTAS, 2006, p75) Sua própria elaboração intelectual indica razões porque proporia anos mais tarde a reforma agrária para resolução de problemas brasileiros. Em seu trabalho intelectual elege como fundamento do problema fundiário brasileiro resquícios feudais e privatistas pautados em mecanismos jurídicos de transmissão da propriedade privada por hereditariedade. Para mais ver: GOMES, Rafael. **O PRIVATISMO E A ORDEM PRIVADA: a leitura do Brasil na sociologia política de Nestor Duarte**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política), USP, São Paulo, 2007. Os capítulos I e IV se referem à radicalidade da proposta de Nestor Duarte de maneira que a contextualiza na sua sociologia política.

Depois de eleito indiretamente, Juracy Magalhães, submetido às diretrizes de Vargas e Juarez Távora, teve na consolidação da Concentração Autonomista seus opositores mais presentes. Havia também os integralistas e comunistas. Aqueles consolidaram numerosos núcleos da Ação Integralista Brasileira (AIB) e, num dado momento constituíram-se como ameaça ao poderio juracista no interior do estado³⁸. Desse modo, o longínquo estado da Bahia passava, ele próprio, a ser palco do conflito que já se desenjava mundialmente: liberais, comunistas e integralistas. O que se tinha como propósito não se resumia a detenção de poder e sim aos rumos de longo prazo em termos de exploração do trabalho, vetores da concentração de capitais e sob quais bases se daria a manutenção da jornada civilizatória Ocidental. Fazedores de política tinham consciência disso e Otávio Mangabeira era um desses. Ao contrário das classes subalternas que, com algumas exceções, construíram parte de sua agenda prioritária com exigências imediatistas que não havia uma perspectiva estratégica **tão bem delineada** quanto das elites dirigentes do Estado. Talvez isso se aplique em alguma medida às classes dominantes também, como por exemplo, os proprietários do cacau no sul do estado. Não só nunca tiveram a hegemonia política no estado como perderam prestígio e poder de pressão na decisão dos rumos estatais no decorrer do século XX tendo visto, passivamente, desde meados dos anos 1910 a produção do cacau decair lenta, porém, constantemente até seu melancólico final. (GARCEZ;FREITAS, 1979, p 20-23) Assim, mesmo que a precisão exagerada dos compartimentos temporais seja apenas didática, o período que compreende 1933 e 1937 significou um momento de reconhecimento mútuo das agendas prioritárias para o estado tanto por parte de juracistas como dos autonomistas. Os termos das disputas entre os grupos juracistas e autonomistas foram duros e muitas vezes, como já foi dito, chegou ao uso da violência, tendo sido a polícia aparelhada para a repressão e censura de membros do autonomismo.

O governo Vargas propiciou, em meados de 1935, com a criação do Tribunal de Segurança Nacional, da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, do fechamento da Aliança Nacional Libertadora, as bases para uma união programática entre o autonomismo e o

³⁸ Os dados sobre integralistas, de acordo com fontes citadas pelos estudiosos do tema, variam de 46000 a 80000 camisas-verdes no estado da Bahia, para o ano de 1936. Tanto Laís Ferreira como Jairo Nascimento advogam a alta representatividade da AIB na Bahia. (FERREIRA, 2006; NASCIMENTO, 2007) A capilaridade do integralismo não deve, contudo, ser superestimado. Em nenhum dos dois trabalhos se cotejam variadas fontes. Tanto um quanto outro se pautam em contas de entrevistas em jornais, a primeira utiliza *O Imparcial* e o segundo o *A Tarde*. Em ambos os casos, não há confiabilidade tendo em vista a disparidade dos números, afinal, é quase a metade em termos absolutos. Por outro lado, não há uma problematização quanto ao envolvimento orgânico desses supostos milhares de militantes. Um aluno de uma escola integralista entraria no rol de integralistas, necessariamente? Um freqüentador pouco assíduo de reuniões significa o mesmo, ainda que em termos frios de estatística, que um agitador? São essas as questões que os estudos sobre o integralismo na Bahia precisam ainda responder.

juracisismo que ambos os grupos só tratariam de materializar alguns meses depois a implantação do Estado Novo.

A repressão aos comunistas³⁹ não se constituiu como exclusivo Varguista, o próprio Juracy Magalhães e autonomistas tinham também sua cota de anticomunismo. O Governo Vargas empreendeu uma caça aos comunistas também em razão da preponderância considerável de elementos integralistas e/ou germanófilos no governo. Na Bahia, como foi dito, a organização dos comunistas era restrita embora haja indícios de relativa profusão de simpatizantes. Mesmo assim, não parecia incomodar o Governo baiano a ponto de mobilizar a repressão ao combate do comunismo. No caso baiano, os integralistas foram perseguidos: a AIB teve um levante desbaratado em 1936, correspondências copiadas pela inteligência policial, fechamento e empastelamento de escolas e jornais integralistas, respectivamente, até a exclusão da AIB como partido do cenário político baiano⁴⁰.

Os autonomistas sempre que procuravam descaracterizar ou desmoralizar o governo o acusava de integralista ou comunista. Por exemplo, após os levantes comunistas de 1935, o governo teria ajudado na fuga de Eliézer Magalhães, “Quem auxilia o movimento comunista é o governo, que dá fuga a comunistas, quando são seus amigos. O caso do Sr. Eliézer Magalhães é um exemplo. Não fomos nós quem favorecemos [sua] saída da cidade do Rio de Janeiro”. (MANGABEIRA, 1978, p 274). Além disso, Mangabeira acusou o Governo Vargas de ter nomeado antigo dirigente da ANL para capitão de porto em Santa Catarina (MANGABEIRA, 1978, p 275).

Já as ligações de Juracy Magalhães com o regime Vargas obedeceram um pouco à lógica mais geral de relações que os tenentes vinculados a Juarez Távora mantiveram. Os vínculos entre esse grupo e Oswaldo Aranha também eram relativamente estreitos. A construção de uma candidatura nas eleições de 1937 em torno de José Américo era o trunfo para evitar a perpetuação de Vargas no poder e ao mesmo tempo empreender rumos mais precisos de desenvolvimento. Mangabeira e opositores percebiam fraturas dentro do regime varguista, tanto que sugerem que o pedido de demissão do então ministro da Guerra, em 1937, teria sido pela discordância da continuação de Vargas no poder. (MANGABEIRA, 1978, 285-286) Para além disso, do ponto de vista pessoal – aspecto que jamais será calculado na proporção necessária – o incômodo causado pela quase prisão de Eliézer Magalhães, irmão do governador da Bahia, foi de certa forma um estopim. Além disso, vários outros incidentes comentados nas correspondências de Juracy Magalhães, sobre os quais serão feitas referências

³⁹ A apreciação desse tema é assunto do próximo capítulo.

⁴⁰ Também este será um tema para o próximo capítulo.

no próximo capítulo, tiveram como consequência o paulatino distanciamento de setores periféricos do Exército da órbita de influência de Vargas. A idéia de região almejada por esses setores do Exército, dirigidos por Távora, havia naufragado e pernambucanos ganhavam a dianteira na luta por hegemonia regional com sujeitos como Agamenon Magalhães – que posteriormente seria peça chave no desenvolvimento do trabalhismo – à frente do aparato varguista. Mesmo a Bahia aparecia representada por Medeiros Neto, que havia se convertido ao getulismo e abandonara o barco juracisista em 1937.

O distanciamento de Juracy Magalhães do grupo varguista significou uma ruptura no grupo revolucionário de 1930, que se desfazia continuamente desde o desencadear da “Revolução”. A opção política do juracisismo já era conhecida desde, ao menos, meados de 1936 quando, em discurso, Juracy Magalhães sustentou a necessidade de manutenção do jogo democrático – leia-se, da constituição – e que era preciso estabelecer um alinhamento mais incisivo com a “democracia da oportunidade” norte-americana. (MAGALHÃES, 1957, p 137-149 *apud* CARVALHO, 2005, p 145) A distância programática entre os autonomistas e juracisistas no plano nacional diminuiu desde, pelo menos 1936 com a recusa de apoiar as medidas que visavam construir a base da continuação de Vargas. Isso não significa que aqui se argumenta em favor de Magalhães como um democrata; ao contrário, inúmeros são os exemplos de repressão policial a opositores, no entanto, há menos rigor com os comunistas se levados em consideração as medidas análogas empreendidas pelo governo federal.

Havia um recomeço da conspiração e parte do Exército começava a tarefa de estabelecer vínculos de modo a evitar o golpe. Como, no entanto, os setores do Exército que não apoiavam o presidente Vargas eram minoritários – a porção norte e parte de São Paulo – as Forças Armadas não só apoiaram a implantação do Estado Novo como lhe concederam uma base de sustentação.

Embora o autonomismo baiano tenha apoiado o candidato Armando Sales, paulista, em contraposição ao juracisismo, que hipotecou suporte a José Américo, ambos pautavam suas propostas pela continuação das regras da constituição de 1934. A eleição que era prevista para o início de 1938 acabou não ocorrendo porque o golpe que inaugurou o Estado Novo no Brasil ocorreu a 10 de Novembro de 1937.

Nas hostes autonomistas foi possível encontrar uma avaliação de conjuntura numa correspondência a Mangabeira de um autor não-identificado o qual defendia que a “queda de Juracy (é um fato) maior frente ao menor que foi o golpe de Getúlio”.⁴¹ No entanto, havia

⁴¹ OMcp 1937.00.25

relações que se entre-cruzavam formando uma rede de interesses na qual se pode destacar três aspectos que envolvem processos transnacionais: 1) choque imperialista do entre-guerras; 2) avanço do capital norte-americano nas Américas; 3) por fim, o pacto anticomunista das burguesias nacionais e elites dominantes tradicionais. Um claro exemplo é a relação de um sujeito fundamental no Estado brasileiro com as mais diversas forças políticas: Oswaldo Aranha. Ele manteve um vínculo estreito com Juarez Távora que, por sua vez, era o coordenador de um grupo “liberal” do Exército, dentre os quais se incluía Juracy Magalhães, mas, ao mesmo tempo, mantinha ligação com João Mangabeira⁴² e algum contato com Otávio Mangabeira. Talvez essas relações mais abrangentes tenham impactado com mais força a atuação de Mangabeira e Magalhães que os imbróglis regionais. Ainda, em razão disso, a referida análise de conjuntura pode ser relegada a um plano inferior, em nível de importância, nas formulações políticas de Mangabeira.

Há também indícios de fraturas no partido juracista o que possivelmente se relaciona com a ofensiva getulista muito mais que com um fortalecimento das oposições já que estas também foram caçadas pelo regime Vargas. Numa nota cujo destino parece incerto, Demétrio Mércio Xavier faz as seguintes observações, possivelmente, a Vargas:

Politicamente, na Bahia, o governador está enfraquecido no seio do Partido onde se desenham três correntes distintas.
[...] Seria interessante ouvir o informante que é pessoa de alto conceito e priva intimamente com o governador bahiano. Além disso, por ser amigo do mesmo e sentir a verdadeira situação, tudo tem feito para salvá-lo dos compromissos com aqueles elementos procurando demonstra-lhe que o seu dever é estar integralmente ao lado do Presidente Getúlio.⁴³

A repressão getulista não só parece implacável como onipresente, a partir do exame documental. Os passos conspiratórios são identificados com alguma antecedência pela inteligência do regime, especialmente, quando se referem às articulações entre Juracy Magalhães, Flores da Cunha e Armando Salles⁴⁴.

No decorrer do ano de 1937, em março quando se articulava o golpe de Novembro, o governador Juracy Magalhães se encontrava numa delicada situação política posto que conspirava contra Getúlio Vargas, contava com cada vez menos apoio do Exército já que seu grupo era paulatinamente reduzido ao ostracismo. Sua sustentação política no estado se tornava difícil porque a oposição autonomista mantinha-lhe a resistência tenaz sob o signo da

⁴² AN c 1931.06.03. Numa carta de 28 de junho de 1933, Neiva sugere que há ligações entre Oswaldo Aranha e João Mangabeira.

⁴³ GV c 1937.01.00.

⁴⁴ GV c 1937.02.01/1.

proteção da Bahia contra o “hollandez”. O rápido desenrolar de fatos e o movimento constante dos sujeitos denotam a grande nebulosidade a frente dos sujeitos. Mesmo tendo possibilidades de previsão maiores que dos trabalhadores, por exemplo, lhes era difícil fazer julgamentos acerca do futuro. O caso emblemático é a própria dificuldade da repressão varguista em calcular os movimentos de quem lhe faz oposição conspiratória. Eis dois informes da inteligência:

Emissários partiram para S. Catarina e Paraná. Partida Aristilliano Ramos apressadamente para Lages. Chamada de caudilhos capital, como Adel Bento Pereira, major Otacílio Macedo que comanda corpo aprisionou dr. Borges Serro Alegre. Chagada (sic) de vários grupos vindos dos arredores Palegre que se concentram aqui. Deficiência censura imprensa, companhias radio, telefônica e transmissoras. Farroupilha ontem noite irradiou maiores insultos critica homens oposição e presidente Republica. Jacy Magalhães que aqui esteve como enviado Juracy, reuniu vários sindicatos operários concitando-os a acompanhar Flores. A vários nossos companheiros Jacy declarou positivamente Juracy acompanhará Flores e Armando. Disso não tivessem dúvida. Declaro mais que Lima Cavalcanti estava já hoje com Juracy e Armando.⁴⁵

Jacy Magalhães declarou aqui confidencialmente a um amigo que Juracy tapeando Presidente, pois acha-se inteiramente comprometido com Gal. Flores.⁴⁶

Há também indicações de que, em 1937, as relações entre Flores da Cunha e a ANL haviam se estreitado face ao mal comum que era Vargas. Nesse ar conspiratório há a presença de Juracy Magalhães:

Por portador fui informado, ultimamente, de que o Flores, ao chegar a P. Alegre na sua ultima corrida, esperando a intervenção Federal no Estado, mandou buscar da prisão Dyonélio Machado e com elle conferenciou dois dias, sobre a atitude da Aliança nesse caso. Dyonleio disse-lhe que lhe daria todo o seu apoio, em troca, apenas da mais absoluta legalidade da ANL no Estado, o que ele prometeu. Em consequência desse entendimento teria sido posto em liberdade o Dr. Antonio Mespede, amigo de Dyonélio e secretário da Aliança, que teria seguido logo para o Rio, Digam-me o que sabem a respeito.

[...] Pelo acima exposto e por outros detalhes da situação nacional que vocês ahi conhecem melhor do que eu, entendo:

- a) Que o nosso inimigo nº 1 hoje é Getúlio,
- b) Que não vejo perspectivas imediatas para reiniciarmos a luta armada só com os nossos elementos, porque, embora sympathizante e cada mais odiando Getulio a massa trabalhadora e as classes medias estão ainda aterrorizadas com a reação.
- c) Que caminham para a nossa situação, conforme tive ocasião de dizer ao Neves antes de partir, tanto a minoria parlamentar como e principalmente (isso agora eu não lhe disse) o P. Ernesto, que já cahiu, o Lima Cavalcanti, o Juracy e o Flores, últimos remanescentes do outubrismo. [...]
- d) Nestas condições estou para mim convencido de que o Flores não ignora isto; de que não conformará em cahir como uma besta, porque, afinal, esta vida não é

⁴⁵ GV c 1937.04.18.

⁴⁶ GV c 1937.04.28/4.

má.. porque a “democracia”, no caso os sagrados interesses “americanos”, exige um supremo sacrifício.⁴⁷

A partir do exame das correspondências percebem-se indícios claros de ligações obscuras entre Magalhães, Sales e, desse modo, daquele com os autonomistas. Se a inteligência getulista não pecou por excesso de suspeição, trata-se de uma evidência. No entanto, pode-se escolher a cautela e tratar apenas como mais uma informação no amplo cenário conspiratório desenhado até aqui.

Desferido o golpe, do lado autonomista, uma carta do famoso Coronel Franklin Lins de Albuquerque sugere aspectos interessantes. Há uma queixa explícita sobre o interventor que assumiu após a saída de Juracy Magalhães, Landulfo Alves, e da atuação dos autonomistas que, segundo Albuquerque, passaram a governar o estado não obstante a oposição virulenta que perpetravam contra o Estado Novo:

[...] Hoje mais do que nunca, os amigos de Vossa Excellencia na Bahia estão na obrigação de collacar-se na estacada, em defeza do Estado Novo e do seu insigne Chefe. Com a chegada do Snr. Octavio Mangabeira as coisas vão se esclarecendo. Inimigo irreductivel de Vossa Ecelellencia, requintado em campanha tenaz de destruição contra o regimem,, não obstante, o Snr. Interventor, delegado de Vossa Excelência, manda o seu ajudante de ordens, Tenente José Fernandes, receber e cumprimentar o Snr. Mangabeira e o seu secretario particular e parente, Dr. Raul Baptista não sae da residência do político bahiano em confabulação e acertos com elle e com os mais destacados adversários e inimigos de Vossa Excellencia. E o resultado não se faz esperar: as nomeações de Prefeitos e autoridades policiaes rechahidas exactamente nos que fazem opposição à Vossa Excellencia. Agora mesmo, acaba de ser exonerado o Prefeito de Maracás, amigo nosso dedicadíssimo e nomeadom inimigo. Os prefeitos de São Miguel, de Djalma Dutra, de Monte Alegre, de Saúde, de Jequiriça, de Conquista, de Boa Nova, Poções, Amargosa e muitos outros, nossos amigos, foram exonerados e substituídos por autonomistas ou integralistas, adversários ubros de Vossa Excellencia. A impressão que se está tendo é que governam a Bahia, atravez do Delegado de Vossa Excellencia, os mais encarniçados inimigos do Estado Novo. Porque a verdade é que a Bahia está nas mãos dos amigos do Snr. Mangabeira, do Snr. Seabra, do Snr. Pedro e do adptos (sic) do integralismo.⁴⁸

As relações de Mangabeira não são menos tortuosas. Na vasta rede de informantes de Vargas, embora haja sempre espaço para o contraditório, foi possível encontrar indícios que de algum modo corroboram com a tese aqui proposta, a saber, a sugestão de que uma aproximação se desenhava entre os dois grandes grupos – o braço americanista do exército, representado no caso baiano por Magalhães, e o grupo civil opositor a Vargas, na Bahia liderado por Mangabeira:

Entre outras cousas, o Flores disse-lhe que eles estão preparando um movimento armado para fins de Outubro princípios de Novembro.

⁴⁷ GV c 1937.06.08

⁴⁸ GV c 1938.08.28

Declarou (o Flores) que conta com elementos no Norte, citando: No Pará; no Ceará, elementos dos Távora; em Pernambuco, gente do Lima Cavalcanti; na Baía, diz contar com elementos mais poderosos, anunciando que trabalham juntos o Octavio Mangabeira e o Juracy Magalhães, que estão em perfeito entendimento; em Minas, o Bernardes, em carta que dirigiu ao Flores, diz que a situação ali é ótima (o que muito entusiasmou ao Flores) e que, dada a incompatibilidade em que está hoje o Valadares com todo o povo mineiro, que não o tolera, havia campo para uma grande possibilidade. Nessa carta, o Bernardes acrescenta que o Governo de Minas nunca esteve tão “avacalhado” como neste momento é que é a primeira vez que Minas tem em seu Governo um Presidente jogador. Diz ainda o Bernardes que ia ao Rio para entender-se com vários amigos, inclusive o João Carlos Machado, e um emissário do Octavio Mangabeira.⁴⁹

A União Democrática Nacional nasceu programaticamente com o início do Estado Novo na medida em que propiciou o motivo fundamental de formação de uma frente “democrática” que se opunha ao “ditador”. Tanto assim que, no dizer de Afonso Arinos sobre os udenistas: “[...] tudo nos separava, e nada nos unia, exceto aquele nexos que o próprio sucesso da nossa empresa viria fatalmente a extinguir”. (BENEVIDES, 1981, p 51) Por isso, a derrubada de Vargas no pós-1945 mostrou a fragilidade de uma frente fundada em prol do aniquilamento político do trabalhismo em construção. Pensar que havia algo “fora do lugar” como faz Benevides⁵⁰ não é de todo incomum quando se reflete sobre o liberalismo no Brasil e, especialmente, sobre a UDN em suas ambivalências.

Entre a artificial aliança de comunistas, oligarcas, liberais e a esquerda democrática para derrubar Getúlio Vargas havia muito mais que o leito do rio udenista poderia comportar. O programa udenista, dirigido também por Otávio Mangabeira, continha pontos que materializavam as mais modernas causas do mundo pós-guerra. As divisões internas da UDN não devem ser postas de lado e muito menos deve ser preterida a hegemonia que exerceram os setores liberais nos rumos iniciais da frente para uma análise do seu processo de inserção no cenário político baiano e brasileiro. No entanto, o equilíbrio de forças mudava com velocidade: Otávio Mangabeira voltara do exílio com prestígio e iniciara um fracassado movimento para sua candidatura. Dois anos depois, a posição moderada de udenistas como Mangabeira e Afonso Arinos pela manutenção dos mandatos dos deputados comunistas era suplantada por uma posição que já denunciava o início da Guerra Fria em todos os pontos do

⁴⁹ GV c 1938.09.19. Nessa carta há também uma advertência ao Presidente com relação aos intentos homicidas de Flores da Cunha: “Que o Flores disse-lhe não confiar nos elementos do Rio para atentar contra o Presidente e, por isso, já ter mandado gente daqui para assassina-lo e que também já devem ter ido jagunços da Baía para o Rio, com o mesmo fim.” Sugere sobre uma possível tentativa de assassinato do presidente Vargas, o mesmo autor, João Batista Luzardo, em outra correspondência: “Ligo também muita importância ao fato de, segundo me disse o Pequeno Pedroso, ter ido para aí alguém da Baía, pois, o Octavio Mangabeira tem muitos amigos dedicados lá e o Belmiro é, como você sabe, sertanejo baiano.” GV c 1938.10.04.

⁵⁰ A propositura interpretativa que sugere coisas “fora do lugar” também é feita por Roberto Schwarcz.

globo: pela cassação. Juracy Magalhães e Clemente Mariani foram os principais articuladores da proposta.

Os acordos entre Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira não passaram despercebidas pelas classes subalternas baianas que tomaram como para si as bandeiras comunistas e trabalhistas, ao menos no maior pólo urbano do estado.⁵¹ Os próprios elaboradores de política – Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira, no caso – conservavam-se indiferentes aos reclames por resolução de problemas sociais agudos e perseverantes que, com a popularidade que o comunismo e o trabalhismo tinham conquistado entre as camadas trabalhadoras, tornava-se uma combinação especialmente perigosa. Talvez por isso, a combinação simbólica entre Mangabeira e Magalhães tenha servido inclusive para atenuar os efeitos da repressão no discurso histórico oficial já que àquele a imagem de democrata persevera até os dias atuais enquanto ao último restou pecha de truculento. Desse modo, para este, vigiar a cambaleante, jovem e ingênua democracia pode ter sido uma tarefa facilitada pela imagem socialmente inquestionável de Mangabeira como homem tolerante. Este último fez-se governador nas primeiras eleições após o Estado Novo, em 1947, com o apoio de Magalhães após um pacto político. Sob o governo Mangabeira as ambigüidades políticas, especialmente no trato dos comunistas, revelaram também as ambivalências daquilo que foi referido passagens atrás a respeito da fundação da UDN. A polícia baiana empastelou o jornal comunista *O Momento*, em 1948, e reprimiu, nesse mesmo ano, com prisões e outras formas de dispersão de multidões uma passeata que protestava contra a cassação dos mandatos comunistas a partir de ordens do Presidente da República, segundo Luís Henrique Dias Tavares. Teria o governador Otávio Mangabeira ordenado a soltura de todos os presos envolvidos na passeata no dia seguinte. (TAVARES, 2001, p 464)

Na Bahia, a composição eleitoral da base de apoio de Mangabeira surpreende aos olhos dos observadores dos anos 2000. O PCB apoiou Mangabeira em troca do seu suporte pela legalidade do “Partidão”. Ao mesmo tempo, Mangabeira foi apoiado pelos resquícios integralistas na Bahia, Partido de Representação Popular. As relações entre os grupos de pressão de elite, como a Associação Comercial, e o governo são obscuras nos termos dessa pesquisa. Faltam indícios quanto ao vínculo daquela entidade com quaisquer grupos de direção estatal. No entanto, sabe-se que Associação Comercial apoiou a interventoria. (CARVALHO, 2005, p 40)

⁵¹ Tavares cita o relevante fato da vitória do candidato de Vargas no pleito de 1947 na contagem de votos da capital do estado contra Otávio Mangabeira, apoiado por Juracy Magalhães.

5. Da orfandade democrática ao regozijo liberal: aspectos do novo bloco histórico conservador na Bahia

A trajetória do liberalismo na Bahia entre finais dos anos 1920 e meados dos anos 1940 é marcada pela ascensão de duas propostas que, enquanto se constroem como díspares, se fazem distintamente liberais. A contradição aparente da assertiva atenta para uma ampla constelação de possibilidades dentro da tradição liberal. Dentre essas possibilidades, nenhuma pode ser excluída do vago conceito de “liberal” tendo como argumento desapego aos valores democráticos ou mesmo por certa indiferença a respeito das intervenções estatais. Características do liberalismo dito clássico não podem ser transplantadas para a realidade brasileira sem o ônus do descompasso de tempo e espaço com a idéia. O liberalismo histórico no Brasil e na Bahia foi palco e objeto de disputa entre seus ideólogos. Numa década rigidamente polarizada politicamente, como a década de 1930, alguns se foram fazendo liberais. Um exemplo é o grupo articulado em torno dos militares do “Norte” – Juarez Távora, Juracy Magalhães, Jurandir Mamede etc. Por outro lado, comunistas e integralistas continuavam atraindo militares para suas hostes e, em grande parte, intensificaram os laços nos meios sindicais e nos mundos do trabalho – rural e urbano. Enquanto o governo Vargas pendia entre uma política econômica liberal de abertura de mercado para as potências estrangeiras (em especial Alemanha e Estados Unidos), politicamente buscava suporte em grupos vinculados ao integralismo e liberais autoritários. Entre os anos de 1937 e 1941-2, setores pró-Estados Unidos conseguiram modificar a correlação de forças, invertendo as relações que militares e chefes de inteligência mantinham com o Nazismo de modo que os militares Estado Novistas aderiram aos Aliados e criaram trincheiras contra o Eixo e a Quinta Coluna. O Estado Novo foi imposto com o argumento da invasão comunista sob a forma do Plano Cohen a 30 de setembro de 1937. Quando o governo Vargas enviou homens para combater do mesmo lado que os soviéticos em 1944, embora já estivesse cooperando com esforço de guerra a partir da cessão do território nacional para atividades militares estadunidenses desde 1942, o Brasil já se localizava na rota de influência dos Estados Unidos em diversas esferas da vida social. Ao mesmo tempo, estaria lutando ao lado de “liberais” americanos e ingleses mesmo tendo dado mostras – como no discurso a bordo do *Minas Gerais* a 11 junho de 1939 – de que suas predileções quanto ao regime político ideal fossem pouco definidas.

De todo modo, o estreitamento das relações entre Brasil e os Aliados, e mais especificamente, com os Estados Unidos, deu maior fôlego aos grupos opositores a Vargas

que fundariam a UDN no final da Segunda Grande Guerra e se alinhariam aos Estados Unidos produzindo uma violenta campanha anticomunista. A ascensão política de Mangabeira fez parte desse fenômeno; a posição de Mangabeira o colocou como contraponto material e simbólico em prol de um liberalismo que precisava fazer-se hegemônico. A figura de um sujeito que não descendia de família oligárquicas, que havia percorrido uma longa trajetória de quinze anos por reclames democráticos e, principalmente, tinha conseguido desvincular-se do “liberalismo excludente” da República Velha, fabricava uma auto-imagem de setores médios ávidos por representação política e uma sociedade atrasada que visava se refazer, adaptando-se aos novos tempos, a partir de cima. Juracy Magalhães teria desempenhado outra função; uma que admite certos abusos em favor da manutenção da ordem liberal, leia-se, propriedade privada. Magalhães aglutinou em torno de si sujeitos que ansiavam por renovação no Estado, sob limites precisos da proteção intransigente do *status quo*. Ele também ascendeu socialmente dentro do Exército e procurava demonstrar às classes médias que a aliança preferencial devia ser estabelecida com os grupos conservadores já que o método de ascensão deveria ser preservado a todo custo.

A pergunta final: o que significava ser liberal no período estudado? Para além do dado circunstancial do choque entre oposição e situação, que diferenças palpáveis para os sujeitos contemporâneos havia entre os autonomistas e juracistas?

Pensar a tradição liberal em sua influência dirigida aos dois grupos políticos referidos significa submetê-la ao exame do mundo no qual ela própria estava imersa. Uma famosa frase de Mangabeira retrata bem o argumento, dizia ele sobre suas duas intransigências: “uma é a intransigência democrática; a outra, quicá mais profunda, é a intransigência católica”. (MANGABEIRA, 1978, p 258) Uma sociedade como a baiana, arraigada de uma cultura subalterna centenária, cujas entranhas se forjaram na experiência da escravidão e do aprendizado do pós-abolição republicano não poderia deixar de explicitar, em cada aspecto seu, as marcas de uma cultura paternalista⁵², porém, devorada pelo conflito. Isso chega à sociedade política de modo avassalador porque confunde tradições díspares e mecanismos de resistência com aqueles de opressão. A prática dos liberais na Bahia e no Brasil sempre se destacou pela dificuldade de diálogo com as classes subalternas. Mesmo quando o assunto tratava de uma questão tão premente como a abolição da escravidão ou a questão da

⁵² Já são muitos os trabalhos que tratam dos resquícios da sociedade escravista em relação ao mundo do trabalho pós-abolição e que apropriam-se, de modo acertado, da reinvenção do termo, por Edward P. Thompson. Por ora, dois exemplos dessa nova apreciação da idéia de paternalismo: REIS, João José. Carne sem osso, farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. **Revista de História (USP)**, São Paulo - SP, n. 2, p. 133-159, 1996 e NEGRO, Antônio Luigi et GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, v. 18, p. 217-240, 2006.

concentração fundiária no estado, os liberais nunca assumiram a causa como sua, especialmente relativo à segunda questão. Por isso, corrobora-se com a tese de Consuelo Novais Sampaio que a trajetória dos setores mais avançados politicamente do liberalismo baiano eram limitados pela atuação de latifundiários. Havia, talvez, uma diferença sensível entre os dois grupos no que tange à gestão do estado já que o juracisismo iniciou seu trabalho de saneamento das contas do estado e deu prosseguimento a esse propósito de modo exemplar ao passo que as gestões de mangabeiristas, calmonistas e seabristas, na República Velha, levaram o estado à bancarrota. Essa observação, no entanto, não caracteriza uma diferença substancial já que ambos mantinham a estrutura do estado voltada para um desenvolvimento econômico desigual, propunham o combate de questões sociais de forma similar e, por fim, partilhavam o receio que as elites dirigentes tinham das “classes perigosas”.

Tanto Juracy Magalhães como Otávio Mangabeira foram liberais a seu modo. O movimento que os leva à fundação da UDN ou mesmo a ruptura de Magalhães com Vargas em 1937 foi construído no decorrer da década de 1930, período este que propiciou a Juracy Magalhães um aprendizado liberal contundente. O dado novo, portanto, na história do liberalismo no Brasil, e por isso uma aliança entre Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira não só se tornou “natural” como necessário, foi a invenção pelas classes subalternas de novos mecanismos de resistência na luta de classes no Brasil e na Bahia: o trabalhismo e o comunismo. O movimento de re-agrupamento das forças conservadoras dispersadas pela “Revolução 1930” aconteceu também em razão das pressões imperialistas. Anticomunismo, americanismo e liberalismo, sendo este o último o elemento mais disperso e de mais difícil análise, constituíram as bases do novo bloco histórico⁵³.

6. Ser liberal nas décadas de 30 e 40 na Bahia

Esse último tópico do capítulo pretende, de modo mais prático, superar a dispersão do liberalismo e identificá-lo enquanto força política em seus contornos históricos práticos e cotidianos. Assim, algumas balizas serão utilizadas para a demarcação dos limites liberais. A rigor os grupos liberais no Estado se dedicaram a temas que fundamentalmente tratavam das liberdades – de imprensa, política e de empresa.

A articulação dessas pedras angulares das arregimentações liberais baianas corresponde, em boa parte, àquelas identificadas na maior parte das construções liberais

⁵³ “[onde] conteúdo econômico-social e forma ético-política se identificam concretamente na reconstrução dos vários períodos históricos”. (GRAMSCI, 2006, vol. 1, p 308).

européias do século XIX. No entanto, a experiência baiana produziu notáveis diferenças que serão observadas e, na medida do possível, explicadas.

Refletir sobre a liberdade de mercado no Brasil pré-30 é um exercício da maior complexidade. Isto se dá por alguns motivos e o primeiro deles é subjacente ao próprio tempo: trata-se de um período curiosamente identificado como liberal, tanto por contemporâneos como por pensadores do presente. Por outro lado, a existência de um monopólio de um produto, incentivado pelas políticas públicas e pelas forças hegemônicas nacionais, sugere um grande contra-senso. Desde já, portanto, a liberdade de mercado é comprometida no que tange a própria noção de livre empresa e isonomia do Estado em relação às atividades econômicas das partes do todo federativo. No caso da Bahia, conquanto houvesse uma certa variedade de produtos primários sendo produzidos – cacau, fumo, café, mandioca e pecuária – não foi possível detectar uma política estatal de incentivo à livre concorrência entre produtores. Detectou-se justamente o contrário: a produção tutelada pelo Estado produziu um grupo de beneficiários que congelou o poder produtivo da Bahia em relação a outros centros.

Uma indústria incipiente e em grande parte gestada pela estrutura fundiária também não contribuiu para fazer crescer o espírito concorrencial que a liberdade de mercado necessita. Na Bahia as indústrias, sobretudo têxteis, não conseguiram impor uma agenda ou criar organismos de pressão como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. O grande grupo de pressão das “classes conservadoras” baianas foi a Associação Comercial da Bahia. Um bom exemplo é a discussão sobre uma dita Reforma Tributária que procuraria simplificar a taxaço sobre exportação e território. Na publicação do *A Tarde* a Associação Comercial tem como pauta fundamental a simplificação fiscal. Nos termos dessa simplificação fica implícita a idéia de diluir o peso dos impostos e, nesse sentido, trata-se de um pleito tipicamente burguês no qual a pequena burguesia e as classes dirigentes firmam um pacto contra o Estado. Nos termos da Bahia e do primeiro momento da administração revolucionária, uma rodada de discussão entre as classes conservadoras e o Estado visava a “modificações na tributação de molde a conciliar os interesses do fisco e das classes, em que for susceptível modificar”.⁵⁴ Embora genérica, a fórmula evidenciava uma anuência por parte da Associação Comercial em relação ao governo.

Ao mesmo tempo que veicula propostas de uma tributação mais simples, o *A Tarde* estampa numa de suas edições, em primeira página: “A boa situação econômica da Bahia: um

⁵⁴ Jornal A Tarde, 11/04/1931.

“déficit” irreal. Por que fazer do funcionalismo o bode expiatório? Um martyrio inútil...” Apareceria uma contradição maior: conforme a receita liberal de enxugamento do estado, corte de impostos e diminuição da burocracia como faces da mesma moeda. Felizmente, para o historiador, a contradição não se demonstra. No decorrer da matéria, diz o articulista, após discorrer sobre a situação favorável da Bahia em relação a outros estados:

Porque descarregar sobre o funcionalismo (coitado!) o machado dos cortes, se essa parcimonia de palitos, agravando o mau estar presente, em nada concorrerá para atenuar os efeitos da crise commercial? Façamos como os povos adiantados, que não temem os *déficits* como papões, pelo só horror da palavra, e consideram sagrado o dever do paiz de não aumentar, de modo próprio, e para a lisonja de theorias, o exercito de infelizes. Imitemos os Estados Unidos e a Inglaterra.

O rebaixamento de ordenados significaria uma poupança de meia dúzia de mil contos, que uma única estrada de rodagem consume. Melhor seria então reduzir os quadros. Jamais inutilizar o empregado com a meia-ração dos vencimentos ridículos, que fermentam nelle o ódio ao trabalho, transformando-o, de maquina productiva, que pode ser, em pensionista inactivo do thesouro. O problema há de ser enfrentado por esta face: poucos e bons, nunca muitos e péssimos.⁵⁵

Nesse trecho, em inícios de 30, fica evidente uma apreciação extremamente liberal do papel do Estado diante de um cenário de livre mercado, como deve ser o “mercado” de trabalho. Curiosamente trata-se de um período de intervenção estatal pós-1929 quando esforços foram empreendidos pelos governos citados na fonte para fazer decrescer o exército de infelizes – desempregados – por ordem estatal. Também notável é a solução encontrada para o arrocho nas contas estatais que teriam dado origem à redução salarial do funcionalismo. A redução de quadros é colocada como alternativa mais plausível que a diminuição dos ordenados. Qual lógica rege a tomada de posição exposta na primeira página do vespertino citado? Num ambiente de crise, sobretudo econômica, a intervenção estatal é vista, mesmo por liberais – ou, talvez, sobretudo por eles – como o caminho criativo para sua superação. Assim, a lógica que parece ditar o ritmo de assertivas como a que sugere supressão de empregos em detrimento da redução de salários, sugere uma tentativa de direcionar o papel do Estado para a construção de uma burocracia elitizada, como bem atesta a conclusão do articulista: “O problema há de ser enfrentado por esta face: poucos e bons, nunca muitos e péssimos”.

Uma mostra que muito elucida sobre ser liberal na Bahia de inícios de 30 provém do vespertino já citado. Uma coluna escrita por Wenceslau Gallo, político e, possivelmente, um dos fundadores do Jornal *A Tarde*⁵⁶. Inicialmente ironizando e problematizando as diretrizes

⁵⁵ Jornal A Tarde, 13/04/1931.

⁵⁶ http://www.new.divirta-se.uai.com.br/html/modulos/uai_noticia/busca_noticia_interna/id_sessao=19&id_noticia=1979.shtml
Acessado em 19/01/2009.

da censura jornalística a partir da detenção do redator Otávio de Carvalho do *Diário da Bahia*⁵⁷, Gallo enfoca as diferenças entre a República Velha e a recém implantada, no que tange à censura de jornal:

No tempo da 1ª República, se os governos resolviam tutelar a função jornalística, estabeleciam a censura. Era uma praxe cristã. O censor, presente à redação, olhava as tiras antes de irem à impressora. Lia-as e cortava o que, no seu íntimo parecia, conveniente. Nada se veiculava ao povo, antes do *placet* oficial.

Termina a idéia com a seguinte conclusão:

Admito que a tarefa da 2ª República seja secreta. Os grandes edifícios erguem-se às ocultas dos olhares estranhos à sua feitura. De mais não é, porém, acozam os artífices que se investiram, a si próprios, o encargo de dar-lhes corpo e finalidade, à explicar à massa ignara, às turbas indiferentes às elites suspeitas, onde começa a zona cujo ingresso permite apenas aos orthodoxos. Não valem hipocrisias. Urge darem-se pontos nas línguas e freiem-se as pennas? Que isto seja dito, com todo o desembaraço, a luz do dia. Que apareçam, afim de evitarem delinquentes lavados de dolo e de culpa, prepostos encarregados de graduar a liberdade do pensamento...⁵⁸

Há estranheza na crítica a censura tal qual praticada pelo governo. Gallo critica a falta de transparência nas regras da coerção. Para ilustrar sua objeção ele demonstra a paz e a tranqüilidade com que era efetuada a censura durante a 1ª República. A recorrência e a normalidade da censura se impunham como que naturalmente, afinal de contas, tratava-se de uma “praxe cristã”. Assim, a ordem mantinha-se e o caminho parecia seguro rumo à conservação. Ou seja, a restrição na 1ª República parecia cumprir uma tarefa de classe já que se consensuava utilizando o propósito “cristão” como mote aglutinador. No caso presente, a abril de 1931, não se encontram certas de seu futuro as classes dirigentes baianas. E o liberalismo sob cuja bandeira os ideais de progresso e modernidade eram levados a cabo, embora cambaleante, ainda aparecia como maior argumento contra o cerceamento das liberdades. No entanto, se fosse possível consensuar em torno da tarefa da 2ª República, se fosse possível tornar a feitura dos grandes edifícios visível, então, nesse caso, “graduar a liberdade de pensamento” não seria um grande problema, afinal de contas, os antigos hábitos seriam mantidos e a composição se manteria. Outros aspectos aparecem nesse fragmento como “massa ignara” e “turbas indiferentes às elites suspeitas” que fazem menção à mesma idéia de povo bestializado e aos grupos dirigentes em litígio na crise de 30. A exclusão permanece e a liberdade de imprensa continua como meio, não de aprofundar idéias

⁵⁷ Jornal A Tarde, 13/04/1931.

⁵⁸ Jornal A Tarde, 13/04/1931.

rousseauianas de liberdade e igualdade, mas de demarcar a quem deve ser concedida o privilégio da liberdade. Não é preciso dizer que entre livres há igualdade. Ser liberal, no início da década de 30, nessa Bahia do poder estatal, significa, primordialmente, a conciliação pela manutenção.

No *Diário de Notícias* o tom não muda no que tange a como deve ser a imprensa, em seu papel, e daí pode-se extrair como é vista a liberdade de imprensa a quem se “impõe o sério dever de guiar e de instruir as massas dentro dos limites da razão, da propriedade e do direito”.⁵⁹ Belfort Saraiva, que assina o texto mostra de modo evidente o liberal típico da classe dirigente baiana. Trata-se, apenas de perguntar-se em relação a qual razão e a qual direito Saraiva se referia. A propriedade é clara e fala por si. Como já disse Lanelli Caldas, citado anteriormente, em carta ao interventor sugerindo revisão discricionária do valor dos alugueis. Caldas escreveu aproximadamente 6 meses depois da coluna de Saraiva.

Por outro lado, em relação à questão dos funcionários públicos, o *Diário de Notícias* apresenta posição curiosa. A sugestão fundamental do periódico é que o contingente excedente de funcionários seja incorporado pelas prefeituras. Assim, haveria manutenção de emprego e não seriam punidos os servidores pela crise e escassez de recursos do Estado.

Um outro exemplo sobre a questão da liberdade no ideário liberal baiano é a posição dos autonomistas face à suspensão do pagamento da dívida externa do Estado. A crítica dos autonomistas, veiculada pelo jornal *A Tarde* passa pela defesa jurídica. No discurso de Antônio Balbino, então jovem deputado autonomista, aparecem traços de um liberalismo suave, na acepção de Faoro. Balbino cita uma série de decretos e dispositivos constitucionais acordados pelo governo Estadual que o obrigariam a arcar com esses pagamentos seguindo planejamento do governo Federal. Além disso, acusa a Assembléia Legislativa do Estado de submissão ao Executivo. Insinua que balanços superavitários anunciados pelo governo são fictícios e aponta para a desvalorização, em razão do calote, de títulos públicos como grande oportunidade para especuladores. Um planejamento digno da Lei de Responsabilidade Fiscal a qual é tratada como clausula pétrea dos administradores públicos do país hoje tem origens antigas e indiretas. Uma delas certamente é o decreto citado por Balbino. Diz o deputado autonomista:

(...) o Governo Provisório baixou o decreto nº 23.829 de 5 de fevereiro de 1934, regulando a matéria entre 1934 e 1938.

O artigo 1º deste decreto diz “o pagamento dos juros e da amortização dos títulos dos empréstimos externos realizados pelo Governo Federal e pelos governos dos

⁵⁹ Jornal Diário de Notícias, 11/04/1931.

Estados e municípios será a partir de abril de 1934 feito de acordo com o plano organizado pelo Governo Federal”.

E o art. 2º fixa a obrigação, para os Estados, de reservar nos seus orçamentos a verba necessária à dívida externa, de acordo com este plano.

Trata-se de um tratado aprovado pela Constituição Federal, e cuja vigência não pode ser, pois, contestada.⁶⁰

Há aqui duas defesas veementes por parte de Balbino. A primeira delas é a defesa dos investidores estrangeiros, ingleses e franceses. A segunda é a defesa dos acordos firmados por dentro do Estado, ou seja, se havia uma determinação firmada por meio de decreto, seu cumprimento deveria ser imediato. Assim, uma parcela da intelectualidade que era parte da sociedade política baiana fez, entre 1930 e 1937, uma interessante inflexão. Esses dois pontos merecem destaque. No caso de Balbino que esteve próximo dos movimentos construídos pela Aliança Liberal, enquanto estudante no Rio de Janeiro, em meados de 30 já se posiciona de modo distante, para então chegar ao ápice da “formação ainda com uma acentuação muito mais liberalizante, quer dizer, da França”⁶¹, se referindo ao momento do Estado Novo. Esse pequeno laço une um setor político regional às outras elites regionais no mundo pré-Segunda Guerra. A participação de Balbino na defesa de contratos com organismos e empresas do capital internacional, num momento de crise, dá um primeiro indício de que o caráter liberal deve menos à juventude das hostes autonomistas, como sugere Consuelo Sampaio, ou pela oposição ao governo de Juracy Magalhães, de acordo com Paulo Santos Silva, que pela percepção e tomada de posição própria de grupos localizados na periferia do capitalismo em relação aos parceiros internacionais que desejam ter e, sobretudo, de acordo com a maneira como pretende dirigir o Estado em relação às lutas sociais.

Pelo lado da situação, é interessante notar de que modo o liberalismo influencia as ações políticas. No caso específico, as ferramentas que servem à oposição não são utilizadas. Um exemplo muito interessante é o caso do *Diário de Notícias*. Em que pese o apoio que concede ao governo juracisista, apresenta um discurso fortemente influenciado pela onda nazi-fascista, e como aponta Peixoto (2004), há um discurso editorial que, embora critique um liberalismo, não o faz de maneira universal. Um primeiro aspecto é o tributo concedido à questão democrática. Ainda que críticos ao liberalismo aplicado até 1929, o editorial se coloca como “amigo da democracia”.⁶² Não é estranho que, como afirma Peixoto, tenha havido participação de capital e material alemão no *Diário de Notícias*. Por outro lado, não é de todo esquisito que setores das elites baianas tenham se visto próximas ao integralismo em algum

⁶⁰ Jornal A Tarde, 22/11/1935.

⁶¹ Entrevista BALBINO, p 6.

⁶² Diário de Notícias, 12/11/1935.

momento. Uma passagem de Juracy Magalhães que admitia proximidade ideológica ao integralismo nos idos de 1933⁶³ para a confusão ideológica das elites baianas. Visavam elas aplacar ânimos subalternos face a uma crise que assolava a todos, com exceção da URSS. Assim, como que um processo de identificação de classe definido enquanto misto de proteção do sistema econômico, um *status quo* social e o modelo cultural de civilização a que tanto Arthur Neville Chamberlain e os colaboracionistas franceses (SALEM, 2008, p 27-8) como parte da classe dirigente baiana e brasileira estavam vinculados: o combate ao comunismo e indiretamente o estrangulamento das organizações de grupos subalternos. Ainda que seja necessário salientar que, também obedecendo à conjuntura global de enfrentamento estrutural do nazismo, liberais e comunistas baianos estabeleceram forte vínculo propagandístico, sobretudo, expresso nas páginas do periódico *Seiva*, publicação dirigida por comunistas e veiculada entre os anos de 1938 e 1946. (SENA JUNIOR, 2007) Este último dado não enfraquece o argumento inicial já que se tratava de uma aliança tática, no caso do Brasil, de oposição ao Estado Novo que, como foi ensaiado aqui como hipótese, construiu-se em experiência de oposição ao regime de exceção.

Os casos de Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira são paradigmáticos desse processo porque iniciaram, na Bahia, um pacto anti-populista. Ainda que não existam estudos que abordem especificamente as diversas correntes que disputavam o controle das organizações de trabalhadores, por exemplo, foi possível, nessa pesquisa, detectar alguma aproximação Magalhães e algumas correntes trabalhistas. Um estudo mais detido seria necessário para analisar possíveis nuances no interior do trabalhismo baiano e a real influência do grupo articulado por Juracy Magalhães na formulação de idéias e estratégias de ação desses trabalhadores.

O liberalismo de Mangabeira não permitia uma aproximação orgânica com grupos subalternos. Entretanto, também no seu caso, não é possível isolá-lo de contato, por outros meios, com grupos subalternos. Assim, no seu governo, parece ter havido uma comemoração da negritude e do trabalho na comemoração do quadricentenário de Salvador.

Embora tenham sido listadas possíveis antinomias em relação ao argumento proposto, a idéia central desse capítulo pode ser reduzida à seguinte afirmação: o liberalismo baiano mudou em virtude de toda a volatilidade internacional, mas, também, em função do regime autoritário. A esses dois fatores é necessário acrescentar o que parece mais importante: o ascendente poder de pressão de trabalhadores evidenciado no decorrer na primeira metade do

⁶³ Será discutido no capítulo III.

século XX. A assunção forçada desses grupos dirigentes, sobretudo dos trabalhadores como sujeitos políticos dignos de ouvido, parece um primeiro sintoma de que a composição da sociedade política requeria novos parâmetros. Por outro lado, a obsessão pela vigilância e pelo aparelhamento do poder coercitivo do Estado, sem dúvida, continuaram como diretrizes fundamentais no projeto social do liberalismo baiano, como será possível observar no próximo capítulo.

Capítulo III

Anticomunismo na Bahia: sociedade política e repressão

Seria repetitivo iniciar um texto sobre anticomunismo reportando ao espectro comunista que rondou a Europa nos idos de 1848. No entanto, os discursos que traduzem uma inquietação receosa por parte da burguesia e aristocracia europeia em meados do século XIX são análogos àqueles encontrados no Brasil do século XX. As trajetórias dos processos de afirmação de um imaginário anticomunista, embora tenham se realizado de modos originais e únicos, também seguiram paradigmas relativamente próximos não obstante a distância cultural e geográfica entre Brasil e Europa. No caso brasileiro, conforme aponta, ainda que timidamente, parte da curta produção historiográfica, os caminhos do discurso anticomunista foram trilhados de acordo com signos legados da originalidade histórica da sociedade brasileira, embora esse aspecto não tenha sido enfatizado de maneira adequada. Ou seja, embora um fenômeno mundial desde meados do século XIX, o anticomunismo aconteceu no Brasil de modo particular numa permanente dialética entre um discurso universal e apropriações locais.⁶⁴

Esta historiografia, portanto, já conseguiu se livrar de um problema: a fácil apropriação de fenômenos mundiais como homogêneos, sem diversidade. Ao debruçar-se sobre os trabalhos de historiadores acerca do anticomunismo no Brasil, detecta-se um cuidado intenso na análise do fenômeno enquanto histórico, assim sendo, sujeito também a uma dinâmica própria. No entanto, a historiografia brasileira comete o equívoco de tracejar esse anticomunismo no Brasil elegendo um espaço geográfico restrito a centros como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul como se essa escolha significasse uma apropriação legítima de toda elaboração anticomunista brasileira, nacionalizando a partir de exemplos regionais, sem verificação empírica em outras localidades. No geral, são elaborações situadas exatamente nesses centros e desse modo cabe a correção desse equívoco às outras regiões omitidas da história do anticomunismo no país, como é o caso da Bahia.⁶⁵

Para o presente trabalho as linhas gerais dos discursos e práticas anticomunistas

⁶⁴ Em que pesem possíveis críticas a essa historiografia, os esforços empreendidos por historiadores como Rodrigo Patto Sá Motta (2002), Carla Luciana Silva (2001) e Eliana Dutra (1997) são importantes, sobretudo se pensados como pioneiros na análise historiográfica da construção do imaginário anticomunista, enfatizando arquétipos discursivos e representações imagéticas.

⁶⁵ Desde já é preciso enfatizar a mudança paulatina desse percurso historiográfico. Na Bahia, sobretudo, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, algum esforço tem sido feito no sentido de suprir essa lacuna. Todos os trabalhos realizados nesse programa serão apreciados no momento oportuno ainda neste capítulo.

desenvolvidas na Bahia são analisadas tendo como base essa historiografia citada anteriormente. Para não cometer o mesmo equívoco apontado, mesmo que numa escala menor, faz-se necessário explicitar que, quando se refere ao anticomunismo na Bahia se está reportando, sobretudo, ao centro político estadual, à capital Salvador, e a alguns centros urbanos do interior do estado posto que o objeto desse esforço intelectual é, antes de tudo, analisar as formas de domínio e de estabelecimento de hegemonia por parte da burguesia baiana a partir da direção dos aparelhos de estado. Como suporte fundamental de um processo de nova transigência entre elites está a construção no decorrer da década de 1930 do consenso em torno do anticomunismo.⁶⁶

1. Os medos de classe na Bahia: da insubordinação escrava ao anticomunismo

Como fruto da angústia senhorial e da pressão insistente de grupos subalternos, o imaginário do *Quilombo de Palmares* foi, durante os séculos XVIII e XIX, motivo dos mais amplos e irrestritos medos por parte das elites dirigentes compondo o lastro de preocupações que norteavam algumas formulações políticas na colônia. Assim, a tese de um estado policial não é absurda nem improvável no tempo de Palmares, desde que o significado de Estado e polícia sejam definidos de acordo com seu tempo. Ainda que vestido pelo amálgama colonial, o Estado tal qual se manifestava em Minas Gerais no século XVIII agiu da seguinte maneira face às investidas de escravos:

Diante de tanto perigo, o governador tentava vários meios repressivos. Em dezembro de 1717 Assumar havia assinado um bando autorizando o ataque a quilombos, sem impedimento algum, a quem quisesse fazê-lo. Além disso, previa penas de açoites e degredo para Benguela para quem soubesse da existência de quilombos e não os denunciasse, bem como prêmio para os quilombolas que traíssem seus companheiros. Em janeiro do ano seguinte, assinava uma ordem para que os capitães-do-mato prendessem todo negro que, sem autorização do senhor, fosse encontrado na vila ou fora dela depois das nove horas da noite. (LARA, 1996, p 90)

A autora refere-se no texto citado à uma especialização veloz da atividade do capitão-do-mato. O caráter do ofício foi regulamentado em uma detalhada exposição de jurisdições, responsabilidades, remuneração e outras sortes de limites. Para Lara, antes de estadismo e cuidado com a segurança do império “o texto revela preocupações mais pragmáticas, que visam a dirimir querelas entre autoridades locais, capitães-do-mato e senhores de escravos,

⁶⁶ Mesmo que divergentes quanto ao período exato de efetivação de uma política anticomunista, Dutra (1997, pp. 33-87), Silva (2001, pp. 23-50), Motta (2002, pp. 179-230) concordam quanto à centralidade dos anos trinta para a consolidação de um imaginário anticomunista.

interessados, cada um a seu modo, na defesa ou segurança de seus próprios domínios, interesses e poderes”. (LARA, 1996, p 93) Desse modo, um estado põe-se como “árbitro” de questões referentes à otimização da manutenção de uma vigilância ostensiva, policiando certo grupo social.

Na Bahia do início do século XIX dois paradigmas de combate ao perigo escravista se impuseram. O conde da Ponte e o conde dos Arcos foram arautos, respectivamente, de uma “política de sistemática repressão a toda manifestação associativa de tradição africana na Bahia” e de uma liberdade de associação vigiada, salvaguardada e restrita. (REIS, 1989, pp 38-9) O conde da Ponte defendia como inaceitável a possível autonomia nas organizações escravas e se propunha “a moralizar o controle dos negros baianos, passando inclusive por cima da autoridade dos senhores. Estes, segundo o governante, deviam abandonar por completo a política de concessões e tolerância”. (REIS, 1989, p 38) O conde dos Arcos, por outro lado, acredita ser necessário aos escravos momentos de extravaso e assim, cria ele, por meio da liberdade de culto, seriam improváveis alianças interétnicas já que não se uniria a todos sob o prisma único do cristianismo. No entanto, o conde dos Arcos não ignorava assuntos de segurança pública, tinha uma formação militar e procurava exercitar a dissuasão como ferramenta de repressão. (REIS, 2003, p 81-2)

O passado de conflitos sociais na Bahia e, principalmente, a aprendizagem da direção estatal por parte das elites dirigentes não devem ser subestimadas. Desse modo, a análise aqui intentada busca compreender os mecanismos de sujeição empreendidos pelas classes dirigentes como também aspectos da longa formação das classes subalternas na Bahia marcada pelo estigma racial e pelas peculiaridades das relações de trabalho. Por isso, uma primeira discordância à historiografia brasileira sobre o anticomunismo perpassa por uma crítica à indiferença em relação a aspectos culturais entendidos como um campo material e simbólico de luta sócio-política percebido numa longa duração. Torna-se grave a constatação crítica referida porque a maior parte dessa historiografia se refere a estudos de imaginário e linguagem simbólica e, portanto, objetos que necessariamente se encontram difusos e permeados por um emaranhado inconcluso – e em permanente movimento – de tradições circulares, caóticas, que, por fim, fazem, de um passado longínquo, um presente ardente a partir dos mais enraizados sentimentos sociais. No presente exemplo trata-se do medo.

Há, nesse trabalho, uma sugestão de que existe um diálogo permanente, no nível simbólico, entre o passado e o presente: os medos pretéritos foram constantemente reavivados sendo ressignificados de modo que tivessem o seu sentido preservado de qualquer anacronismo. Genericamente pode-se dizer que o mesmo medo de uma possível subversão

acalentou reformas no aparato repressor de modo que capitães-do-mato e polícia se especializaram. A diferença está tanto na posse do aparato repressivo – o capitão-do-mato era um empregado e a polícia pertence ao Estado – como na utilização desse aparato para outros fins que não aqueles propriamente detidos à repressão punitiva. Capitães-do-mato não necessariamente tinham como função intervir na política de Estado como ocorreu com a polícia no Brasil Republicano. De todo modo, em ambas situações formas de atuação coercitivas com cunho preventivo tiveram lugar.

Paralelo a isso, os discursos oficiais visavam impedir a livre associação. De modo bastante similar ao que sugere Lara quanto à livre associação em inícios do século XVIII, na década de 30 do século XX, na Bahia, o Estado impunha dificuldades a encontros coletivos de grupos subalternos. A coincidência histórica – e por isso compreensível – é que se tratava, de fato, praticamente, do mesmo grupo social: trabalhadores (e) negros.

Com a virada do século, a República e a nova ordem do trabalho com a Abolição da Escravidão, novos *modus operandi* nas relações de trabalho, entre trabalhadores e Estado, trabalhadores e burguesia, e burguesia e Estado, se forjaram a partir do conflito. As tentativas do novo regime em fazer-se original perpassavam por um expressivo discurso cujo intuito primordial era silenciar as lutas subalternas do século XIX, consolidando, no discurso oficial, a idéia da Bahia como uma sociedade ordeira, pacífica e alheia a supostos interesses de classes. Diz-se “supostos” porque classes não existiam; havia, sim, gatunos prontos para assaltar o maior patrimônio da Bahia e do Brasil que era a cordura de seu povo.

Desse modo, as lutas operárias que chegaram ao ápice na greve geral de 1919, teriam carregado em si a marca natural do estranhamento já que se tratava de algo alheio ao povo baiano, no dizer oficial. Não obstante esse discurso, realizaram-se inúmeras paralisações de trabalhadores no decorrer das décadas de 10 e 20 do século passado. Isso impõe uma segunda crítica à vasta maioria dos trabalhos brasileiros sobre anticomunismo: pouco se estudam as apropriações dessas representações. O impacto de charges, manchetes e notícias deturpadas da Rússia a partir de 1917 no mundo proletários de Salvador ainda não foi estudado. O problema das fontes deve servir como um atenuante embora signifique também uma inércia dos historiadores em renovar métodos com intuito de abarcar setores sociais excluídos da memória historiográfica.

O discurso de uma Bahia ordeira coaduna-se com o exotismo das idéias comunistas e anarquistas. Embora adaptado a uma localidade, essa idéia é difundida em todos os espaços nacionais. Tanto Dutra (1997) como Motta (2002) salientam a tentativa discursiva de tornar o comunismo uma idéia que não se compatibiliza com a realidade nacional brasileira.

Regionalmente os contornos dessas representações se fincam nos limites dos imaginários anteriormente estabelecidos no mundo cultural baiano. Tanto assim que a idéia do exotismo serviu também para a formação de um grupo político contrário à atuação do interventor cearense Juracy Magalhães o qual, no dia em que que é recebido pelo “povo”, vê-se, de pronto, obrigado a se defender:

Pungia ao meu coração revolucionário, sentir que a Revolução Brasileira, graças à incompreensão de uns e a má-fé de outros, trouxera, em seu bojo, sob a capa do regionalismo, um sério perigo para a unidade de nossa Pátria.

Felizmente, esta manifestação que me fazeis, veio, destruindo a presunção em que estava, patentear que a Bahia de hoje é a mesma Bahia do Dois de Julho, é a mesma Bahia que foi buscar José Bonifácio no exílio para elegê-lo seu representante, sabendo-o, embora, não filho desta terra prodigiosa. É a mesma Bahia – “heroína hercúlea dos seios titânicos”.

Foi um ultraje atirado à minha face dizer-se, alhures, que a Bahia não seria conquistada, como se conquistador fôsse eu, que palmilhei os seus sertões, lutando pela defesa da mesma idéia, que era também da maioria do seu povo, como de quase todos os brasileiros.

(...) nenhum baiano me vencerá em amor à Bahia, e nenhuma sentinela será mais vigilante na defesa dos superiores interesses do Estado.⁶⁷

As elites que comporiam o autonomismo foram os difusores da tese da “conquista” referida por Magalhães. Tiraram vantagem do momento anti-imperialista que pairava pelas classes subalternas desde a greve dos ferroviários de 1927 quando os trabalhadores requereram a retirada de *trusts* estrangeiros da administração das empresas de transporte. Por fim, aproveitaram o fato de que estava na ordem do dia a proteção vigilante e permanente contra o *estrangeiro*. No caso, o cearense. Por outro lado, para se contrapor a esse argumento político Magalhães fez-se “baiano” e não enfrentou o debate acerca da estranheza. Ao contrário, concorda com a necessária proteção da Bahia aos estranhos e forja uma ação política nesse sentido.

Assim, dois elementos históricos são fundamentais para compreender a construção do anticomunismo na Bahia: 1) o ato de silenciar as lutas subalternas a partir da propagação de suposto apreço natural dos baianos à ordem e à cordura; 2) a absorção, por parte de antagônicos grupos políticos de elite, de certa xenofobia para sustentar a proteção da Bahia aos ataques de forasteiros.

2. Invenção do perigo de classe

Uma outra questão desse capítulo é identificar rupturas e continuidades nas práticas de vigilância estatal e burguesa que, no recorte temporal aqui tratado, refere-se, sobretudo, ao

⁶⁷ MAGALHÃES, Juracy. **Minha vida pública na Bahia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, pp 83-4.

anticomunismo o qual, por sua vez, possui traços de uma trajetória mais longa de repressão de classe.

A Revolução de 1917 na Rússia apresenta-se como um marco das lutas sociais no globo, e também na Bahia, não só enquanto novo paradigma para as classes trabalhadoras porém também como evidência, por parte das classes dirigentes, de uma necessidade de tomada de medidas preventivas com o propósito de evitar uma revolução bolchevique alhures. Foi nesse momento que a idéia de anticomunismo ganhou corpo, não exatamente porque era necessária a existência de um país governado por um Partido de massas, como a Rússia, para a consubstanciação de um projeto anticomunista e conservador. Tanto assim que se pode citar o seguinte exemplo:

O historiador Mario Maestri, estudando o papel histórico de Castro Alves, cita um projeto abolicionista que determinava a emancipação dos filhos de cativas, em 1871. Segundo ele o “projeto foi combatido pelos escravistas, que chegaram a apresentá-lo como inspiração da terrível internacional comunista”.⁶⁸ (SILVA, 2001, p 27)

Na verdade a Revolução de 1917 propiciou a difusão de sentimentos, possivelmente, análogos ao da Revolta do Haiti em seu tempo, 1789. Assim, na Bahia, a grande greve de 1919 e uma série de eventos organizados por trabalhadores descontentes podem ter sido inspiradas, de alguma maneira, no feito russo.

A repressão estatal se especializou no decorrer da década de 20. Dentre outros motivos, alguns já citados, esse tensionamento deve-se a construção de um Partido Comunista do Brasil (PCB), como seção da III Internacional Comunista. (PINHEIRO, 1991, p 109) A década de 20 na Bahia não foi palco de intensa movimentação anticomunista e a explicação encontrada pela historiografia é a falta de organização do PCB no estado até o início da década seguinte. O referido período marca o final da hegemonia anarquista nos meios sindicais baianos que, para além dos equívocos e erros das organizações da classe trabalhadora baiana, se deu principalmente em razão do permanente combate de patrões e Estado às associações das mais diversas naturezas, seja de trabalho ou por fito culturais.

A designação mais comum aos comunistas em inícios da década de 20 era “maximalistas”. Os termos “anarquistas”, “subversivos” eram genericamente atribuídos a qualquer tipo de manifestação anti-sistêmica⁶⁹ como o Movimento Tenentista de 1922, por

⁶⁸ O trecho em aspas se encontra em: MAESTRI, Mário. **Castro Alves: genealogia crítica de um revisionismo**. Porto Alegre: CEM-RS, 1998, p 7.

⁶⁹ O termo designa as mais variadas manifestações contestatórias que ocorreram durante o período Republicano, desafiando o poder instituído de algum modo. Portanto, por “anti-sistêmico” entende-se, desde as greves sindicais às revoltas tenentistas.

exemplo⁷⁰. Aos membros da Coluna Prestes inúmeros adjetivos e substantivos foram empregados de modo a caracterizar de forma depreciativa o movimento. Assim, como realizadores da “mashorca”, propagadores da “demagogia rubra”, os membros da Coluna eram descritos por se colocarem ao largo do *status quo*.

Ao longo da década de 20 comunistas e anarquistas digladiaram-se em torno da hegemonia do movimento operário de modo que ao fim dos anos 20 o PCB já se constituía como um partido relativamente organizado, ainda que sob a constante vigilância do estado. O Bloco Operário Camponês (BOC) e o PCB tiveram suas trajetória envencilhadas de modo que a influência comunista nos meios operários havia crescido proporcionalmente ao decréscimo dos anarquistas. Assim, aos termos “subversivos” e “anarquistas” foram acrescentados “comunista”, “internacionalista” e “bolchevique” numa ampla plêiade de denominações para elementos que não se adequavam às normas sociais. A ascensão do anticomunismo enquanto termo predominante para caracterizar a prática anti-subversiva do Estado brasileiro sugere⁷¹ o crescimento do movimento comunista no país a tal ponto que se criou uma Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (1936).⁷²

Novas pesquisas apontam um nível de organicidade por parte do PCB e outras organizações até então desconhecido na historiografia baiana.⁷³ Estudiosos do período referente à “Era Vargas” na Bahia defendiam a tese de desorganização comunista até metade da década de 30. (TAVARES, 2001, p 404 e SAMPAIO, 1992, p 107) Ao contrário do que

⁷⁰ Diário Oficial do Estado da Bahia, 01/01/1925, já citado no capítulo II: “É de paz que precisamos para realização dos nossos ideais de progresso, que não devemos esperar dos excessos da demagogia rubra, nem dos ignóbeis atentados contra a ordem legal e as instituições firmadas, dos quaes resultam simplesmente descrédito e vergonha. E Deus, temos fé, ouvirá o nosso apelo, que o é também o da consciência incorruptível da nação.”

⁷¹ Pode sugerir também uma predominância de um discurso historiográfico que enfatiza, enquanto objetos de estudo o comunismo e o anticomunismo em detrimento de outras forças políticas nos mundos do trabalho.

⁷² Os trabalhos realizados por essa Comissão possivelmente resultaram numa documentação ampla sobre o combate ao comunismo na década de 1930. No entanto, essa documentação é dada como inexistente pelo Arquivo Nacional e em nenhum dos trabalhos de referência sobre anticomunismo há qualquer apreciação detida sobre os trabalhos dessa Comissão.

⁷³ Alguns estudos recentes e em andamento – ainda não consultados – sobre anticomunismo na Bahia merecem destaque: o trabalho de ALVES, Cristiano Cruz. **Um espectro ronda a Bahia: as manifestações anticomunistas na imprensa (1930-1937)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História – UFBA), Salvador, 2008, LINS, Marcelo. **Vermelhos da Terra do Cacau: atividades comunistas no sul da Bahia (1935-1936)**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História – UFBA), Salvador, 2007, PRIMO, Jacira Cristina Santos. **Tempos Vermelhos: A Aliança Nacional Libertadora e a Política Brasileira (1934-1937)**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História – UFBA), Salvador, 2006 e FERREIRA, Laís Mônica Reis. **Educação e Assistência Social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira em O IMPARCIAL**. (1933-1937), Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História – UFBA), Salvador, 2006.

sugere Eliana Dutra⁷⁴, no escopo desse trabalho, a idéia de anticomunismo como política de Estado, na Bahia, existe desde, pelo menos, 1930. A autora sugere que apenas a partir de 1935 um ideário anticomunista passou a ser difundido no imaginário social. A documentação da imprensa na Bahia dá indícios de um anticomunismo difuso, que elegeu a Coluna Prestes como movimento anti-sistêmico a ser combatido e, em alguma medida, o cangaço que impedia a expansão do Estado para os sertões do Brasil nordestino. Nesse último caso, porém, a referência a um anticomunismo em relação ao cangaço seria demasiadamente forçada e imprópria. No entanto, características comuns entre comunistas e cangaceiros são identificadas pela imprensa, especialmente quando são feitas alusões semelhantes a ambos como “sanguinários”, “bárbaros” etc. Desse modo, a associação de uma imagem próxima – o cangaço – a uma outra distante – o comunismo – traduz-se por vinculação indireta que chega ao intento final, qual seja, caracterizar a ambos como fenômenos maléficos ao bem-estar social.

A vinculação do PCB, a atuação do BOC na Bahia ainda não foram pesquisada e, por isso, não é possível precisar nem muito menos esboçar qualquer tipo de hipótese quanto às forças de repressão do estado empreendidas no sentido de limitar a atuação do Bloco. Por outro lado, embora também curta na Bahia, a historiografia recente do PCB mostra algum crescimento do partido no final da década de 20 e, não obstante o fracasso da participação do Partido na chamada “Revolução de 30”, o comunismo já era deveras diferente daquele de sua fundação. O presidente Washington Luís, às vésperas de ser derrubado do poder, pronunciou as seguintes palavras:

“Na tribuna parlamentar, na imprensa e nos comícios, recorrendo a retumbantes armas que o nosso estado de civilização já não tolera, desenvolveram desenfreada propaganda de idéias subversivas, com o fito de affrouxar os laços de solidariedade nacional, de estimular os germens anarchicos e communistas que, por acaso, existem no seio da sociedade”.⁷⁵

Desse modo, ainda que admitindo o protagonismo das oposições de elite no movimento de desestabilização de seu governo, Luís vislumbrava a participação coadjuvante de comunistas e anarquistas. No caso da Bahia, há uma correspondência entre Juarez Távora e militares baianos quando da publicação por Prestes do manifesto no qual apoiava a vanguarda comunista em uma iminente revolução. Falavam sobre os rumos da Aliança Liberal:

⁷⁴ Para essa autora assim como para Motta, o ano de 1935 é baliza do início do anticomunismo brasileiro. No caso Motta há uma certa dubiedade já que ele considera o ano de 1935 como início de uma primeira onda anticomunista.

⁷⁵ Diário Oficial do Estado da Bahia (DOE-BA), 19.10.1930.

“Se bem que alguns liberaes o sejam sinceramente, a maior parte não passa de uma súcia de embusteiros e como tal seria lhes entregar o paiz, com tanto sacrifício e o que é peor, facilitando a penetração rápida do communismo que, já tendo algum corpo, adquiriu agora a cabeça”.⁷⁶

3. A construção do anticomunismo como política de Estado – do “Governo Provisório”

A vitória da Aliança Liberal na “Revolução de 1930” transformou a sociedade política porque permitiu uma nova conformação do poder nos organismos estatais. Na Bahia, a organização da produção, com uma forte tutela do Estado, foi intensificada de modo que a tomada do poder central pelos “tenentes” e a Aliança Liberal significou, sobretudo, a perda de prestígio das antigas oligarquias do açúcar e do fumo com relativo ganho dos cacauicultores. Ocorreu um estreitamento histórico entre os produtores de cacau e uma burguesia financeira como fruto das relações comerciais de exportação. (FREITAS, 1979a) Desse modo, não é estranho que uma das primeiras ações do governo revolucionário tenha sido a criação do Instituto do Cacau com o claro intuito de empreender um novo ritmo de produção para o estado.

É a partir desse momento que um tipo específico de prática repressiva ganhou lugar: o anticomunismo. Este não mais difuso; a partir de 1930-1 uma política de repressão de estado foi elaborada tendo como base o combate ao comunismo. O estado se permitia identificar os comunistas e dentre eles é possível encontrar tanto liberais como Anísio Teixeira como representantes constitucionais das classes subalternas como Cosme de Farias. Ambos constaram, embora em momentos distintos, em listas da inteligência policial como suspeitos de serem comunistas.

Um outro aspecto essencial para a compreensão do combate ao comunismo na Bahia é que, de acordo com a documentação, surpreendentemente, aquele que demonstra maior apreço nessa empreitada foi Arthur Neiva, interventor que se manteve durante menos de 6 meses no governo. Mais à frente algumas hipóteses serão esboçadas para esta surpresa histórica já que Juracy Magalhães fez-se conhecido pelo seu virulento anticomunismo. Entretanto, como será evidenciado a seguir, em inícios da década de 1930 Magalhães não era aquele que passou a ser nos anos do Estado Novo.

Arthur Neiva, sanitarista, antes de ser indicado para a interventoria da Bahia ocupava o cargo de Secretário do Interior em São Paulo. Embora ainda seja uma figura pouco citada na historiografia e de pouca projeção no cenário baiano, Neiva ocupou-se de implantar os

⁷⁶ CALASANS, José. **A Revolução de 1930 na Bahia: documentos e estudos**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1980, p 19.

parâmetros fundamentais da política “revolucionária” na Bahia. A primeira delas foi seguir à risca as determinações de Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas. Conforme já foi citado no capítulo anterior, uma de suas primeiras metas era fazer cumprir a censura na imprensa como um todo. Quase um mês depois da recomendação de Aranha, a 23 de março de 1931, Arthur Neiva recebeu, de seu Gabinete de Investigação e Capturas um relatório, de seis páginas, que será resumido a seguir:

Recebendo ordem do Exmo. Snr. Capm. Secretaria da Polícia para intensificar o combate ao comunismo foi, preliminarmente, levantada uma lista das pessoas mais suspeitas à Polícia, que são:

General João de Oliveira Freitas
 Bel. Arthur Lustoza de Aragão
 Joel Presídio
 Geographo Barros Amora
 João Gama da Silva
 Herder Mendonça
 Aristarcho Gomes
 Arnaldo Silveira
 Major Antonio Dantas
 Sub-Commandante Salbry Cardoso
 Francisco Bahia
 Cosme de Farias
 Israel Ribeiro
 João Gustavo dos Santos
 Rafael Uchoa
 Antonio Bomfim
 Alzira Barros
 Alice Freire
 Antonio Brandão Donate.

Assim, e de ordem do Snr. Capm. Secretario, procurei o Dr. Administrador dos Correios, ao qual solicitei a censura de toda correspondência destinada àquelles Snrs., o que vem sendo feito.⁷⁷

Ao prosseguir com o relatório o chefe do gabinete informa que houve uma prisão, em Aracajú, de Leovigildo Góes “em cujo poder foram encontrados documentos que compromettem, seriamente, o Snr. Geographo Barros Amora, Inspector da ‘Anglo Mexican Petroleum Co.’. Continua o relator: “Por este aviso tornou-se igualmente suspeito o Snr. João Gama da Silva companheiro de trabalho e de residência daquelle.” Diante do fracasso da investigação que a polícia levou a cabo durante dias para escarafunchar as duas vidas acima referidas, o relator comenta as diligências que a polícia tomou:

Não podendo admittir a hypothese de não terem tentado estes Snrs. converter ao seu “credo” os demais Funcionários da Anglo Mexican, convidei o Gerente da Companhia, o Snr. Fischer, para um entendimento neste Gabinete.

⁷⁷ AN 1931.03.13, FGV-CPDOC.

A este Snr. fiz saber, por alto, do que se trava e pedi-lhe para fornecer à polícia uma relação dos demais viajantes e Inspetores e as localidades onde se achavam, o que foi feito.

(...)

Apresentei tal lista a S. Exa. O Snr. Secretario pedindo para telegraphar às autoridades policiaes daquellas localidades no sentido de serem revistadas as bagagens e detidos aquelles em cujo poder fossem encontrados folhetos communistas ou correspondência comprometedora.

Havia um empregado de nome Manoel Mesquita Santos, trabalhador de uma casa comercial, “portuguez, sobre o qual, ha tempos, antes mesmo de ser transferido para o Gabinete de Captura, tivera denuncia de ser communista. É bem provável ter este Snr. usado papel timbrado da firma onde trabalha para desviar suspeitas.” Nesse trecho o chefe de gabinete remonta a sua experiência anterior no trabalho de repressão. Fala que solicitou ao 1º Delegado Auxiliar “uma rigorosa busca em casa de Alzira Barros e Alice Ferreira, cujo endereço é: Rua da Legalidade nº 2 (Massaranduba)”. Nesse caso trata-se de um bairro operário e de uma vigilância dirigida a um indivíduo específico e, pode ser um indício daquilo que foi tratado no início acerca da hipótese desse texto: o anticomunismo teve, desde seu início, a classe trabalhadora como alvo.

Acrescenta o relator que “de acordo com as ordens recebidas, vêm sendo acompanhadas, de perto, as pessoas citadas no inicio desta exposição sem que, todavia, algo fosse notado que os compromettesse”. Alguns sujeitos recebiam mais atenção, por parte da polícia, que outros, como demonstra o excerto a seguir:

Ainda hontem permaneceram até as 2 horas da madrugada vários Agentes em frente às residências e acompanhando os Snrs. General Freitas, Joel Presídio e Arnaldo Silveira. Os dois últimos estiveram na redacção do “Diário da Bahia” até as 23 horas. Das 23 às 24 horas estive o Snr. Joel na pastellaria Mimososa, com o Snr. João Gustavo dos Santos, retirando-se, à esta hora, para sua residência, que é a Pensão Athayde, em S. Pedro.

O relator comenta acerca do “Casino Bahiano”. Em específico, trata de um “empregado de nome João Baptista”.

Este Snr. recebeu, hontem, uma carta de Recife com seu endereço. Abrindo-a ficou atônito com a leitura da mesma, de conteúdo puramente communista. Conhecendo, como conhece, o verdadeiro destinatário, que tem o seu nome, mandou chamal-o, fazendo-lhe entrega da carta. Teve, entretando, a idea de cortar o post-scriptum da missiva que dizia: ‘dirigimo-nos ao camarada por informação do Leôncio. O camarada deverá enviar todo material para D. Josepha Oliveira, Av. Sul 1080-Recife.’

Conclui o investigador que se trata “do Doutor em medicina Leôncio Basbaum, filho de russos, preso nesta Capital em fins de Outubro pelo Capm. Rev. Calvacanti de Mello, que

o identificou como comunista”. O Chefe de Gabinete fez, a partir dessa informação, contato com o Delegado Geral de Recife de modo que fosse feita uma observação da casa indicada “onde facilmente serão detidos, não só o Dr. Basbaum como, naturalmente, outros (sic) elementos comunistas”. Solicitou também a apreensão da correspondência de Josepha Oliveira.

Por fim, o seguinte extrato é um exemplo daquilo que Luciana Pereira aponta como uma necessidade da polícia em “destacar sua atuação e eficiência, mas simultaneamente reforça a crença de que o *mal* ainda é real e crescente”. (PEREIRA, 2004, p 193)

Devo expor a V. Exa., Snr. Dr. Interventor, as dificuldades com que luta o gabinete de Capturas, especialmente para o desempenho desta ultima missão.

Não possuem os Agentes os indispensáveis “Passes” para bonds e ascensores, dispendendo este Gabinete sua insignificante verba da “Porta”, que é de Rs.416\$000, com o transporte dos mesmos. Acresce nem sempre pagar em dia o Thesouro do Estado, como acontece actualmente, vendo-se este Gabinete forçado a pedir por empréstimo à Thesouraria da Policia.

Julgo indispensável ser concedido credito mais amplo ao Gabinete, ao menos enquanto duarar (sic) a campanha contra o communismo. Necessário se faz conduzam (sic) os Agentes consigo maior quantia, prevendo-se o acompanhamento de algum dos vigiados, em automóvel.

Peço permissão, ainda, para levar ao conhecimento de V. Exa. Ter sido expedida ordem à Companhia de Energia Electrica para a retirada do telephone do signatário. Assim sendo, e não me sendo possível mantel-o às minhas expensas, serei forçado a utilizar-me do telephone da Pensão onde resido. Claro está que nestas condições não poderá haver o indispensável sigillo, máxime em se tratando da campanha anticomunista.

Alguns aspectos de relevo merecem destaque na análise que se segue. O primeiro é a falta de fundamentação para a construção da referida lista preliminar. Alguns nomes da lista não tiveram justificativas – o que sugere uma falta de necessidade cujo motivo pode ser um possível consenso prévio entre destinatário e remetente sobre quem deveria ser objeto de investigação – para sua presença na série de nomes. Para além disso, uma estrutura já tinha sido montada no que parece, de acordo com a carta, uma prática comum de confisco de correspondência o que, senão é uma surpresa, ao menos oferece uma indicação de que, atividade cotidiana anticomunista se pautou em bases anteriormente solidificadas.

Uma segunda questão presente no relatório é a presunção, também apontada por Pereira, de que ao comunista era atribuído, pelos investigadores, a prática de “métodos desleais e corruptos, aliciando inocentes por meio da mentira e da enganação”. (PEREIRA, 2004, pp 42-3) A escrita do relator não deixa dúvida: “Não podendo admittir a hypothese de não terem tentado estes Snrs. Converter ao seu ‘credo’ os demais Funcionários”. O que toda a historiografia recente sobre anticomunismo no Brasil sugere a respeito do tratamento

“sanitarista” para o comunismo procede para a Bahia, em específico para Salvador já que este é o centro das atividades policiais referente ao combate anticomunista⁷⁸. O Chefe de Gabinete deixa nas entrelinhas, mais uma vez, a intensa relação que se estabelecia entre os diversos órgãos da administração estatal o que, inclusive, transcendia as barreiras municipais e, em um caso, estadual.

Um terceiro aspecto remonta à sugestão anterior de que alguns sujeitos recebiam uma vigilância maior que outros. Os motivos que levariam um general ser mais observado que um trabalhador são evidentes, em especial em função do período. O poder de controle de uma tropa é uma chave essencial para afirmação de um governo que ainda se encontrava em seu período “provisório” como era o governo “revolucionário” instaurado em outubro de 1930.

Uma quarta questão se refere às possíveis ligações entre os comunistas baianos e de outros estados em 1931. Não se pode, com segurança, afirmar a veracidade da informação haja vista a observação de Luciana Pereira já citada acerca da auto-valorização do trabalho de inteligência e poucos seriam melhores e mais verossímeis que Leôncio Basbaum, destacado militante do Partido Comunista do Brasil. Ter encontrado um rastro de Basbaum significaria um grande passo no combate ao comunismo.

Por último, mas enquanto continuação do último aspecto apontado, está a forma direta da qual se utilizou o Chefe de Gabinete de modo a se assegurar que seus pleitos eram legítimos. Em primeiro lugar, fez uma exposição das atividades e diligências que tomou sempre com o intuito de combater o inimigo e capturá-lo. Em segundo, tentou mostrar que as condições de trabalho não estavam à altura daquela que se constituía como uma tarefa premente. Inclusive, a partir da cota de sacrifício individual e coletiva, tanto do Chefe de Gabinete como do Gabinete de Investigação e Capturas, tentou galgar mais amplos recursos para a manutenção das atividades. Por outro lado, é bom lembrar que esse processo, usualmente, dá início a um ciclo que requer a constante reinvenção do perigo, do inimigo já que postos de trabalhos e, portanto, a sobrevivência de uma série de indivíduos passou a depender da atividade investigativa e esta da existência de um inimigo que precisa ser presente apenas o suficiente para justificar a estrutura repressiva.

Um outro relatório do mesmo Gabinete de Investigação e Capturas foi enviado ao interventor Arthur Neiva a 1 de abril de 1931. Alguns indícios nesse segundo relatório apontam uma continuidade entre este e o citado previamente. Nomes de sujeitos objetos de investigação foram incluídos sem uma prévia exposição de motivos o que também sugere a

⁷⁸ Outras localidades tiveram ampla atuação anticomunista, principalmente no sul da Bahia. (LINS, 2007)

existência de um documento intermediário entre o relatório do dia 13 de março e este do dia 1 de abril. Não obstante essa dúvida, ainda assim é possível detectar aspectos interessantes nessa última exposição por parte do Chefe do Gabinete de Investigação e Capturas.

O relator expõe as novidades da investigação em relação a Durval Cajazeira (este não consta no relatório do dia 13/03/1931), a Manoel Mesquita Santos, a Aristóteles Gomes (irmão de Aristarcho Gomes citado no relatório anterior) e a Censura Postal e Telegráfica.

Depois de lembrar ao interventor o porquê da suspeição em torno de Manoel Mesquita Santos, trabalhador da “firma Manoel Joaquim Carvalho”, por manter correspondência com um “certo Antunes, correspondência esta em papel timbrado daquela firma”⁷⁹, o relator afirma, após revista na residência do referido sujeito: “nada encontrei que podesse justificar sua detenção”. Por outro lado, o chefe do Gabinete de Investigação e Capturas levanta suspeitas sobre Aristóteles Gomes, “irmão do ex-official de Gabinete do ex-Interventor”⁸⁰, de nome Aristarcho, sobre cujas ‘ideias avançadas’ dúvida alguma resta à polícia”. Embora tenha tomado medidas no sentido de investigar também a residência de Aristóteles, o relator deixou de fazer a busca “por se ter espalhado no escriptorio em que trabalha a diligencia effectuada em casa de [Manoel] Mesquita”. No mínimo pode-se detectar algum nível de solidariedade entre os trabalhadores da “firma” face às investidas da repressão.

A relação que se estabelecia entre a comunidade e a polícia era necessariamente regida a partir dos interesses mais breves. Embora não haja como provar de modo cabal, não há inverossimilhança em imaginar que, por razões pessoais e ordens diversas de motivações políticas, alguém tivesse sido acusado de comunista, diante de uma ambiência de medo e perseguição. Como atesta Pereira sobre um dos métodos de obtenção de informações e a aquisição de informantes *ad hoc* por parte da polícia que é a de favores, o sujeito é “empregado principalmente nos bairros populares e favelas em que a polícia ocupa o lugar de mediação com o poder público na conquista de melhorias para a comunidade.” (PEREIRA, 2004, p 177) Desse modo, e a partir dessa perspectiva, dois eventos descritos no relatório em questão serão observados. O primeiro deles trata de um aviso que a polícia teria recebido “que, diariamente, altas horas da noite, se reuniam vários indivíduos nos fundos de um Armazém sito à Estrada de Brotas, muito alem do ponto final da linha de tramways”. A

⁷⁹ AN 1931.04.01 CPDOC-FGV.

⁸⁰ Certamente trata-se de uma referência ao antigo interventor Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral. Governou a Bahia do dia 1º de novembro de 1930 a 16 de fevereiro de 1931. Uma pesquisa detida sobre o período que Amaral foi mandatário do Estado da Bahia não foi feita em virtude do desconhecimento acerca de sua documentação pessoal, obedecendo aos critérios da presente pesquisa, qual seja, intercalar pesquisa em periódicos, acervos privados e, em menor escala, arquivos de polícia. Suspeita-se que Amaral fazia parte do grupo vinculado a José Joaquim Seabra.

polícia teria feito a diligência até o local às “23 horas do dia 18 do mez findo, nada encontrando de anaormal (sic). Apenas ali estava, espantado com nossa visita, o proprietário do estabelecimento.” O relator, claramente, afirma ter se tratado de uma espécie de engano. Não há qualquer tipo de documentação que comprove a existência de um imaginário no referido período que caracterize um temor social em relação ao comunismo tão amplamente difundido que justifique a citada situação. Ou seja, em 1930-1 começava uma política de segurança de Estado que reprimia comunistas. Não há sinais de que nas classes subalternas, nesse período, havia um novo parâmetro de “auto-controle” que justificasse tamanha vigilância. Pode-se supor que, talvez, tratava-se de uma questão pessoal ou, ainda o que parece mais plausível: a associação de indivíduos “nos fundos de um Armazém”, muito distante “da linha de tramways” lembra aquelas tradições repressoras do Conde da Ponte cujos objetos eram exatamente grupos sociais que se encontravam à surdina, como faz entender o relator. No entanto, nenhuma prova há sobre uma possível relação entre tensões políticas e étnico-raciais no documento. Tampouco o referido documento dá argumentos irrefutáveis sobre um anticomunismo amplamente difundido. Trata-se, portanto, de um problema aberto.

O segundo evento descrito no relatório discorre sobre um novo aviso a respeito de uma casa localizada na Rua do Pilar, nº 204. Uma advertência relacionando a referida casa a um ponto de encontro de “comunistas, contrabandistas e gatunos”. Relata o Chefe do Gabinete de Investigação e Capturas: “Na mesma noite de 18 do mez findo, de volta de Brotas, lá estivemos encontrando a casa, de mísero aspecto por signal, fechada, não estando a chave na fechadura, como conseguimos apurar”. A conclusão do investigador, após uma nova visita, realizada no dia seguinte foi que a casa é “mal freqüentada por nella estar installada uma agencia do chamado jogo do bicho. Salvo os moveis necessários a este triste ‘trabalho’ está a mesma completamente vasia.” O investigador teria encontrado 150 cartuchos de guerra enferrujados. “Allega o proprietário da casa que taes cartuchos foram ali depositados por soldados revolucionários, em Outubro do anno findo. Parece-me plausível a explicação (...)”. Após isso, o relator ainda teria voltado novamente ao local para confirmar que tudo estava como havia deixado. Entre os últimos dois casos de denúncias, há relações: denúncias foram feitas – tanto aquela que se relacionava à estranha reunião de indivíduos longe do “tramways” como esta última denúncia que trata de um hábito “triste” numa casa de “mísero aspecto” – no intuito de combater hábitos subalternos, caracterizados como antônimos da ordem e de bons costumes.

Na continuação do relatório, conforme já foi dito, a conexão entre os diversos mecanismos estatais existia e, conquanto houvesse desencontros, tratava-se de uma permanente relação cujo intuito era produzir informação. Mais um exemplo disso é a Censura Postal e Telegráfica.

De acordo com o combinado com o Dr. Pernet, Administrador dos Correios, têm sido apreendidas as correspondências destinadas às pessoas constantes da relação fornecida, anteriormente, à V. Exa. estendeu o Dr. Pernet a censura aos jornais e verificou a remessa de prospectos comunistas aos periódicos da Capital e do Interior do Estado. Desconfiado, ainda, aquelle Snr. da quantidade de rolos perfeitamente eguaes, remetidos, todos de S. Paulo, a diversos destinatários, abriu um delles, constatando o que esperava: folhetos comunistas. Ficaram retidos, como natural, sendo, mais tarde, remetidos à Chefia de Policia.

A averiguação posterior do relator em torno dos destinatários culminou num desastre porque se tratavam de endereços e nomes falsos.

No relatório do dia 13 de março o Chefe do Gabinete de Investigação e Capturas alertara sobre a casa em Massaranduba. O autor do relatório retoma o tema:

Para a Rua da Legalidade nº 2, ponto por nós visado, apenas uma carta foi remetida.. Penso ter havido um cochillo, por parte do Dr. Administrador dos Correios, no tocante à esta carta.
Aberta que foi, julgo que tal epistola, de conteúdo insuspeito, no dizer daquelle Snr., não mais deveria ter sido entregue.
A nota “aberta pela censura” veio, forçosamente, suscitar suspeitas no animo do destinatário. Propositalmente ainda não varejei aquela casa, deixando adormecer qualquer desconfiança dos seus habitantes.

No que tange à censura postal evidencia-se algumas técnicas investigativas – por exemplo o afrouxamento proposital da vigilância – e o fracasso das empreitadas, afinal, nenhum comunista foi capturado. Ao contrário, fez-se um acompanhamento de hábitos e uma precaução repressora foi levada a cabo que, não encontrando comunistas, contentou-se com o jogo do bicho e uma reunião de indivíduos na calada.

A censura telegráfica teve como objeto os “Telegraphos Nacional e Inglez”. Não houve diligências de acordo com o relator, salvo um telegrama “que poderia parecer suspeito [que] foi expedido pelo Snr. Arnaldo Silveira, para Recife, avisando o embarque de determinada pessoa”. A investigação em torno de Leôncio Basbaum também teve destaque no relatório embora nada de conclusivo tenha sido dito; em lugar disso, apenas rememorou-se a trajetória do “camarada” e o detetive transmitiu ao Interventor que a inteligência pernambucana estava a par da situação.

O ponto alto do relato sobre a censura telegráfica é a descoberta de um negociante de jóias chamada Jorge Palatiniki. Cabe salientar que Palatiniki também se apresenta “como representante de Casas vendedoras de casimiras”. Num telegrama vindo de Recife propondo a observação do sujeito citado e de outro indivíduo cujo nome aparece como FRUSSA. Sobre a atenção dedicada a Palatiniki:

Pelo fichário do Gabinete, introduzido em Janeiro deste anno, verifiquei pela ficha de hotel estar Palatiniki residindo no Hotel Nova Cintra. É brasileiro, nascido, entretanto, na Bessarabia⁸¹, soleito, com 36 annos de idade, tendo chegado à esta Capital no dia 4 do mez passado, vindo do Rio de Janeiro. De logo destaquei o Agente Lucas para acompanhá-lo de perto, o que tem sido feito. Por ora, só tem visto em companhia de negociantes de jóias, nacionaes e estrangeiros.

Conclui o relator:

Pode não ser communista o tal Palatiniki, sendo, todavia, um caso suspeito por ser, no mínimo, um cavalheiro de industria. De amigos meus, negociantes nesta Praça, soube existir suspeita, visto apresentar-se Palatiniki ora como negociante de jóias, ora como representante de Casas vendedoras de casimiras. É, pois, merecedor das atensões do Gabinete de Investigação.

Para concluir esse início do capítulo no qual foi proposta uma exposição acerca do estado do aparato anticomunista na Bahia, talvez a seguinte citação traduza com alguma precisão o que se tentou defender nesse primeiro momento:

Como vê V. Exa. Nada de positivo, felizmente, está verificado até o momento, pezar dos esforços envidados pelo Pessoal do Gabinete de Capturas, o que vem a confirmar minha impressão pessoal de ser theorico o “trabalho communista neste Estado.

É desse modo que conclui o relatório o Chefe de Gabinete de Investigação e Capturas. Abre-se um leque possível para o estudo desse primeiro instante anticomunista na Bahia. No escopo desse trabalho, sustenta-se que o período exatamente pós-outubro de 1930 significou a criação de um aparato anticomunista que, embora tenha sido corolário de uma tradição anterior de repressão de práticas subalternas, observando-se as características do mundo subalterno baiano no período estudado, inclinou as forças de investigação para o combate ao comunismo já no primeiro momento da “Revolução de 1930”. O autor desses dois relatórios indica, neste último, a existência de um “fichário do Gabinete” que teria sido produzido em

⁸¹ Região da Europa Oriental situada entre o que é hoje Ucrânia e a Moldávia.

Janeiro de 1931 cuja localização seria interessante para este e imprescindível para futuros estudos que tenham como foco o estado da Bahia e a história de suas políticas de segurança; ou melhor, a localização desse fichário e sua conseqüente análise poderia fornecer inúmeras pistas acerca do que a polícia entendia como suspeito de “comunista” já que ela não tinha experiência no trato de comunistas, portanto, talvez, o que era suspeito na República Velha poderia continuar sendo. No caso, trabalhadores anarquistas, pais-de-santo e toda uma ampla gama de sujeitos simplesmente caracterizados como “gatunos”.

Por fim, antes de prosseguir, nunca é demais lembrar que, dentro dos marcos cronológicos analisados até aqui, Luís Carlos Prestes tinha grande popularidade, já havia rompido com a Aliança Liberal e desde 1928 já estava em contato com Astrogildo Pereira, militante comunista. Por outro lado, Juarez Távora e a cúpula do Exército que coordenava os rumos políticos imediatos da “revolução” previam que, em algum momento, Prestes poderia aliar-se de forma orgânica aos comunistas. É possível que a aparente insistência de Arthur Neiva, mesmo com o investigador chefe expressando uma “impressão pessoal de ser theorico o ‘trabalho’ comunista” na Bahia, tenha tido a influência de Távora. Assim, a aliança baiana com os tenentes começava a trilhar seus caminhos pelos esforço de Arthur Neiva e, posteriormente, de Juraci Magalhães.

4. “Juracisismo”, “autonomismo”, comunismo e anticomunismo

Como já foi afirmado antes, poucos estudos se detiveram sobre esse período inicial do novo governo. Consuelo Novais Sampaio sugere que os três governos revolucionários – Leopoldo Afrânio do Amaral, Arthur Neiva e Juracy Magalhães – corresponderam a três fases da “revolução”: tumulto, confronto e acomodação. Assim Sampaio caracteriza as interventórias:

Na verdade, a curta interventoria de Leopoldo Amaral coincidiu com um período de intensa confusão e inquietação social, no qual os proclamados ideais nacionalistas da revolução entraram em choque com os interesses das classes dominantes locais aliadas aos interesses do capital estrangeiro. A interventoria Arthur Neiva representou o momento decisivo da revolução, quando o Estado, exercendo mais claramente função intervencionista, chamou a si a execução de reformas administrativas que objetivavam dinamizar o setor econômico e ordenar o processo político brasileiro. Na Bahia, foi criado o Instituto do Cacau e procedeu-se à reforma municipal. Ferindo diretamente os interesses dos chefes políticos locais, a Reforma Municipal tornou inevitável a queda de Neiva. Juracy Magalhães engavetou as reformas preconizadas pela Revolução e, pragmaticamente, buscou consolidar a nova situação política, estabelecendo acordos com chefes políticos do segundo escalão e com os coronéis que, num primeiro momento, a revolução tencionara apagar da cena política brasileira. No seu governo, processou-se à acomodação dos

ideais revolucionários com as força[s] oligárquicas locais, o que garantiu, na Bahia, a vitória da revolução. (SAMPAIO,1992, pp 53-4)

A ambivalência da tese de Sampaio a respeito da “Revolução de 1930” na Bahia é evidente: segundo a autora, mesmo tendo abdicado das reformas “revolucionárias”, pactuado com a oligarquia cuja extinção era ponto de honra dos “revolucionários” e, portanto, tendo processado uma acomodação, Juracy Magalhães garantira a “vitória” da “revolução”. Essa discussão propriamente historiográfica ficará restrita a um outro momento do texto, no entanto, faz-se necessário explicitar esta premente divergência.

Do ponto de vista factual as motivações para a queda de Arthur Neiva parecem proceder. A supressão de municípios com menos de 20 mil habitantes e de distritos judiciais implicaria numa mudança radical na estrutura burocrática a partir da qual novos mecanismos de dominação preteririam antigos sujeitos do novo conluio da ordem. A imprensa baiana, de acordo com a circular já citada no capítulo anterior, seria alvo da repressão: a sede de *O Imparcial* foi invadida e teve preso seu redator-chefe em 1931. (BAHIA..., 1997, p 138) Desse modo, os jornais da capital federal iniciaram uma campanha de desestabilização do interventor, provavelmente a partir de arranjos com os baianos:

O jornal O Globo, do Rio de Janeiro, publica em manchete: “A Bahia entregue aos vícios funestos da mentalidade do PRP”. O artigo condena veementemente os recentes atos de Arthur Neiva, de censura à imprensa e proibição dos “meetings” em praça pública. Considera prepotentes os atos do interventor. O Diário Carioca também ataca o interventor, afirmando que este quer lançar a cavalaria contra o povo. (BAHIA..., 1997, p 138)

A criação dos institutos e a tentativa explícita de controlar os preços dos produtos primários a partir da limitação de exportação – desse modo diminuindo a acumulação dos grandes proprietários – causou incômodos aos produtores do cacau no sul da Bahia. A gota d’água da tensão entre o sul da Bahia e o interventor foi o projeto de fechamento do porto de Ilhéus de modo a, por parte do governo, melhor monitorar as exportações.⁸²

A chegada de Juracy Magalhães, marcada pela unanimidade oposicionista dos variados setores dominantes da Bahia, não fornece subsídios para uma possível virada na prática anticomunista como segurança pública e dentro dos termos já esboçados anteriormente. No entanto, internacionalmente e em todo o país, o movimento comunista no Brasil entre 1931 e 1937 constrói capítulos fundamentais para todo o restante de sua história. Dentre outros aspectos, eventos da maior importância têm lugar nas disputas ideológicas no

⁸² Tal afirmação segue a conjectura sugerida por Antônio Sérgio Guimarães (2003) no capítulo II de sua dissertação de mestrado cuja referência completa segue no fim do texto.

momento de grande polarização política entre grupos proto-fascistas, liberais em reconstrução e comunistas, como um dos setores mais expressivos da esquerda brasileira. Aos poucos, e propositalmente, a repressão confunde comunismo com qualquer expressão de esquerda e, em alguns momentos, com posições liberais. O estigma do comunismo é construído a partir da associação do comunista a uma rede de signos previamente concebida por grupos sociais específico. Embora o caráter simbólico das representações anticomunistas não seja o objeto desse estudo, o tema é incontornável. O cuidado necessário para pensar as representações anticomunistas perpassa, necessariamente, por uma atenção matizada entre estas e as determinações e condicionantes das apropriações. Para esta segunda tarefa as fontes são escassas exatamente porque se trata da história dos grupos subalternos. Entretanto, não é por isso que se deve compreender a produção ideológica de determinado tema – o comunismo – como uma apropriação difundida por todo corpo social. Um exemplo se segue num telegrama de Afrânio de Melo Franco, então ministro das Relações Exteriores, enviado a Juracy Magalhães:

Navio [de] transporte [da] Marinha Argentina – Chaco – Partiu hontem de Buenos Aires para Genova conduzindo 150 estrangeiros expulsos com[o] propagandistas do communismo e que se destinam [a] seus respectivos paizes – referido navio tocará na Bahia motivo pelo qual transmitto a Vossa Excelência esta informação que me foi enviada pelo nosso consulado geral naquella capital no intuito de facilitar providencias para [que] se evite o desembarque em nosso paiz do[s] mesmos agitadores. Saudações attenciosas – Afrânio Mello Franco.⁸³

O interventor Juracy Magalhães então escreve ao fim do telegrama: “Providenciado – archive-se em 15-2-32”. Curiosamente, um dia antes de ter recebido o telegrama. Portanto, as informações sobre os comunistas eram produzidas a toque de caixa. Dentre os objetivos recebidos por Juracy Magalhães delineados pelo presidente Vargas constavam: equilibrar o orçamento e manter a ordem pública.

O exercício de contenção de despesas e controle econômico por meio da intervenção estatal visou, sobretudo, restabelecer paradigmas de desenvolvimento econômico a partir da centralização e da divisão produtiva do país.

Em carta de Vargas a Juracy Magalhães, o presidente demonstrava ser um dos intelectuais da “revolução”:

Com efeito, não foi traçado, nem pela revolução, nem pelo Governo, um programa rígido, escalonado em artigos imutáveis corolários de princípios selecionados. Não se pode, no entanto, negar que este programa existe, no pensamento comum e na

⁸³ JMcp 1932.02.16.

ação semelhante dos homens integrados na corrente das idéias revolucionárias, na obra realizada, no espírito da renovação de métodos e processos de Governo, e anda esparso, também, em discursos, manifestos e artigos de jornais. Naturalmente, de tudo isso, nascerá um corpo de doutrinas do qual será compendiado o programa da revolução (...)

A política no Brasil sempre foi um tanto empírica (...) as aspirações regionais e a feição oligárquica dos governos estaduais, tudo isso, dificultou, até agora, a formação de partidos verdadeiramente nacionais.

A parte mais importante do escrito para o presente trabalho, no entanto, é a que se segue:

Antes de terminar, devo chamar a sua inteligente atenção para o problema capital da representação das classes, que devem ser amparadas e estimuladas de modo a coordenarem a sua ação pacífica, na defesa dos próprios interesses, tão intimamente ligados ao desenvolvimento do país. Organizadas as classes constituirão força útil a contrabalançar as iniciativas retrógradas dos políticos profissionais. (MAGALHÃES, 1982, pp 232-3)

Assim, o objetivo premente dos primeiros momentos da interventoria de Juracy Magalhães foi estabelecer parâmetros para o diálogo entre classes. Fazer o estado parecer um mediador dos interesses classistas e, mais que isso, tutelar – por meio do amparo – a organização das classes. Embora a postura ofensiva da repressão face às organizações anti-sistêmicas tenha se mantido com Magalhães, a idéia de amparo traduz-se sobretudo com um tratamento diferente das questões dos mundos do trabalho. A idéia de angariar o apoio da classe trabalhadora e, desse modo, arriscar-se ao diálogo, significava uma tomada de posição diferente daquela que foi corrente durante a República Velha. Desse modo, ainda que questões trabalhistas continuassem a ser tratadas como caso de polícia, as restrições para atuação política dos trabalhadores eram paulatinamente redimensionadas encorajando a participação política de modo vigiado, mantido em estreitos limites, mas agora havia diálogo. Um exemplo é a Reforma Eleitoral que previu a participação de trabalhadores na composição legislativa a partir de cargos eletivos destinados a representantes classistas. Ainda que tenha funcionado, em termos práticos, de modo débil e pouco funcional, houve uma demarcação de demandas e, em momentos específicos, a trajetória subalterna e do trabalho deixou marcas da exploração no âmbito de uma composição avassaladoramente dominante.

A preocupação em termos de manutenção da ordem pública no governo Juracy Magalhães culminou num rearranjo das forças políticas no todo social que pressupunha um pacto acerca da participação das classes trabalhadoras na sociedade política e, por outro lado, entre a “Bahia” e o interior.

Dada a constante preocupação de Juarez Távora e do “Clube 3 de Outubro” com as crescentes vinculações entre setores tenentistas, principalmente aqueles liderados por Luís Carlos Prestes, com o comunismo, algumas diretrizes haviam sido traçadas desde o “manifesto de maio de 1930” divulgado por Prestes. (CALASANS, 1980, p 19) Desse modo, o então interventor Juracy Magalhães, imbuído de um obediente sentimento de soldado, via-se como cumpridor de ordens tanto do presidente Vargas e como do “delegado do Norte”, Juarez Távora. O início de sua gestão foi marcado, sobretudo, por uma repressão constante aos grupos oligárquicos aglutinados em torno de figuras históricas da sociedade política baiana como: Simões Filho (proprietário do jornal *A Tarde*), Góes Calmon (ex-governador do estado e banqueiro), Vital Soares (ex-governador do estado e com vínculos com o capital financeiro), José Joaquim Seabra, os irmãos Mangabeira (João e Otávio), dentre outros.

O embate armado entre o Estado de São Paulo e o governo federal, este último irrestritamente apoiado pelo governo baiano, teve conseqüências na Bahia. A demanda por uma constituição servira como um fator de união entre setores oposicionistas, notadamente, de grupos intelectualizados da sociedade baiana. Em termos práticos a divisão era acentuada e a fragmentação em razão de exílios e isolamento imposto pelo governo provisório silenciava politicamente estes grupos. O movimento constitucionalista, no entanto, criou um fato que marcaria profundamente a trajetória política de Juracy Magalhães: o 22 de agosto de 1932 da Faculdade de Medicina. A repressão policial do governo agiu energicamente, sitiou o prédio, fez-se presente uma troca de tiros resultando na morte de um civil e alguns feridos. A rendição ocorreu no fim do dia e prisões foram efetuadas; sujeitos foram levados para outros estados como forma de exílio. Nada de comunismo foi detectado nesse movimento e o que de comum com os comunistas houve foi apenas a caracterização de uma perturbação da ordem pública.

Entre o referido evento e a constituição de julho de 1934 transcorreram-se longas e difíceis transformações na ambiência política baiana. A incerteza acerca do projeto político, a recepção difícil que grupos políticos dominantes da sociedade baiana manifestaram ao interventor foram abafadas pelo apoio das altas patentes “revolucionárias”, por indicativos de mudança na política relativa aos mundos do trabalho e, por fim, ao apoio da Associação Comercial da Bahia.

As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte foram preparadas no final de 1932 e a Liga de Ação Social e Política (LASP), uma frente oposicionista que abrigou os grupos representados por sujeitos acima mencionados, apresentou um manifesto tardiamente, a 7 de fevereiro de 1933. Desse modo, foram derrotados pelo PSD de modo avassalador.

As conspirações tanto situacionistas como provindas da oposição ganhariam fôlego no início de 1934, portanto, no decorrer dos trabalhos da constituinte. Grande atividade conspirativa e de contra-inteligência acontecia na Bahia. Numa correspondência enviada a Vargas, Magalhães expõe com otimismo a situação do partido – o PSD – embora se preocupe com outro aspecto:

(...) Conspira-se aqui com certa intensidade. Estou apurando com muita cautela os fatos narrados dessa denúncia, apuração que a tem confirmado e completado. Assim é que sei mais que já vieram dois emissários do Sul, de parte do Coronel Taborda, que aqui estiveram e prosseguiram para Pernambuco, onde se entenderam com o Dr. Borges de Medeiros. Tenho metido na conspiração um oficial da Polícia que me fornece todas as informações. Daí a necessidade de manter absoluto sigilo sobre o assunto desta carta, do qual ninguém aqui tem conhecimento, nem mesmo o Comandante da Região, porque temo perder essa fonte segura de preciosas informações.

(...) Deverá ir breve ao Rio o Dr. Simões Filho, a fim de completar os entendimentos para futura execução do movimento. Peço-lhe sobre ele um serviço rigoroso de vigilância, que poderá nos fornecer novos dados interessantes e seguros sobre a marcha e os participantes da conspiração no cenário nacional. (MAGALHÃES, 1982, p 248)

A resposta de Vargas é enfática e confirma dados fornecidos por Juracy Magalhães e sugere que

quando julgar oportuno, deve tomar medidas enérgicas, excluindo da Força Pública, de preferência pela reforma, os oficiais suspeitos, convidando os principais responsáveis civis a deixar o Estado e verificando, também, se há militares cujo afastamento se torne necessário, para transmitir-me logo os seus nomes. (MAGALHÃES, 1982, p 249)

Tratava-se de um plano nacional de derrubada de Vargas. O presidente, em seu diário, no mês de fevereiro sugere que há um movimento em prol da candidatura de Góis Monteiro. “É a impressão que colho nestes últimos dias. Não há dúvida de que ele deseja sua candidatura. Parece haver em tudo uma certa tendência para arrebatá-la a autoridade”. (VARGAS, 1995a, p 272) Um conluio parece ser pressentido pelo presidente quando afirma que “Flores [da Cunha] continua muito desconfiado com certas manobras da Constituinte e firme no propósito de não se afastar da combinação feita com os interventores da Bahia, Minas e Pernambuco”. (VARGAS, 1995a, p 273) A Assembléia trabalhava com duas possibilidades sobre a sucessão presidencial: 1) escolher o futuro presidente antes de concluir a constituinte; 2) ou apressar a constituinte e fazer escolha após o término dos trabalhos. Conclui Vargas: “Ataques da imprensa, certo nervosismo político, acordo da Assembléia para votar a Constituição sem delongas, tramas do Virgílio [de Melo Franco] e do João Alberto,

ora pela candidatura Góis, ora de Osvaldo ou de outro qualquer que não seja eu”. (VARGAS, 1995a, p 273)

As tensões nos meses de fevereiro a maio de 1934 foram sensíveis. Porque nacional, o movimento teve implicações na Bahia e aumentou a desconfiança do interventor para com os seus opositores. Os comunistas representaram pouco protagonismo até onde foi possível depreender das fontes. Os esforços dos mecanismos de produção de inteligência pareciam atentos aos movimentos insurrecionais que visavam a tomada do estado. O ano de 1934 também marcou um recomeço intenso das atividades grevistas:

Dos movimentos ocorridos na década de 30, os do ano de 1934 foram os mais expressivos, tanto no caráter variado das reivindicações quanto na frequência das ações implementadas.

(...) De maneira geral, o conjunto de exigências que ocasionou as greves do ano de 1934, girava em torno de questões eminentemente econômicas e sociais, sobressaindo-se as reivindicações por aumento de salários; pagamento em dia; jornada de 8 horas semanais; cumprimento da legislação trabalhista; criação de Institutos de Aposentadoria e Pensões; folga semanal; reconhecimento de entidades sindicais e concessão de aposentaria para os trabalhadores que já preenchessem os critérios legais. (FONTES, 1997, p 168-9)

O fato de não aparecerem na ordem do dia preocupações governamentais com as movimentações de trabalhadores não implica, necessariamente, que os mecanismos de prevenção, amparo e “organização das classes” estivessem funcionando na mais perfeita ordem.⁸⁴

A inteligência policial estadual identificava no lastro das conspirações em andamento na Bahia a presença de indivíduos marcadamente relacionados ao grupo que compunha a LASP.

Chegou do Rio, no sábado ultimo o Dr. Euvaldo Pinho, cunhado do Dr. Otávio Mangabeira, o qual trouxe a palavra de ordem para os elementos opositoristas da Bahia, da parte dos Srs. Simões Filho, J. J. Seabra, Moniz Sodré e Aloísio Filho, com a recomendação de adiar o movimento para dois ou três meses mais, quando já estará organizada toda a articulação no território nacional para a irrupção do movimento, principalmente no tocante às regiões militares.

Nestas condições, será eleito o Dr. Getulio Vargas, que será deposto, assumindo o governo da nação o Gal. Góis Monteiro.

A vinculação de estratos sociais diferentes na composição do movimento é citada pelo informante da polícia:

⁸⁴ Ver FONTES (1997) Cap. 5.

Disse ainda o Capitão Cavalcanti Melo haver levado cartas de recomendação a pessoas daquela usina [Usina Itapemirim, Itumerim] ou imediações [de Amargosa], firmadas pelo Prof. Leôncio Pinto e Prof. Prado Valadares, da Faculdade de Medicina deste Estado.

Em outro documento, outros nomes surgem e o aviso permanece o mesmo:

É ele – o Capitão Hercílio Rocha – um dos promotores, na Bahia, de um movimento armado contra o governo de Vossa Excelência e, de modo geral, contra o governo do Dr. Getúlio Vargas, movimento que se liga ao que se prepara no Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul, neste último estado sob direção do Dr. João Neves da Fontoura.

O projeto político dos conspiradores é descrito, de acordo com o informante de Juracy Magalhães da seguinte forma:

Organizar-se-á, na Bahia, um partido oposicionista com a fusão de todas as correntes adversárias do atual Governo, partido em que se arregimentarão as seguintes pessoas: Dr. José Joaquim Seabra, Dr. Simões Filho, Diretor do jornal Bahiano “A Tarde”, Dr. Madureira de Pinho, ex-Secretario da Policia nos governo Góis Calmon e Vital Soares, Dr. Venceslau Galo, jornalista Dr. Nestor Duarte, Dr. João Vidal, medico, Dr. Rafael Menezes, professor da Faculdade de Medicina deste Estado, Sr. Ranulfo Oliveira, jornalista, Sr. Paiva Lima, diretor do jornal bahiano “O CIVILISTA”, professores daquela Escola, numerosos estudantes, dentre estes os de nomes Antonio Viana Dias da Silva, Magnavita, Néri, Emilio Diniz. Tais elementos aguardam apenas a chegada à Bahia dos Drs. Pedro Lago e Otavio Mangabeira, para a criação do partido, que pugnará, diz o Capitão Hercílio Rocha, acima de tudo e por quaisquer meios necessários, pela reintegração da Bahia no governo de si mesma.⁸⁵

Estava em cheque uma disputa nos termos descritos no capítulo anterior em torno de “liberalismos”. Entretanto, artifícios do combate anticomunista como a conspiração, inteligência e risco de sublevação da ordem mantinham o comunismo na ordem do dia.

Juracy Magalhães em depoimento afirma que não combateu a Aliança Nacional Libertadora “chegando mesmo a dar certa liberdade aos comunistas durante meu governo”. (MAGALHÃES, 1982, pp 94-3) Não é sustentável a assertiva de Magalhães por alguns motivos: 1) a vigilância mencionada por Vargas para organização de classe impõe limitações severas às representações políticas não alinhadas ao governo; 2) a postura de Távora, então superior de Magalhães, era de profundo cuidado com os comunistas, como demonstra a documentação referente à ruptura de Prestes em 1930; 3) por fim, a relativização que Magalhães explicitou em depoimento é ela própria sugestiva de que se impõe uma restrição. Tal restrição jamais foi negada portanto não há novidade. Mas o curioso fato de ter se dado maior ênfase à liberdade dada que a restringência imposta é digna de nota. Por um lado

⁸⁵ Os excertos citados encontram-se no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), FUNDO DESPS 294, fls. 28 a 39.

contribuíram para tal “verdade historiográfica” as acusações autonomistas que visavam atribuir ao, já então, governador Juracy Magalhães a pecha de comunista haja vista sua relação com membros da ANL, notadamente, seu irmão Eliéser Magalhães. Por outro lado, em decorrência disso, já que fica subjacente à não incorporação de Magalhães no âmbito dos liberais, um pouco da história⁸⁶ – e preponderante – sobre o tema atribuiu a Juracy Magalhães uma lisonjeira camaradagem com os comunistas enquanto cuidava da Ação Integralista Brasileira, utilizando duas linhas argumentativas: 1) Juracy Magalhães ajudou seu irmão a fugir do cerco varguista após a sublevação comunista de novembro de 1935 e continuou mantendo relações com sujeitos influentes dos círculos aliancistas como Pedro Ernesto e Agildo Barata – ex-prefeito da capital federal e combatente “revolucionário de 30”, respectivamente; 2) o pioneirismo repressor de Juracy Magalhães aos integralistas teria sido uma evidência da ligação entre Magalhães e os comunistas, ainda que houvesse uma distância significativa entre seus projetos políticos. Para terminar o argumento basta citar o próprio Magalhães:

“Talvez pela minha presença no governo ela tenha tido dificuldades em se organizar. (...) A mim mesmo falaram muito do Plano Cohen, para mostrar que eu não tinha razão naquela minha preocupação anti-integralista, e que eu devia ser mais anticomunistas (sic). Quem rebuscar os arquivos da época encontrará uma constante nos meus discursos, contra o comunismo e contra o integralismo.” Entrevista, p 157, JM.⁸⁷

Consuelo Novais Sampaio e Paulo Santos Silva reconstróem a história baiana da década de 1930 exagerando a importância dos dizeres autonomistas nas fontes primárias. Ao mesmo tempo, e talvez por isso, incorrem no deslize de externalizarem uma visão próxima ao autonomismo como versão historiográfica acerca da história política baiana da década de 1930. Sampaio afirma que, em situações específicas, é possível “perceber-se um maior interesse dos autonomistas em relação a problemas que afligiam as camadas mais pobres da população”(SAMPAIO, 1992, p 169) sendo que ela própria, ao citar o exemplo da discussão acerca do imposto territorial, relata a posição favorável de um membro do PSD, Aliomar

⁸⁶ “Além disso, quem nos governava, na época, era o cearense Juracy Magalhães, que não perseguia comunistas (seus principais adversários estavam no ‘integralismo’ da ABI (sic)), até porque tinha um irmão perseguido pela política, escondido no interior do Estado.” (RISÉRIO, 2004, p 499)

⁸⁷ A crítica dessa documentação será feita adiante. No entanto, cabe adianta que se trata de um depoimento colhido em 1977 quando o sujeito em questão entendia-se como democrata e defensor das liberdades e provavelmente nem tenha se lembrado que flertou com o integralismo como será evidenciado a seguir. Um claro processo de forja de uma memória política. Curiosamente ele afirma mais à frente no depoimento a respeito da ANL que “não foi preciso combater; foi só dizer que era contra! Mas o pessoal comunista tinha certa liberdade.” (MAGALHÃES, 1981, p 148).

Baleeiro. (SAMPAIO, 1992, p 252) Ela sugere que o interventor era levado por um pragmatismo, por traços de sua personalidade, como nos trechos a seguir.

Juracy abjurou o vago idealismo revolucionário e elegeu o pragmatismo como linha de conduta.

(...) Juracy não se sentiu desconfortável com o retorno das velhas práticas políticas. Carneiro de Mendonça [interventor do Ceará] acabou por demitir-se, mas Juracy, realisticamente, adaptou a revolução à rígida estrutura oligárquica. (SAMPAIO, 1992, p 74-5)

Mas o papel de destaque que a Bahia desempenhou no cenário nacional tinha muito a ver com a sua personalidade, na qual curiosamente se combinavam a ousadia e a intrepidez da juventude com o autoritarismo militar. Suas origens modestas aproximavam-no da classe média e da gente pobre, numa época em que grande parte da elite baiana era-lhe abertamente hostial. Sagaz e pragmático como Vargas, Juracy tinha outros atributos pessoais que o ajudaram a construir sua carreira política. Uma admirável memória, por exemplo, permitia-lhe chamar pelo nome o mais obscuro chefe político local, ou o mais humilde eleitor. (...) Determinação e pragmatismo, acima de tudo, foram as linhas de conduta maiores do jovem tenente. (SAMPAIO, 1992, p 86-7)

Não é difícil para um leitor atento diferenciar o teor das narrativas acerca dos dois principais partidos baianos em 1935, PSD e a Concentração Autonomista, considerando ambos como virtualmente iguais em termos ideológicos, como a autora afirma.

Um breve exame de composição do diretório central do PSD revela a acomodação da elite política bem como o amorfismo e artificialidade do novo partido.

(...) Em última análise, o PSD era uma mistura incongruente de homens que haviam prestado lealdade a diferentes governos, em períodos diversos da história baiana, sem qualquer compromisso de ordem ideológica. (SAMPAIO, 1992, p 95)

Mobilizados pelo ardor da campanha, estudantes universitários organizaram-se em torno da Ação Acadêmica Autonomista, que pode desenvolver a campanha com audácia que os mais prudentes não se arriscariam. Cerca de 1200 empregados do comércio congregaram-se em torno da Ação Comerciária Autonomista. Revivendo o estilo das campanhas civilistas de 1910 e 1919, ‘caravanas autonomistas’ viajaram através do estado, instalando ‘comissões para a libertação da Bahia’. Em uníssono, exigiam a restauração da autonomia do estado, ‘usurpada por invasores militares’. (SAMPAIO, 1992, p 95)

Em Consuelo Novais Sampaio a utilização do argumento da usurpação da Bahia por um invasor não parece uma estratégia pragmática. É, não só sincera, como bem distribuída socialmente já que atingiu estudantes e trabalhadores. Nesse sentido, a crítica da exacerbação dos dizeres autonomistas aparece quando posicionadas duas questões: se “na verdade, ambos os partidos curvaram-se aos princípios do liberalismo clássico” (SAMPAIO, 1992, p 103), o que os diferenciava? E, desse modo, por que um era artificial e o outro, além de audaz, provocava ardores e revivia campanhas civilistas entre os baianos?

Silva define a LASP e o movimento “autonomista”, dentre outras coisas, como aquele grupo político que congregou “o maior número de representantes da inteligência local”. (SILVA, 2000, p 39) Tal afirmação constituiu-se como argumentos do próprio núcleo

“autonomista” para justificar a suposta incapacidade do interventor, como o próprio Silva aponta.

A bancada situacionista baiana eleita para a Assembléia Constituinte tornou-se motivo de orgulho para o interventor não só pela quantidade que conseguiu eleger, mas por um dado adicional: era composta por um número expressivo de ‘intelectuais’, atributo que o interventor fazia questão de sublinhar. O orgulho que Juraci Magalhães manifestava pela qualidade de seus correligionários tinha como alvo estabelecer um contraponto com a oposição. Era nas fileiras oposicionistas que se encontrava o maior número de representantes da inteligência local. Daí a ressalva de que, entre os seus, o interventor também gozava de apoio da inteligência baiana. (SILVA, 2000, pp 37-8)

Paulo Santos Silva, mais até que Sampaio, persistiu na similitude entre “autonomistas” e “liberais”. Mesmo que seja evidente o cuidado do autor em destacar a presença política de liberais no fim do Estado Novo, Silva, por vezes, deixa evidente a semelhança entre autonomismo e liberalismo. “Com a aproximação do Estado Novo, os liberais baianos, reunidos na Concentração Autonomista da Bahia...” (SILVA, 2000, p 45) e “Encabeçados pelos ‘autonomistas’, os liberais lançaram mão de todos os meios possíveis para enfraquecer o Governo Vargas...” (SILVA, 2000, p 48) são alguns exemplos dessa relação. No trabalho anterior de Silva, *A Força da Tradição*, a sinonímia é exaustivamente repetida. Por exemplo:

Para que os autonomistas pudessem assumir de fato e de direito os postos que reclamavam, determinadas etapas preliminares teriam que ser realizadas. Estas etapas passavam pela conquista e garantia da mais ampla liberdade de expressão e organização político-partidária, pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, pela soltura dos presos políticos e pela volta dos exilados. De um, em particular: Otávio Mangabeira, líder dos liberais no estado. (SILVA, 1991, p 23)

O texto de Sampaio de fato solidificou uma falsa dicotomia entre os “liberais” autonomistas e a truculência do “juracisismo”. A leitura que a notável historiadora faz da “revolução de 1930” afirmando que “o intervencionismo estatal substituíu o *laissez faire*, vigente até a grande crise de 1929” (SAMPAIO, 1992, p 69) já sugere, por si só, que liberais eram os membros do governo deposto pela “revolução”. Por outro lado, se for considerado que, a partir da década de 1930 se estabeleceu, propositadamente, um distanciamento entre democracia e socialismo – e mais amplamente com a esquerda, já que a própria terminologia “esquerda democrática” insinua o fato de que todas as outras esquerdas não o são – estabelece-se, sem muita dificuldade, uma relação entre liberais e democratas em oposição aos extremismo autoritários de esquerda, direita e dos tenentes. O último exemplo de como foi forjada, na historiografia baiana, uma visão contestável da trajetória de Juracy Magalhães está, mais uma vez, no tipo de oposição que Sampaio estabelece entre o PSD juracisista e a LASP.

Segundo o Professor Josaphat Marinho, a LASP tinha o sentido da renovação política. Os jovens bacharéis que se reuniam em torno dessa legenda procuravam formar novas lideranças. Haviam sido partidários de Seabra, de Góes Calmon, de Otávio Mangabeira, mas estavam tentando caminhos próprios, munidos de novas idéias e concepções de vida política. (SAMPAIO, 1992, p 98)

Jovens, e liberais, que de acordo com a documentação do governo conspiraram durante a constituinte. Sampaio corrobora com a afirmação de Josaphat Marinho no que tange a idéia de renovação política o que parece um deslize lógico e historiográfico da autora já que não há substância na assertiva conforme se argumentou no capítulo passado e se fará daqui por diante. O lado do governo também tinha, em suas hostes, sujeitos jovens, bacharéis e liberais. Quem tinha mais ou menos foi apenas um artifício argumentativo do “autonomismo” para reafirmar o aparente contra-senso: como poderiam os melhores homens da Bahia ser privados de governar seu próprio estado?

Essa digressão teve o intuito de localizar o leitor no debate que se adentrará a partir desse momento do texto. Os primeiros 4 anos da interventoria de Juracy Magalhães marcaram um período de conflito político aberto entre o regionalismo da “República Velha” e o centralismo “revolucionário”. A hipótese aqui proposta é que a truculência atribuída a Juracy Magalhães sugere um embate ideológico por determinada memória política acerca do cotidiano dos sujeitos em questão. A proposta interpretativa não é questionar se Magalhães era ou não truculento: parece evidente que era. Ao mesmo tempo não se afigura plausível que os “autonomistas” não sejam caracterizados da mesma forma simplesmente porque não detinham o monopólio do uso “legítimo” da violência. As formas sociais das relações de poder dentro da sociedade política ignoravam os ditames liberal-democráticos. Também em razão disso as relações entre Estado e grupos subalternos – trabalhadores e trabalhadores auto-vitimados pelo estigma do comunismo – obedeciam às regras da repressão que independia da situação ou oposição culminando nas manifestações anticomunistas.

O anticomunismo baiano, por assim dizer, não teve a função que inicialmente teve na capital federal, qual seja a de unir um setor social – os militares, por exemplo – em torno da sua órbita, muito embora, como foi defendido, desde seus primeiros dias a “revolução” tenha se empenhado na vigilância ao comunismo. Os desafios do governo na sociedade política baiana em inícios da década 1930 eram basicamente dois: 1) recriar regras de funcionamento que permitissem o exercício pleno do poder de coerção do Estado dentro da sociedade política mas, sobretudo, permitir que mecanismos estatais de convencimento atuassem no cerne das classes subalternas: os trabalhadores urbanos; 2) redefinir os vetores de poder – capital x interior – de modo a fazer do projeto de hegemonia um consenso entre grupos dominantes ao

mesmo tempo se precavendo contra investidas insurrecionais por parte de frações excluídas da direção do Estado.

Os quatro anos que separam a chegada de Juracy Magalhães ao poder e a sublevação comunista de novembro de 1935 são extremamente relevantes para o segundo processo mencionado acima. O último semestre de 1934 pôs abaixo possíveis planos insurrecionais por parte das elites baianas. O começo de 1935 deu início ao que hoje pode-se entender como um período chave da trajetória de Juracy Magalhães. Nesse ano o Partido Comunista do Brasil (PCB) provou ter uma capilaridade considerável entre os trabalhadores urbanos do país. Já em 1934 movimentações comunistas tomaram lugar sendo que, de acordo com Luís Henrique Dias Tavares, a partir de então o partido de fato iniciou um processo de organização no estado da Bahia, conforme já citado.⁸⁸ (TAVARES, 2001, p 404) Por outro lado, a Ação Integralista Brasileira (AIB) passava a ganhar força entre militares e adeptos entre as mais variadas classes e setores sociais. A polarização evidente no mundo, principalmente, a partir da ascensão de Hitler em 1933, causou espanto, não só aos liberais mas, sobretudo, aos comunistas que, face ao fracasso da política chamada de “obreirismo” foram obrigados a repensar suas linhas de atuação. A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi fruto dessa tentativa de reorganização do PCB ao mesmo tempo em que forneceu ao governo Vargas e à AIB possibilidades para agudização artificial do momento político. (PINHEIRO, 1991, p 319) A Lei de Segurança Nacional e a posterior criação, em 1936, de uma Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo foram apenas os mais notáveis exemplos do que se seguiu no decorrer do biênio 1935-36 no país.

Uma mostra de como Juracy Magalhães dedicou amplos esforços ao combate do comunismo é uma troca de correspondências com Vargas na qual ele afirma:

(...) Estou acompanhando a marcha dos extremismos no Brasil. Apreensivo às vezes. Tranquilo-me quando vejo Vossa Excelência na presidência. Sua visão política resolve tudo. Mas é preciso não encarar com otimismo uma situação que se agrava. O comunismo progride. Doutrina contrária nossas tendências encontra adversários (sic). Estes, vendo o governo sem dar providências, procuram no integralismo um meio de resistir à bolshevização do país. As forças democráticas diminuem pelo ingresso de seus adeptos, em geral pouco convencidos, nas duas correntes extremistas. Para onde vamos? A lei de segurança dorme no esquecimento. Penso que Vossa Excelência está deixando as cobras se desenvolverem.⁸⁹

⁸⁸ Há uma reafirmação de Tavares no trabalho de Jacira Primo já que esta cita passos de uma rearticulação interna que teria se iniciado em novembro de 1933, a partir da chegada de Honório de Freitas Guimarães à Bahia. Para tanto, Primo cita relatório de polícia e a autobiografia de Guimarães. (PRIMO, 2006, pp 31-2)

⁸⁹ GV c 1935.06.27. FGV-CPDOC.

Mal saberia Juracy Magalhães que alguns meses depois estaria ajudando na fuga de membros da ANL e, por isso, abria dois flancos na sua posição: por um lado a oposição “autonomista” acharia nesse fato munição para acusações das mais diversas e por outro o próprio núcleo varguista lhe teria como suspeito. Tanto assim que após os eventos de novembro de 1935 e as medidas tomadas por Magalhães, dois processos que se contrapunham às diretrizes do Governo Federal seriam iniciados. O primeiro deles, mais marcante e visível, foi o esforço estadual empreendido no combate ao integralismo. O segundo, iniciara-se uma articulação, por parte de setores do exército e setores civis, de modo a assegurar a realização das eleições programadas pela constituição para 1938.

A repressão empreendida por Juracy Magalhães já foi analisada por Jacira Primo da seguinte maneira:

Mas sua condescendência aos comunistas e aliancistas não ultrapassou a linha dos parentes e amigos, pois em vista do pedido da relação dos adeptos do “credo comunista” feito pela comissão aos governadores de cada estado, Juracy não se demorou em requisitar que a polícia baiana enviasse a documentação pedida que constava de 27 prontuários e 138 fichas. As fichas, enviadas pela polícia baiana a CNRC, mostram vigilância de pessoas consideradas suspeitas (comunistas, aliancistas, sindicalistas), estando anotado com quem falavam, as reuniões que faziam e suas viagens para outros estados. (PRIMO, 2006, p 105)

Quando se refere a “parentes e amigos”, Primo localiza no laço fraterno entre Juracy Magalhães e Eliéser Magalhães um aspecto preponderante para a condescendência daquele. A autora também demonstra que as relações mantidas entre Juracy Magalhães e Pedro Ernesto também fizeram com que aquele tomasse partido deste último. Assim, nesse caso, compreender os rumos da grande política de Estado é compreender uma série de eventos e processos entrecortados por relações de classe, raciais e, por que não, afetivas. No cenário amplo de explicações historiográficas atitudes individuais têm relevância na evolução de processos que transcendem o poder de influência daquelas. Por outro lado, talvez compreender ações que se situam fora do escopo explicativo “racionalista” e atribuir a elas demasiada influência das individualidades não seja o modo mais acertado, visto que não se trata de um ato isolado. Exemplos de que regimes autoritários têm sido fragmentados por ações desse tipo não são poucos.

Um bom exemplo dessas idiosincrasias que os sujeitos se impõem durante suas trajetórias é o que Patrícia Carneiro identificou. Uma espécie de lampejo de contradição gritante entre uma correspondência e a prática política posterior de Magalhães.

Sabe Vossa Excelência que, pessoalmente, minha orientação doutrinária é pela adoção do integralismo no Brasil e se me sujeito aos dissabores das intrigas próprias do regime democrático, é porque desejo levar até o fim os meus esforços para que a Revolução não perca de todo o que conquistou a custo de tantos sacrifícios. (MAGALHÃES, 1982, p 243)

Não há grande incoerência nessa posição tomada em junho de 1933 quando, nem Adolf Hitler havia consolidado a supremacia política que lhe conferiu o status de ditador em meados dos anos 30, nem a Ação Integralista Brasileira havia se tornado o partido de massas que se tornaria anos depois. Até 1934 a AIB não tinha estatuto e até 1935 não se constituía enquanto partido político. (CAVALARI, 1999, p 41)

Deve-se enfatizar o fato de que não há nenhuma ligação obscura entre Juracy Magalhães e o *Komintern*; nem muito menos há qualquer tipo de filiação programática dele com o comunismo.⁹⁰ Vavy Borges, conquanto mereçam críticas suas análises que por vezes induzem a uma homogeneização das representações sobre a “revolução”, já historicizou a gênese de um ideário sobre a “revolução” no Brasil que fertilizou as mais diversas constelações políticas, da esquerda à direita. (BORGES, 2005, pp 159-182) O núcleo fundador de parte desse ideário é o meio militar. Nessa tradição, inclusive dentre os subalternos, laços de solidariedade que não raro secundarizaram questões amplas de caráter de política de Estado em prol da partilha da identidade militar e, por vezes, contrariou a lógica das lutas de classe. Juracy Magalhães faz parte, portanto, de um grupo de revolucionários inserido nessa tradição militar.

Os anos de 1935 a 1937 foram tempos de redefinições dentro do que seria depois o “trabalhismo”. Ao mesmo tempo, foi um período de redefinição ideológica na Bahia. Nesse caso, o anticomunismo ainda não se constituía como eixo programático dos setores juracisistas e mangabeiristas. Por um motivo muito simples: o monopólio do combate ao comunismo era do Estado Federal. Juracy Magalhães, ainda que enfraquecido politicamente, e seu governo sendo protagonista de conspirações constitucionistas, posto que defendia, tal qual Mangabeira e os autonomistas, a realização das eleições em 1938, perdia prestígio face ao governo federal.

⁹⁰ Setores do Exército, de acordo com o depoimento de Magalhães, teriam lançado suspeitas sobre a ligação deste com o comunismo haja vista sua proximidade de Agildo Barata e a participação de seu irmão na ANL. É provável que tais acusações tenham sido formuladas com o intuito de intimidação já que durante o regime de exceção os comunistas foram alvos preferenciais. (MAGALHÃES, 1981, p 188)

5. *Um levante integralista na Bahia*

Uma peça de 57 páginas, escrita em dezembro de 1936 por Antonio Pereira de Mattos, então delegado da 3ª Circunscrição Policial, refere-se a um levante integralista planejado contra o governador Juracy Magalhães. Uma série de informações quanto à infiltração integralista na sociedade baiana e, sobretudo, acerca da campanha anticomunista realizada pela Ação Integralista Brasileira (AIB) são descritas no referido documento. Há também citações de depoimentos que, se não devem ser tratados como referência *ipsis literes* são, pelo menos, informações relativamente confiáveis quanto à existência real de um planejamento que rumaria à derrubada do governador Magalhães. Em termos documentais, pode-se comparar o referido relatório ao famoso “Plano Cohen” e observar-se-á a verossimilhança daquele.

A infiltração integralista, de acordo com o delegado Mattos, se deu em variados setores da sociedade baiana. Havia penetração na Polícia Militar, Exército e Faculdades. Segundo Mattos, acerca dos métodos de aliciar membros:

Sob orientação do Tenente Ulysses da Rocha Pereira, que tinha como auxiliares do peito, Sargentos Carlos, Pereira e Galvão, mais o cabo Aurindo e soldado Eusebio, se procedia ao alliciamento de soldados, cabos e sargentos, ora se olhes dizendo tratava-se dum partido do governo, do qual faziam parte as principaes autoridades, ora se lhes falando na federalisação das policias e nas futuras melhorias, ora se ameaçando de suspensão de communismo.⁹¹

Na Bahia, em novembro de 1934, o Secretario de Segurança já instituía a proibição de alistamento de militares na AIB. O delegado argumenta da seguinte maneira sobre a entrada de militares na AIB:

Para um partido político, que servem militares sem direito a votos? Para formar mentalidade anti-comunista, respondem os alliciadores. Retruca-lhes o bom senso: quem quer falar contra o communismo, numa terra que o combate, por inadequado e inconveniente aos seus interesses, não carece de falar às escondidas, de quebrar a disciplina, de mentir, de illaquear a boa fé de subalternos e de recrutas. E foi, exatamente, o que ocorreu no seio da corporação militar do Estado, nos últimos mezes de Julho e Agosto.⁹²

⁹¹ CMa/Matos pi 1936.12.11 CPDOC-FGV, p 19.

⁹² Op. cit., pp 19-20.

A relevância do comunismo no discurso integralista é sugestiva quanto à difusão da necessidade de combate ao comunismo em variadas frentes. No entanto, na Bahia a intensidade desse combate é refreada pela sociedade política já que tanto oposição como situação vislumbravam a utilização do combate contra o comunismo como pretexto para esmagamento de forças políticas de oposição, fossem conspiratórias ou não.

Uma das razões para compor as fileiras integralistas era dissociar-se de uma possível imagem de comunista. Em dois depoimentos, soldados sugerem que se vincularam ao integralismo em virtude desse argumento:

Há três mezes, mais ou menos, os sargentos Condurú, ora no interior do Estado, e Galvão lhe convidaram para fazer parte do Integralismo, desaparecendo assim as suspeitos que recaham sobre o respondente, de ser comunista; acha que foi esse o melhor processo para ser atrahido, pelos seus referidos superiores; receiando perserquições e crendo na possibilidade de melhorar, resolveu fichar-se.⁹³

Fez parte da Policia durante seis meses, tendo sido collocado no material bellico, pelo sargento Galvão, o qual, há trez mezes, mais ou menos, lhe fez convite para fazer parte do integralismo, dizendo-lhe que desse geito ninguém mais lhe teria como comunista; além disso lhe falou o Sargento Galvão que o integralismo daria grandes vantagens aos soldados.⁹⁴

O relatório aponta também a tentativa de construção de uma rádio integralista. Para a consecução desse projeto, fica patente, a partir descrição do delegado Mattos, que coube ao braço civil da AIB a organização da rádio. Engenheiros, professores, estudantes, funcionários públicos e dentistas tentaram construir uma estação, objetivo que fracassou. Fica clara também a estratégia: declarar integralista para não ser enquadrado enquanto comunista.

O fio encontrado pela inteligência da polícia baiana foi a correspondência enviada por Belmiro Valverde, alto funcionário da AIB, nas quais dizia que deveriam ser destruídas e que não poderiam ser guardadas “ainda que debaixo de sete chaves”. As repostas tratavam os escritos de Valverde comprometedores de tal modo que infringiam a “sã doutrina integralista”.⁹⁵

A articulação do levante se deu, sobretudo, com base na capilaridade do movimento na Polícia Militar. Em dado momento as lideranças do movimento teriam afirmado: “A Polícia Militar é nossa”.⁹⁶ Em depoimentos pode-se encontrar assertivas que sugerem uma existência maciça de integralistas em tropas do Exército e Marinha.⁹⁷

⁹³ Op. cit., p 20, soldado Dermeval Mendonça.

⁹⁴ Op. cit., p 21, soldado Edwards Barros.

⁹⁵ Op. cit., p 25.

⁹⁶ Op. cit., p 26.

⁹⁷ Op. cit., p 34.

Num dos trechos citados pelo delegado Mattos há uma curiosa sugestão por parte de um capitão sobre o avanço integralista no estado. Em um relatório escrito por este capitão, chamado Consenza, citado por Mattos, aquele aponta a culpa pela defecção de soldados em prol do integralismo em virtude da atuação de superiores:

(...) fortalecidos pela exploração dos mais sagrados sentimentos dos nossos soldados, condensados na trilogia “Deus, Patria e Família”, ora transformada pelo integralismo em material de propaganda, para o assalto ao poder, como se o actual regime fosse orientado e defendido por atheus, impatriotas e desmoralizados.⁹⁸

Num dos casos mais emblemáticos, como protagonista, está o tenente-coronel José Aureliano Alves, comandante do 2º B/C enviando carta ao Major José Francisco de Amorim. Nela, o primeiro tenta obter recursos para realização de uma reforma no dormitório dos soldados e adquirir colchões para maior conforto da tropa. Nessa carta apreendida pela polícia, há demonstrações da problemática entre interior e capital, sertão e litoral.⁹⁹ Há amostras de como, no dizer dos integralistas, havia receio de que fosse desenvolvido um levante comunista disfarçado de integralismo para comprometer a ação da AIB.¹⁰⁰ Por fim, o aspecto interessante do escrito, diz o Tenente:

Agora que tenho o privilégio de conseguir aqui tamanha Victoria, prima pela boa ordem e interesse pelo soerguimento deste nosso Brasil, que, coopere com o seu companheiro, afim de que elle não fique mal em face do quanto mostrou, para ser concedido o prédio, que soldado não é o que o povo pensa, um grupo de homens desclassificados, que não conhecem nem sabem o que é conforto, educação, tratamento, sociedade, etc. etc., auxiliando-me com o fornecimento de umas vinte camas mais, trinta colchões e cincoenta roupas de camas, para que bem possamos apresentar ao publico, que está ancioso por ver agora o nosso quartel, exigindo até uma inauguração solemne.¹⁰¹

Por fim, nessa mesma carta, há uma recorrente acusação dos integralistas: “O Izaias¹⁰², juntamente com as demais autoridades, continuam dando prestígio franco aos comunistas e perseguindo atrozmente os integralistas, bem assim procede o Salomão.”¹⁰³

⁹⁸ Op. cit., p 34.

⁹⁹ “Como sabes, estamos jogados aqui, longe da nossa Bahia, como chamam por cá, sem recebermos os influxos de civilização, pois, muito embora Ilheós não seja sertão, contudo é interior e nada se compara com os centros, que são mais civilizados. Op. cit., p 35.

¹⁰⁰ “eu tomei todas as providencias, maiores até que as de Março, afim de que não fosse caso dos bandidos communistas provocarem um movimento, um golpe qualquer e virem a dizer que foram os integralistas, felizmente, enquanto elles não sahiram das ruas e levaram toda a noite de 23 acordados os integralistas dormiam a vontade. Op. cit., p 35-6.

¹⁰¹ Op. cit., p 37.

¹⁰² Trata-se de Isaias Epiphany dos Reis, delegado de Polícia de Ilhéus em 1936.

¹⁰³ Op. cit., p 37.

A acusação do relator do inquérito tinha por base uma admissão de participação do Tenente Aureliano Alves. O mais curioso é a negativa do Tenente:

Ouvido a respeito, o missivista bate o pé, assegura não ser integralista “nem sequer simpatizante”, “reputando as idéas do integralismo contrarias ao regime”. E, como fecho, declara-se “intransigentemente governista, porque assim tem sido e continuará sendo até o fim”.

O motivo da carta, esclarece, foi “fazer quase uma bajulação, foi incensar o destinatário, tocando no seu ponto fraco, afim de conseguir para o seu Batalhão o que elle, como Chefe do Serviço de Intendencia, póde proporcionar: colchões, camas, e roupas de camas”...¹⁰⁴

Não está em questão uma saga por uma verdade que, nesse caso, dada as dificuldades de prova, seria apenas axiológica. De todo modo, mentira ou verdade, parece relativamente plausível que estratégias diversos para, no caso da Polícia e do Exército, livrar-se do interrogatório da sindicância e motivações transitórias possam ter condicionado a inclinação de grupos sociais a determinadas agremiações políticas. Não se pretende, contudo, inserir no bojo explicativo esse argumento. Entretanto, a possibilidade de ascensão social que nesse momento o integralismo poderia significar, dado o prestígio que tinha no governo Vargas, e a estigmatização a que tinham sido submetidos os comunistas pode ser um *leitmotiv* do sucesso da campanha anticomunista empreendida tanto por integralistas como pelo Estado brasileiro.

6. O autonomismo anticomunista

O anticomunismo do grupo autonomista tem um carácter diferente daquele praticado pela polícia e outros dispositivos do governo federal. Tendo em vista que não se tratava de um grupo com amplas inserções nos meios sindicais, os anos da chamada “era Vargas” na Bahia, período de atividade do grupo autonomista, não tiveram grande atividade anticomunista por parte dos autonomistas. Esse anticomunismo não deve ser entendido como práticas escusas de vigilância irrefreável. A repulsa ao comunismo parece ser evidenciada no que tange a disputa política na qual se obedecem algumas regras. Do ponto de vista histórico destacam-se dois períodos desse processo de formação e diluição do anticomunismo no grupo autonomista. O primeiro deles certamente tem ligação com as insurreições de 1935. De acordo com o exame documental não é possível detectar nenhum tipo de sistema ideológico anticomunista proveniente do grupo que compôs o autonomismo baiano. Após 1935, duas frentes se abrem: 1) um embate parlamentar que envolve os irmãos Mangabeira na cruzada contra as supressões das liberdades, quando eles identificam o comunismo como pretexto; e 2) a imprensa coloca-

¹⁰⁴ Op. cit., p 37.

se entre o rastro da paranóia da invasão comunista propagada pelo governo federal e uma posição moderada quanto à supressão das liberdades. A exposição desse importante tópico passará pela apreciação de alguns momentos marcantes da definição dos marcos do período anticomunista e depois de que modo era feita a propaganda.

Cristiano Alves analisou a recepção pela imprensa das insurreições de 1935 e corroborou com as certas observações acerca da importância das sedições de novembro para a construção do anticomunismo como parte componente, sobretudo, do arcabouço ideológico conservador. No entanto, Alves analisa periódicos que tem filiações imprecisas com autonomismo mesmo que *O Imparcial* também tenha passado por fases autonomistas, fica a sensação de que este último periódico teve intensa influência integralista, sobretudo no período estudado por Alves. O periódico autonomista na Bahia é o *A Tarde*. O trabalho de Maria do Socorro Soares Ferreira se dedica ao estudo do *A Tarde* durante a conjuntura revolucionária de 1930. Por isso, a autora não ataca questões relacionadas à cruzada anticomunista. No entanto, ela fundamenta, com propriedade, o pressuposto fundamental do argumento ora desenvolvido:

“No âmbito local, o movimento autonomista da Bahia contaria com a ativa colaboração do Jornal *A Tarde*, que desde 1931 já reivindicava uma nova Constituição para o país e que seria, ao longo período subsequente, um importante canal de expressão dos ‘autonomistas’ baianos.

(...) *A Tarde* investiu na exploração do ‘movimento revolucionário de 1930’ caracterizando-o como ilegítimo. Deixava evidente a sua posição na luta política e buscava construir o respaldo do leitor induzindo-o ao descrédito em relação ao Governo Provisório, que desde o início fora tido como ditatorial.” (MARIA DO SOCORRO FERREIRA, p 52, ATARDE)

Compreendida esta relação torna-se quase que um mero silogismo perceber as ligações entre a imprensa autonomista e seus braços na sociedade política. De agora em diante resta exemplificar com algumas amostras de discursos o tipo de embate ao qual se propunha o autonomismo. Tratam-se de exemplos vinculados à primeira fase citada anteriormente, qual seja, aquela em que o autonomismo se vê próximo ao encurralamento e percebe o governo Federal utilizando o comunismo como pretexto para supressão das oposições. As análises de conjuntura dos autonomistas, como é possível constatar pela apreciação dos discursos de Otávio Mangabeira, são muito precisas ao afirmar os propósitos do governo. Assim, quando da votação no parlamento federal pela implantação do Estado de Sítio, João Mangabeira, tendo sido acusado de não apoiar integralmente o pedido do governo em função de seu filho participar da ANL, fez discurso transcrito pelo *A Tarde*:

“Ainda no governo do Sr. Washington Luís, com 17 ou 18 annos, meu filho, então acadêmico, era preso, pelo Chefe de Polícia de então, sob o pretexto de ser comunista. Nada implorei do governo. E elle não se vergou. No entanto elle não é

comunista, nem pertenceu nunca ao Partido Comunista. Se pertencesse, elle o diria abertamente, pois isso não é desonra.

A ignorância, no Brasil chrisma com o nome de communistas todos os que se oppõem ao Governo, em defesa das liberdades ou de uma ordem social mais justa. De communista foi chamado Joaquim Nabuco, na Abolição, como o fora Euzebio de Queiroz, quando assignou o decreto, que aboliu o trafego de escravos.”

Continua expressando os motivos para se opor ao Estado de Sítio onde não houve revolta, em 1935.

“Não, senhores! Jámais concederei o estado de sítio, senão para onde a ordem esteja de facto subvertida. Não darei ao Governo essa medida excepcional, porque, uma vez estabelecido o silencio tumular da imprensa, as ambições desaçaimadas, as ambições insopitáveis, as ambições pérfidas, de parceria com o Integralismo, poderão combinar, organizar e desfechar um golpe de estado contra o regime.” (A Tarde, 30/11/1935)

Dois aspectos parecem importantes nessa empreitada parlamentar de João Mangabeira. Um primeiro trata da percepção, por parte de João Mangabeira, que, no Brasil – como se em outros cantos fosse tão diferente – de que “comunista” era sinônimo daqueles que se situavam no campo da “defesa das liberdades ou de uma ordem social mais justa”. Ou seja, aflora um espírito surpreendentemente tolerante com um grupo que começava a ser estigmatizado. Ao mesmo tempo, impõe uma questão que a historiografia ainda não atacou nem se propôs a enfrentar: até que ponto a estigmatização empreendida por setores dominantes, católicos e outros, foi recebida com efusividade como fazem parecer documentos da imprensa e da polícia? Um segundo aspecto trata da preservação do jogo político dentro dos limites da institucionalidade na Bahia, ou seja, onde não ocorreu sublevação. Embora advogando em causa própria, não é possível encontrar incoerências em seu discurso, que defende a manutenção dos limites constitucionais, inclusive abrindo-o para a participação de setores comunistas. Como se trata de um discurso político, que tem como propósito demarcar o espaço da oposição, não se pode presumir que João Mangabeira não mantinha objeções práticas à atividade comunista, nem muito menos seus limites.

Por parte de Otávio Mangabeira, pode-se destacar os discursos de 1936.

“Se o comunismo russo, consoante a sua tática de destruir os regimes para em seguida substituí-los, houvesse projetado, no Brasil, como primeira etapa do seu plano, a destruição, peça por peça, da nossa democracia, não encontraria, talvez, que o praticasse melhor do que se praticado, do que se está praticando.

(...) Ou as correntes civis, os elementos políticos, sobretudo os que estão prestando o seu apoio ao Catete, se decidem, enquanto for tempo, a opor-se ao plano sinistro da perpetuação no poder e a restaurar a Nação no uso dos seus direitos, a fim de que ela possa normalmente escolher o seu Governo, ou, se o aparelho de força houver de ser construído até o fim para, em seguida, esmagar, deixando-a de todo impotente, a soberania do povo, então, às classes armadas, expressão permanente, impessoal e gloriosa da Pátria, passa a correr desde aí, já que não estamos em defesa, mais que o direito, o dever de intervir pelo Brasil, arrancando-o ao comunismo, mas, ao mesmo tempo, à ignomínia que abre as portas à anarquia e, por consequência, ao

comunismo, assegurando à Nação o que ela tem de mais caro: a liberdade, a honra!”
(Mangabeira, perfil parlamentar, 269-70, 11/08/36)

O tom dos discursos aumentou redundando na prisão preventiva do filho de João Mangabeira, Francisco Mangabeira, e, em seguida, na sua própria detenção. Discursos escritos por João Mangabeira foram lidos por seu irmão, Otávio, no parlamento em que diversos outros casos de prisões políticas de sujeitos cujas vinculações com o comunismo pareciam cada vez mais difíceis de sustentar perante um parlamento. Um primeiro discurso data de 23 de dezembro de 1936 quando João Mangabeira, em defesa do filho, critica os procedimentos processuais adotados pelo Tribunal de Segurança Nacional. O segundo trata da própria prisão de João Mangabeira quando este se recusa a defender-se perante os juízes justificando-se da seguinte maneira:

“O meu amor ao Direito, a minha devoção à liberdade não me permitem defender-me ante um Tribunal de Exceção, que é o maior atentado que se poderia conceber contra os princípios cardiais do nosso regime político, levantado sobre os mais de cem anos de tradições liberais. E quando todos, inclusive os sacerdotes supremos, desertaram os altares, eu não cometerei a covardia de deixar a nave deserta.”
(MANGABEIRA, 1978, p 321)

Parece justo sugerir que João Mangabeira recrudescer a defesa de um regime alternativo ao de força que na sua visão se implantava. Também, em João Mangabeira aparecem aqueles elementos liberais expostos no capítulo passado.

Consolidando a unidade das oposições em torno de um discurso parlamentar constitucionalista e mantenedor da ordem institucional, Otávio Mangabeira discursa¹⁰⁵ sempre no sentido de advertir acerca dos propósitos da campanha anticomunista empreendida pelo governo Federal.

“A prova, a prova provada da insinceridade oficial de que a repressão ao comunismo é, de modo geral, um pretexto a serviço de planos ou programas de domínio político é que, por motivos políticos, porque se opôs a injunções ou a interesses políticos, se viu na contingência de afastar-se do Ministério da Guerra¹⁰⁶ precisamente o general do Exército que mais e melhor se expôs na ação contra o comunismo. Isso nada lhe valeu, que não caísse da graças, tanto que opôs embargos às manobras e aos estratégias do Catete.
(...) A minha tese é esta: o comunismo passa depois; o que passa primeiro é o interesse de absorção política, por parte do Governo.” (MANGABEIRA, 1978, p 285-6)

¹⁰⁵ O excerto que segue é de um discurso proferido a 08/12/1936.

¹⁰⁶ Sobre este episódio o diário de Vargas ilustra a crise instalada entre os militares contrários à continuidade repressora e os que propunham exacerbação do modelo preventivo. O que parece ter sido o estopim para o pedido de demissão do general João Gomes foram a pressão empreendida por Góis Monteiro e a suposta inércia repressora do Ministério da Guerra com relação à possível conspiração armada por Flores da Cunha no Rio Grande do Sul. Resta ainda compreender melhor a conjuntura e os fios que se mantêm tensos na conjuntura do final do ano de 1936, sobretudo na alta política. Para mais, ver VARGAS, 1995, pp 560-5.

Parte da imprensa baiana, ao menos aquela explicitamente autonomista, trata o comunismo, num comunicado especial, da seguinte maneira os eventos insurrecionais de novembro de 1935:

“Até hontem, podemos dizer, o extremismo de feitio cosmopolita não era um perigo publico, era uma utopia distante e literária. Vivemos, a partir de 1930, quando de Outubro quebrou os moldes legais desapertando o feiche nacional, suggestionados por doutrinas estrangeiras que contrastavam com a medíocre, chula e risonha defraudação indígena de todo os princípios democráticos. Entre a direita e a esquerda, oscillavam, ao sabor da influencia das leituras, uma mocidade descontente da realidade nossa, e que, em penhor de sua sinceridade, argüia com os erros diários e profundos da situação dominantes. Já não se acreditava no liberalismo que Ruy Barbosa vestira com as cores angélicas de uma redempção política. A Republica era uma palavra, a representação uma cousa vaga, o partido um superlativo do personalismo, o interesse colectivo uma mascara do aulicismo privada e restricto, de modo a mergulharmos no ambiente desesperante em que todos os desenganos engendravam o pessimismo total.”

Daí se sugere o motivo primordial da chegada do comunismo: os desenganos do governo e o desassossego ideológico do mundo no qual o liberalismo cambaleava e, pior, mal sabia escolher aliados. Segue-se a isso uma reafirmação sobre o perfil do brasileiro para a persistente e necessária recusa ao comunismo: “Somos um povo acomodado, mas sensato; quieto, porém intelligente; preguiçoso e esperto. Não são os vícios das instituições a justificação do bolchevismo que não tem clima na América.” Ou seja, nem mesmo diante do mais assombroso sinal de maus tempos o comunismo deve ser considerado como proposta.

O comunicado mostra-se esperançoso, sobretudo, com relação à repulsa ao comunismo mas pontuando, sempre que possível, o passado liberal brasileiro e, portanto, sugerindo subliminarmente um retorno às origens liberais pré-1930 ou, no limite, a manutenção da ordem constitucional de 1934:

“Não chegou ainda o momento do suicídio geral; persistem, tèmpera enérgica da nossa juventude, as qualidades de combate e dignidade que a habilitam para as grandes resistências. O Brasil possui, desde as suas origens heróicas, uma salutar aversão a tudo o que é internacional. (...) A estrada do futuro não passará pelos gelos de Leningrado; tem de ser tropical e clara como são as rotas de nossa evolução liberal, através de todas as campanhas que pelejamos pela restauração dos diretos do povo, pelo engrandecimento da pátria negada e trahida nas ‘cellulas’ communistas.”

Conclui o comunicado clamando uma união das forças conservadoras e liberais:

“A reação do pensamento conservador vae operar-se em ampla escala. A lição servirá. (...) melhoramos a política para salvar a sociedade, saneiemos o paiz antes que a infecção o despovoe, façamos de novo a República, para que não se perca de repente todo o trabalho espiritual de dez gerações de homens livres!”¹⁰⁷

A partir de agora será recuperado o diálogo no cerne do “autonomismo” acerca do enfrentamento do comunismo situando-o no contexto local de combate ao centralismo varguista inserido. Ao mesmo tempo é preciso compreender a complexa teia de tarefas de

¹⁰⁷ Jornal A Tarde, 02/12/1935.

classe construídas no período pré-Segunda Guerra Mundial. Portanto, pretende-se pensar também a partir de uma possível antinomia entre o que seria premente aos “liberais” de todo mundo no combate ao fascismo e comunismo identificando, portanto, o anticomunismo como parte de um amplo repertório de formas de solidariedade de classe.

A segunda fase a qual foi feita referência acima tem ligação com a conjuntura do Estado Novo, implantado no final de 1937. De acordo com Carlos Zacarias Sena Júnior (2007, pp 63-82), desde 1936 o Partido Comunista redefinira marcos de atuação propugnando a luta pela manutenção do regime democrático no país. A partir de meados de 1938, já que em dezembro deste mesmo ano, a revista *Seiva* publicou seu primeiro número numa experiência de publicação conjunta entre alguns autonomistas, comunistas e grupos antifascistas. Logo no primeiro número pode-se destacar a presença de Afrânio Coutinho e Orlando Gomes, como sujeitos expressivos da intelectualidade baiana vinculados, de diferentes formas, ao autonomismo. Embora o único estudo sistemático que trata do periódico seja o já citado trabalho de Sena Júnior, muito ainda há que saber acerca dessa conjuntura que elegeu, inicialmente, temas relacionados à cultura para congregar opositores regionais como Aliomar Baleeiro, Nestor Duarte, Otávio Mangabeira, Clemente Mariani num mesmo veículo de produção intelectual. Outras expressões dessa união antifascista, pró-democrática, ocorrem, por exemplo, com edições do Jornal *O Momento* que expõe fotos de Luiz Carlos Prestes, Otávio Mangabeira e Armando Salles em campanha pela anistia, em abril de 1945.¹⁰⁸ O período do Estado Novo, portanto, marcou uma aproximação, também, em nível local, de comunistas e liberais. O autonomismo e os dissidentes do getulismo – por exemplo, Juracy Magalhães – compuseram as fileiras antifascistas com os comunistas. No entanto, vale ressaltar que os diferentes grupos liberais mantiveram relações igualmente distintas com os comunistas. No caso do autonomismo é possível perceber uma tolerância com os comunistas, sobretudo durante o Estado Novo. A reviravolta, entretanto, é rápida e contundente, como afirma Vazquez:

“No processo de redemocratização de 1945, a Bahia ocupou um lugar de destaque, dada a importante participação de alguns dos seus políticos mais proeminentes, como Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães, que, de suas tribunas na Assembléia Nacional Constituinte, empunharam um vigoroso discurso com que se pretendia preparar, ideologicamente, a campanha anticomunista. A reprodução destas falas teve ampla acolhida na imprensa burguesa, uma das principais peças da campanha que, mais sistematicamente, se deflagrou no início de 1946.” (VAZQUEZ, 1986, p 163)

¹⁰⁸ SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias, p 456, *O Momento*, 09/04/1945.

O movimento que redundou na formação da UDN tem, dessa maneira, ligação com processos que envolvem a formação de novas acomodações políticas – portanto dissolução paulatina de antigas formações políticas – e, por sua vez, tem relação com dois deslocamentos, tanto em âmbito local como nacional: 1) a ruptura do núcleo juracista, como reverberação local do desligamento oficial de Juarez Távora, José Américo e outros militares das hostes governistas; 2) uma sensível coalizão de comunistas com o grupo ligado à candidatura de Armando Salles, este, por sua vez, vinculado a Octávio Mangabeira, Arthur Bernardes e outros membros da República Velha. Assim, concomitantemente vários movimentos têm lugar no fracionado bloco de oposição ao governo. Ambos os grupos locais são deslocados da direção do Estado na Bahia, ao menos seus quadros mais proeminentes.

Como parte dessa segunda fase, uma defecção importante ocorre no núcleo autonomista: Ernesto Simões Filho filia-se ao Estado Novo¹⁰⁹. Expressando um pouco do que sugeria uma carta enviada a Otávio Mangabeira por um correligionário menor que interpretava o golpe de Getúlio Vargas proferido em novembro de 1937 como um mal menor já que o interessante foi a queda de Juracy Magalhães.¹¹⁰ Para Simões Filho, aparentemente, o inimigo não era o governo Vargas em si e sim Juracy Magalhães e tudo que ele representava: os idéias revolucionários de 1930, o tenentismo, o suposto saneamento da política. A composição de Simões Filho pode ser vista como próxima ao fisiologismo ainda que limitado por concepções políticas precisas como o tal “liberalismo excludente” da República Velha.

Um último aspecto curioso sobre o autonomismo e sua diluição dentro da UDN tendo como parâmetro seu comportamento em relação ao comunismo é uma avaliação feita por um interlocutor anônimo de Mangabeira sobre os comunistas e Getúlio Vargas. Após a anistia de abril de 1945 os comunistas passaram a atuar legalmente no país. Entendiam os comunistas que era a chance de prosseguir no trabalho de conquistas de direitos e construir a liderança da revolução democrático-burguesa, com o suporte de um governo cujas principais bandeiras fossem as defesas dos interesses nacionais. Eis que em fins de outubro de 1945 um golpe retira Vargas do poder e, de acordo com famoso discurso de Prestes a 20 de março de 1946 debatendo com Mangabeira no parlamento:

“Éramos contra os golpes, contra as tendências golpistas de V. Exas. Era o que nos separava [comunistas e udenistas], e não podíamos deixar de nos manifestar, porque tínhamos a certeza de que os golpes armados seriam contra a democracia, contra o proletariado, contra o nosso povo. Na noite de 29 para 30 de outubro, quando o Sr.

¹⁰⁹ Embora tenha se colocado inicialmente na oposição ao Estado Novo, Simões Filho apoiou as ações do interventor Landolfo Alves (1938-1942) e posicionou-se neutro durante o governo de Renato Pinto Aleixo (1942-1945). Com a redemocratização do país em 1945, foi partidário da candidatura vitoriosa do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República.

¹¹⁰ FPC OMcp 1937.00.25

Brigadeiro Eduardo Gomes, junto com o General Dutra, comandava o golpe, do Quartel General nesta Capital, os tanques, os canhões e as metralhadoras não foram dirigidos contra o Sr. Getúlio Vargas, mas contra a sede do Partido Comunista. Foi o nosso Partido o único que sofreu violências, naquela noite e nos dias que se seguiram.” (MANGABEIRA, 1978, p 420-1)

Antes disso, porém, Mangabeira tinha à disposição a seguinte leitura sobre a posição dos comunistas em relação a Vargas, entre abril e outubro de 1945:

“Tudo indica que os comunistas, passados os primeiros momentos de gratidão ao apoio recebido de Vargas, se enfileiram (sic) francamente ao lado da oposição, formando assim um quorum suficiente para contrabalançar a maioria governamental”.¹¹¹

Tal conjectura não se confirmou e, assim, a UDN, de modo geral, nasceu anticomunista. Para Mangabeira: “somos contra o comunismo, como seremos contra a reação. Anticomunistas, sempre; reacionários, nunca. Este o lema, esta a bandeira a que nós, os da Minoria Democrática, não haveremos de poupar esforços para ser fiéis a todo transe.” (MANGABEIRA, 1978, p 423) Mesmo que antes, tenha justificado o golpe de outubro de 1945 como um meio de libertar o país e fazê-lo chegar à Assembléia Constituinte. (MANGABEIRA, 1978, p 421)

Para concluir em poucas palavras o anticomunismo na versão autonomista, sugere-se que enquanto corpo ideológico pouco influenciou nas formações anticomunistas já que a prática política autonomista ocupava-se da retomada do poderio político perdido. Criar ameaças e forjar medo fazia parte da estratégia do poder instituído. Aos poucos, sobretudo com o fim de II Guerra Mundial, o autonomismo se mistura à UDN, perdendo forma – embora o espírito tenha se mantido em moldes difusos, menos palpáveis, quase que de modo suprapartidário. Os elementos que chegaram à UDN obedeceram à corrente anticomunista de matriz liberal, de acordo com a definição de Rodrigo Motta, mesmo que permeados do velho arcabouço.

7. A UDN e o anticomunismo

A consolidação de uma frente política opositora a Vargas se deu, na Bahia, de um modo que provavelmente não foi único no Brasil, mas se coaduna com a tese aqui apresentada. A aproximação de Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira que será descrita a seguir, demonstra a existência dos aspectos – liberalismo, anticomunismo e americanismo que – unificaram grupos políticos distintos.

¹¹¹ OMcp 390 19

A base documental do argumento que ora se apresenta é o longo depoimento dado por Juraci Magalhães ao CPDOC em meados de 1977. O período central para compreender a fundação da UDN e o aparecimento de tipos distintos de anticomunismos é o Estado Novo. Por um lado um anticomunismo com a participação dos sustentadores do regime que ampliaram o estigma de “comunista” para legitimar práticas restritivas. Por outro, se forjava uma oposição ao regime que, embora tenha construído uma atividade contestadora junto aos comunistas, lhes impunham oposição cerrada. Deste último grupo fazem parte Magalhães e Mangabeira. As fontes a respeito da trajetória de Magalhães são escassas, sobretudo durante o período de Estado Novo. Um guia que se apresenta para a reconstrução desse período é o citado depoimento. A partir dele, será feito o cruzamento de informações com outras fontes. Sobre sua atuação nesse período Magalhães diz:

“Vivi o período do Estado Novo fazendo os meus cursos no Exército, arregimentando, servindo no Estado-Maior, conspirando todo o tempo em favor da democracia, até que houve a convocação para as eleições. Pedi então uma licença no Exército, para tratar de interesses particulares. Fui disputar a eleição na Bahia e saí o deputado mais votado de todo o Estado.” (MAGALHÃES, 1981, p 9)

Desde o início do período e desde meados de 1935 Magalhães já se posicionara contrário à continuação de Vargas. De acordo com seu depoimento, teria feito uma tentativa de conciliar, com Vargas, sua sucessão:

“Então fiz o discurso de maior entusiasmo pelo dr. Getúlio que tinha feito em toda minha vida, mas tracei a figura do sucessor dele, em 35, na inauguração do Instituto do Cacau da Bahia. (...) Não tinha ninguém em mente, não tinha mesmo. Eu não queria impor ninguém, mas queria encontrar uma fórmula para se chegar à solução.” (MAGALHÃES, 1981, p 134-5)

De acordo com Magalhães “Getúlio conseguiu impressionar o Dutra com o negócio do perigo comunista. Góis Monteiro estava a serviço dele para organizar o golpe, e Chico Campos, Agamenon enfim, todos os conspiradores do lado do golpe se aproveitaram. O prato era delicioso e se fartaram.” (MAGALHÃES, 1981, p 141) Para Magalhães, como para Mangabeira, mesmo que em tempos diferentes já que o último externou quando contemporâneo do processo, o comunismo serviu como pretexto.

Um dos momentos mais interessantes do depoimento é o momento em que Magalhães discorre sobre quando foi tachado de comunista.

“Por exemplo, quando me acusaram de comunista, no Estado Novo, todos os meus passos eram vigiados, o que era natural, mas nunca reclamei. Um dia, fui chamado pelo comandante da Vila Militar, meu amigo pessoal, o General Heitor Borges, que me disse: ‘Juraci, já não agüento mais. Quase todo dia me mandam ter cuidado com o Juraci, cuidado com o Juraci’. Perguntei: ‘General Heitor, de quem partem esses cuidados?’ Ele respondeu: ‘Do ministro da Guerra e do Chefe do Estado-Maior’. Eu disse: ‘O senhor poderia pedir uma audiência ao chefe do Estado-Maior para mim?’

Ele disse: ‘Pois não’. E lá se foi o Major Juraci¹¹² conversar com o chefe do Estado-Maior. Cheguei e disse: ‘General Góis, sei que o senhor tem recomendado todo cuidado comigo. Não digo para o senhor não ter cuidado. Sou democrata e o que puder fazer para restabelecer a democracia no Brasil, eu faço. Agora, só o que não admito, General, é que os senhores me ponham a pecha de comunista. Quanto a isso, protesto, porque não sou comunista. Se eu fosse um comunista, diria a mesma coisa que estou dizendo ao senhor em relação a mim, ao meu pensamento de democrata.’ (MAGALHÃES, 1981, p 188)

Essas caracterizações surgiram também da oposição, ou seja, Magalhães teria sido tachado de comunista pelo governo como foi pela oposição. Entre 1935 e 1937, esses aspectos – a oposição à continuidade de Vargas e a pecha de comunista, mesmo que ainda não tivesse sido manifestada pelo governo – deram substância a uma aliança entre a oposição a Vargas e um grupo de tenentes dissidentes. Assim, teria Juraci Magalhães tentado conciliar com Armando de Sales, candidato de Mangabeira. ((MAGALHÃES, 1981, p 158) Segundo ele “O Armando mobilizava o *establishment*, a gente rica, a gente que tinha alguma coisa a perder. Toda essa gente, as classes empresariais, tudo estava com o Armando.” (MAGALHÃES, 1981, p 162)

Quando o Estado Novo se deu, iniciaram-se as conspirações. Sobre seus companheiros de conspiração ele diz: “Comigo? Eu conspirava com meio mundo! Lá em Recife, conspirávamos com a sociedade local. Eu tinha o pessoal do Carlos de Lima, que estava conosco; o Severino Mariz, que tinha sido deputado...”. (MAGALHÃES, 1981, p 187) E ainda prossegue:

“Eu conspirava com os velhos tenentes, que sempre mantinham o ideal que nos levava às lutas desde 22, 24 e conspirava especialmente com Eduardo Gomes. Aqui no Rio, conspirava com o Juarez, com o Eduardo, com Cordeiro de Farias e com o Néelson de Melo, apesar das ligações pessoais que Néelson tinha com o dr. Getúlio. (...) Mas os meus amigos na Bahia também conspiravam a favor da democracia. Aliomar Baleeiro, Rui Santos, Manuel Novais, enfim, todos os meus velhos companheiros de atividade política na Bahia conspiravam, trabalhavam, propagavam a idéia de redemocratização.” (MAGALHÃES, 1981, p 194)

Nesse processo conspiratório, a participação comunista também se fez quando Magalhães passou na Bahia durante exílio: “Recebi uma manifestação da qual todo o mundo que era contra o Estado Novo participou, inclusive os comunistas. Os elementos comunistas que estavam na Bahia também ajudaram. Todos ajudaram, todo o mundo que estava contra o Estado Novo.” (MAGALHÃES, 1981, p 177). Assim, coerente com a tática que unira comunistas e liberais nas publicações da *Seiva*, a participação em reuniões cívicas parecia compor o plano conjunto das forças anti-Estadonovistas.

¹¹² Provavelmente houve aqui um lapso de Juracy Magalhães já que ele ainda era capitão só vindo a ser Major em 1942.

Dois fatos, no entanto, que apontam para a formação posterior da UDN são os seguintes: 1) a relação de amizade que não aparece no exame das correspondências de Oswaldo Aranha e Juraci Magalhães¹¹³; 2) o encontro de Juraci Magalhães com Mangabeira em Nova Iorque em 1942. Ambos os aspectos serão tratados no próximo capítulo. Vale adiantar que Aranha era o homem que defendia uma maior aproximação do Brasil com os interesses americanos. No que tange questões iniciais sobre os primórdios da UDN, deve-se levar em conta a dilaceração da acomodação política baiana com o Estado Novo:

“Depois que dissenti dele [Vargas] no episódio de decretação do Estado Novo, evidentemente esse partido [PSD] ficou dividido. Alguns marcharam comigo para a oposição, para o *underground*, para luta pelo restabelecimento da democracia durante todo o período da ditadura, até que nós nos fôssemos encontrar, ex-juracistas e ex-autonomistas, na campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes.” (MAGALHÃES, 1981, p 193)

Assim “na Bahia, fundimos as correntes tradicionalmente adversárias, a corrente autonomista, chefiada por Otávio Mangabeira, e a corrente juracista, que decorreria da Revolução de 30.” (MAGALHÃES, 1981, p 243)

A construção da UDN coincidiu com o processo de desestabilização do governo Vargas a partir do início de 1945. Sobre a participação da grande imprensa nesse processo: “O Roberto Marinho era um dos conspiradores e pediu a entrevista¹¹⁴. [de José Américo a Carlos Lacerda] Gostou muito da entrevista, pelo sabor do furo jornalístico, e então disse: ‘Deixa a entrevista comigo. Amanhã à tarde o *O Globo* publica.’” (MAGALHÃES, 1981, p 203)

A partir daí a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes passou a ser construída. Magalhães, num dado momento, surgiram uma composição udenista com o General Dutra. No entanto, dada a confiança que certos setores udenistas tinham na vitória do Brigadeiro, Juraci Magalhães foi voto vencido.¹¹⁵ O cearense cita sua própria experiência para defender a tese de que a candidatura do Brigadeiro não era tão sólida quanto parecia: “Os queremistas interferiam nos comícios e eu, que era um homem popularmente estimado na Bahia (o povo

¹¹³ “Quando vim ao Rio, o Oswaldo Aranha, que era muito meu amigo...” Entrevista, p 164, JM. Também p 180.

¹¹⁴ Trata-se da entrevista publicada no a 22 de fevereiro de 1945 *Correio da Manhã*. É possível encontrá-la, na íntegra, na rede mundial de computadores: <http://www.abi.org.br/jornaldaabi/Janeiro-2009.pdf>. Então fica clara a relação entre o *Correio da Manhã* e *O Globo*, já que o primeiro, matutino, e o segundo, vespertino, publicaram a tal entrevista.

¹¹⁵ “Eu não tinha a confiança que o Mangabeira e o Virgílio tinham na vitória [de Eduardo Gomes]. Eles achavam que qualquer transação nesse rumo era jogar fora uma vitória que estava certa e se iludiram com os lindos comícios do Brigadeiro”. Entrevista, p 215, JM. Na verdade, voto vencido em parte. O governo Dutra teve participação de ministros udenistas e de udenistas em suas medidas mais polêmicas. Há, pelo menos, uma correspondência dirigida a Otávio Mangabeira que supõe a existência de um grupo da UDN que compreende a democratização, ou seja, a queda de Vargas, como algo maior que uma possível vitória do Brigadeiro Eduardo Gomes. OMcp 1945.06.07 1220.

sempre foi a minha força na Bahia), eu tinha os meus comícios interrompidos pelo ‘Queremos Getúlio! Queremos Getúlio! Queremos Getúlio!’ (MAGALHÃES, 1981, p 215)

Para a trajetória de comunistas e udenistas a cassação dos mandatos do PCB foi um dos trâmites mais emblemáticos por um lado do tipo de alinhamento ideológico hegemônico no Brasil como, por outro, do tipo de democracia que se visava construir no país:

“Minha lembrança é de que, na cassação do mandato dos comunistas, fui um elemento relevante. (...) Depois falaram no Senado Ivo de Aquino, pelo PSD, e Napoleão de Alencastro Guimarães, pelo PTB, ambos fazendo referência ao meu aparte: ‘Depois do histórico aparte do sr. Juraci Magalhães ninguém mais pode ter dúvidas de que o Partido Comunista obedece a uma linha internacional e não tem autonomia nacional.’ O que era uma verdade histórica. Com isso, o Alcio Souto, chefe da Casa Militar e muito anticomunista, me convocou ao escritório dele no Palácio do Catete.

Lá estava o general Canrobert, então ministro da Guerra. Ambos apelaram para que eu assumisse a chefia, a liderança da campanha para expulsão dos comunistas. Estava-se procurando obter uma decisão do tribunal eleitoral, que foi tomada por três a dois, uma votação muito dividida. Eu disse que colaboraria como franco-atirador. (...) E realmente nas discussões de plenário, participei muito ativamente.

(...) Os comunistas defenderam brilhantemente, corajosamente, arduamente os seus mandatos, mas não chegaram ao desespero de provocar um combate dentro do plenário. Foi a sorte deles, mais do que nossa. Da bancada deles, não escaparia nenhum. Dentro do plano que eu tinha traçado, se todos cumprissem sua parcela de responsabilidade, como eu estava disposto a cumprir a minha, iríamos liquidá-los. (...) Não me recordo de nenhum parlamentar que não fosse comunista que tivesse tomado extremamente a defesa dos comunistas. Houve alguns votos, alguns discursos tímidos, mas não me lembro de alguém ter marcado sua posição de luta contra a cassação.

(...) Não, unanimidade não houve. Lembro-me de que Otávio Mangabeira fez uma declaração de voto.

(...) mas creio que foram muito poucos os que tomaram essa posição francamente a favor dos comunistas. No debate ficou muito nítido que o Partido Comunista era uma filial do Partido Comunista Russo. (...) Ficou muito claro isso, que eles não representavam uma parcela do Brasil, eles eram um pedaço da Rússia dentro do Brasil. Era como eu via o problema.” (MAGALHÃES, 1981, p 256-7)

Dizia aos seus mais chegados correligionários “eu sou pela cassação, porque eles [os comunistas] não são cidadãos brasileiros, são cidadãos russos. Sou pela cassação. Agora, quem deve dirigir é o Acúrcio Torres, o líder de vocês. Ajudarei, na UDN”. (MAGALHÃES, 1981, p 43)

Um outro trecho relevante da entrevista que trata da cassação é o seguinte:

“- Embaixador, desculpe voltar atrás, mas agora lembrei de uma coisa me parece importante. A UDN tentou buscar o apoio do PC na primeira candidatura Eduardo Gomes, em 45?

- Ah, sim! Não havia nenhuma contra-indicação. Houve conversas nesse sentido.

- O senhor participou da articulação?

- Não, eu era contra-indicado para isso. Eu tinha tido um incidente muito grave com o Prestes, logo depois da volta dele do exílio.

- Em 45?

- Sim, em 45. Ele estava numa casa em Laranjeiras e o Agildo me levou para conversar com ele. Saiu uma discussão tão acalorada (...). Então, eu era um homem pouco indicado.

- Por que o senhor o procurou, nesta ocasião? Estavam conspirando contra o Estado Novo, nesse período?

- Fui visitar o Prestes porque havia a possibilidade de ele tomar uma linha pelo menos paralela, simpática a nós. Mas o Prestes ficou mais radical contra a UDN do que contra o dr. Getúlio. A candidatura própria que ele fez foi do Fiúza, prefeito do Getúlio em Petrópolis.

(...) O PC teve 600 mil votos naquela ocasião, creio. Fez uma bancada de 15. Talvez taticamente tenha sido a melhor orientação, dentro do interesse do Partido Comunista. Não deixo de reconhecer isso. Para nós, democratas, é uma pena que uma corrente que podia nos fortalecer fosse desviada para fortalecer o adversário.” (MAGALHÃES, 1981, p 267-8)

De acordo com Maria Vitória Benevides, Juraci Magalhães era o mais veemente partidário da cassação dos mandatos comunistas por parte da UDN. Para ela, trata-se, possivelmente, da presença marcante do simbólico ano de 1935 na memória do então capitão do Exército. Segundo a autora “Juraci apresentava seus pontos de vista nas reuniões do Diretório Nacional, sempre favorável à cassação, insinuando inclusive, ‘que o general Dutra condicionava seus bons entendimentos com a UDN ao apoio para a repressão aos comunistas e a favor da cassação dos mandatos”. Por outro lado, a posição de Mangabeira, embora contrário à cassação, se alinhava a de Magalhães na medida em que supunha igualmente a inclinação do governo Dutra a manter a cordialidade com a condição referida. No entanto, Otávio Mangabeira propunha que se desse um jeito de deixar o Poder Judiciário tomar a decisão perante a opinião pública. (BENEVIDES, 1981, p 66) Subscrevendo as palavras de Benevides “o episódio da cassação dos mandatos dos deputados comunistas revela, também, aspectos interessantes do legalismo udenista, enraizado nos valores do liberalismo clássico”. (BENEVIDES, 1981, p 67) Para Otávio Dulci, outro importante estudioso da UDN,

“as ‘discretas imposições militares’ no sentido de expurgar os comunistas, de que fala Afonso Arinos, indicavam que correntes importantes das Forças Armadas incentivavam a política restritiva do governo, destinada a reduzir o âmbito da participação política aos limites tradicionais. O general Dutra, durante o longo período em que servira como ministro da Guerra de Vargas, havia pautado seu comportamento por notória desconfiança das esquerdas e mesmo dos liberais. Agora, na direção de um governo constitucional, era estimulado a manobrar no sentido de uma ‘democracia sob condições’. O apoio certo da maioria parlamentar, assegurado pela índole conservadora das elites situacionistas, completava o quadro.” (DULCI, 1986, p 96)

Otávio Dulci conclui, incluindo a criação da Escola Superior de Guerra em 1949, que “eram os ‘tenentes’ da década de 20, que, afastados dos centros de influência política nos primeiros tempos da “Revolução de 1930”, dispunham-se agora a formar um núcleo de elaboração intelectual e de preparação de quadros com vistas ao futuro do país.” (DULCI, 1986, p 96)

Uma das motivações para a perseguição política aos comunistas empreendida pela UDN baiana talvez tenha tido também uma conotação pragmática. Aliomar Baleeiro dizia a Juraci Magalhães em carta de 24/05/1945:

Embora o Albérico ache exagerada a minha impressão, acredito que o comunismo abriu caminho e domina 80% da mocidade acadêmica. É a impressão do Ajax, como estudante de direito e, pois, em contacto direto. É certo que o comunismo do brasileiro constitui mistura confusa de marxismo sentimental, liberalismo democrático e um pouco de snobismo intelectual, quando não puro cabotinismo. Mas é preciso não avaliá-lo a menos do que representa em número e em entusiasmo.¹¹⁶

¹¹⁶ ABap 1944.04 CPDOC-FGV.

Capítulo IV

Notas preliminares acerca do american way of life na sociedade política baiana

Antônio Pedro Tota, em “O Imperialismo Sedutor”, reproduz um excerto de Lima Barreto que muito bem ilustra um dos diversos modos de pensar o surgimento do fenômeno “americanismo” no Ocidente. Dizia Barreto:

“(…) Não temos o bom senso de repelir os grosseiros e megatéricos ideais americanos e ficar nós mesmos. O mundo não é sempre o mesmo, embora sua substância possa ser uma e única; e os homens, portanto, não podem ser e devem variar com ele.

Substituir o ideal coletivo que é espontaneamente o nosso, por um outro que vai de encontro à nossa mentalidade e ao nosso temperamento, é suicidar-nos.

A fascinação do modelo estrangeiro [...] entre em algum grau na formação de qualquer sociedade, mas, para ser útil e progressiva, não deve substituir inteiramente o modelo próprio e ancestral.

Não é possível que, tomando hoje uma aparência, amanhã outra, depois aquela outra, haja quem deseje que sejamos afinal o brutamente americano.”¹¹⁷

Situando sua crítica entre uma exacerbação da auto-entrega do modo de ser brasileiro, ou seja, uma abdicação desse jeito de ser e ao mesmo tempo caracterizando pejorativamente a voracidade do novo modo de vida que se avizinhava, Barreto se aproxima de um modelo de pensamento criticado, mais de uma década depois, pelo pensador italiano Antonio Gramsci.

“(…) Quando se fala do americanismo, considera-se que ele é ‘mecanicista’, grosseiro, brutal, isto é, ‘pura ação’, contrapondo-se a ele a tradição, etc. Mas esta tradição, etc., por que não é assumida também como base filosófica, como a filosofia enunciada em fórmulas daqueles movimentos para os quais, ao contrário, a ‘filosofia se afirma na ação’? Esta contradição pode explicar muitas coisas: por exemplo, a diferença entre a ação real, que modifica essencialmente tanto o homem como a realidade exterior (isto é, a cultura real), que é o americanismo, e o ridículo espírito de gladiador que se autoproclama ação e que só modifica as palavras e não as coisas, o gesto exterior e não interior do homem.” (GRAMSCI, 2001, vol. 4, p 254)

Gramsci chamava atenção para o fato de que os críticos *super-regionalistas* do americanismo lhe impunham uma crítica que poderiam impor também àquelas tradições as quais evocam, em defesa de seu pertencimento cultural (nacional). Aspectos pontuados no tratamento dado por Gramsci às questões referentes ao americanismo, sobretudo àquelas relacionadas à mecanização do trabalhador e a pujança da economia americana não serão temas desse trabalho. Aqui se pretende entender como setores nacionais, *super-regionalistas*

¹¹⁷ Lima Barreto, “O nosso ‘ianquismo’”. *Revista Contemporânea*. Rio de Janeiro, 22/03/1919 *apud* TOTA, Antônio Pedro. **O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p 9.

em seus discursos e visões de mundo, veicularam proposituras as quais nesse texto se intitulam americanismo. Entretanto, o termo é utilizado de uma maneira diferente da acepção encontrada em Gramsci, que vincula a esses fatores uma nova ótica racionalizadora da produção que impacta, sobretudo, o proletariado fabril. No limite, para Gramsci, trata-se de uma reinvenção da estrutura da sociedade capitalista europeia em terras do Novo Mundo. O objeto da investigação aqui proposta é um aspecto desse americanismo estrutural gramsciano, a saber, as faces *super-regionalistas* e cosmopolitas das visões de mundo de dois sujeitos: Otávio Mangabeira e Juraci Magalhães. Esse exame deverá identificar o processo de mutação dos projetos de hegemonia referindo-se especificamente a esse tema, o americanismo. Ao mesmo tempo, apontará suas engrenagens as quais operam no interior dos diversos níveis das relações estabelecidas entre esses sujeitos e seus pares de classe, para além da dicotomia da relação Estado x Estado quando do estudo da infiltração estadunidense no Brasil. Trata-se de uma tentativa de entender os mecanismos mais obscuros do processo imperialista no entre-guerras.

Parte das discussões teóricas sobre imperialismo durante o século XX tem se pautado sobre uma dicotomia não necessariamente frutífera, a saber, uma classificação a qual tipifica diferentes tipos de imperialismo: um formal e outro informal. Há, na difusa tradição marxista¹¹⁸, um debate que procura dar conta dos diferentes tipos de imperialismo construídos historicamente.¹¹⁹ O imperialismo britânico, enquanto hegemônico, no século XIX diferiu de todos os outros pelo seu caráter informal que, embora explicitasse o domínio, não o fazia necessária e unicamente por meio da força bruta. Tratava-se, no caso inglês de, “comercializar e não dominar”, ou melhor, “comercializar com um controle informal se possível; comercializar com intervenção direta quando necessário”. (GALLAGHER et ROBINSON *apud* FOSTER, 2003) A dualidade entre imperialismo formal e informal surgiu entre marxistas mas também entre historiadores econômicos não-marxistas como Ronald Robinson e John Gallagher que, em 1953, publicaram um texto cujo título *The Imperialism of Free Trade* não deixando dúvida quanto ao tipo de abordagem que pretendiam. Pretenderam demonstrar que na própria idéia de livre comércio havia um aspecto central do imperialismo contemporâneo que o diferenciava das formas arquetípicas do imperialismo do século XIX. Supunham também que uma noção restrita das diferentes possibilidades de domínio imperialista transcendia, quase sempre, o aspecto mais evidente de invasões, apropriação do

¹¹⁸ Não há nenhuma caracterização depreciativa na adjetivação. Pretende-se apenas enfatizar o caráter plural de uma produção que, mesmo identificada como marxista, possui flagrante heterogeneidade.

¹¹⁹ Exemplos dessa abordagem: MAGDOFF (2003) e KIERNAN (2005).

uso legítimo da violência – ou seja, a apropriação do aparato estatal de outra nação – e o subjugo político-econômico de determinada circunscrição territorial. Portanto, uma certa historiografia esforçou-se por demonstrar os modos de alastramento do imperialismo por meio da própria sociedade submetida. Se há alguma utilidade, portanto, na tipologia formal e informal a respeito do imperialismo, esta é a de destituir desse processo sua característica pura e simplesmente coercitiva. Acrescenta-se a este, o jogo de convencimento entre barganhas e contra-pesos numa relação que embora desigual sempre apresenta espaço para, na expressão de Gerson Moura, “uma autonomia na dependência”.

Dois artífices do conluio pró-Estados Unidos que se agrupou nos mais variados setores da sociedade política brasileira, com especial ênfase na UDN, foram Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira. Embora formuladores de política provenientes de um estado com mediana influência no cenário federativo de um país periférico, talvez, a análise aqui apresentada elucide um pouco das práticas do imperialismo ianque em terras brasileiras. Ao mesmo tempo, esse elemento de apoio dos grupos dirigentes brasileiros – o capital e o Estado estadunidenses – se revestiu como artefato de guerra no processo das lutas sociais nas décadas de 30 e 40 do século passado no Brasil. Ao fim do Estado Novo, aquele problema indicado e discutido acima por Gramsci e Lima Barreto, se afirmava de maneira menos incendiária. Como o próprio Tota diz: “Quando o primeiro tabaréu, observando os aviões e os pilotos americanos com seus gestos, mimetizou o ‘positivo’, com o dedão para cima, o Brasil já estava americanizado.” (TOTA, 2000, p 10) A escolha que permitiu a estadia desses aviões em solo brasileiro precedeu o aprendizado do “tabaréu”. Um governo, formado por sujeitos, tomou decisões. Aviões e pilotos estadunidenses vieram ao Brasil após negociação com o governo Vargas, mesmo que nele tenha havido sujeitos germanófilos e que amplos setores da oposição – inclusive os mais ferrenhos – tenham aplaudido a medida, numa clara demonstração de ambivalência da política nacional. O tema aqui também é esse aparente consenso entre oposição e governo em torno dos Estados Unidos da América.

A historiografia brasileira trata desse período conturbado que antecede a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial de modo extremamente polêmico. O debate é acalorado porque remonta ao tempo de afirmação estadunidense como força preponderante e incontestada no Ocidente. Na visão de Gerson Moura, o argumento para o avanço do grande país do norte até à América Latina tinha como centro

“uma ideologia internacionalista, que suplantava a idéia de defesa nacional dos Estados Unidos e acentuava a solidariedade, em nome de um objetivo maior: a defesa hemisférica contra o inimigo externo. Essa ideologia segregada pelo sistema de poder norte-americano se corporificou nos ideais do pan-americanismo”. (MOURA, 1980, p 136)

Considerando a heterogeneidade dos regimes que se tornaram signatários do pacto de solidariedade é permitido “concluir que o sistema interamericano não dependia de uma identidade de regimes políticos, mas da adesão a um centro hegemônico”. (MOURA, 1980, p 137) Onde Moura vê pressão, por parte dos Estados Unidos, Ricardo Seitenfus enxerga o enfraquecimento da posição diplomática de italianos e alemães perante o Estado Novo gerando “diminuição da influência totalitária no Estado Novo, e o início de negociações com Washington para a definição de um programa de cooperação econômica em larga escala”. (SEITENFUS, 2003, p 185) Seitenfus também indica que “o grande Oswaldo Aranha, durante vários anos, isolado no governo em razão de suas simpatias democráticas, pratica uma política pró-norte-americana nitidamente diferenciada da do chefe de Estado”. (SEITENFUS, 2003, p XVII) Há assim, na visão deste autor um cumprimento claro da missão norte-americana de “democratizar” as regiões afetadas pelo totalitarismo durante a Segunda Guerra Mundial.

Uma versão mais recente dessa polêmica sugere a seguinte análise acerca dos momentos iniciais da guerra para o Brasil:

“A posição brasileira em fins de 1939 e princípios do ano seguinte era vulnerável. (...) A perda sobretudo do mercado alemão [em virtude do bloqueio naval britânico] atingiu negativamente o comércio exterior brasileiro, pois a Alemanha era o nosso segundo parceiro comercial.

(...) A dependência em relação aos EUA, nessas circunstâncias, acentuou-se a partir desse momento.

Para fazer valer seus interesses, os EUA utilizaram seu enorme poder de pressão sobre o Brasil. (...) Entre outras formas de pressão, teria, segundo Abreu¹²⁰, ameaçado bloquear uma eventual ajuda para a construção de uma usina siderúrgica, então em negociação com a empresa norte-americana U.S. Steel.

(...) Ao conseguir reverter as negociações [relativas aos títulos públicos e pagamento da dívida externa] a seu favor, os EUA mostraram o seu poder de pressão ao Brasil. A Grã-Bretanha não dispunha do mesmo poder de fogo, pois, por exemplo, sua importância no comércio exterior brasileiro declinou ao longo da década de 1930. Os americanos firmavam, assim, seu predomínio sobre o Brasil. Esse desenlace consistiu em forte indício de que a política externa brasileira tenderia cada vez mais para os EUA.” (CORSI, 2000, p 135-6)

Para um brasilianista o quadro apresenta outras variáveis. Primeiro Frank McCann identifica no aprendizado da política por parte do oficialato brasileiro, que incluiu a aproximação com os Estados Unidos e uma preparação de guerra contra a Argentina, um fator importante para a atenção que os militares passaram a dar à questão subversiva interna na década de 30. Ao mesmo tempo que esse corpo de oficiais se tornava ciente de medidas preventivas no campo da política externa, internamente se imbuíam os militares do medo da

¹²⁰ ABREU, M. de P. A dívida pública externa do Brasil: 1931 – 1943. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 5, p. 37-88, 1975, p 59.

classe média, de acordo com o autor, da politização das massas. Por fim, os militares foram cooptados pela velha elite. Então o corpo de oficiais que compôs o núcleo do Estado Novo era permeado por essas características, no que redundou num apoio maciço desses oficiais ao regime. McCann sugere que a classe de oficiais que tomou a frente da política nacional em 1945 pertencia a outro tipo de militar, comprometido com o desenvolvimento econômico e com a inserção do Brasil no círculo de vitoriosos da guerra. (MACCANN, 1973, pp 444-5)

Esse cenário historiográfico acima delineado demonstra a complexidade do tema em debate. Para o nível o qual esse trabalho se propõe é importante apenas identificar os traços de vinculação entre os dois sujeitos da pesquisa, Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira, com elementos estadunidense e aferir as reverberações dessas ligações no Brasil. Mesmo que seja evidente o papel de Aranha na construção da aproximação com os EUA, não é possível entender esse processo apenas a partir da atuação do então Ministro. É preciso uma visão estrutural que dê conta das vicissitudes pontuais diferenciando coerção de convencimento e ponderando os papéis de indivíduos na estrutura. Desse modo, parece que a abordagem de Gerson Moura aponta para análises mais férteis do caso brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. A exposição sobre o processo de aproximação entre Brasil e Estados Unidos será feita da seguinte maneira: 1) a atuação de Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira nesse processo; 2) as maneiras imperialistas, para além da negociação direta com o Estado brasileiro, de se fazer influente nas diversas esferas da reprodução social no Brasil; 3) as visões de democracia e liberdades impostas e/ou negociadas com modelo norte-americano; 4) e, por fim, as características do nascedouro da invenção regional anticomunista, liberal, excludente e baiana.

Depois da longa trajetória de quase sete anos no comando do Estado da Bahia, Juraci Magalhães, opositor silencioso de Vargas desde 1935 e renegado do então novo arranjo estadonovista, e Otávio Mangabeira, um dos mais severos críticos do regime instaurado em 1930, encontraram-se em Nova Iorque, em 1942. A chegada a esse encontro entre dois sujeitos, então componentes secundários da sociedade política brasileira, permite compreender, a nível global, a queda do antigo imperialismo britânico e a ascensão forçada de um novo paradigma hegemônico, e em termos regionais, a queda de uma tradicional elite política, o aprendizado do manejo do Estado de novos grupos sociais organizados e, por fim, o reaprendizado de elementos daquela elite preterida.

Em inícios da década de 20 os britânicos já se preocupavam com o avanço norte-americano. A escolha dos Estados Unidos para executar uma Missão Naval no Brasil foi um

primeiro sinal de que o processo de mudança de eixo era irreversível. Em 1922 o governo brasileiro mostrava que, para reformular sua mais antiga e tradicional arma, dizia “não” à tradição da *Royal Navy*. Para os ingleses, a aproximação entre os dois países significava uma tentativa estadunidense de forjar uma liga de marinhas que ocuparia, na América, papel similar àquele da Prússia, na Confederação Alemã. Embora pareça exagerada a formulação do adido britânico, a difusão de influência era notável. (GARCIA, 2006, pp 215-7)

Embora a influência britânica em termos econômicos tenha demorado mais tempo a ser suplantada pela norte-americana, também ela foi superada já que havia “muitos brasileiros que desejavam reduzir a preponderância histórica da City of Londres em termos de empréstimos para o Brasil”. (GARCIA, 2006, p 594)

A diferença de procedimento entre os dois países em relação a Brasil pode ser traduzida da seguinte maneira, de acordo com Garcia:

“A Grã-Bretanha estava mais preocupada em manter o *status quo* para fins de condução normal de seus negócios no Brasil, sem necessariamente maior envolvimento político direto. Os Estados Unidos, ao contrário, tinham um projeto histórico e politicamente orientado de hegemonia na América do Sul, que a expansão econômica desencadeada pela Primeira Guerra Mundial com o tempo ajudou a consolidar.” (GARCIA, 2006, p 596)

A parte que interessa aqui remonta precisamente ao governo Washington Luís e à tentativa empreendida pelo então Ministro das Relações Exteriores, Otávio Mangabeira, de construir “uma política de ‘solidariedade eficiente’ com os Estados Unidos e ‘cordialidade perfeita’ com a Argentina”. (GARCIA, 2006, p 599) O Brasil teve uma festejada visita de um presidente norte-americano – Herbert Hoover em 1928 – e, quando da “revolução de 1930”, obteve apoio estadunidense, ainda que tardio, para manutenção do *status quo*.

Por fim, Garcia revela algo curioso sobre a situação do Ministério das Relações Exteriores para o movimento de 1930:

“Nos manifestos revolucionários não era colocada em questão a conduta internacional do país. As críticas ao Ministério das Relações Exteriores, quando existiam, eram ligadas sobretudo à estrutura do serviço exterior e à organização de seu corpo de funcionários. Houve, contudo, uma dimensão externa importante em todo o processo revolucionário, cuja contrapartida foi a intensa atividade anti-revolucionária do governo brasileiro no exterior.” (GARCIA, 2006, p 601)

Em tese, a curiosidade se revela porque o movimento de 1930 se construiu também a partir de críticas ao sistema eleitoral brasileiro, na direção de uma organização social do país que parecia ir ao encontro daquilo que os Estados Unidos planejavam como benéfico: o aprofundamento da democracia nas Américas. Havia uma relação de confiança, por parte do Departamento de Estado, com um governo brasileiro que pretendia estruturar laços sólidos

com os EUA e este era o governo Washington Luís. Nesse caso específico também os Estados Unidos, tal qual a Inglaterra, se preocupava com alterações no *status quo*.

Igualmente curioso é o fato de que as análises de conjuntura do movimento comunista no Brasil identificavam um antagonismo de imperialismos que estava vinculado aos dois grupos em disputa no final da década de 20: a Aliança Liberal seria o braço estadunidense enquanto a *República Velha* estaria ligada ao imperialismo britânico. (BANDEIRA, 1973, p 220)

O caso do Citybank, acusado de crime contra o sistema financeiro brasileiro elucidada bem a afirmação de Bandeira acerca do cenário favorável, no Brasil, ao imperialismo ianque. Nesse evento, especificamente, Otávio Mangabeira colocou-se contrário à penalização do grande conglomerado financeiro o que, senão caracteriza uma filiação ao capital, fundamenta, ao menos, uma flexibilidade para com o grande capital.¹²¹ (BANDEIRA, 1973, p 221) Nessa mesma correspondência citada, o remetente o qual não foi possível identificar diz: “Me convenci de que política, economicamente e mesmo intelectualmente devíamos orientar nossos destinos para a grande nação americana do Norte. Sei aliás, pelas conversações que temos tido que esse também é o seu pensar”.

Otávio Mangabeira foi, desde 1926, atuante nas tomadas de decisões mais importantes do Estado. Enquanto ministro, também mantinha laços com seus correligionários e baianos ilustrados. Em 1927, tratou de negociar com Anísio Teixeira a ida deste aos Estados Unidos para fins de estudo.¹²² Assim, a ligação de Mangabeira com os Estados Unidos remonta aos últimos anos da República Velha.

1) Mangabeira e os EUA

Otávio Mangabeira, durante seu segundo exílio (1938 – 1945), manteve inúmeros contatos com setores progressistas nos Estados Unidos. Desse modo, a atuação de Mangabeira teve grande amplitude já que conservou ligações com grupos da grande imprensa como a *Reader's Digest*, mantinha contato desde finais da década de 20 com um jornalista da *Time* e, por fim, teve contato com importante grupo anti-fascista internacional organizado nos Estados Unidos, cuja sede era em Nova Iorque.

. Ainda não é possível afirmar a intensidade da coordenação dos opositores a Vargas, grupo o qual Mangabeira era um dos líderes. Sua atuação de contestação ao Estado Novo

¹²¹ OMcp 1930.01.18

¹²² OmMre 1927.04.13 3731.

parece ter sido empreendida a partir de um misto de duas esferas de atuação: uma interna e outra externa. A primeira esfera era feita a partir de intensa correspondência de consulta aos correligionários. A segunda foi empreendida a partir da interação ideológica que Mangabeira assegurava com os espectros ideológicos opostos ao Nazi-fascismo do período que antecede e que comporta a Segunda Grande Guerra.

A aproximação dos comunistas aos liberais ganhou força principalmente depois da abertura da frente oriental da guerra. No entanto, o ensaio dessa aproximação se dava no nível das potências Ocidentais – mesmo que ainda seja possível problematizar as motivações – desde 1939, principalmente entre Estados Unidos e União Soviética. (VALIM, 2006) Mangabeira foi uma espécie de “agente” que simbolizou a capacidade de convencimento da propositura de aliança estadunidense cuja força variava ao sabor das conjunturas. Embora exilado, Mangabeira atuou como elemento numa frente periférica que se traduz como política de domínio continental sendo efetivada, se observado os passos da política externa norte-americana na década de 20, consolidando posição de hegemonia e liderança continental, fugindo do isolacionismo. O então ministro das Relações Exteriores do último governo antes do movimento de 1930 dera mostras da lealdade brasileira aos Estados Unidos quando recebera Herbert Hoover, em dezembro de 1928, destacando a permanente amizade entre os dois povos e, principalmente, quando o Brasil seguiu a posição estadunidense de sair da Liga das Nações. (BANDEIRA, 1973, p 223) Cabe lembrar aqui as relações já descritas por Bandeira entre o movimento Constitucionalista de 1932 e os Estados Unidos. Esse mesmo grupo de paulistas e insurgentes se organizariam mais tarde na construção da chapa de Armando Sales para a sucessão de Vargas em eleição que teria se realizado em 1938 caso não tivesse ocorrido o golpe de novembro de 1937 que instaurou o Estado Novo. Esse mesmo grupo foi apoiado por Mangabeira, tanto em 1932 como nos anos seguintes. Assim, Mangabeira teria sido um agente brasileiro de ponte entre o novo império e o Brasil.

Importante lembrar a atuação de Mangabeira no campo das comunicações, parte tão essencial da penetração estadunidense no país. Ele participou das discussões iniciais da efetivação da revista *Seleções* no Brasil. Aqui no Brasil, a versão tupiniquim da *Reader's Digest* começaria suas atividades em 1942.

Seleções era a versão brasileira do *Reader's Digest* norte-americano, revista lançada nos Estados Unidos em 1922 e um sucesso absoluto de público naquele país. No Brasil, *Seleções* entrou em 1942 — plena Segunda Guerra Mundial — pedido de Nelson Rockefeller ao Departamento de Estado norte-americano. Rockefeller, na época, tinha interesses comerciais na América Latina em geral, e no Brasil em particular. A solicitação devia-se ao fato da revista mostrar uma imagem positiva dos Estados Unidos, apresentados como o único país

capaz de reverter o equilíbrio de forças da guerra, fazendo a balança pender de forma decisiva para o lado dos Aliados. (JUNQUEIRA, 2001, p 324)

Havia contatos entre Afrânio Coutinho, que seria depois grande peça na redação da *Seleções* como redator-secretário, e Eduardo Cárdenas, como redator-gerente. Coutinho, por sua vez, via em Mangabeira, como membro da Academia Brasileira de Letras e em exílio nos Estados Unidos, um ótimo nome para ocupar um cargo no futuro periódico. Tanto assim que se evidenciam correspondências entre Cárdenas e Mangabeira, pelo menos a partir 1941. Possivelmente o fracasso das negociações pode indicar uma ingerência do governo Vargas de modo a impedir que o veículo de comunicação funcionasse como mais um meio para tentar desestabilizar o regime. No entanto, trata-se de mais um meio no qual se inseriu Mangabeira.

O campo jornalístico estadunidense, cuja heterogeneidade já lhe era peculiar, também teve participação de Mangabeira. Durante essa aproximação ele escreveu palavras surpreendentes. Ironicamente, foi nos Estados Unidos que Mangabeira se aproximara mais da esquerda. Dois dos seus interlocutores diretos e indiretos foram, respectivamente, Freda Kirchwey e Júlio Alvarez Del Vayo. Cabem duas breves digressões sobre esses dois sujeitos. A primeira, Kirchwey, foi editora, a partir de 1933, de uma importante revista liberal norte-americana chamada *The Nation*. O citado periódico desde 1935 já advogava uma aliança entre comunismo e “democracia” contra o fascismo sustentando que o grande conflito a ser travado no decênio seguinte seria entre fascismo e democracia, quando esta última deveria ser apoiada pelas forças da revolução, o comunismo. Em 1937 *The Nation*, em editorial, demandou que o governo estadunidense apoiasse as forças republicanas durante a Guerra Civil espanhola. Após a eclosão da Segunda Guerra, Kirchwey manteve a linha contrária ao Nazi-fascismo, em apoio aos aliados, que contava com os comunistas, perdendo grande parte de seus leitores, já que os Estados Unidos mantinham a neutralidade. *The Nation* foi favorável à censura da imprensa fascista nos Estados Unidos, causa que acabou perdendo. Kirchwey defendeu a USSR publicamente, após a Segunda Guerra, quando esta foi acusada de imperialista. Na argumentação da editora de *The Nation*, qualquer política de segurança por parte da União Soviética que parecesse imperialista, se tratava de uma manobra, de fato, defensiva. Não é preciso dizer que ela foi também uma das mais severas críticas do MacCartismo.

Júlio Alvarez Del Vayo militou no movimento Republicano espanhol. Depois de exilado nos Estados Unidos passou a defender posições mais à esquerda do que defendia na Espanha, principalmente após a vitória do general Franco. Ingressou, quando nos Estados Unidos, na *International Free World Association*, da qual faziam parte a já citada Freda

Kirchwey e Albert Einstein dentre outros. Dentre os vários artigos que Del Vayo escreveu na *The Nation*, segundo Sara Alpern, um deles chamou em especial a atenção da editora.¹²³

Em “*World War III?*” Del Vayo apresentou, em 1942, um paralelo entre o Congresso de Viena em 1815, e o Tratado de Versailles, depois da Primeira Grande Guerra. O autor sugere que em ambos os casos o objetivo de adquirir poder, por parte das nações, fez com que fosse prioridade manter o *status quo* e suprimir as forças populares. Para ele, portanto, a situação era similar já que ao mesmo tempo em que se identificava o sonoro desejo por mudança, faziam-se ouvir ecos dos intensos receios do socialismo, produzindo uma ação bizarra: alguns aliados teriam passado a ver o fascismo como contrapeso ao socialismo. Para ele, a única solução para o início duradouro de um período de paz era a tomada do poder por líderes antifascistas e progressistas em todos os países onde isso não acontecia. De acordo Alpern, Kirchwey não só concordava com Del Vayo como saudou esse artigo da melhor maneira possível: contatando inúmeros intelectuais para lhe escrever réplicas.

Mangabeira, em junho de 1942, responde possivelmente a esse artigo¹²⁴ de maneira muito elogiosa. Além de concordar com Del Vayo, o exilado brasileiro mostrava-se um tanto desolado com o fato de que os fascistas tinham se aproveitado do terreno fértil da liberdade de pensamento da democracia para espalhar suas sementes. Começou estabelecendo um antagonismo entre a tarefa histórica de uma nação democrática e uma ditatorial: a primeira é a civilização e a segunda é crime. Demonstra uma discordância de Del Vayo na medida em que apresenta uma visão de participação política que restringe a atuação à escolha:

“Atualmente a única forma das pessoas intervirem nas grandes decisões é de fato a presença de seu representante real no governo porque apenas governos exercem ação efetiva; eles estão mais fortes todos os dias e todos os dias mais próximos um do outro. Portanto o tipo de homens no poder é da maior importância.”¹²⁵

Essa é uma idéia que compôs a formação udenista e que aparece sólida a partir da interação dialógica. Por outro lado, lampejos dessa formulação, do exercício pleno da democracia se traduzir no voto, no ato de delegar a representação a alguém, já se fazia presente em 1932, em 1934 e a partir de 1937. Mesmo que, contraditoriamente, fosse esse um dos itens que movimentou à frente a “Revolução de 1930”, contrária dentre outros, a Mangabeira.

¹²³ Todas as informações colhidas nesse parágrafo derivam de ALPERN (1987, pp 139-143).

¹²⁴ Mesmo que Mangabeira tenha se referido a outro artigo Del Vayo parece que as idéias deste se repetem como será demonstrado a seguir.

¹²⁵ “Kirchwey, Freda, paper”, Selected correspondent – 215, Schlesinger Library, Radcliffe Institute, Harvard University.

Para Otávio Mangabeira o único caminho possível para a paz é “um mínimo de liberdades e vida econômica”. A ligação dos dois aspectos não é fortuito e mais enfático que era quando em 1935 Mangabeira recrudescia sua oposição às Leis de exceção com vistas a tornar o Legislativo um poder digno de respeito. Agora, a vida econômica definia-se, de maneira precisa, como um dos pilares da liberdade a ser perseguida.

Mangabeira, coerente com posição firmada desde seu exílio em 1938, reafirmava sua convicção nos entendimentos entre o comunismo e o Ocidente: “O tratado entre a Inglaterra e Rússia, suplementado pelos entendimentos entre os Estados Unidos e a União Soviética, oferecem uma larga base para a reconstrução do mundo através do reajuste de ambos comunismo e democracia.” Assim, estende a mão para possíveis membros mais à esquerda dentro da órbita do *The Nation* ao mesmo tempo em que supõe necessária, por antecipação, diálogos com vista à futura necessidade de coexistência.

Por fim, curiosamente, responde, como se lhe tivesse sido feita uma pergunta:

“Eu não acredito no comunismo porque não acredito em nenhuma forma de vida a qual deva ser baseada em puro materialismo. Mas eu acredito que apenas pelo meio da justa e honesta socialização, por sobre uma real fraternidade humana, democracia possa sobreviver e a paz ser duradoura.”

Assim, ao recusar qualquer “puro materialismo” Mangabeira reafirma sua fé cristã subliminarmente já que não cita, como faria em ocasiões semelhantes, nominalmente sua crença católica. Pela primeira vez Mangabeira falara em socialização. Possivelmente ele só tenha escrito essa palavra em inglês. Diante de seus correligionários, parece difícil crer que Mangabeira tenha se posicionado a favor de qualquer socialização, “justa e honesta” do que quer que seja.

A inteligência do governo Vargas interpretou essa aproximação de Mangabeira com os setores de esquerda nos Estados Unidos. Em correspondência a Vargas, Carlos Martins, aparente informante da presidência na embaixada brasileira nos Estados Unidos, dizia:

“Soube mais que Armando Sales de Oliveira e Octavio Mangabeira buscam, com insistência, aproximação com elementos da extrema esquerda dos Estados Unidos.

Há duas semanas, o Embaixador russo, Sr. Litvinoff, em conversa com Welles, manifestou-lhe descontentamento, por saber ‘que o Governo do Brasil desejava reconhecer o Governo russo e que no entanto o Governo dos Estados Unidos aconselhara a não o fazer’.

Welles respondeu-lhe que o Brasil tinha um governo que era unico a decidir sobre resolução a tomar em assunto dessa natureza. Que nunca fora informado sobre qualquer intenção do Governo brasileiro nesse particular, e que, seguramente, nunca o Governo americano tomaria a iniciativa para sugerir sequer a adoção dessa ou daquela medida.

Perguntou-me Welles si eu sabia de alguma coisa. Naturalmente contestei-lhe que nada me constava.

Terá essa démarche do Sr. Litvinoff alguma ligação com as atividades do Sr. Mangabeira? Julga o meu querido Chefe que seria interessante procurar eu também

aproximar-m de elementos da extrema esquerda afim de melhor conhecer suas intenções?

O Vice Presidente Wallace, com idéias socialistas avançadas, secundado pelo Sr. Milo Perkins, de grande projeção, são no governo americano dois expoentes daquela ala esquerda que, com a entrada na guerra do lado da Rússia, se agita. Tenho as melhores relações com Wallace e Perkins, e não me seria muito difícil, com o auxílio deles, chegar a contato com os propulsores do movimento.”¹²⁶

A suspeição da inteligência de Vargas não pode ser confirmada ou negada pela presente pesquisa em razão das ressalvas feitas na introdução quanto à limitação do acesso ao acervo de Mangabeira. Curioso é notar a vinculação que o informante, Carlos Martins, estabelece entre Mangabeira e a Rússia, como se houvesse interesse, por parte do exilado, em estremecer as relações do Brasil com os Estados Unidos. Por outro lado é igualmente digno de nota o entendimento por parte do remetente de que havia grupos de esquerda operando no interior do governo estadunidense e que, por sua vez, fossem próximos à tal extrema esquerda citada pelo autor da carta. Assim, Mangabeira, no dizer do remetente, mancomunado com Armando Sales, estaria tecendo algum tipo de conspiração cuja trama ainda não teria sido completamente compreendida por ele. A parte incontornável, porém, é que de fato Carlos Martins estava certo já que, a essa altura, Mangabeira já havia enviado a citada carta a Freda Kirchwey e tinha opinado acerca dos textos de Del Vayo que, apesar de não formalizar sua filiação a um projeto de esquerda (ou extrema-esquerda, no dizer de Carlos Martins), apontava para uma vontade de interlocução, coerente com o que havia acontecido no Brasil com a Revista *Seiva*.

Já em 1946, quando concede uma entrevista à NBC, o periódico norte-americano trata da seguinte maneira a matéria, apos estampar como manchete “I learned to love your way of life”¹²⁷:

“Ele voltou ao Brasil com a determinação de ajudar a estabelecer o mesmo sistema de governo e o mesmo ‘modo de vida’ que ele encontrou na América do Norte”.¹²⁸ Edward Tomlison, o jornalista responsável pela matéria, conheceu Otávio Mangabeira em 1926, quando este já era Ministro das Relações Exteriores.

Um último exemplo da filiação de Mangabeira ao modelo norte-americano é a recepção que prestou ao General Eisenhower em 1946 quando este visitou a capital brasileira pela primeira vez após o fim da Segunda Guerra. De acordo com a revista *Time*:

General Eisenhower voou do Brasil trazendo nuvens de exaltação e exaustão. No Rio as boas vindas e despedidas extravagantes (variavelmente envolvendo brindes de

¹²⁶ GV c 1942.09.04

¹²⁷ Aprendi a amar seu modo de vida.

¹²⁸ OMcp 1946.08.31

champagne, discurso, autógrafos, assado de porco e sorvete de abacate) atingiram o pico da extravagância na Assembléia Constituinte. Lá, enquanto legisladores amigos congratulavam, Dr. Otávio Mangabeira finalizou um discurso de tributo beijando a mão de Ike. No dia seguinte um legislador ousou deplorar o gesto, prontamente jogando a assembléia em polvorosa. Finalmente, os membros foram a voto, aprovaram a “excepcional eloqüência” unanimemente – incluindo até o opositor.¹²⁹

No acervo particular de Vargas há uma nota retirada do *The New York Times* que assim noticia o ocorrido:

No final do discurso Dr. Mangabeira beijou a mão do General Eisenhower enquanto a Assembléia inteira ficou de pé e aplaudiu. General Eisenhower respondeu ao discurso, expressando aprovação à contribuição brasileira na guerra e seus princípios democráticos de governo.¹³⁰

A manifestação reiterada de filiação ao modelo estadunidense precisa, para ser compreendida, estar inserida na conjuntura de Guerra Fria e de uma política externa extremamente agressiva, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, por parte dos Estados Unidos, cujo intuito era solidificar sua influência e ingerência sobre o restante da América. Para além das negociatas envolvendo os dois Estados por meio de seus respectivos governos, os braços do imperialismo se alastraram, como o exemplo de Otávio Mangabeira demonstra, na direção dos mais variados setores do espectro político brasileiro. Com alguma liberdade de ação, os dois modelos de americanismos exemplificados nas atuações de Mangabeira e Magalhães conviveram do mesmo modo que as duas versões da *Standard Oil*: uma antes e outra depois da chegada de Nelson Rockefeller. Ou melhor, no caso da empresa o aprendizado da exploração com filantropia, da geração de riqueza com evangelização, do capitalismo comprometido com Estados nacionais e, no caso de Mangabeira e Magalhães a partir de experiências diferentes com o modelo estadunidense de vida, perspectivas diferentes de liberalismo, de cooperação com Tio Sam e, em última instância, de democracia, preparando o terreno para o perfeito alinhamento com os EUA a partir da direção do Estado. A referência ao grupo do ramo do petróleo tem o intuito de mostrar que há disputas internas, de interesses individuais de corporações do capital internacional que, àquela altura, mantinham estreito vínculo com o governo estadunidense se adaptando de acordo com a geopolítica da conjuntura¹³¹.

Da parte de Juraci Magalhães é possível inferir alguns tipos de relações com o modo de vida estadunidense. Já foi explicitado em capítulos anteriores a formação de um grupo de

¹²⁹ <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,887091-2,00.html> Acessado a: 27 de maio de 2009

¹³⁰ GV c 1946.08.09/2

¹³¹ Para um trabalho resumido sobre o tema: capítulo I, TOTA. Para informações exaustivas sobre o tema: COLBY, Gerald.

militares que mais tardiamente se envolveria na fundação da UDN. Esse mesmo grupo iniciou uma oposição silenciosa ao governo Vargas em meados da década de 30. As relações tensas entre Juarez Távora e a empresa norte-americana *Standard Oil* principalmente quando da organização da Comissão de Inquérito sobre o Petróleo no ano de 36 ainda não foram bem analisadas. Principalmente se foram observados os interesses de exploradores internacionais já que era ainda inexistente exploração de petróleo e outros minerais. Esse grupo de “tenentes” liderados por Távora, àquele momento, se posicionou, de acordo com suas próprias palavras, contrários à internacionalização das riquezas do solo brasileiro. Por outro houve intenso debate que envolveu Monteiro Lobato e os regulamentos pretendidos pela “revolução”. Para Lobato, de acordo com um de seus antagonistas, as regras pretendiam entregar as riquezas brasileiras ao capital internacional. Para os fins desse trabalho não interessa quem tinha razão no debate. É curioso e indicador do teor do debate acerca da infiltração estrangeira no Brasil e de que modo o grupo liderado por Távora – ao qual pertencia Juraci Magalhães – era percebido pelos seus opositores: como entreguistas.

De acordo com o relatório da comissão a *Standard Oil* tinha longa trajetória de atuação no país. A descoberta de petróleo na Bahia, ainda na década de 30, e o anterior vínculo dos militares nordestinos em torno de Távora, pode ser uma pista da vinculação desse grupo com interesses avançados do capital internacional já em meados da década de 30. A documentação nada revela a esse respeito bem como não constam, no acervo de Juarez Távora qualquer correspondência com Juraci Magalhães no período de sua interventoria. Há alguma coisa no acervo do próprio Magalhães entre este e Távora mas não fornece subsídios para uma análise mínima dos diálogos a esse respeito. É sugestivo o silêncio dos documentos a respeito da relação entre Távora e Magalhães. É curioso o fato de não haver correspondências entre Magalhães e Távora haja vista a já comprovada relação política – inclusive admitida pelo próprio Juraci Magalhães – entre ambos. Feita essa ressalva a respeito dos documentos, as relações que serão descritas a seguir pertencem ao campo das hipóteses fundamentadas enquanto tais, ou seja, verossímeis. Tornar ou reconstruir algo como verossímil no campo do conhecimento histórico significa recompor o cenário do tempo pretérito em suas nuances contextuais e relacioná-las às ações possíveis de grupos e indivíduos. O limite das possibilidades é indicado pelo exame das forças políticas do todo social e por um balanço das lutas sociais na circunscrição pesquisada.

A seguir dois trechos do relatório da Comissão de Inquérito sobre o Petróleo. Um primeiro retrata no que, para Távora, implicava a discussão sobre a exploração de minas tendo em vista o programa de ação desenvolvido nos três anos anteriores:

“devo declarar ainda que esses programmas de ação são, no fundo um dos pontos contra os quaes mais se batem os particulares e empresas de petróleo, porque querem inteira liberdade acção, sem ter, porém, os meios de exercital-a; ~~porquanto podem~~ a maioria dos recursos do Ministério ~~e este~~ ou os cede e fica impossibilitado de agir pelos seus serviços, ou não os cede e soffre a campanha. Ceder o material a terceiros e activar as próprias pesquisas é milagre que o Ministério não poder fazer, deante da precariedade de recursos de que dispõe.”¹³²

Nesse primeiro momento Távora alerta para a impossibilidade do Estado de assumir a exploração. Por outro lado, afirma que tampouco as empresas de petróleo têm capacidade de fazê-lo já que não empreenderam trabalhos de pesquisa geológica precisos o suficiente para permitir a prospecção. Deixa implícito que as empresas teriam preferência que o Estado realizasse a pesquisa.

“Aproveito a oportunidade para comunicar aos Srs. Membros da Comissão – se ainda não o sabem – que, em contradição com as afirmações feitas pelos Srs. Monteiro Lobato e Hilario Freire, de que o Código foi elaborado para satisfazer aos interesses das empresas estrangeiras, que acaparavam terras possuidoras de jazidas mineraes, a Standard Oil do Brasil acaba de dirigir um memorial ao Sr. Presidente da República, mostrando-se muito insatisfeita com o Codigo de Minas, allegando varias razoes que, do ponto de vista do egoismo individual, são inteiramente procedentes, mas que do ponto de vista do interesse nacional, são uma revelação. Não cedo esses documentos porque delles tive conheci confidencialmente. Para a Commissão, porém, não deve haver segredo. Sei, mais, que esse memorial foi ao Departamento e este informou em termos claros e peremptorios, que deve interessar muito à Comissão conhecer, porque é uma contraprova da falsidade do que dizem certos brasileiros: que o Código é um meio seguro de as empresas estrangeiras acapararem as terras petrolíferas para, na oportunidade mais conveniente, começar a exploral-as.”¹³³

Aqui se evidencia uma defesa de Távora face às acusações de que estaria elaborando um código cujo fito seria favorecer grupos estrangeiros. O então Coronel faz menção a um memorial encaminhado pela *Standard Oil* onde esta companhia critica os termos do tal código. Dessa maneira, pretende Távora provar sua idoneidade na questão. Como já foi dito antes, o envolvimento do Coronel e, em grande medida, o envolvimento posterior de Juraci Magalhães na questão petrolífera brasileira e o silêncio dos arquivos podem ser indícios de um tipo de posição política desse grupo, já então organizado, e em oposição silenciosa a Vargas. Um outro fato curioso é que o conhecido “Delegado do Norte” tivera acesso às tentativas de Juraci Magalhães de realizar estudos geológicos na Bahia. Nesse citado

¹³² JT dpf 1936.02.28, p 3. Trata-se de um documento com pouco mais de 150 páginas que contém inúmeras informações a respeito da atuação da referida comissão e da questão do petróleo e minas na década de 30. O relatório de Távora encontra-se nas últimas páginas. Até que se diga o contrário, serão mencionadas as páginas do relatório e não do documento.

¹³³ *Op cit.*, p 6.

documento há suspeitas de especialistas de reservas no estado de Alagoas constituindo-se talvez uma artéria por onde poderia se reconstruir o Nordeste enquanto região minimamente independente da centralização Varguista, como já foi apontado no capítulo I.

Mais uma vez defendendo-se das acusações, Távora diz:

“Em sentido contrário [a uma orientação patriótica], é que se batem as companhias de pesquisa de petróleo, assim as estrangeiras como as nacionais, **No combate ao Código de Minas, unem-se todas ellas, as representantes de grandes ‘trusts’ estrangeiros e as companhias petrolíferas nacionais, apenas iniciadas nas formação de seus capitaes e á empenhadas em luta aberta contra a legislação vigente**”.¹³⁴

Com essa resposta, Távora imputava a si mesmo o dever de proteger as riquezas nacionais de grupos nacionais egoístas e dos grandes conglomerados estrangeiros. Sobre esse debate não há sequer uma palavra pronunciada por Juraci Magalhães nos arquivos consultados para essa pesquisa.¹³⁵

Como já foi discutido em capítulos anteriores, dois elementos reforçam a hipótese de vinculação relativamente estreita em meados da década de 30 com os EUA. O primeiro indício é sua inflexão em três anos: em 1933 declara-se integralista por convicção¹³⁶ e, em 1936, define-se como democrata, pela crença no menos pior dos regimes.¹³⁷ O segundo, decorrente deste último, é o seu distanciamento da aparelhagem varguista que representa ao mesmo tempo a cisão do núcleo “revolucionário” de 30 e a necessidade, por parte dos dissidentes, de construir novos paradigmas identitários.

Sobre as relações de Távora ainda cabe, por último, reconstruir um pouco do nível da interlocução que fazia com Oswaldo Aranha, embaixador brasileiro nos Estados Unidos. Em carta de março de 1935:

“Não quero insistir. Creio, entretanto, que deverias vir a este país [Estados Unidos]. Os nossos interesses militares exigem um homem de tua visão, responsabilidade e envergadura moral. A nossa obra de aproximação com este país precisa ser solida, mas sem vassalagem. E isso só um homem da tua qualidade poderá ver, sentir e realizar.

¹³⁴ JT dpf 1936.02.28, p 150 do documento.

¹³⁵ Tão inteirado que estava, desde 1933 ou 1934, Magalhães estranhamente não comenta essas desventuras de Távora. Nem mesmo na sua correspondência privada. Em seu depoimento, Magalhães desvincula-se de qualquer aproximação com os Estados Unidos nesse período. Diz, em entrevista, que convidara Kurt Dietz, geólogo alemão, que teria realizado amplo estudo e previsto a existência de reservas de petróleo onde, 5 ou 6 anos depois, seria encontrado, em Lobato, localidade baiana. (MAGALHÃES, 1981, pp 270-4)

¹³⁶ GV 1933.06.01/2. Também como anexo. (MAGALHÃES, 1982, p 243)

¹³⁷ “Não sou fetichista de regimens. Acredito ou não na capacidade dos homens. Prefiro, como menos mal dos regimens, a democracia organizada, sem o velho romantismo anacrônico, por permitir uma sedimentação de idéias mais consentânea com os nossos interesses, de evitar maior choques perniciosos à vida nacional. Podemos chegar até ao estado totalitário.” (MAGALHÃES, 1982, p 275)

Se aceitaste um commando, não vejo, agora, razão para recusares uma missão destas.

(...) A nossa segurança é um problema capital. E, creio, ella pode ser conseguida aqui com tacto e sem atitudes servis. Minha opinião é que o nosso Exercito e a nossa Marinha precisam articular-se com os deste país. Aqui está a maior reserva de material bélico do mundo, o povo mais amigo do nosso, e o actual governo tem o desejo de tornar solidas e solidarias as nossas ligações.”¹³⁸

Assim, fica evidente a ligação e, caso o desejo de Aranha tenha sido de fato sincero – o que não há motivo aparente para duvidar – trata-se de um projeto político muito bem definido. Circunscrito na mesma medida que o remetente anônimo de Mangabeira fizera ao sugerir que os destinos do Brasil fossem iluminados pelo gigante do norte. A resposta de Távora foi, como se conhece, negativa, para aquele período. Acabou por não seguir como adido e prosseguiu na luta política no país. Aranha, contudo, já contava com a presença daquele que seria depois o grande Brigadeiro, Eduardo Gomes, que já se mantinha em estreito vínculo com a arma congênere estadunidense.

São também dignas de nota as correspondências entre João Mangabeira e Oswaldo Aranha. Nelas é possível identificar uma relação de amizade que, embora não faça parte do tema em questão, redundava em uma aproximação de grupos regionalmente distantes. João Mangabeira fazia parte do grupo autonomista, rival de Juraci Magalhães na disputa regional, e evidenciava alguma proximidade com Oswaldo Aranha. Desde envios de livros estadunidenses até diálogos acerca do regime Vargas e do governo Magalhães, João Mangabeira e Aranha discorrem com muita fluidez sobre temas diversos de seu tempo, explicitando uma proximidade surpreendente entre grupos supostamente antagônicos.¹³⁹

Assim, em meio a obscuridão documental a que se submete, contrariado, o historiador, alguns vestígios são encontrados, meio que fruto de um tatear atarantado. Magalhães, após sua queda em novembro de 1937 quando o Estado Novo teve seu início, encontrou-se com Otávio Mangabeira em Nova Iorque em 1942. Quase cinco anos tinham passado desde o Estado Novo e Magalhães já tinha viajado pelo Brasil em atividades ligadas à sua reintegração ao Exército quando aproveitava a ocasião e conspirava. De acordo com Gerard Colby, Juracy Magalhães, “apesar do proclamado patriotismo, era informante do FBI e vinha enviando relatos sobre o governo Vargas desde pelo menos 1942, quando J. Edgar Hoover o identificou pela primeira vez para o OSS (Office of Strategic Services) como um dos

¹³⁸ OAcP 1935.03.26.

¹³⁹ OAcP 1935.08.07 e OAcP 1935.07.11/2

principais informantes do FBI”. (COLBY, 1998, p 216)¹⁴⁰ Esse trabalho era feito por inúmeros sujeitos dos grupos que se opunham de diferentes maneiras ao Estado Novo. No caso dos militares, cabia a conspiração. No caso dos exilados competia a tentativa de manter contato com os correligionários visando driblar a censura; arranjar meios de publicação em veículos de comunicação internacionais; criar fatos políticos por meio de manifestos e cartas abertas. Antes disso, porém, ocorreu uma primeira iniciativa dos opositores a Vargas de construir uma alternativa partidária à máquina governista.

2) Precedentes da UDN: a União Democrática Brasileira (UDB)

Essa união teve presença efêmera na política nacional. Tratou-se de uma coalização que tentou solidificar a candidatura de Armando Sales de Oliveira nas eleições que aconteceriam em 1938. Essa união era precisamente constituída por grupos ligados aos apoiadores do movimento Constitucionalista de 1932. Era, portanto, um grupo capitaneado sobretudo por paulistas alijados da composição getulista. Dentre eles encontravam-se também setores autonomistas, entendidos como aqueles grupos regionais que, marcando uma posição ideológica contraditória àquela em curso que supunha uma Federação centralizada, reafirmava os pertencimentos locais. A UDB foi, em certo sentido uma continuação da resistência.

Tanto Maria Vitória Benevides como Otávio Dulci vêm traços de continuidade entre a UDB e a UDN. Na Bahia, a pesquisa historiográfica acerca dessa entidade ainda não caminhou e não se aferiu de modo satisfatório sua influência na sociedade política nos anos de 1937 e 1938. Paulo Santos Silva que analisa a formação da União Democrática Nacional na Bahia, a UDN, não faz menção àquela organização de 1938. Os líderes das entidades eram os mesmos salvo a exceção do grupo de Juraci Magalhães que ingressa na UDN e não o fez com relação à UDB.

O argumento aqui apresentado, portanto, é que a idéia de opor ao regime de Vargas uma ampla coalizão de forças que, por sua heterogeneidade, só podia se constituir como barco da oposição não foi uma solução nova do pós-Estado Novo. A ruptura do sistema partidário que remontava à República Velha se apresentava de modo incontestado. A UDB era uma admissão da falência daquele modelo por parte dos representantes daquele antigo sistema. Ao menos enquanto idéia, a UDB fundou um novo momento da República ao acompanhar as

¹⁴⁰ Este importante dado não pode ser confirmado pelo autor. A citação de Colby para sustentar essa vinculação de Magalhães com o serviço secreto estadunidense é o Relatório OSS nº 13.886, de 20 de maio de 1942, Registros Militares Modernos, Arquivos Nacionais.

formações partidárias governistas que construía máquinas partidárias, embora ainda regionais, centralizadas pela autoridade do governo. A UDB passara a compreender que o necessário embate de forças políticas seria viável se, e somente se, houvesse a formação de coalizações nacionais. Ao contrário do que afirma Paulo Santos Silva, sobre a fundação da UDN, quando sugere que “as negociações começaram a ser entabuladas a partir da chegada de Otávio Mangabeira do exílio” (SILVA, 1992, p 82), o partido já estava sendo debatido desde 1943, pelo menos. Benevides afirma que

“Na realidade, a UDN começara a ser pensada no exílio. Otávio Mangabeira, em Nova York, e Armando de Salles Oliveira, em Buenos Aires, mantinham estreitos contatos com os conspiradores no Brasil. Mangabeira especializou-se em Manifestos: ‘Uma Sucinta Exposição dos Fatos’ (nov. 1943), ‘Ainda uma Vez, Meus Companheiros’ (nov. 1944) e ‘Pontos nos ii da Ditadura Brasileira’ (março 1945). A constituição propriamente dita, segundo depoimento de Prado Kelly, começara ainda em setembro de 1943, quando, ao visitar Armando Salles doente em Buenos Aires discutiu-se a criação de um partido, nos moldes da União Democrática Brasileira – ou seja, um partido nacional, agrupando as oposições estaduais, e em torno de uma candidatura como em 37. (...) e não se repetiria a sigla UDB para não afastar os partidários da candidatura de José Américo.” (BENEVIDES, 1981, p 43)

O combate à máquina capitaneada por Vargas inaugurava com a UDB a materialização de uma proposta que antecede o pacto anti-populista em termos de idéia e, portanto, em sua forma e não em conteúdo, posto que não se aventava o populismo como antagonista. Entretanto já ficava claro que uma oposição eficiente ao regime deveria ser fundada numa organização que transbordasse as fronteiras estaduais.

A existência da UDB não será tema desse trabalho. Pretende-se destacar seu caráter fundador de uma lógica que redundou numa prática de alianças que construiu uma poderosa máquina liberal, a UDN. A UDB enquanto ação prática, além da construção da candidatura de Armando Salles, limitou-se à divulgação de cartas e manifestos. Alguns deles com importância relativa posto que elucidam os tipos filiação ideológica de seus componentes.

No início de 1939, a UDB elaborou uma carta ao Presidente Roosevelt. Não é possível afirmar que o presidente dos Estados Unidos tenha lido ou não a carta. Alguns trechos são especialmente interessantes para o tema desse capítulo.

“A mensagem que V. Exa. acaba de dirigir ao Congresso Americano se impõe aos mais vivos aplausos de quantos se interessam pela sorte da Democracia no mundo. Só a acção decidida e energica dos grandes paizes livres pode salvar a civilisação dos perigos que a ameaçam.

Membros da União Democrática Brasileira, pleiteavamos no Brasil a eleição presidencial, em uma das campanhas mais expressivas de que há noticia na sua historia política, quando o presidente da República, sr. Getulio Vargas, que se achava no poder havia já oito annos, surprehendeu o paiz, declarando revogada a Constituição Federal e outorgando uma nova carta na qual se atribue a si mesmo um novo mandato de seis annos susceptivel de prorogação [sic].”

Trata-se aqui de uma clara demonstração de reconhecimento dos Estados Unidos como um agente passível de intervenção no continente. Na medida em que a carta, subliminarmente, sugere que o papel desempenhado pelas forças que combatiam o nazifascismo deveria pautar-se pela atenção a todos os perigos que ameaçam a civilização, o recado parecia claro: os agentes da democracia-liberal, no Brasil, eram os membros da UDB. Ao escrever a carta, eles estavam de olhos abertos ao perigo. A estratégia argumentativa do texto induz a duas conclusões: os baluartes da democracia eram os remetentes da carta e eles foram aliados da participação pelo meio mais vil e antidemocrático, um golpe. O governo brasileiro se incluía no rol dos “perigos” que ameaçam a civilização.

Mangabeira aparece como o perfeito exemplo de liberal do período em questão. Sua atuação no período que finda a década de 30 e inicia os anos 40 é marcada por suas posições anti-fascistas aproximando-se de setores diversos da esquerda ocidental ao mesmo tempo em que solidificava sua posição como formulador de decisões no plano da sociedade política, ou talvez, no campo político.

Um segundo trecho invoca as tradições liberais brasileiras para reforçar uma aliança que, embora pareça perdida, era fruto do encontro natural de duas tradições que coadunavam-se como força motriz da obra civilizatória no continente. Assim, a posição do grupo que assina a carta ganharia credibilidade já que não se tratava de uma posição política de última hora. Pelo contrário, de acordo com eles, tratava-se da continuação de uma longa tradição liberal que agora se reunia para continuar “fiel ao seu destino e à sua vocação”.

“Invocamos todas essas circunstancias para melhor caracterisar a significação do nosso aplauso. Falamos em nome da tradição democratica de uma nobre nação americana que foi sempre um elemento de cooperação civilizadora na vida continental e que ha-de ser fiel ao seu destino e à sua vocação.”¹⁴¹

Do ponto de vista das entidades, talvez a UDB tenha sido aquela que formulou uma política mais próxima de uma formação ideológica liberal. Ao mesmo tempo, a partir de sua atuação, um primeiro canal de negociação e suporte para sua prática política parece ter sido os EUA ancorado na efetivação de um diálogo entre sujeitos do governo (Oswaldo Aranha), militares dissidentes (grupo de Távora) e os tais “liberais” da UDB.

3) *Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira: vias distintas a Nova Iorque*

¹⁴¹ Arthur Bernardes – Arquivo Público Mineiro (APM) – Caixa 141, Doc. 438, 017.

Os modos distintos de opor-se ao estado das coisas levaram Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira a se encontrar em 1942. Esse encontro consolidou uma tentativa de reunir os setores oposicionistas a Vargas que havia sido iniciada desde meados de 1936 quando Magalhães intentara demover Armando Sales de uma candidatura ou ao menos iniciar um debate em torno de uma candidatura que mediasse o conflito político instaurado entre opositores, varguistas e os dissidentes da “revolução”. O referido encontro em Nova Iorque se deu por ocasião do exílio de Otávio Mangabeira e em razão do curso de Juraci Magalhães na Escola de Estado-Maior em Fort Leavenworth. As necessidades que ambos se impunham enquanto opositores silenciados pelo regime era coerente com o momento. A indefinição do ano de 1942 em relação ao futuro do Ocidente colocara na ordem do dia, para as forças liberais uma necessidade de auto-definição. Os Estados Unidos entraram na guerra a 8 de dezembro de 1941. A postura chamada por Gerson Moura de “equidistância pragmática” chegava ao seu fim no Brasil e o país se via diante da inevitabilidade de ter que sair da neutralidade.

O início da reação estadunidense, ancorada nos elementos internos já descritos no decorrer do capítulo, compõe os elementos que tornaram possíveis as definições pactuadas nesse encontro entre Juraci Magalhães e Mangabeira. A respeito desse encontro há apenas duas passagens no depoimento já citado de Magalhães. A pequena parte do acervo de correspondências de Mangabeira pesquisada não faz menção ao encontro.

Um primeiro elemento que requer alguma análise é o entendimento do encontro como marco. Quando da queda de Juraci Magalhães, um documento, já devidamente citado, que evidencia a existência de grupos autonomistas que elegeram Magalhães e, não Vargas como principal opositor, sugere que a notícia do encontro entre Magalhães e Mangabeira pode não ter sido amplamente bem recebida.¹⁴² As motivações poderiam ser diversas: desde a existência de antipatias pessoais a projetos políticos distintos, já que o próprio autonomismo era pouco homogêneo. O melhor exemplo talvez seja o de Ernesto Simões Filho, dono do periódico *A Tarde*. Embora autonomista, Simões Filho apoiou as interventorias do Estado Novo e quando não o fez, manteve-se neutro. Mas não só ele.

“O antigo deputado autonomista Antônio Balbino de Carvalho Filho escreveu no jornal *O Imparcial* um artigo de apoio acentuando que o novo interventor era ‘baiano e civil’. Também nessa linha foram as declarações de J. J. Seabra: ‘Estou certo que a minha terra vai entrar numa fase de atividade e ser restituída às tradições de austeridade’.” (TAVARES, 2001, p 423)

¹⁴² Já citado no capítulo I: “queda de Juracy (é um fato) maior frente ao menor que foi o golpe de Getúlio”. OMcp 1937.00.25

Embora ciente do nível das relações entre sujeitos que dividiram espaços e engrossaram as fileiras das classes dominantes baianas, é preciso ressaltar que esses indivíduos, sobretudo aqueles que mantiveram vínculo pessoal ainda que adversários políticos – caso da família Mariani e os autonomistas, por exemplo – tinham disputas internas. As disputas, embora reguladas por uma ética que previa uma subordinação ao *status quo*, denotam uma heterogeneidade. É partindo desse pressuposto que ora se pretende compreender o encontro entre Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira em Nova Iorque como forma de iniciar a resolução de certos entraves.

Talvez o primeiro e principal desses obstáculos que foram enfrentados para a construção de uma aliança tenha sido a demarcação anterior dos limites de atuação de cada um dos grupos principais. Como já foi dito, somente o acervo de Juraci Magalhães diz algo sobre o tal encontro. Nele ficam implícitos alguns acordos. Adiante os termos usados por Magalhães para descrever o encontro:

“Depois que dissenti dele [Vargas] no episódio de decretação do Estado Novo, evidentemente esse partido [PSD] ficou dividido. Alguns marcharam comigo para a oposição, para o *underground*, para luta pelo restabelecimento da democracia durante todo o período da ditadura, até que nós nos fôssemos encontrar, ex-juracistas e ex-autonomistas, na campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes. Em Nova Iorque, tive um encontro com Otávio Mangabeira, proporcionado pelo Rafael Correia de Oliveira, fiscal do consumo da Paraíba e cunhado do Rui Carneiro, muito amigo do dr. Getúlio e muito dedicado a ele, mas que no fundo era democrata e conspirava pela democracia. Ele estava como funcionário da Delegacia do Tesouro em Nova Iorque e me procurou, dizendo que o dr. Mangabeira queria me ver mas estava com escrúpulos de ir me visitar no hotel, e perguntava se não podíamos arranjar um lugar neutro. Eu disse: ‘Não, Rafael. Vou visitar o dr. Mangabeira no hotel dele, tranquilamente; não tem problema.’ Fui e conversamos. O dr. Mangabeira me fez uma pergunta que guardo quase *ipsis verbis*: ‘Major, o senhor acredita no voto como um instrumento capaz de dirimir as divergências entre os homens?’ Eu disse: ‘Sim senhor, dr. Mangabeira.’ Ele disse: ‘Então, não há razão para que não militemos no mesmo partido.’ Fizemos a União Democrática Nacional na Bahia. Eu tinha mais votos do que ele, e achei que devia ceder a vez a ele, que era mais velho e ainda não tinha governado o seu estado. Ajudei decisivamente a fazer a candidatura do dr. Otávio a governador do Estado. No fim do seu governo, veio o problema da sucessão. Aí o voto não foi capaz de dirimir as divergências entre os homens.[rindo]” (MAGALHÃES, 1981, p 193)

Há claramente uma noção de construção de frente. Se pressupõe a resolução de choque de posições por meio do voto. A eleição de um bem maior a ser alcançado, a saber, a derrubada do Estado Novo, parece ter sido o bastante para construir um elo de consenso que já avizinhava. Assim, o autonomismo saltava de uma posição tida como oportunista, porque visava apenas a substituição do poder regional, para uma outra nacional que se referia à crítica de um modelo em construção. Oportunista mas na verdade pode ser entendida como reflexo do liberalismo da Monarquia e da República Velha que tinham no federalismo um de seus

principais traços. Um tipo de federalismo que se contrapunha a centralização em torno de uma União, vendo portanto um traço de continuidade de tradições políticas. O autonomismo, em sua versão que agora se tornava hegemônica terminando por superar a frágil composição que se contrapôs ao movimento de 1930, era também um dos sustentáculos de um projeto de poder nacional. Os indivíduos e grupos que não acompanharam o processo de nacionalização das forças de classe terminaram engolidas pelas engrenagens de hegemonia. Simões Filho, no segundo governo Vargas foi Ministro da Educação. Antes, inclusive apoiou e manteve-se neutro a interventorias do Estado Novo. Durante o governo Dutra a UDN rachou em torno de posições que ora vislumbrava um apoio aberto ao governo do General ora postulavam uma oposição cautelosa. A preocupação demonstrada por Mangabeira, no depoimento de Magalhães, explicita, assim, a percepção de que o golpe de 1937 e suas consequências inauguraram um período de novas armas para a luta política.

A análise da composição iniciada em Nova Iorque permite uma construção de inferências sobre a formação política que se deu a partir disso não apenas no nível simbólico. Um encontro em Nova Iorque significava, como próprio texto do depoimento revela, um espaço social evidentemente policiado pela inteligência do Estado brasileiro mas incrivelmente fértil para as idéias conspirativas. Ou seja, dentro da máquina de Estado havia aqueles que trabalhavam, ainda que timidamente, para a derrubada do governo, como deixa implícito Magalhães no caso de Rafael Correia de Oliveira. Pode ser citado o trabalho do embaixador Oswaldo Aranha. A criação de um grupo militar formado nos Estados Unidos também revela um dos nexos da forja da dependência e do avanço estadunidense: a partir da Segunda Guerra Mundial o Brasil passava a ser o grande aprendiz dos Estados Unidos em relação às suas Armas. A Marinha já tinha sido reformulada desde 1922 dentro dos moldes estadunidenses. O Exército se reformulava, rasurando e apagando os trabalhos da Missão Francesa de 1919. A Aeronáutica, em vias de sua construção, seguiria o modelo estadunidense. São exemplos claros de que simbolismo e materialidade devem ser entendidos como lados de uma mesma moeda, nesse caso.

Um último aspecto a ser lembrado é o aprendizado do anticomunismo. O liberalismo voltou a ser digno de crença e hegemônico no amplo leque de ideologias políticas após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, associado à idéia de democracia, difundida sobretudo no decorrer da Guerra,

“a ênfase na retórica democrática correspondia também a uma estratégia de alinhamento internacional. No bojo da guerra fria, o bloco anticomunista era capitaneado pelos EUA, nação tradicionalmente comprometida com os valores

democráticos. Na ótica dos norte-americanos e de seus aliados europeus ocidentais, a luta contra os países comunistas ligava-se ao objetivo de afirmar a democracia contra a tirania. Nada mais natural que os anticomunistas brasileiros procurassem apoio externo para sua causa vinculando-se ao mundo ‘livre, ocidental e cristão’, o que conduzia a uma identificação com os valores propugnados pelas ‘nações democráticas’. Por outro lado, não se pode esquecer que as potências anticomunistas desejavam obter o alinhamento dos países do ‘terceiro mundo’ às suas estratégias geopolíticas e, para tanto, incentivavam a divulgação dos ideais ‘democráticos’.” (MOTTA, 2002, p 41)

Para Rodrigo Motta o anticomunismo de origem liberal não teve atuação tão destacada quanto aquele de origem católica e militar. O autor sugere que havia certo ceticismo do empresariado e industrialato brasileiro em relação ao tema. Mesmo que relativize o argumento, já que ele mesmo enfatiza a importância daqueles sujeitos no golpe de 1964, Motta defende que o liberalismo brasileiro tem sua trajetória embrenhada numa tradição política autoritária e, por isso, inconsistente e incoerente em boa parte de suas formulações acerca do comunismo. (MOTTA, p 42)

Rodrigo Motta encontra, ele mesmo, a razão de ser dessa aparente incoerência do liberalismo brasileiro:

“O argumento central é que a propriedade é um direito individual inalienável, sagrado para os mais enfáticos, e integrante do rol das liberdades fundamentais. Ressalte-se, o reconhecimento do direito à propriedade não implica necessariamente concordância ou aceitação acrítica do capitalismo. Uma facção dos anticomunistas afirmava o caráter intocável da propriedade individual, ao mesmo tempo em que tecia críticas agudas ao capitalismo. É interessante observar que ao longo da história do anticomunismo brasileiro, as manifestações em defesa simplesmente da propriedade foram mais comuns que as profissões de fé no capitalismo”. (MOTTA, 2002, p 41)

Esse traço do liberalismo evidenciado por Motta não é unicamente brasileiro. C. B. MacPherson já observou a existência do *individualismo possessivo* como fio condutor da tradição liberal moderna, desvinculando a necessidade de, na tradição liberal, democracia.

Domenico Losurdo segue o mesmo caminho:

“(…) não se deve esquecer que os clássicos da tradição liberal não apenas falam com frieza, hostilidade e às vezes aberto desprezo da democracia, mas consideram seu advento como uma ruptura arbitrária e intolerável do pacto social e, portanto, como uma causa legítima de ‘apelo ao céu’ (nas palavras de Locke), isto é, às armas. (...) O processo de emancipação muitas vezes tem tido um impulso totalmente externo ao mundo liberal. (...) Em dezembro de 1952 o ministro estadunidense da justiça envia para a Corte Suprema, empenhada em discutir a questão da integração das escolas públicas, uma carta eloquente: ‘A discriminação racial leva água para a propaganda comunista e suscita dúvidas também entre as nações amigas a respeito da intensidade da nossa devoção à fé democrática’. Washington – observa o historiador americano que reconstrói esse acontecimento – corria o perigo de perder as ‘raças de cor’ não apenas no Oriente e no Terceiro Mundo, mas no próprio coração dos Estados Unidos: aqui também a propaganda comunista alcançava um sucesso considerável na sua tentativa de ganhar os negros para ‘causa revolucionária’, provocando neles o desmoronamento da ‘fé nas instituições

americanas'. Observando bem, o que coloca em crise antes a escravidão e depois o regime terrorista de supremacia branca são respectivamente a revolta de Santo Domingo e a revolução de outubro. A afirmação de um princípio essencial, se não do liberalismo, pelo menos da democracia liberal (no sentido hodierno do termo), não pode ser pensada sem a contribuição decisiva dos dois capítulos de história mais odiados pela cultura liberal da época.” (LOSURDO, 2006, p 358-9)

A vinculação entre democracia e liberalismo foi um jogo retórico que, se tem, naquele momento um fundamento prático – combate ao nazi-fascismo – acaba por subjazer o conteúdo propagandístico. Esse é o elemento novo que se incorpora à tradição liberal brasileira fundamentalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial quando, os discursos que elegiam a liberdade passaram a dominar as imagens da época. Comunismo e democracia, embora partidários do mesmo propósito libertador, iniciavam um caminhar divergente. Ao que parece, no Ocidente, por iniciativa dos *democratas*, para usar o linguajar da época, a aliança com comunistas se desfazia já no quase imediato fim da guerra.

O conteúdo anticomunista das formulações liberais que ora se faziam presentes na sociedade política brasileira herdava o passado autoritário e excludente bem como o eternizava acrescentando-lhe as restrições que o mundo Ocidental exigia de seus aliados. A diferença desse novo momento anticomunista é a existência desse fenômeno difundido em todos os setores da arrumação política brasileira mas, principalmente, a existência de um partido destinado ao combate anticomunista.

Parece sensato citar a literatura soviética sobre o tema:

“Na América Latina, como em nenhuma outra região do mundo capitalista, o anticomunismo é não só a corrente ideológica mais reacionária, mas, antes de tudo, uma prática terrorista de repressão contra os comunistas e os representantes das massas trabalhadoras.

(...) Nas condições de um regime militar-policial, a adesão ao ‘comunismo’ é incriminada a todos que se pronunciam contra a política do imperialismo e da reação interna e pela realização de reformas sócio-econômicas que não atinjam as bases do regime capitalista. Uma posição análoga também é adotada pela propaganda anticomunista nas condições de um regime constitucional, quando se apela à repressão contra os ‘elementos subversivos’ (...)” (KHATCHATUROV, 1980, p 54-56)

A percepção do movimento comunista no Brasil à iniciativa anticomunista estava vinculada a uma avaliação da necessidade de salvaguardar o regime democrático, ou ao menos, de operar dentro dele. O sistema de alianças do governo Dutra, como já foi ponderado por Petilda Vazquez, apresentava intensa heterogeneidade de interesses dos grupos dirigentes. O nexos de consenso parece ter sido fundado em torno do combate ao comunismo e à efetivação de uma democracia com contornos precisamente liberais, no sentido de sua tradição mais longínqua apontada anteriormente. Para Vazquez, o já citado debate entre

Mangabeira e Luís Carlos Prestes teria marcado o início da propaganda anticomunista justamente por evidenciar os principais aspectos da campanha: “a) o comunismo como ameaça à democracia; b) a identificação do caráter ditatorial do governo deposto com os propósitos comunistas; c) a justificação dos atos reacionários do governo Dutra como resultado das ações totalitárias dos comunistas”. (VAZQUEZ, 1986, p 182) O protagonista baiano do embate teria seu nome citado por comunistas quando é identificado por eles uma cisão no bloco udenista:

“Esse processo de divisão dos campos de reação e de democracia se concretizou dentro da própria UDN, onde os democratas de fachada, Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira, o homem do exílio de ouro, correram a passos rápidos para os braços tentadores da reação, enquanto deputados como Hermes Lima, Domingos Velasco, Nestor Duarte e o vereador Hamilton Nogueira preferiram se colocar ao lado dos reais interesses da Pátria, compreendendo o verdadeiro caráter da agitação patrioteira dos agentes do imperialismo.” (O Momento *apud* VAZQUEZ, 1986, p 183)

Esse texto do periódico comunista *O Momento* é um comentário a respeito de um discurso de Octávio Mangabeira quando este se reconhecia como anticomunista mas não reacionário. O mais curioso do texto é a eleição de Magalhães e Mangabeira como arautos do imperialismo. Ao sugerir que três deputados e um vereador tenham compreendido a ação imperialista e os “democratas de fachada” não, o texto explicita uma posição interessante já que dilui o passado oposicionista e constrói uma imagem conjunta de ambos; Magalhães e Mangabeira como inimigos comum do proletariado posto que combatentes pró-imperialismo.

A posição daqueles deputados e vereador citados coaduna-se com a de Anísio Teixeira em alguma medida. Para evidenciar a heterogeneidade das posições dentro da UDN e da intelectualidade baiana, segue uma carta de Jaime Abreu:

“Também estou com você ao assinalar a maior capacidade dos povos jove(ns) a uma nova diretriz, do que os velhos Europeus, com o insuportável fardo da sabedoria dos seus ‘precedentes’ (...) A turma do lado de cá tem menos teia de aranha no cérebro. Sobre elas não pesa o arquétipo [ilegível], atávico, precedendo o ‘eu’ individual. (...) Ao lado da sabedoria oriental, desse [ilegível]filissimo chinês de milhares de anos, da ‘experiencia’ desses ‘bem penso [ilegível]’ europeus, você, meu caríssimo Anísio, tem necessariamente que ser a [ilegível] do mundo novo, da jovem, entusiasta (talvez utopista...) América! (...) Clemente Mariani fez um discurso, no meu ver, notável, na Câmara, sobre os marxistas não [ilegível] (sua velha teoria a respeito, lembra-se? ‘os comunistas não podem ser o monopólio do marxismo’)”
 “(...) Aqui o Simões forçando o Octávio a candidato a Governador, e a turma do Juracy preparando a candidatura deste”.¹⁴³

A posição de tolerância e de discussão aberta e franca do marxismo existia no âmbito da elite baiana. Principalmente no seio da intelectualidade. Embora a referência que Abreu

¹⁴³ AT c 1945.11.14.

tenha feito a um discurso de Mariani seja desconhecida, sua existência não pode ser descartada. O mais elucidativo é o fato de dois sujeitos que mantiveram vínculo com grupos distintos – autonomismo e juracisismo – tenham manifestado posições parecidas em dado momento, trilhando o mesmo caminho de Juracy Magalhães e Mangabeira. Ao mesmo tempo, cabe lembrar que a história de Mariani no combate ao comunismo não pode ser comparada àquela de Anísio Teixeira já que este frequentemente manteve-se na defesa das liberdades, sobretudo, de expressão e política.

Intentou-se nesse capítulo estabelecer nexos entre a aliança de Magalhães e Mangabeira com o movimento mais amplo de inserção, ou melhor, de aproximação do Brasil à esfera de influência estadunidense. Desse modo, pretendeu-se discutir não só a transição de influência – da Europa para os Estados Unidos – bem como a atuação dos dois como articuladores desse processo. Enquanto intelectuais de tal projeto, qual seja o de uma vinculação efetiva com os Estados Unidos, num espaço político relativamente secundário da União Federativa e dos planos imperialistas estadunidenses, suas atuações se mostraram reveladoras de um tipo de imperialismo ainda pouco estudado, àquele que transcende os vínculos culturais e da *grand politique* atuando em todos os espectros da vida social. O que se propõe de fato é compreender de que modo o imperialismo se embrenhou em lugares tão distantes dos grandes centros e como seus mecanismos de alastramento recorrem, não raro, a estratégias internas de outras culturas ou sociedades. O destacamento das atividades de Mangabeira e Magalhães como agentes do imperialismo e o estabelecimento de vínculos entre americanismo e expansão do imperialismo na periferia do mundo tiveram como suporte dois argumentos básicos: 1) a entrada de Magalhães no serviço de inteligência estadunidense ao mesmo tempo em que tomava parte de um processo de redefinição e reconstrução das forças armadas brasileira, e 2) a participação de Octávio Mangabeira nos debates da imprensa progressista e anti-fascista ao mesmo tempo em que conspirava contra o Estado Novo, sugerindo a adoção de um modelo inspirado nos Estados Unidos a ser seguido pelo Brasil.

A compreensão da entrada do americanismo no Brasil pressupõe o reconhecimento de que, em quase todos os espectros políticos do *mainstream* da década de 1930 existiam representantes fiéis de uma aproximação com os Estados Unidos. Portanto, tanto no círculo getulista quanto entre os opositores ao regime havia pró-estadunidenses. Competiam estes com os germanófilos, especialmente vinculados aos círculos militares e repressivos da inteligência estatal. Desse modo, cabe reconhecer que o americanismo não só aproveitara o suposto vácuo deixado pela orfandade brasileira do cambaleante império britânico como

construiu seus próprios tentáculos. Assim, nesse capítulo, tentou-se entender as formas que adquiriram os conflitos políticos em seus elementos imperialistas, ainda que materializado em terras austrais e longínquas dos grandes (epi)centros.

Sendo o tema, então, o americanismo, dois estudos de caso foram apresentados. O primeiro, de Mangabeira, à luz de sua correspondência e sua trajetória de vida, cujo objetivo foi descrever a paulatina aproximação de um representante da República Velha a um liberalismo à americana no seu período de exílio, sobretudo, seu segundo momento de ostracismo. Do ponto de vista ideológico, da sua submissão a um mundo novo, repleto de novas e diferentes leituras, de uma imprensa pautada por normas distintas daquelas vivenciadas no Brasil, Mangabeira parece ter refeito aspectos de sua visão de mundo no decorrer de finais dos anos 20 e 30 do século passado. Redefiniram-se, aparentemente, aspectos de seu liberalismo. Enquanto intelectual de uma burguesia sôfrega e desunida, esforçou-se em estabelecer um pacto em torno de novos pressupostos programáticos. Para além disso, do ponto de vista da ação política, sua proeminência se fez presente nas suas relações estreitas com a intelectualidade liberal americana. Assim, a “Seleções”, a “Reader’s Digest” brasileira, é concebida para edição no Brasil com grande influência sua.¹⁴⁴ Afinal, Mangabeira não era apenas um político, era um imortal da Academia Brasileira de Letras. Ocupou a cadeira de José de Alencar – muito embora só tenha de fato assumido o posto após a volta do seu primeiro exílio na França entre 1931 e 1934. O segundo sujeito é Juracy Magalhães, que manteve vínculos estreitos com Juarez Távora o qual foi, por sua vez, grande aliado de Oswaldo Aranha. A relação que Magalhães estabeleceu com os Estados Unidos e seus círculos militares diz respeito exatamente a esses vínculos que são, sem dúvida, pessoais, mas que denotam filiação a uma visão de mundo específica. E mais, a um projeto de nação que secundarizava a participação democrática na tomada de decisões. Ou ainda, a um tipo de democracia excludente e exclusiva a grupos e sujeitos predeterminados, excluindo, dentro outros os comunistas. Essa influência americanista, por assim dizer, foi parte de um processo bem definido por Paulo Fábio Dantas: “Eles [Juracy Magalhães e Octávio Mangabeira] alimentaram para o país o caminho da conciliação intra-elites” (DANTAS, 2004)

Assim, ainda que se tenha sustentado a dificuldade que a pesquisa do período enquadrado entre 1937 e 1945 impôs, as perguntas a respeito do papel da presença estadunidense nas formações políticas baiana e brasileira, se não foram respondidas de modo

¹⁴⁴ Para mais informações sobre a Revista Seleções: JUNQUEIRA, Mary A. **Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções**. Revista Brasileira de História, vol. 21, nº 42, São Paulo, pp 323 – 342, 2001.

conclusivo, apontam sugestões e caminhos. Ainda há possibilidade de desenvolver sem número de hipóteses e explicações haja vista o caráter ainda inédito de certos acervos documentais.

Considerações Finais

A construção da União Democrática Nacional na Bahia significou uma aliança entre o que havia restado do tenentismo e os remanescentes da República Velha. O processo difícil que culminou nesse desfecho foi descrito nas páginas anteriores como algo que brotou de uma série de determinações. Uma delas, sem dúvida, foi a oposição a Getúlio Vargas. De fato este sujeito político determinou boa parte das decisões políticas tomadas no decorrer das décadas de 30 e 40 do século XX. Significou também uma nova tentativa de redefinir os contornos da idéia de democracia. A democracia passaria cada vez menos a significar “governo do povo”.

Otávio Mangabeira, Ministro decaído do último governo pré-1930, impôs severa oposição aos tenentes, ainda que coadunando, silenciosamente, com o lento – e errático – caminhar da nação rumo aos braços de Tio Sam. Tinha simpatia pelo rigor anticomunista do governo. Criticou sua exacerbação já que atingiu também as oposições; transformou-se em pretexto para submeter opositores.

Juraci Magalhães, por seu turno, embora não tenha sido, na década de 1930, ideólogo do anticomunismo como prática política de supressão de oposições, utilizou-se de tal artifício. Foi acusado de comunista por adversários locais mesmo quando já lutava no mesmo lado que aqueles. O setor autonomista que reservou a Magalhães os maiores petardos críticos pertencia à vertente de Simões Filho. Mangabeira parece ter percebido o vagaroso distanciar de certo setor do Exército da base de apoio de Vargas.

Assim, no decorrer dos sete primeiros anos da década de 1930 ocorrem a construção de dois grupos políticos antagônicos e a entrada de um novo sujeito na sociedade política. O ruir da coesão dentro das Forças Armadas, o desgaste em torno da constitucionalização e a continuidade de Vargas trouxe fraturas ao seu núcleo. A ação de Agamenon Magalhães parece ter contribuído para a rachadura do juracismo na Bahia pós-1935. Do lado autonomista, setores mais “autonomistas” começavam a comemorar a queda do interventor ‘holandez’. Outros, menos “autonomistas”, iniciavam as articulações para anular o iminente golpe.

As pressões internacionais se faziam presentes no Brasil. Entre duas grandes máquinas industriais – e, por conseguinte, máquinas de guerra – o país segurou-se até 1941. Alemanha e Estados Unidos disputaram enquanto foi possível a influência sobre esta parte do globo. A aproximação momentânea do Brasil com o nazi-fascismo não se sustentaria. O fato é que se instalou no país um regime de “força” que lutou nas fileiras aliadas. Os Estados Unidos

abrigou Mangabeira, como exilado político, e Juraci Magalhães como oficial em treinamento. Ambos vincularam-se ao modo de vida estadunidense, ao seu modo. Os dois contribuíram para o alastramento da cultura estadunidense; ajudaram na consecução de planos elaborados em conjunto com grandes trustes, como o da família Rockefeller. Assim, um teve alguma participação com Revista Seleções da *Reader's Digest* no Brasil e possivelmente foi informante de agência de inteligência estadunidense.

A democracia passou a fazer parte do repertório das oposições ao regime do Estado Novo. Assim, o termo liberal que outrora designava as propostas mais progressistas, sobretudo, dos grupos opositores ao regime Vargas, passava a ser substituído pela democracia. Otávio Mangabeira e Juraci Magalhães, em diferentes espaços, manifestavam-se favoráveis à democracia. Isto significava que eram contrários à continuidade de Vargas. O liberalismo brasileiro, somente na década de 1930 incluía a palavra democracia em seu repertório. Mesmo assim, fazia com as restrições anticomunistas. Partidários que passaram a ser dessas idéias, Otávio Mangabeira e Juraci Magalhães trilharam caminhos diferentes para chegar a esta apropriação.

Que democracia poderia ser construída quando dois de seus propugnadores participavam de conspirações? Quando um deles havia sido Ministro do último governo de uma era republicana marcadamente oligárquica?

As Forças Armadas, a UDN e a burguesia baiana triunfariam plenamente apenas após 1964 quando as forças progressistas foram sumariamente derrotadas. A inflexão dos trabalhistas que resultou numa agenda próxima das atividades comunistas, principalmente após 1945 foi o grande empecilho para os udenistas. Otávio Mangabeira e Juraci Magalhães forjaram práticas políticas; os grupos os quais faziam parte perpetuaram projetos de poder; escreveram novos capítulos da história do liberalismo brasileiro e, por fim, lutaram para manter as desigualdades em prol da manutenção do *status quo*, aliás, papel precípua dos liberais pós-1945.

Portanto, contribuindo para uma democracia restrita, uma democracia contra o povo.

Fontes

Arquivo Público Mineiro – APM

- Arquivo Pessoal: Arthur Bernardes

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ

- Fundo Polícia Política/Setor comunismo
- Fundo DESPS
- Fundo DPS

Centro de Memória da Fundação Pedro Calmon – CM/FPC

- Arquivos pessoais : Otávio Mangabeira (OM)

Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil – CPDOC

- Arquivos pessoais: Aliomar Baleeiro (AB), Arthur Neiva (AN), Clemente Mariani (CM), Getúlio Vargas (GV), João Mangabeira (Jm), Juarez Távora (JT), Juraci Magalhães (JM) e Oswaldo Aranha (OA).

Biblioteca Pública do Estado da Bahia - BPEB : Setor de Jornais Raros

- *Jornal A Tarde* (1930 a 1932, 1934 a 1937, 1939 a 1942, 1944 a 1946)
- *Diário de Notícias* (1930 a 1932, 1934 a 1937, 1939 a 1942, 1944 a 1946)
- *O Imparcial* (1930 a 1932, 1934 a 1937, 1939 a 1942, 1944 a 1946)

Bibliografia

- ABREU, M. de P. A dívida pública externa do Brasil: 1931 – 1943. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 5, p. 37-88, 1975.
- AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: a “Revolução de 30” na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- ALMEIDA, Luiz. **Mestre Josaphat: um militante da democracia**. Feira de Santana: Santa Rita Editora Gráfica Ltda., 2008.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, MAsangana: São Paulo: Cortez, 1999.
- ALPERN, Sara. **Freda Kirchwey: a woman of the Nation**. Harvard University Press, 1987.
- ALVES, Cristiano Cruz. **Um espectro ronda a Bahia: as manifestações anticomunistas na imprensa(1930-1937)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARINOS, Affonso et al. **Um praticante da democracia: Otávio Mangabeira**. Salvador: Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1980.
- ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana (1889 – 1991)**. Salvador: Assembléia Legislativa, 1997, 2ed.
- BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: (dois seculos de historia)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- BENEVIDES, Mario Vitória. **A UDN e os udenistas; ambigüidades do liberalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e MORAES, Marieta. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, pp 183-191.
- BREWER, Anthony. **Marxist theories of Imperialism: a critical survey**. Londres; Nova Iorque: Routledge & Kegan Paul, 1980.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CALASANS, José. **A Revolução de 1930 na Bahia: documentos e estudos**. Salvador : Universidade Federal da Bahia , 1980.

- CALMON, Pedro, 1902-1985. **A vida de Simões Filho**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1986.
- CARONE, Edgard. **A segunda republica: 1930-1937**. 3. ed. Sao paulo: Difel, 1978.
- _____. **A terceira republica: 1937-1945**. Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- _____. **O P.C.B. – 1922 a 1943**. São Paulo: DIFEL, 1982.
- CARVALHO FILHO, Antônio Balbino de. **GETÚLIO: uma história oral**. / Valentina da Rocha Lima (Coordenação); Dora Rocha...[et al]. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. **Juracy Magalhães e a construção do juracisismo: um perfil da política baiana**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- CASTELLUCCI, Aldrin. **Salvador dos Operários: uma história da greve geral de 1919 na Bahia**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932 – 1937)**. São Paulo: EDUSC, 1999.
- CERRI, Luis Fernando. **NON DUCOR, DUCO: A Ideologia da Paulistanidade e a Escola**. *Rev. bras. Hist.* [online]. 1998, vol.18, n.36, pp. 115-136.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma historia das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COLBY, Gerard. **Seja feita a vossa vontade: A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CORSI, Francisco Luiz. **Estado novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP, 2000.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões** (Campanha de Canudos). São Paulo: Ateliê, 2001.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006
- DEL ROIO, Marcos. **A Classe Operária na Revolução Burguesa – a política de alianças do PCB: 1928 – 1935**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROED, 1986.
- DUTRA, Eliana. **O Ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Ed. UFRJ, Ed. UFMG, 1997.
- ELIAS, Norbert. **Os Alemães**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.
- ELÍBIO Junior, Antônio Manoel. **A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo, história e política (1930 – 1937)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **Textos (vol. 3)**. São Paulo: Edições Sociais, s/d.

FALCÃO, João. **O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FAORO, Raymundo. **A República inacabada**. São Paulo: Globo, 2007.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Laís Mônica Reis. O integralismo na imprensa da Bahia: o caso de “O Imparcial”. **Revista de História Regional**, vol. 11, n. 1(2006).

[http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=viewFile&path\[\]=315&path\[\]=209](http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=viewFile&path[]=315&path[]=209) Acessado às 10:05 de 05/03/2009.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960)**. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2002, vol.22, n.44, pp. 439-462.

FONTES, José Raimundo. **Manifestações Operárias na Bahia: Movimento Grevista, 1888 – 1930**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

_____. **A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política (1930 – 1947)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

FOSTER, John Bellamy. **Imperial America and War**. *Monthly Review*, vol. 55, n° 1, maio/2003.

FREITAS, A. F. Guerreiro de. **Os Donos dos Frutos do Ouro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979a.

FREITAS, Antônio Guerreiro de e GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Bahia Cacaueira: Um Estudo de História Recente**. *Estudos Baianos, UFBA*, n 11, 1979b.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920**. Brasília: Editora UnB, Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo** – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

_____. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917 – 1937)**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOMES, Rafael. **O PRIVATISMO E A ORDEM PRIVADA: a leitura do Brasil na sociologia política de Nestor Duarte**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política), USP, São Paulo, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, vol. 1.

_____. **Cadernos do cárcere**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, vol. 2.

- _____. **Cadernos do cárcere**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, vol. 3.
- _____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 4.
- _____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, vol. 5.
- GROPPO, Célia Maria. **Ordem no céu, ordem na terra: a revista “A ordem” e o ideário anticomunista das elites católicas (1930 – 1937)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia de 1930 a 1964**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, revista em 2003.
- HAWS, Robert (org.) **The Age of Segregation: Race Relations in the South, 1890– 1945**. Mississipi: University Press of Mississippi, 1978.
- HILTON, Stanley. **A Rebelião Vermelha**. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1979, 2ª ed.
- HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991)**. S.P. Companhia das Letras, 1995.
- _____. **A Era do Capital (1848 – 1875)**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- JUNQUEIRA, Mary A. **Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções**. Revista Brasileira de História, vol. 21, nº 42, São Paulo, pp 323 – 342, 2001.
- KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938**. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003.
- _____. **A classe operária vai ao Parlamento: O Bloco Operário e Camponês (1924-1930)**. São Paulo: Alameda, 2006.
- KATCHATUROV, Karen Armenovitch. **A expansão ideológica dos EUA na América Latina: doutrinas, formas e métodos da propaganda dos EUA**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- KIERNAN, Victor Gordon. **America, the new imperialism: from white settlement to world hegemony**. Nova Iorque: Verso, 2005.
- KONDER, Leandro. **A Derrota da Dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- KONRAD, Diorge Alceno. **O Fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão e os movimentos sócio-político (1930 – 1937)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- LARA, Silvia Hunold. “Do singular ao plural – Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”. In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp 81-109.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **A Rainha Destronada: discursos das Elites Sobre as Grandezas e os Infortúnios da Bahia nas Primeiras Décadas Republicanas**. Dissertação (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. 3ª Ed. São Paulo: Global, 1985.

_____. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletário na Revolução**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

LEWIS, Susan. **Indesejáveis e perigosos na arena política: Pernambuco, o anti-semitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1937 – 1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

LINS, Lindercy Francisco Tomé de Souza. **Um dia, muitas histórias... trajetória e concepções do Primeiro de Maio em Fortaleza da Primeira República ao Estado Novo**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

LINS, Marcelo da Silva. **Vermelhos da Terra do Cacau: atividades comunistas no sul da Bahia (1935-1936)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

LINS, Wilson. **Otávio Mangabeira e sua circunstancia**. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, s/d.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

MACPHERSON, Crawford. B. **Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes a Locke**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAGALHÃES, Juraci. **Juraci Magalhães (depoimento)**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, História Oral, 1981.

MAGALHÃES, Juracy e GUEIROS, Jose Alberto. **O último tenente**. Rio de Janeiro: Record, 3. ed., 1996.

MAGALHAES, Juracy. **Defendendo o meu governo: explicações à Bahia a propósito de um livro de J. J. Seabra**. Salvador: Naval, 1934.

_____. **Minha vida pública na Bahia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. **Juracy Magalhães** (depoimento, 1977). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – História Oral, 1981.

_____ e ADREU, Alzira Alves de (coordenadora). **Minhas memórias provisórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MAGDOFF, Harry. **Imperialism without colonies**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2003.

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rotschild nem Trotsky – O pensamento anti-semita de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

MANGABEIRA, Otávio. **Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, Série Perfis Parlamentares 10, 1978.

_____. **A Situação Nacional**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1956.

MAYER, Arno. **The persistence of the old regime: Europe to the Great War**. Pantheon Books: Nova Iorque, 1981.

McCANN Jr., Frank. **The Brazilian-American alliance (1937-1945)**. Boston: Princeton University Press, 1973.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro (1889 – 1937)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MENEZES, Jaime de Sá. **Vultos que ficaram : os irmãos Mangabeira (Francisco, João e Otávio)**. Salvador: Mensageiro da Fé, 1977.

MOMMSEN, Wolfgang J. **Theories of Imperialism**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. São Paulo, Perspectiva, 2002.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

MOURÃO FILHO, Olímpio. **Memórias: a verdade de um revolucionário**. Porto Alegre: L&PM, 1978.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho. **Memória E História Do Integralismo No Interior Na Bahia: O Povoado De Itapuhy (Sul Da Bahia, 1935-1936)**. Anais do VII Encontro Regional Sudeste de História Oral, <http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/vii encontro/textosIntegra/JairoCarvalhodoNascimento.pdf> Acessado às 10:00 de 04/03/2009.

OLIVEIRA, Yves de. **Otávio Mangabeira: alma e voz da República**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1971

PAIM, Antonio. **História do Liberalismo Brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998, pp 13-61.

PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. RJ., Ed. FGV, 1999.

PEIXOTO JR., José Carlos. **A ascensão do Nazismo pela ótica do Diário de Notícias da Bahia (1935-1941)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

_____. **A quinta coluna do Diário de Notícias da Bahia 1935-1941**. Florianópolis: Anais, II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2004. Texto completo em: http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/files/others/jose_carlos_peixoto.doc. Acessado

em 15/05/2009.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. “Polícia política e caça aos comunistas: repressões e pressões sobre o movimento operário no Rio de Janeiro (1945 – 1964)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Trabalhadores em greve – polícia em guarda**. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2004, pp 161-199.

PETRINI, Luciana Aparecida. **Contraventores pobres e Estado: crimes e julgamentos no período do Estado Novo (1930 – 1937)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil (1922 – 1935)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRADO Jr. Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRIMO, Jacira Cristina Santos. **Tempos Vermelhos: a Aliança Nacional Libertadora e a política brasileira (1934 – 1937)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. “Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX.” In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. (Org.) **Carnavais e Outras F(r)estas. Ensaios de História Social da Cultura**. São Paulo: UNICAMP/CECULT, 2002, pp 101-155.

_____. “A tradição rebelde I: revoltas escravas na Bahia portuguesa, 1807-21”. In: **Rebelião Escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp 68-93.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REZENDE, Priscila. **“Do inimigo externo ao interno”: a participação do Alto Oficialato das Forças Armadas no cenário político brasileiro (1930 – 1937)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RISÉRIO, Antônio. **Uma história da cidade da Bahia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

SALEM, Jean. **Lenin e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação**. Salvador: EDUFBA, 1975.

_____. **Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937**. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do estado: a interventoria de Anthonor Navarro e o poder na Paraíba (1930 – 1932)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F de. **Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível: 1936-1948**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha – imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

SILVA, Paulo Santos. **A Força da Tradição: a luta pela redemocratização na Bahia, 1945**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SCHWARCZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. In: **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas cidades, 2000, 3ª Ed., pp 9-32. (Coleção Espírito Crítico)

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. 3ª Ed. Barueri: Manole, 2003.

SILVA, Carla Lucia. **Onda Vermelha – Imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Hélio. **A Ameaça Vermelha – O Plano Cohen**. Porto Alegre: L&PM, 1980.

SILVA, Paulo Santos. **A Força da tradição: a luta pela redemocratização na Bahia em 1945**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

_____. **Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930 – 1949)**. Salvador: EDUFBA, 2000.

SILVA, Rodrigo Rosa da. **Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930 – 1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10.ed. Salvador: EDUFBA : São Paulo, Editora UNESP, 2001.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia**. São Paulo: Editora Nacional , 1937.

TEIXEIRA, Cid, LINS, Wilson et al. **Coronéis e oligarquia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia-Ianamá, 1988.

TOTA, Antônio Pedro. **O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VARGAS, Getúlio. **Diário, vol. 1 (1930-1936)**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995a.

_____. **Diário, vol. 2 (1937-1942)**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995b.

VALIM, Alexandre Busko. *Missão em Moscou*: notas para uma discussão sobre o Cinema e a Diplomacia Cultural estadunidense em meados do século XX. **Revista Espaço Acadêmico**. Agosto/2006, nº 63. Acessado em 19/01/2009.

VAZQUEZ, Petilda Serva. **Intervalo democrático e sindicalismo: Bahia – 1942/1947**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4ª Ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes (org.). **Pão, Terra e Liberdade: memória do movimento comunista de 1935**. RJ, Arquivo Nacional; São Carlos, Univers. Fed. De S. Carlos, 1995.

_____. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Z Aidan Filho, Michel. **O PCB e a Internacional Comunista (1922 – 1929)**. São Paulo: Vértice, 1988.

WOOD, Ellen. **Democracia Contra O Capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.